

**Gabriela Gramkow**

**OS SENTIDOS SUBJETIVOS DE UM JOVEM COM HISTÓRIA  
DE TRANSGRESSÃO SOCIAL-LEGAL NA  
CONTEMPORANEIDADE**

**Mestrado em Psicologia Social**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PUC/SP**

**2007**

**Gabriela Gramkow**

**OS SENTIDOS SUBJETIVOS DE UM JOVEM COM HISTÓRIA  
DE TRANSGRESSÃO SOCIAL-LEGAL NA  
CONTEMPORANEIDADE**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Doutor Sérgio Ozella.

**PUC/SP**

**2007**

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

### **Dedicatória**

Dedico esta dissertação aos Sobreviventes,  
Anti-heróis, Roedores da Vida,  
Redundantes e Estranhos **Paulo(s)**<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No dia 7 de julho de 2005, Paulo, de 16 anos, foi espancado, esfaqueado e enforcado. A escolha do nome fictício para o sujeito desse estudo é em homenagem a esse jovem que cumpriu medida sócio-educativa de Semiliberdade em Brasília.

## **Agradecimentos**

AGRADEÇO...

...ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Sérgio Ozella, por me apresentar o mundo da Sócio-histórica e por me apoiar e guiar nessa caminhada.

...à banca examinadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Célia Ferreira Novaes, Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin e Prof<sup>a</sup> Dra. Wanda Maria Junqueira Aguiar pelas indagações, questões e sugestões.

...aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP e à Marlene Camargo, secretária do Programa, pela assessoria contínua.

...aos colegas da pós-graduação, em especial aos meus contemporâneos do NACQUE – Núcleo de Estudo e Pesquisa Adolescentes, concepções e questões emergentes, pelas reflexões teórico-metodológicas e pela troca de experiência.

...ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

...ao jovem Paulo por participar desta pesquisa e de minha vida com sua dignidade humana e por compartilhar comigo suas histórias.

...à equipe da Casa de Semiliberdade e aos outros jovens pela troca de experiência durante a minha vivência como profissional Psicóloga naquele espaço social-legal.

...à minha mãe, Márcia, ao meu pai, Heinz, aos meus irmãos, Donald e Daniel, às minhas cunhadas, Patrícia e Aline, e meus queridos sobrinhos, Débora e Artur, pela sustentação do meu lugar nesse mundo.

...ao meu companheiro, Guilherme, pela parceria e amor.

...à minha Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Penso que mesmo de longe continua a me acompanhar nas descobertas de um mundo encoberto.

...à Universidade Católica de Brasília que disponibilizou a infra-estrutura para a realização das conversações com Paulo.

...à minha rede de amigos pelo apoio, escuta e carinho no compartilhar dessa etapa estrutural da minha vida.

*“Tenho uma atração pelas coisas mínimas. O ínfimo tem sua grandeza e ela me encanta. Gosto muito das coisas desimportantes, como os insetos. Não só das coisas, mas também dos homens desimportantes, que eu chamo de ‘desheróis’”.*

Trecho de entrevista do poeta Manoel de Barros concedida a José Castello, do jornal “O Estado de São Paulo” (1996).

*“O sentido normal das palavras não faz bem ao poema.  
Há que se dar um gosto incasto aos termos.  
Haver com eles um relacionamento voluptuoso.  
Talvez corrompê-los até a quimera.  
Escurecer as relações entre os termos em vez de aclará-los.  
Não existir mais rei nem regências.  
Uma certa luxúria com a liberdade convém”.*

Poema: “Retrato quase apagado em que se pode ver perfeitamente nada”,

Manoel de Barros (1989/1998)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Barros, M. (1998). O Guardador de águas. Rio de Janeiro: Record.

## Resumo

Este estudo sob a abordagem da Psicologia Sócio-Histórica trabalha a problemática de um jovem identificado, jurídico e socialmente, como algoz e vítima da violência. Propõe-se uma problematização do fenômeno da transgressão social-legal e tem como objeto os sentidos subjetivos de um jovem com autoria infracional na contemporaneidade, sob a lógica dialética como método de compreensão da realidade. Tem por base uma investigação, objetiva e subjetiva, do processo vivo, com a finalidade de produzir algo novo tentando superar um conhecimento produzido, comprometido com uma Psicologia crítica e alternativa (Ozella, 2003b), e contribuir para sua reflexão. Focando a subjetividade, aborda qualitativamente os complexos processos constitutivos, considerando a plasticidade do fenômeno subjetivo. Procura um olhar despatologizante do desenvolvimento humano, percebendo-o como histórico. A pesquisa é realizada no contexto situacional-histórico da cidade de Brasília e visa discutir formas de subjetivação da vida social, constituída na história diferenciada do jovem em conflito com a lei, assumindo o estudo como um “estudo de caso”. O instrumento de pesquisa é a entrevista, orientada pelo conceito de “conversação” (González Rey, 2005a). Para a compreensão dos sentidos subjetivos do jovem com história de transgressão social-legal, utiliza a Epistemologia Qualitativa (González Rey, 2002). Os processos interpretativos produziram três núcleos de significação: *A transgressão social impregnada na sua história de vida; As estratégias de reconstrução subjetiva e O processo de apropriação das superações vividas*. Analisa a transgressão social como processo de luta que emerge no sujeito “estranho”, localizado no refugio humano, e como atividade que permeia a produção de sentidos impregnados na vida do jovem, que é constitutiva de sua configuração subjetiva. A transgressão marca a história de vida do jovem, atravessada por construções culturalmente estabelecidas, provocadoras de transformações profundas, subjetivas e objetivas, na apreensão de si mesmo.

**Palavras-chave:** jovem em conflito com a lei; transgressão social; Psicologia Sócio-Histórica; sentidos subjetivos; subjetividade.

## Abstract

This study, based on a Social-Historical Psychology perspective, characterizes a young man identified in juridical and social terms as a practitioner and victim of violence. It proposes its objective as an approach of a socio-legal transgression phenomenon, focusing the subjective senses of this young man with criminal activity at the same time, using dialectical logic as a method of understanding reality. It is based on an objective and subjective research of the active and living process with the purpose of producing something new, trying to overcome knowledge committed to a critical and alternative psychology (Ozella, 2003b), as well as contributing to its analysis. Focusing on subjectivity, it approaches from a qualitative angle the constituent processes, taking into consideration the plasticity of the subjective phenomenon. It aims at a non-pathological view of human development, perceiving it as historical. The research took place in the historical and situational context of the city of Brasilia and looks towards a discussion of the forms of subjectivity in social life created by the differentiated story of this adolescent in conflict with the law, shaping the research as a “case study”. The interview, guided by the concept of “conversation” (González Rey, 2005a) is the principal instrument of data collection. In order to understand the subjective senses of this young man with a history of social and legal transgression, the study uses the approach of Qualitative Epistemology (González Rey, 2002). The interpretative processes produced three clusters of meanings: *the social transgression impregnated in his life story; the strategies of subjective reconstruction and the process of assimilating what was learned*. It analyzes social transgression as a fighting process emerging from the “strange” subject situated in human dregs as an activity interfacing with the production of meanings in the young man’s life, and constituting the subjective configuration. Transgression marks the life story of this young man, connected by cultural constructions with deep transformations, subjective and objective, in his understanding of himself.

**Key words:** Adolescent in conflict with the law; legal transgression; Social-Historical Psychology; subjective senses; subjectivity.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: Contextualização histórica do cuidado à criança e ao adolescente no Brasil</b> .....	<b>5</b>
1. 1 O panorama histórico da assistência à criança e ao adolescente e suas políticas sociais .....	6
1. 2 A trajetória da construção das legislações brasileiras pertinentes ao adolescente com história de transgressão social-legal .....	14
<b>CAPÍTULO 02: A transgressão social na juventude brasileira contemporânea</b> .....	<b>22</b>
2.1 A violência e a juventude no Brasil contemporâneo .....	22
2.2 A juventude e o jovem .....	33
2.3 Os significados e sentidos atribuídos ao jovem autor de transgressões sociais-legais .....	38
<b>CAPÍTULO 3: O Desenvolvimento humano e os sentidos subjetivos na Psicologia Sócio-Histórica</b> .....	<b>48</b>
3.1 A Concepção de homem e o desenvolvimento na Psicologia Sócio-Histórica ....	49
3.2 O processo de apropriação como instrumento psicológico de constituição do sujeito .....	52
3.3 A constituição do Pensamento e da Linguagem .....	56
3.3.1 Subjetividade .....	60
3.4 Pressupostos metodológicos na Psicologia Sócio-Histórica .....	64
3.4.1 A pesquisa qualitativa e sua legitimação .....	66
3.4.2 O processo de construção da informação e do conhecimento .....	67
3.4.3 Aproximação da realidade pesquisada: primeiros contatos com o campo e a escolha do sujeito .....	72
<b>CAPÍTULO 4: Construção das zonas de sentidos do jovem com história de transgressão social-legal</b> .....	<b>79</b>
4.1 O Processo de construção dos núcleos de significação .....	82
4.2 Análise dos núcleos de significação .....	97
4.2.1 A transgressão social impregnada na sua história de vida .....	98
4.2.2. As estratégias de reconstrução subjetiva .....	108
4.2.3. O processo de apropriação das superações vividas .....	117
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>127</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>130</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>142</b>
Anexo 1: Especificações da medida sócio-educativa de Semiliberdade do Estatuto da Criança e do Adolescente (2000) .....	143
Anexo 2: Diretrizes do programa de execução de medida sócio-educativa de Semiliberdade de Brasília (DF) implementado pela Secretaria de Ação Social em 2004 .....	144
Anexo 3: Termo de Consentimento de Pesquisa .....	146
Anexo 4: Conversação com Paulo .....	147
Anexo 5: Glossário .....	214

## INTRODUÇÃO

No presente estudo trato da questão de um o jovem identificado jurídico-socialmente como algoz e vítima da violência, apoiada em Vygotski e estudiosos que o interpretaram e deram continuidade à sua abordagem no Brasil, situados no campo da Psicologia Sócio-Histórica.

Problematizo o fenômeno do sujeito jovem com história de transgressão social-legal na contemporaneidade sem situar a violência em uma lógica linear que, ora o jovem autor de ato infracional é apontado como agente do fenômeno sombrio da violência, ora é percebido como vítima desse fato tão midiático e marcado socialmente.

Nessa concepção em uma abordagem qualitativa, oriento-me na Epistemologia Qualitativa de González-Rey (2002) que dialoga com estudiosos dessa linha no Brasil.

Entendo que explicar um fenômeno significa esclarecer sua verdadeira origem, seus nexos dinâmicos causais e sua relação com outros processos que determinam seu desenvolvimento mediante uma investigação objetiva e subjetiva do processo vivo que converte o objeto ao movimento do seu surgimento. Assim busco pesquisar a origem e a história do processo em questão, de seu desenvolvimento até o momento atual.

Pesquisar na Psicologia Sócio-Histórica significa, considerando Ozella (2003b), investigar com a finalidade de produzir algo novo. Para ele, deve-se superar a constatação, contribuindo com a reflexão do conhecimento produzido, comprometido com uma Psicologia crítica e alternativa.

A fim de trabalhar com o empírico em um lugar diferente na compreensão da ciência, adoto uma postura de construção de representações teóricas que permitam o desenvolvimento de novas zonas de sentido sobre o processo estudado (González Rey, 2002). Zona de sentido é a zona do real, que encontra significado na produção teórica e que não é passível de esgotamento quando tratada dentro de teorias científicas.

Para atingir o objetivo de analisar os sentidos subjetivos, foi necessário apreender as mediações constitutivas, indo além da aparência visando o não dito por

meio da análise do processo do sentido para o sujeito pesquisado (Aguiar & Ozella, 2006).

O desenvolvimento deste estudo no contexto sócio-histórico-político da cidade de Brasília está organizado nessa dissertação em quatro momentos.

No primeiro, apoio-me na lente da visão da sócio-histórica para olhar o caminho da análise histórica da assistência à infância e à adolescência brasileira. Objetivei rever historicamente o cuidado oferecido e resguardado à criança e à adolescência no Brasil para apreender outros sentidos subjetivos, sócio-historicamente produzidos, sobre o jovem autor de ato infracional. Como busco compreender os sentidos subjetivos do sujeito jovem com história de transgressão social-legal na contemporaneidade, realizo um levantamento necessário para compreensão da época contemporânea.

Para seguir por esse caminho histórico, utilizo dois atalhos: o primeiro posicionado no âmbito da assistência dada à criança e ao adolescente com suas políticas sociais; e o segundo sobre as leis diretamente ligadas ao jovem.

A investigação do sujeito autor de ato infracional está apresentado de forma que legitima a importância da pesquisa nesse campo em que esse jovem datado e marcado emerge como uma 'zona de sentido' problematicamente construída social e historicamente.

Já no segundo momento para trilhar o caminho dos sentidos subjetivos do jovem com história de transgressão social-legal, situo o campo da violência e da juventude brasileira atual. Em seguida, recorto esse campo abordando brevemente a juventude brasileira e suas conceituações. E por fim, apresento as categorias analíticas que iluminam o fenômeno da realidade para revelar a juventude em conflito com a lei.

Exponho estudos que nos mostram o outro lado do fenômeno da violência na juventude: o do jovem como vítima da violência. Ao problematizar sobre o fenômeno da violência-juventude, e com isso esclarecer alguns por quês do estudo sobre o jovem autor de ato infracional e não de outro jovem qualquer, me guiei por pesquisas nacionais dedicadas aos processos de subjetivação do jovem autor de ato infracional. Nos meandros dessa problemática instalada em que vítima é algoz e o algoz é vítima, trilho outras chaves de leituras oferecidas, além de dados estatísticos.

Seguindo essa lógica de atribuição de significado a fatos sociais, abordo as construções analíticas oferecidas historicamente sobre o jovem autor de ato infracional e finalizo o capítulo apresentando novas categorias analíticas que iluminam o fenômeno com intuito de revelar novos ângulos e facetas do sujeito. Para entender os processos sociais em que os jovens com história de transgressão social-legal se envolvem, fez-se necessário recorrer às nomeações dirigidas a eles na história e em seguida transitar por outras categorias analíticas que possam iluminar o fenômeno da transgressão social-legal. Para buscar aprofundar a análise do fenômeno da violência e juventude com seus significados e sentidos, envolvi novas categorias analíticas para iluminar o fenômeno problematizado até o momento com dados estatísticos, reflexões teórico-políticas e contextualizações históricas. Para isso, apresento as categorias de estranho, refugio humano e população redundante, ensaiadas por Bauman (1998; 1999; 2001; 2005).

No terceiro momento pautei o sujeito na Psicologia Sócio-Histórica. E para compreender essa linha da Psicologia, elaborei uma caracterização histórica com conceituações teóricas-metodológicas.

Considerando a abordagem de Vygotski e por meio da análise da linguagem realizo uma pesquisa problematizada nos sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão social-legal, em seu processo de construção e desenvolvimento cultural, trabalhando com o processo e não com a análise dos elementos isolados da vida do sujeito.

No último momento apreendo, discuto e analiso os modos de inserção do sujeito em suas condições de vida históricas e concretas e de suas formas de apropriação dessas condições com suas repercussões subjetivas contextualizadas na contemporaneidade, para dessa forma adentrar na problemática dos sentidos subjetivos do sujeito jovem com história de transgressão social-legal na contemporaneidade.

Para realizar o processo de análise utilizo o método de apreensão dos sentidos proposto por Aguiar e Ozella (2006), que considera as transformações e contradições ocorridas no processo de construção dos sentidos e dos significados do sujeito. O método considera tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas do sujeito, permitindo ir além do aparente.

Com essa proposta metodológica, avanço do empírico para o processo interpretativo e analiso a fala do sujeito construindo o seu sentido. Após esse processo construtivo-interpretativo, elaboro três núcleos de significação. Ressalto que o núcleo de significação expressa os pontos centrais e fundamentais no qual o sujeito está implicado, revelando suas determinações constitutivas envolta pela emoção vivida.

No primeiro núcleo *A transgressão social impregnada na sua história de vida*, considero o processo de produção de sentido do sujeito como constitutivo de suas ações. Percebo nesse processo da vivência da transgressão social uma aparente separação entre o sentido e a ação, mas nesse momento se coloca a contradição entre o pensar e agir do sujeito em desenvolvimento. Analiso a transgressão social que emerge na fala do sujeito como atividade que permeia a sua produção de sentidos.

No segundo núcleo *As estratégias de reconstrução subjetiva*, abordo que o sujeito analisa as perdas vividas no contexto da transgressão social, no qual, segundo ele, perdeu oportunidades as quais no presente necessita resgatar reconstruindo os seus sentidos subjetivos construídos na experiência da transgressão social.

Já no terceiro núcleo *O processo de apropriação das superações vividas*, discuto o processo de mudança dos sentidos subjetivos do ato de transgredir que o sujeito elaborou com a construção de novas necessidades em sua vida. Frente a esse processo de produção de sentidos, o sujeito colocou a família de origem e a atual no lugar de importância da estruturação da vida pessoal. Em seu processo de reconstrução subjetiva frente à experiência da transgressão social, o sujeito reconhece o outro nas suas relações, e transporta para os seus sentidos subjetivos a moralidade e a ética baseada em uma dignidade humana. O jovem com história de transgressão social-legal desse estudo atua como 'estranho' (Bauman, 2005), que agiu pela transgressão, contrastando o mundo aparentemente pré-fabricado para quem têm direitos e deveres. É o estranho que não possui status no grupo dominante. Ele é algo novo, um outro marginal. Ele desafia a ordem da organização. Anteriormente com terremotos por suas atuações transgressivas, hoje, por suas reconstruções subjetivas de um jovem que desafiou o sistema e aparentemente em sua nova forma de pertencer como homem trabalhador e pai de família, continua desafiando pela renovação de sentidos subjetivos com outras armas, as armas do estudo e do amor.

## **CAPÍTULO 1: Contextualização histórica do cuidado à criança e ao adolescente no Brasil**

Apoiada na lente da visão da sócio-histórica construo o olhar neste primeiro capítulo para realizar o caminho da análise histórica da assistência à infância e a juventude brasileira. Objetivo rever historicamente o cuidado<sup>3</sup> oferecido e resguardado à criança e à adolescência no Brasil para apreender outros sentidos subjetivos, sócio-historicamente, produzidos sobre o jovem autor de ato infracional. Como neste estudo busco compreender os sentidos subjetivos do sujeito jovem com história de transgressão social-legal<sup>4</sup> na contemporaneidade, realizo um levantamento histórico necessário para compreensão da época contemporânea.

Para seguir por esse caminho histórico, utilizo dois atalhos: o primeiro está posicionado no âmbito da assistência dada à criança e ao adolescente com suas políticas sociais; e o segundo versa sobre as leis diretamente ligadas ao jovem. Ressalto que o jovem referido na trajetória da assistência e das políticas sociais à criança e ao adolescente é o envolvido com o ato infracional e o referido na legislação acompanha a mesma proposta.

Os recortes sobre o cuidado oferecido ao jovem são traçados a partir do acompanhamento das inovações, repetições, continuidades, manutenções, negações, afirmações da legislação e da assistência brasileira.

Com isto não quero sugerir que a pesquisa se proponha a analisar o critério da eficiência da legislação e da assistência referente à criança e ao adolescente, nem em uma perspectiva jurídica, e muito menos aspira avaliar o cumprimento e o descumprimento por parte dos responsáveis pela aplicação e execução da lei em cada momento da história. Entendo que a narrativa da legislação aqui utilizada é representativa do registro histórico da visão que a sociedade vem construindo das

---

<sup>3</sup> Entende-se como cuidado a atenção aplicada ao outro, o movimento de interessar-se pelo outro, a circunstância que o outro passa a ser considerado e tratado.

<sup>4</sup> Não é intenção deste estudo, discutir o significado do termo 'transgressão'. O uso deste visa não utilizar uma terminologia fechada e busca não estigmatizar o sujeito autor de ato infracional. Entende-se por transgredir o ato de infringir e violar. O termo 'legal' se posiciona como um fato dado pelo social em que

crianças e dos adolescentes. Ao acompanhar o processo do desenvolvimento da legislação sobre o jovem transgressor social-legal, construo um conhecimento do cenário contemporâneo em que o passado anuncia o presente e o futuro das políticas sociais pretendidas e possíveis a essa parcela da população.

A investigação do sujeito autor de ato infracional como apresento nas próximas páginas, legitima a importância da pesquisa nesse campo em que esse jovem datado e marcado emerge como uma ‘zona de sentido’ problematicamente construída social e historicamente. Zona de sentido arquitetada nos fatos e dados dos registros históricos sobre a assistência oferecida ao jovem e no processo de mudança da legislação brasileira referente a ‘menores’ e ‘adolescentes infratores’, evidenciados a seguir nas questões provocadas na exposição.

## **1. 1 O panorama histórico da assistência à criança e ao adolescente e suas políticas sociais**

Segundo Marcílio (1998b), a história da assistência à criança é perpassada pela pobreza, marginalidade social e interposição da criança abandonada. Tal entendimento é expresso pela autora no decorrer de sua análise acerca de informações históricas e políticas sobre o cuidado dado à infância e à adolescência brasileira. Esta situa em três fases distintas a história da assistência à infância: a fase caritativa, a fase da filantropia e a fase do Estado do Bem Estar do Menor para mostrar que desde o início ocorre omissão, negligência e falta de interesse pela assistência à criança.

A **primeira fase, a fase caritativa, ocorreu do período colonial até meados do Século XIX**. O sentimento principal que marca essa fase é o da fraternidade em que se privilegia a caridade e a beneficência. Essa fase estava imersa em inspirações religiosas em que os ricos procuravam diminuir o sofrimento dos desvalidos<sup>5</sup>, pois acreditavam

---

é percebido comprovadamente como ocorrido materialmente, ou seja, o sujeito desse estudo é um jovem que em sua história vivenciou a autoria de atos infracionais.

<sup>5</sup> Desvalido é aquele que se encontra desamparado, desajudado e desprotegido, nota da Marcílio, (1998b).

que sua alma seria salva devido ao ato de bondade. O trabalho da autora mostra a ideologia dessa forma de assistência que mantém a situação de pobreza na qual os assistidos atuam como conformados de seu lugar, não confrontando o sistema, continuando no seu status social de pobre. Esta forma de assistência não produz mudanças e nem transforma o lugar social do assistido, pois este, por não se mobilizar e nem questionar o seu lugar social, econômico e político, não provoca mudanças em suas relações.

As formas de assistência da época eram formais e informais. As formais eram as desenvolvidas pelas instituições oficialmente responsáveis pelo papel da assistência e, na época, as únicas eram as Câmaras Municipais, portanto qualquer prática que não fosse executada por elas era considerada como sendo informal.

Como exemplo de prática informal cita-se a assistência ocorrida por meio da adoção, desprovida de formalidades, de crianças órfãs, pobres ou abandonadas. Era uma prática de benevolência que, como explicitado anteriormente, significava salvação futura para os que a praticavam. As crianças adotadas sem registro documental eram denominadas de ‘filhos de criação’. Essa assistência era estimulada pela Igreja e esteve presente no Brasil em toda a sua história. Os filhos de criação, porém, muitas vezes eram usados como mão-de-obra gratuita, sendo praxe o cuidador receber auxílio financeiro para cumprir tal ato de caridade. Nesse período, as práticas formais eram a assistência desenvolvidas pelas Câmaras Municipais e pela Roda dos Expostos.

Especificamente, as Câmaras Municipais tinham determinações legais para o cumprimento do cuidado ao enjeitado, pois caso não houvesse instituição de apoio que realizasse o atendimento, as próprias Câmaras deveriam assumir a criação e a educação dos desvalidos. Como as Câmaras não cumpriam o seu papel assistencial, as crianças viviam desamparadas nas ruas. Mostra-se que as Câmaras eram omissas em suas funções, tanto que a maioria das crianças dependia da caridade das famílias, restando-lhe a morte precoce ou o abandono vivido nas ruas.

Narrando a *História social da criança abandonada*, Marcílio (1998b) aponta como outra forma de assistência à criança desamparada, a Roda dos Expostos<sup>6</sup>. O

---

<sup>6</sup> A Roda dos Expostos foi uma instituição originária da França e de Portugal. Conforme Leite (1991), a Roda foi criada no Brasil no Século XVIII como iniciativa social de orientação para a população pobre, a fim de transformá-la em classe trabalhadora, afastando-a da vadiagem e da prostituição. Seu nome

sistema de assistência da Roda incluía a recepção primária do bebê abandonado e seu cuidado posterior que tinha variações temporais de acordo com as especificações de cada instituição. A Roda dos Expostos destinava-se à proteção dessas crianças. Até os três anos de idade as crianças permaneciam sob os cuidados de amas-de-leite que recebiam pagamento por esse serviço. Dos três aos sete anos, ficavam na Casa dos Expostos que procurava colocá-las em casas de famílias. Portanto, nesse âmbito localiza-se a caridade das famílias que as recebiam. Essa medida pretendia lutar contra o infanticídio e o aborto, práticas contrárias aos preceitos cristãos. As primeiras Rodas foram criadas no Século XVIII: em Salvador, em 1726; no Rio de Janeiro, em 1738; e em Recife, em 1789. No Século XIX, as Rodas se expandiram por todo o país (ao todo foram 15 Rodas). Apenas em 1951, com o fechamento da Roda de São Paulo, esse sistema foi extinto. Entretanto, apesar do empenho caridoso, as Rodas funcionavam precariamente e com pouca verba.

De acordo com Marcílio (1998b) ao longo do Século XIX, mudou a perspectiva da assistência, na qual as entidades religiosas e particulares foram perdendo autonomia, tornando-se mais dependentes da esfera pública. Ainda no Século XIX, instalaram-se seminários, escolas de ensino, companhias de aprendizes militares e outras soluções para a educação dos expostos. Exemplifico aqui com os lares de artesãos com a perspectiva de formação do ensino profissional, marca da mudança para uma assistência mais científica e menos intuitiva.

Como exemplos de outras soluções enquadradas nessa proposta, cito a criação no Rio de Janeiro, conforme rastreia Rizzini (1995a), das ‘Escolas de Prevenção’ para os moralmente abandonados; da ‘Escola de Reforma’, sendo uma industrial, para os menores processados e absolvidos, e uma agrícola, esta para os menores delinquentes condenados; e ainda um estabelecimento denominado ‘depósito de menores’, destinado ao recolhimento dos menores provisoriamente envolvidos com a autoridade pública, que ali permaneciam até terem seus destinos decididos. Segundo a autora, essas medidas de tratamento e prevenção constam em projeto de lei da autoria de Alcindo Guanabara, datado de 31 de outubro de 1906, proposto em Sessão da Câmara dos Deputados. Além dos estabelecimentos acima mencionados, em Faleiros (1995) são destacados o

---

provém do mecanismo giratório que funciona como porta, constituído por um cilindro oco e vertical, o qual gira em torno de um eixo, tendo um terço dele aberto para permitir o acesso ao interior do prédio e que fecha o lado externo. É impossível aos de dentro verem os que estão do lado de fora.

Patronato Agrícola Arthur Bernardes, o Patronato Agrícola Wenceslau Braz, a Escola Correccional 15 de Novembro e a Escola João Luís Alves.

Em Rizzini (1995b), esse momento caritativo fica representado, no Rio de Janeiro, pela criação de internatos, tais como a Escola de Meninos Desvalidos, em 1875, e a Colônia Correccional dos Dois Rios, em 1903; na Bahia, houve o interesse da construção desses institutos, mas, como faltaram recursos para sua construção, os ‘menores’ eram colocados ou na Penitenciária ou na Casa de Correção; em Minas Gerais, registra-se o Instituto “João Pinheiro”, fundado em 1909; e, em São Paulo, o Governo se diferenciou dos demais Estados com a criação, em 1902, de um instituto criado especificamente para atender os ‘menores delinquentes’, o Instituto Educativo Paulista.

A **segunda fase da assistência**, a da **filantropia**, como aborda Marcílio (1998b), se deu **até meados do Século XX**, várias transformações sociais ocorreram no Brasil: o fim da escravidão, a queda da Monarquia, a separação da Igreja do Estado, a quebra do monopólio religioso da assistência social, o avanço da legislação pró-infância, a construção dos Direitos da Criança, a imigração, a industrialização, a urbanização e a revolução demográfica sem política populacional planejada.

No fim do Século XIX, a pobreza também aumentou. Ocorreram duas grandes epidemias, a de febre amarela (1849) e de cólera (1855), exacerbando o número de crianças nas ruas com o aumento de crianças órfãs e desamparadas. Na década de 1870 ocorreu a promulgação da Lei do Ventre Livre, referida em Lima & Venâncio (1991). A Lei do Ventre Livre representava uma ameaça às classes privilegiadas, pois temiam a perda de seus trabalhadores domésticos, já que essa lei dizia que os filhos da mulher escrava que nascessem no Império a partir da data dessa lei eram considerados de condição livre.

Faleiros (1995) e Rizzini (1995a) indicam o movimento higienista como marco, na segunda metade do Século XIX, no processo de enfrentamento dos graves problemas na saúde com reflexo nas perdas econômicas e políticas. A medicina se fortalece, iniciando um novo projeto filantrópico, denominado movimento higienista que se fundamenta na medicina preventiva. Os médicos higienistas atuavam no combate à mortalidade infantil e às doenças infantis. Privilegiavam os cuidados com o corpo, os

estudos, a educação das mães e as campanhas de higiene e de saúde pública. Esse movimento situou-se no temor do crescimento e concentração das populações urbanas, e realizava rigoroso controle das doenças infecto-contagiosas, do saneamento e, enfim, dos cuidados com a saúde coletiva. Julga-se importante esse movimento na história da assistência à infância, já que a família e as crianças eram alvo singular dos higienistas. As crianças eram focadas, pois eram a ponte de acesso à família.

Outra corrente que surge para combater a infância desvalida no final do Século XIX, foram os juristas que focalizaram cientificamente a questão da infância desamparada e delinqüente pelo prisma da ciência. Na época, o fortalecimento do conhecimento científico questionou a assistência caritativa, focando a filantropia pelo viés do cientificismo. Com esse novo enfoque, a infância ganha novas nomeações. ‘Criança’ era vocábulo usado para aquelas originárias de famílias ricas e ‘menor’ para os abandonados, delinqüentes e desvalidos, surgindo a denominada questão do ‘menor’, que era visto como caso de polícia.

O atendimento técnico-científico à infância desvalida, principalmente, permeado pela atuação de juristas e médicos, marca uma fase de institucionalização do serviço oferecido. Uma nova visão de atendimento é realizada com a finalidade de controlar a sociedade, visando manter a ordem frente ao quadro das transformações sociais ocorridas até meados do Século XX.

A ciência tentava controlar e resolver a questão dos abandonados e delinqüentes e, mesmo sabendo da problemática social da questão da infância e da juventude desvalidas, como discorre Rizzini (1995b), executaram-se soluções que foram aparentemente vistas como adequadas sociopoliticamente, como a institucionalização dos menores. No entanto, a execução dessa ação era meramente superficial e não provocava alteração dos quadros de desamparo dessa parcela da população. As instituições criadas para os menores eram depósitos de crianças e de jovens, e serviam para deixá-los longe do cotidiano da sociedade.

Os juristas, por exemplo, expressaram suas pretensões na referência feita no Código Penal de 1890 (1980) sobre a necessidade de se criar instituições preventivo-correcionais e os médicos higienistas tratavam o problema com suas medidas de regeneração da delinqüência juvenil.

Rizzini (1995b) aponta como modelo exemplar desse momento da assistência filantrópica a criação no Rio de Janeiro, em 1903, logo nos primeiros anos da República, da Escola Correccional Quinze de Novembro e da Colônia Penal Agrícola. Na Colônia existia uma seção específica para ‘menores viciosos’ que visava isolá-los. O modelo utilizado tanto no contexto de abandono quanto no de infração é o de disciplina, trabalho e educação fundamentada nos valores e nas normas científicas. Sobre o funcionamento desses reformatórios, Santos (2004) considera que, apesar de o regime interno não permitir a violência física contra os adolescentes, ele vetava o contato externo do adolescente com o mundo exterior, podendo os mesmos apenas receber visitas monitoradas de seus pais. Portanto, as fugas eram constantes e a ausência de castigos físicos não significava a ausência de punições.

Faleiros (1995) destaca que a Escola Correccional Quinze de Novembro era destinada aos menores abandonados para que fossem integrados pelo trabalho ou dominados pela repressão que em seu discurso político assumia uma postura educativa para o encaminhamento das crianças por intermédio da educação física e moral.

Os juristas invadem o campo da infância, a fim de criarem os tribunais especiais para menores, ganhando o seu lugar cativo na assistência ao menor, de maneira que, no Código Criminal do Império do Brasil de 1830 (1980), a minoridade penal institui-se aos catorze anos incompletos, mas já no Código Penal de 1890 (1980) a idade da responsabilidade diminui para nove anos. Logo, inaugura-se na República uma ação policial e repressiva contra o menor. No entanto, emerge em 1927 uma legislação que aborda a proteção à infância desvalida, o Código de Menores, influenciado pela Declaração dos Direitos da Criança.

Seguindo a narrativa histórica do quadro de proteção à infância apresentada por Marcílio (1998b), surgem, em 1919, o Departamento Nacional da Criança, órgão de controle das atividades referentes à mãe, à criança e ao adolescente; em 1921, o Serviço de Assistência e de Proteção à Infância; em 1924, o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores; em 1939, a Constituição com dois artigos dedicados à educação da infância e da juventude; e, em 1941, o SAM<sup>7</sup> (Serviço de Assistência ao Menor), antecessor da Funabem de 1964.

---

<sup>7</sup> O SAM deveria:

Nota-se nesse relato seqüencial da substituição de um órgão por outro que o Estado vai aos poucos assumindo o lugar de protagonista na assistência à criança e ao adolescente, buscando enfrentar essa problemática, tornando mais restritas as práticas informais, como a Roda dos Expostos e a prática benevolente da adoção de crianças órfãs, pobres e abandonadas, e avançando para um momento de uma assistência formal, acompanhada e executada pelo Estado.

Todavia segundo Marcílio (1998b) até esse momento a posição do Estado brasileiro ainda é de: estudo, vigilância e controle da assistência ao ‘menor’. Apenas na década de 1960 torna-se o principal responsável pela infância.

Em **1964**, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar Social, Funabem<sup>8</sup>, introduzindo a **terceira fase da assistência, a fase do Estado do Bem-Estar**. Em 1979, obtêm-se o Código de Menores de 1979 (1989), elaborado na direção da Declaração Universal dos Direitos da Criança e pressionado por organizações não-governamentais, nacionais e internacionais.

Com relação à política do Bem-Estar, Passeti (1982) afirma que esta é “... elaborada a partir de uma concepção de verdade que se ancora na ciência. Desenvolvem-se mecanismos de controle ancorados em métodos disciplinares, que Foucault aponta como sendo a docilidade dos corpos: aumentar as forças do corpo economicamente e diminuir as forças políticas” (p. 12).

Contudo as instituições da Funabem, aparentemente consideradas inovações, são em sua maioria continuidades de estabelecimentos anteriores que funcionavam desde o Século XIX. Em vista disso, a mudança era aparente e o quadro de violência e pobreza era desanimador, ficando cada vez pior. Irrumpem reações da sociedade, por meio de

---

“a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinqüentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;

b) proceder à investigação social e ao exame médico-psico-pedagógico dos menores desvalidos e delinqüentes;

c) abrigar os menores à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;

d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somato-psíquico;

e) estudar as causas do abandono e da delinqüência infantil para a orientação dos poderes públicos;

f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas.”

(Decreto-lei nº 3.799 de 05/11/1941 apud Rizzini, 1995b: 277).

<sup>8</sup> Art 5º A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.

grupos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. A mobilização é contínua, principalmente entre 1988 e 1990, e nessa época criou-se o Ministério da Criança em 1990. A movimentação política e social culminou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>9</sup>, sendo extinta a Funabem e substituída pela Fundação Centro Brasileiro para a infância (CBIA) que também foi extinta. Conforme menciona Marcílio (1998b): “o Governo continuava tratando os assuntos da infância de forma pontual, aleatória, descontínua e muitas vezes inconseqüente” (p. 227).

Cabe ainda dizer que nessa Fase do Estado do Bem Estar, como bem proferido por Faleiros (1995), a sua grande representante, a Funabem atua segundo uma lógica autoritária em que configura uma busca de controle social com o discurso de uma luta pela segurança nacional e se molda na tecnocracia ao atuar a partir de uma posição verticalizada e centralizadora fundamentada no discurso da cientificidade. O Estado posiciona-se com uma defesa pela prevenção da marginalização do ‘menor’ que segundo apontam seria conseqüência da migração, da urbanização e da desintegração familiar. Com isso, instalam-se centros de Recepção e Triagem para diagnóstico das crianças e sua conseguinte divisão em meninos carentes e meninos de conduta anti-social.

Entretanto, como aborda Pino (1987), aconteceu apenas uma mudança no discurso, pois o conteúdo fora pouco alterado, e o ‘menor,’ que era “caso de polícia” tornou-se “caso social”. Argumenta o autor que o tratamento, dado à infância e à adolescência, perdura desde o período pós-64, não ocorrendo uma problematização desse fenômeno da transgressão social-legal. Esse autor denuncia que não são feitas análises das causas estruturais dessa problemática, ou seja, não se busca a gênese do problema, as discussões e intervenções permanecem fundamentadas no âmbito da análise descritiva das condições econômicas e sociais do ‘menor’ como justificativa de sua realidade, esquecendo-se dos processos sociais que originam a criminalidade. Logo,

---

<sup>9</sup> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

aponta que o problema do ‘menor’ é um falso problema que explica o tipo de políticas sociais oferecidas, pois o atendimento está preconizado inadequadamente, gerando políticas efêmeras e que não produzem mudanças no cuidado dado ao jovem: “não se está pensando em reformas estruturais, mas em redução das conseqüências, disfuncionais para o sistema, que as atuais estruturas geram” (Pino, 1987, p. 40). Nesta reflexão interroga se de fato busca-se por essas vias restritas de análise, um processo de transformação do quadro.

## **1. 2 A trajetória da construção das legislações brasileiras pertinentes ao adolescente com história de transgressão social-legal**

Entendo que as leis são mediações constitutivas da compreensão da transgressão social-legal, com esse entendimento, nesta seção apresento uma cronologia da legislação brasileira do processo de construção das normas vigentes. Com tal escolha pretendo apresentar o olhar jurídico com os significados do campo social-político que atua diretamente com o jovem transgressor social-legal. Acredito que as normas legais produzem nuances das concepções sobre o sujeito.

Segundo Rizzini (1995a), a legislação que se aplicava no Brasil Colônia era a legislação da metrópole, já que o sistema legal operante provinha de Portugal. Essa legislação destinava-se, principalmente, à população branca, em sua maioria, de imigrantes. Portanto, vigoravam as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, sendo essas últimas as de mais vigência, de 1603 até a edição do Código Criminal do Império do Brasil de 1830.

---

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A legislação referente ao ‘menor’ nesse período era referida no TÍTULO CXXXV, do Livro V das Ordenações do Reino (1980)<sup>10</sup>. A imputabilidade se iniciava aos 21 anos de idade. Entre os 17 anos e os 21 anos, a pena era total ou diminuída consoante compreendesse o julgador. O adolescente com menos de 17 anos não poderia receber pena de morte, mas outra pena menor. Caso o adolescente com menos de 17 anos cometesse outro delito em que a pena não fosse a de morte, seria ele submetido às disposições do Direito Comum.

Acompanhando Rizzini (1995a), temos que as medidas punitivas das Ordenações foram abolidas por serem consideradas bárbaras. O Código Criminal do Império de 1830 (1980) estabelecia a responsabilidade penal para menores a partir de 14 anos. Mas, caso fosse provado que o menor tivesse discernimento no momento do delito, deveria ser recolhido à casa de correção pelo tempo que o juiz decidisse, não podendo exceder a idade de 17 anos. Nota-se que nesse código não existe idade mínima no sentido de que, para ser identificado como infrator, dependia se ele seria julgado com discernimento e assim poderia ser punido, não importando a idade no momento do ato. Rizzini (1995a) aponta que nessa época não havia discussão sobre a prevalência da educação sobre a punição. O Código Penal de 1890 (1980)<sup>11</sup> fixou a irresponsabilidade absoluta aos menores de idade de nove anos completos. Os maiores de nove anos e menores de catorze poderiam ser responsabilizados se agissem com discernimento. Esse código somente foi alterado com a Lei 4242 de 5/1/1921 que prescreveu a inimputabilidade até 14 anos. Em 7/12/1940, com o Código Penal de 1940, Decreto-Lei 2848 (1980), é que foi fixada a idade de 18 anos como marco que separa a menoridade da responsabilidade penal.

---

<sup>10</sup> “Quando os menores serão punidos por os delictos que fizerem. Quando algum homem, ou mulher, que passar de vinte annos, commeter qualquer delicto, dar-se-lhe-há a pena total, que lhe seria dada, se de vinte cinco annos passasse. E se fôr de idade de dezasete annos até vinte, ficará em arbitrio dos Julgadores dar-lhe a pena total, ou diminuir-lha. E em este caso olhará o Julgador o modo, com que o delicto foi commettido, e as circunstâncias d'elle, e a pessôa do menor; e se o achar em tanta malicia, que lhe pareça que merece total pena, dar-lhe-ha, postoque seja de morte natural. E parecendo-lhe que a não merece, poder-lha-ha diminuir, segundo a qualidade, ou simpleza, com que achar, que o delicto foi commettido. E quando o delinquente fôr menor de dezasete annos cumpridos, postoque o delicto mereça morte natural, em nenhum caso lhe será dada, mas ficará em arbitrio do Julgador dar-lhe outra menor pena. E não sendo delicto tal, em que caiba pena de morte natural, se guardará a disposição do Direito Commum” (p.133/134).

<sup>11</sup> Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º Os menores de 9 annos completos;

§ 2º Os maiores de nove e menores de 14 annos, que obrarem sem discernimento.

Art. 30. Os maiores de nove annos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda à idade de 17 annos.

Para Rizzini (1995a), o período de 1923 a 1927 foi produtivo em capítulos, artigos e incisos para fechar um detalhamento possível para a organização da assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente. Em 1923, o Decreto nº. 16.273 inclui o Juiz de Menores na administração da Justiça. Em 1924, Mello Mattos foi nomeado o primeiro Juiz de Menores do Brasil.

O Código de Menores de 1927 (1978)<sup>12</sup> - conhecido como Mello Mattos - foi uma consolidação de leis relativas a menores que vinham sendo elaboradas. Para Oliveira (1999):

“A década de 20 opera a passagem da simples repressão para o afastamento das crianças dos focos de contágio, que consistia, basicamente, na idéia de que as crianças deveriam ser retiradas das ruas para se submeterem a medidas preventivas e corretivas que estariam a cargo de instituições públicas. O Código de Menores Mello Mattos, de 1927, consolida legalmente esta prática de prevenção ligada ao ideário de periculosidade” (p.76).

O código de 1927 tinha uma proposta de controle das crianças e adolescentes por meio de vários mecanismos por ele criado, justificados pela fundamentação nos saberes da Justiça e Assistência. O sistema de proteção e assistência do Código de Menores submetia qualquer criança por sua simples condição de pobreza. Oliveira (1999) indica que “a idéia de correção já aparece acompanhada do caráter assistencial que acompanha a prática do recolhimento dos ‘menores’” (p.76).

Essa leitura da punição pela sua condição de pobreza e recolhimento das crianças e adolescentes empobrecidas fica clara nos artigos 68<sup>13</sup>, 69<sup>14</sup> e 71<sup>15</sup> do Código

---

<sup>12</sup> Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

<sup>13</sup> Art. 68. O menor de 14 anos, indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-as, sobre o fato punível e seus agentes, o estado físico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor ou pessoa em cujo guarda vivia.

§ 2º Se o menor não for abandonado, nem pervertido, nem estiver em perigo de o ser, nem precisar de tratamento especial, a autoridade o recolherá a uma escola de reforma, pelo prazo de um a cinco anos.

§ 3 Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo tempo necessário à sua educação, que poderá ser de três anos, no mínimo, e de sete anos, no máximo.

<sup>14</sup> Art. 69. O menor indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, que contar mais de 14 anos e menos de 18, será submetido a processo especial, tomando, ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações, a respeito do estado físico, mental e moral dele e da situação social, moral e econômica dos pais, tutor ou pessoa incumbida de sua guarda.

§ 2º Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário à sua educação, que poderá ser de três anos, no mínimo, e de sete anos, no máximo.

em que caso o 'menor' for considerado abandonado, este poderá ser recolhido mesmo em caso de absolvição como decorre no artigo 73

contexto de governo autoritário. Isto significava que a qualquer manifestação contrária ao discurso dominante esta era banida e eliminada. Os militares detinham o controle sobre a sociedade e as organizações populares, levando a uma circunstância de inflexão política. Nos anos 70, o debate reascende, mas prevalece a Doutrina da Situação Irregular no Código de Menores de 1979 (1989)<sup>18</sup>, mediante o caráter tutelar da legislação e a idéia de criminalização da pobreza.

Em 1979, a Lei nº 6.697/79<sup>19</sup>, é instituída e as denúncias, ações e manifestações populares em favor da criança ganham visibilidade, gerando mudanças significativas nas legislações. Este é um processo gradual de liberação do controle exercido pelo Estado, como ressalta Faleiros (1995). O Brasil vivia ante uma crise econômica que ecoava a miséria, a barbárie, o trabalho infantil, a repetência escolar, que foram confrontadas por uma mobilização de parte da sociedade e de parte do Estado. Contudo, sabe-se que perdura o dualismo da violência com a defesa dos direitos humanos.

Nesse contexto, concebe-se no Brasil a Carta Constitucional de 1988 (Art. 227<sup>20</sup>) somada à defesa dos direitos humanos, culminando na revogação do Código de Menores de 1979, que teve curta vigência, com a promulgação da Lei nº. 8.069, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>21</sup> (2000), no ano de 1990. Seus

---

<sup>18</sup> Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I- privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II- vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III- em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V- Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI- autor de infração penal.

<sup>19</sup> Art 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

<sup>20</sup> Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

<sup>21</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente em suas disposições preliminares afirma que:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios,

pressupostos são baseados na Convenção da ONU sobre os direitos da criança<sup>22</sup> de 1989 (1998).

O ECA redimensionou a legislação brasileira a partir da concepção de sujeitos de direitos, preconizando legalmente a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais. O ECA pressupõe a criança e o adolescente a partir de sua condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, entende o indivíduo em transformação. Essa lei passou a ser vista como um dispositivo humanista e democrático a ser aplicado.

Sobre a implementação do ECA, alguns estudiosos se posicionam contrapondo-se e complementando-se. Marcílio (1998a) aborda que “o país dispõe, pois, de normas paradigmáticas e de organismos integrativos para uma ação exemplar em defesa da criança brasileira” (p. 51), mas, no entanto, julga que falta competência, responsabilidade e vontade política para que de fato se assumam a prioridade absoluta da infância brasileira. Já Oliveira (1999) afirma que:

“Acreditou-se, por motivos óbvios, que o Código de Menores de 1979 estava de uma vez por todas sepultado, e definitivamente, já não era o referencial legislativo que orientaria o Estado, a Justiça e a sociedade no atendimento a ser dado a crianças e adolescentes. Contudo, a Justiça vem insistindo em ler o ECA sob a lente encarceradora do Código de Menores, que, no cotidiano da prática judiciária, sobreviveu como um cadáver insepulto” (p. 77).

Passetti (1995) é radical em sua leitura de que o ECA mudou o discurso daqueles que atuam no campo do cumprimento da nova legislação, mas não mudou as práticas dos executores do Estatuto, com isso o paradigma do Código de Menor não foi revolucionado. As infrações, para esse autor, assumem a feição de crime e as medidas sócio-educativas assemelham-se à pena. Entende que o ECA por si só é incapaz de alterar a lógica punitiva e pontua que o Juízo da Infância e Juventude seria uma imitação das Varas Criminais.

---

todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

<sup>22</sup> Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. Art. 1 - Para os efeitos da presente Convenção, entende-se por criança todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.

Adorno & Mesquita (1999), ao se questionarem sobre o que haveria para comemorar acerca dos direitos humanos para crianças e adolescentes revelam que é necessário reconhecer que, quanto mais avança a legislação de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, maiores parecem ser as dificuldades de implementação, mostrando a importância de se distinguir o mundo das leis do mundo dos fatos. No mundo das leis, o ECA obedeceria às mais modernas orientações contidas nas convenções internacionais, mas afirmam que, na realidade, estamos longe de ratificar a legislação proposta. Afirmam serem necessárias alterações na filosofia e nos programas de trabalho, desenvolvendo uma mudança significativa nas mentalidades profissionais, bem como alterações nas rotinas administrativas e técnicas para que as crianças e os adolescentes sejam tidos como fins e não como meios. Pontuam que as instituições são fins em si próprias e não meios para a execução do projeto do ECA, não conseguindo realizar de fato a conexão dos serviços e políticas sociais que se encontram fragmentadas e parceladas.

Pino (1990), no auge da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que essa Lei significava um marco político na história dos movimentos em defesa da infância brasileira, não em função de ter sido colocado em vigor e nem por motivos de expectativas por mudanças dessa parcela da população, mas pela importância da significação política e jurídica dessa Lei. Para esse autor, isso se justificava porque pela primeira vez a criança e o adolescente eram percebidos independentemente de sua origem econômica. Mas logo ressalta que: “infelizmente, a simples afirmação de *direito* não garante seu reconhecimento de *fato*, o qual só advirá pela ação política dos movimentos sociais” (p. 61). Esse artigo, escrito no momento da promulgação do ECA, nos desafia sobre os novos possíveis caminhos dispostos por essa legislação que propunha, ao revogar a legislação do Código de Menores de 1979 que era fundada no conceito ideológico de ‘menor’ e nos resquícios da Lei de Segurança Nacional adotada durante a ditadura, estabelecer uma nova concepção sobre o sujeito autor de ato infracional.

No capítulo seguinte, acompanho as novas visões da situação brasileira quanto ao cuidado oferecido a sua juventude e aos jovens autores de atos infracionais. E com a finalidade de edificar os lugares legais atuais na situação política e jurídica brasileira do jovem autor de ato infracional, considero a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, a qual cabe orientar-se, pela Convenção da ONU dos direitos

da criança (1998)<sup>23</sup>, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e Juventude - Regras de Beijing (1998)<sup>24</sup>; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1998)<sup>25</sup>; a Constituição da República Federativa do Brasil (2004) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (2000).

---

<sup>23</sup> Artigo 40: Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança, de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais, de ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor e a fortalecerão o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade.

<sup>24</sup> Regra 7: Respeitar-se-ão as garantias processuais básicas em todas as etapas do processo, como a presunção de inocência, o direito de ser informado das acusações, o direito de não responder, o direito à assistência judiciária, o direito à presença dos pais ou tutores, o direito à confrontação com testemunhas e interrogá-las e o direito de apelação ante uma autoridade superior.

<sup>25</sup> Regra 1: O sistema de justiça da infância e da juventude deverá respeitar os direitos e a segurança dos jovens e fomentar seu bem-estar físico e mental. Não deveria ser economizado esforço para abolir, na medida do possível, a prisão dos jovens.

## **CAPÍTULO 02: A transgressão social na juventude brasileira contemporânea**

Esse capítulo está fundamentado na pesquisa sobre o jovem identificado jurídico-socialmente como algoz e vítima da violência. Meu projeto propõe problematizar o fenômeno do sujeito jovem com história de transgressão social-legal sem situar a violência em uma lógica linear que, considerando que ora o jovem autor de ato infracional é apontado como agente do fenômeno sombrio da violência, ora é percebido como vítima desse fato tão midiático e marcado socialmente. Parto da lógica dialética, como método de compreensão sobre a realidade em que o meu objeto de estudo transita nas contradições desse fenômeno. Como objeto de estudo especificamente, exponho os sentidos subjetivos de um jovem com história de autoria infracional na contemporaneidade.

Para trilhar o caminho dos sentidos subjetivos do jovem com história de transgressão social-legal, neste capítulo situo-me no campo da violência e da juventude brasileira atual. Em seguida, recorto esse campo abordando brevemente a juventude brasileira e suas conceituações. Por fim, apresento as categorias analíticas que iluminam o fenômeno da realidade para revelar a juventude em conflito com a lei.

### **2.1 A violência e a juventude no Brasil contemporâneo**

Atualmente, observo significativo interesse no fenômeno da violência vinculada com a juventude como Adorno, Bordini & Lima (1999) percebem enquanto um problema social no Brasil já na década de 70 ao chamarem atenção para o fato de que nas grandes cidades brasileiras encontravam-se crianças e adolescentes nas ruas mendigando e atuando em trabalhos informais.

No entanto, os autores destacam que o incômodo da opinião pública é influenciado pelos dados crescentes da criminalidade urbana violenta. Dados que geram suspeita sobre o aumento e o implacável envolvimento desses jovens na transgressão social, com foco nas classes mais desfavorecida economicamente. Assim afirmam que: “... o crime constitui-se, na atualidade, uma das principais preocupações na agenda dos mais urgentes problemas sociais com que se defronta o cidadão brasileiro” (p. 62).

Já Soares (2004), em uma análise sobre a *juventude e violência no Brasil contemporâneo*, apregoa que, “a violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia” (p. 130). Porém, esclarece que tal barbárie cotidiana está dirigida especificamente para um grupo específico da sociedade: os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos.

Com estas observações, ao longo dessa seção apresento dados atuais e nacionais para elaborar o perfil dessa categoria de jovens vítimas da violência.

Dessa situação da juventude brasileira, Adorno (2002) aborda que a questão do envolvimento dos jovens com o crime possui dupla perspectiva, de um lado se apresenta como vítima da violência e, por outro, é apontado como autor da violência. Na análise, contextualiza que em um país com normalidade institucional e governo civil, esperava-se uma sociedade internamente pacificada, afinal havia a reconquista do Estado democrático, já que a violência em geral é localizada como produto do regime autoritário.

Um esboço do quadro da criminalidade juvenil tem o jovem como autor da violência e este é apresentado na pesquisa realizada na cidade de São Paulo por Adorno (1999) no Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP no período de 1993 a 1996, comparativamente aos dados da pesquisa equivalente da Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) de 1988 a 1991. Esse estudo teve como objetivos:

1. Conhecer a magnitude da delinqüência juvenil e sua evolução recente;
2. Caracterizar o perfil social do jovem transgressor; e

3. Avaliar a aplicação das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto das Crianças e do Adolescente a fim de compreender se o poder público tem produzido os resultados esperados para conter as infrações dos adolescentes.

Os resultados na pesquisa mostraram que:

1. Quanto à questão do aumento voraz da criminalidade, comparando os dois períodos referidos (1988-91 e 1993-96), não houve substantivas modificações no movimento da criminalidade juvenil. Especificamente sobre os homicídios cometidos por adolescentes, teve-se que apenas 1,3% de todas as ocorrências infracionais detectadas correspondiam a essa modalidade infracional. Percebe-se com isso que existe um descompasso entre as percepções coletivas e os fatos. Os pesquisadores ressaltam que a criminalidade organizada e o tráfico de drogas apresentam um crescimento relativo que merece ponderação.

2. Quanto ao perfil dos jovens com envolvimento infracional, a pesquisa indicou que está em processo de diversificação a composição dos grupos constitutivos da transgressão social-legal juvenil quanto ao nível de escolaridade dos jovens, mas que quando se compara o perfil étnico, ainda se observa, comparando os dois períodos: maior presença de jovens negros e que pertencem aos estratos socioeconômicos mais pobres. Com isso, a inserção dos jovens no mundo social contemporâneo é caracterizada por desigualdades sociais e pelas dificuldades de acesso aos direitos civis e sociais e de acesso às instituições promotoras de justiça e de bem-estar. E, com base em pesquisas anteriores e em leituras especializadas, percebe-se a tendência das agências de controle social na imputação da responsabilidade pelas infrações aos cidadãos 'suspeitos': os mais pobres, os mais negros e os mais imigrantes.

3. Quanto à avaliação da aplicação das medidas sócio-educativas, concluíram que há correspondência entre a gravidade das infrações cometidas por adolescentes e o grau de medida aplicada, tendo os magistrados aplicado preferencialmente medidas médias. No entanto, constataram alguns indícios de aplicação de medidas sócio-educativas com desvios que poderiam comprometer a legitimidade do ECA, tais como: distribuições de medidas leves para infrações de elevada gravidade e um elevado nível de arquivamento e remissões, como se estivessem abdicando-se de intervir. Por fim,

notaram discriminação judicial, na medida em que, adolescentes brancos receberam medidas mais brandas do que as dos negros.

O estudo concluiu que:

“Tudo leva a crer que o atual cenário de medo e insegurança diante da evolução da delinquência juvenil tenha a ver com o modo pelo qual o ECA vem sendo implementado em nível das agências governamentais, em particular o complexo constituído em torno das instituições policiais, da promotoria da infância e da adolescência, da justiça especializada e das instituições do poder executivo responsáveis pela tutela, guarda e oferta de tratamento para os adolescentes infratores” (Adorno, 1999, p. 62).

A seguir exponho outros estudos que nos mostram o outro lado do fenômeno da violência na juventude: o do jovem como vítima da violência. Nessa perspectiva, destaca-se que o número de vitimização da juventude tem aumentado consideravelmente. A pesquisa desenvolvida pelo NEV/USP, de Peres, Cardia & Santos (2006) sobre a temática dos homicídios cometidos contra as crianças e os adolescentes no período de 1980-2002, anuncia o progresso da redução drástica das taxas de mortalidade infantil que é anulado pelas taxas de homicídios contra as crianças e os adolescentes. Nestas, as maiores vítimas são jovens entre 15 e 19 anos, possuem cor, situação social, sexo, localização e profissão claramente conhecidos. A relação entre as vítimas é de 7,6 meninos para cada menina vítima de homicídio. A evolução do número de vítimas no período é de 368%, isto é, passa de 1.926 vítimas em 1980 para 9.007 no ano de 2002. Considerando a divisão de vítimas por causas externas<sup>26</sup>, no ano de 2002, os homicídios passam a ser responsáveis por 40% das mortes por causas externas de crianças e adolescentes no Brasil. Em 1998, os homicídios ocupam o primeiro lugar entre as causas externas de morte de crianças e adolescentes, ultrapassando as mortes acidentais e os acidentes de trânsito.

Com base nos dados apresentados, percebo a violência com múltiplas facetas e determinantes, considerando a pesquisa do NEV/USP de Adorno (1999), que traça um panorama da autoria juvenil da criminalidade, ao informar que os números e estatísticas denunciam estabilidade do nível de criminalidade. No entanto, conforme pesquisa publicada em 2006, que avalia as taxas de homicídio contra esse grupo da população, os

---

<sup>26</sup>As causas externas de óbito são por: acidentes de transporte, homicídios, suicídios e uso de armas de fogo.

dados são alarmantes, mesmo vigorando o Estatuto da Criança e do Adolescente que fortalece a garantia e oferece mais solidez aos direitos básicos de vida e saúde das crianças e dos adolescentes. As pesquisadoras, ao abordarem o período de 1980 a 2002, chamam a atenção para o quadro do crescimento das graves violações de direitos humanos que, para elas, estão interligadas à acentuação das desigualdades sociais, à precariedade do aparelho público, à maior exposição da juventude ao consumo de álcool e drogas, ao acesso às armas e ao fortalecimento do crime organizado.

A partir da última análise da dinâmica da violência pela perspectiva do jovem vítima da violência, abordo a análise longitudinal do mapa da violência dos jovens no Brasil. Waiselfisz (2006) na continuidade da pesquisa da 1998 a qual pretendia realizar uma leitura social das mortes violentas dos jovens brasileiros considera que, desde 1998, as mortes foram percebidas apenas como o ponto visível da violência generalizada que afeta e vitima a juventude do país.

O mapa da violência que abrange a década de 1994 a 2004, mostra que, em 2004, o Brasil tinha o contingente de 36 milhões de jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade, o que representava 20,1% da população brasileira. Na análise deste período, o número total de homicídios no país passou de 32.603 para 48.374, um aumento de 48,4%, bem superior ao crescimento da população que foi de 16,5%. O número de homicídios da população jovem aumentou 64,2%, superior aos 48,4 da população total. No nível internacional, entre 84 países do mundo, o Brasil ocupa a 4ª posição no ranking das taxas de homicídios e, (comparativamente entre os jovens), em 2004 o Brasil sobe uma posição e permanece atrás apenas da Colômbia e Venezuela. Essa pesquisa confirma os dados de outros estudos, em que os homicídios afetam principalmente os homens (93% das vítimas são do sexo masculino) e negros que têm um índice de vitimização de 73,1%, superior ao dos brancos na população total.

Parto do pressuposto de que são várias as matizes da criminalidade e que suas manifestações variam conforme as regiões do país. Assinalo tal realidade para contextualizar o sujeito desse estudo (um jovem com história de conflito com a lei no Distrito Federal), da Região Centro-Oeste onde ocorreram 6.874 homicídios de crianças e adolescentes entre os anos de 1980 a 2002, ou 6% do total de casos do país. A maior parte dos casos vitimou crianças e adolescentes do Distrito Federal. A proporção de

crianças e adolescentes entre as vítimas de homicídios cresceu em todos os Estados da Região, especialmente no DF, onde o incremento global (1980 a 2002) foi de 113,3%.

Em relação a realidade focalizada cabe destacar que a faixa etária de 15 a 19 anos teve os maiores valores dos coeficientes de mortalidade por homicídio e que em outro estudo do CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG), fundamentada na base de dados do Datasus (Banco de Dados do Sistema Único de Saúde), ao focalizar as taxas de homicídio em todo o Brasil de 1993 a 2002, aponta que o Distrito Federal está entre as capitais que ostentam taxas elevadas de homicídio.

Contribuindo para a importância do tipo de focalização da questão Waiselfisz (2006) declara que:

“A incidência crescente de todas essas formas de violência, que torna os jovens ao mesmo tempo vítimas e algozes, exige do conjunto da sociedade uma análise mais aprofundada e uma atitude mais objetiva e responsável, se houver realmente a preocupação em reduzir essa violência na sociedade” (p. 18).

Nesta direção, Soares (2004) aponta para o problema da invisibilidade desses jovens, marcados em pesquisas com dados claros e perceptíveis. Esses dados mostram o processo, de estigmatização e negligência, vivido por esses jovens. Contrapõe a invisibilidade dos jovens pela sociedade com a visibilidade recuperada a força e com violência pelos jovens autores de ato infracional que se recompõem como sujeito pela via da transgressão social-legal. Esclarece que não está defendendo a agressão nem elogiando a violência, mas busca compreendê-la, procurar uma ‘chave de leitura’, uma interpretação.

Assim instigante, o autor convoca ao debate os pesquisadores com ousadia ética a se debruçarem sobre o drama da juventude brasileira para compreendê-la. Pois entende que mudanças dependem de um mutirão educativo e protetor para os jovens apontados retoricamente pelos políticos e pela mídia como o futuro da nação.

No debate, Adorno (2002) toma posição frente a esse drama da juventude e pauta que o fato de as instituições públicas não cumprirem o seu papel educativo, de segurança, de proteção e de justiça produz na opinião pública o sentimento de que o

crime está crescendo e que parte da responsabilidade seria devido ao envolvimento dos jovens com a transgressão.

E com sutileza, recorda que, segundo os resultados oferecidos por diversas pesquisas, os jovens são mais vítimas que autores da violência e adverte que, historicamente, os jovens eram sujeitos sem fala e objetos da intervenção dos adultos, e que, legalmente, foram transformados em sujeitos de direitos, conforme exposto na seção 1.2. Frente a realidade da violência entrelaçada com a juventude brasileira, o caminho da análise da construção dos sentidos subjetivos do sujeito jovem com história de transgressão social-legal se torna mais tortuoso. Com esta apreensão o pesquisador evidencia: “Ser jovem é, em última instância, viver uma situação perigosa – os dados mostram isso de maneira contundente” (Adorno, 2002, p. 105). Outra percepção advém ao se deparar com as estatísticas, qual seja, a de que os dois problemas s9(c)-6.2659(e)3.74(p)-0.2955828

entendimento dos efeitos da pobreza e da urbanização acelerada sobre o aumento da criminalidade, o que inclui a análise dos mecanismos institucionais e sociais do crime organizado. Para assim apontar as rigorosas regras em que os jovens são envolvidos dentro dos grupos criminosos, tornando-se eternos suspeitos. Nessa análise a droga é associada a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo, e que os jovens são as principais vítimas dos crimes violentos, devido à cadeia de vinganças de que são prisioneiros.

Zaluar (2004) procede à análise da convergência do recrutamento de jovens pelo mercado de drogas nas favelas e nos bairros pobres, da pobreza com suas oportunidades educacionais e econômicas inadequadas e das formações subjetivas cristalizadas na identidade masculina associada à honra e à virilidade. E ressalta, o Brasil, a partir de sua configuração cultural, institucional e econômica, vivencia um pavor do crime, o que gerou uma dicotomia entre o bem e o mal na preferência das camadas da população (quem morre são os pobres, sem recursos políticos e econômicos que lhes garantam acesso à Justiça e à segurança):

“O nome do diabo passa a ser invocado cada vez mais para atribuir sentido ao viver sob a insegurança e incerteza das altas taxas de inflação, da crise econômica, da ineficiência e da corrupção institucionais, além dos encontros odiosos com os bandidos nas ruas das cidades. E os próprios bandidos, identificados pessoal e profundamente com essa encarnação do mal, reinterpretem a sua saga por um pacto fictício com ele” (p. 43).

Confirmando a análise de Zaluar, a pesquisa de Azevedo (2000) tratando da adolescência infratora como rito de passagem para a vida adulta, considerou na análise de histórias de vidas de adolescentes em conflito com a lei que os sujeitos pesquisados não vivenciaram um processo emancipatório identitário. A transgressão não desencadeou em suas vidas processos de metamorfose de suas identidades.

Na contribuição de Calil (2001) situa-se a análise de como os significados sociais atribuídos aos meninos de rua determinam a construção de sentidos subjetivos e a constituição da subjetividade de um adolescente que viveu nas ruas de Santos durante nove anos. E defende que atrás da máscara da agressividade do jovem estava um pedido de ajuda em busca de uma transformação social, para apontar a crise social do país como contexto de exclusão para essa população pobre e sem direitos à vida. O jovem

pesquisado expressa que, para ele, muitos atos infracionais decorrem de atos de desumanização dirigidos a eles, no caso, os meninos de rua. Calil afirma que esse sujeito excluído socialmente representa um fracasso social, político e coletivo. Ele está em desigualdade social à medida que não tem os seus direitos igualmente garantidos, e assim o status de sujeito de direitos preconizado no ECA não é cumprido.

A leitura de Teixeira (2002) define que:

“O tema ‘Adolescência e Violência é um ponto crítico, de saturação, condensação de múltiplas determinações, pois revelador das mutações, transformações da cultura, dos padrões de relações entre os humanos, do modo de ser e existir – pensar, sentir e agir – dos indivíduos, neste momento histórico” (p.235).

Assim defende que a violência é um elemento indicador da configuração subjetiva dos membros da sociedade, ao pensar que aponta para uma ‘ética da convivência’. O estudo legitima o binômio adolescente-violência e constrói as seguintes questões:

“Qual futuro é possível para crianças e adolescentes que vivem, no presente, de modo tão radical a experiência da violência? Qual futuro é possível com o passado incrustado na memória que não se reconhece e coexiste com a vivência não elaborada da violência – os fantasmas? Qual a possibilidade de não repetir como agente a violência que o vitimou?” (p.286).

Peralva (2000) prioriza a questão da relação violência e democracia e desenvolve na tese o fenômeno enquanto paradoxo brasileiro, já que nos últimos 30 anos, apesar da democracia ter progredido, ocorre o aumento da violência. A autora explica que, durante a transição democrática que se deu em uma ruptura progressiva com o sistema autoritário, instituições responsáveis pela ordem pública demandavam transformações que não foram priorizadas, e sem essas instituições novas a democracia abriu possibilidades para que a violência se desenvolvesse. Como estratégias adaptativas ao aumento da violência, a sociedade que, no âmbito de uma democracia deveria ser mais aberta, experimenta uma ressegregação para responder à insegurança. Nota-se que esse sentimento de insegurança vivido pela população não está interligado apenas à violência e à criminalidade em si, percebe-se que existem outros fenômenos constitutivos da violência.

Peralva (2000) ressalta que a redemocratização brasileira não se resumiu a um fato político, mas envolveu um conjunto de outras mudanças, como a crise econômica prolongada. No contexto, a violência generalizada que acompanhou essas mudanças, confluuiu em uma transformação do plano social, tendo como efeito uma incapacidade das instituições responsáveis em garantir a ordem pública e demonstrando o seu despreparo frente às novas dimensões da vida na democracia.

Pensando na juventude pobre brasileira, a autora mostra que a sua inclusão no processo democrático é conseguido pela participação nos meios de comunicação de massa e também devido o aumento do nível de escolaridade da juventude. Mas, devido à ausência de políticas eficazes de redução das desigualdades de renda, a inclusão da juventude nessa construção do processo democrático permanece apenas no campo da aproximação simbólica entre o mundo dos ricos e o dos pobres. Na perspectiva a juventude frente à generalização da violência está imersa em uma sociedade em que os valores mínimos de cooperação, do reconhecimento do outro e do direito à vida não são compartilhados.

“Não há de se esperar uma vitória rápida contra a violência na qual a democracia brasileira está mergulhada. Nada se fará sem uma reforma profunda da polícia e da justiça. A fragilidade dessas duas instituições nos impede até hoje de contar os nossos mortos” (p. 186).

Peralva (2000) em síntese ressalta: a idéia de direitos humanos vem sendo interiorizada desde a década de 80, mas as novas idéias precisam ser transportadas para meios institucionais mais eficazes e defende que ao interrogar sobre a categoria da juventude este é o caminho para ir além da compreensão do universo específico de um grupo etário.

Outra contribuição singular é Oliveira (2001) que cartografou a juventude de periferia na contemporaneidade publicando sobre a invisibilidade social dada a esses jovens, que só emergem do invisível quando são tidos como ameaças à ordem pública ou mesmo quando já atingiram os registros policiais. Com essa lógica esse jovem é estigmatizado e exilado socialmente.

A pesquisadora indagou-se sobre a produção da adolescência infratora em uma esfera em que os adolescentes são vítimas privilegiadas da violência enquanto seus

delitos representam apenas 8% dos crimes praticados, isso sabendo que a juventude é

sinônimo de ‘privilégios de bandidos’. Temos um sistema judiciário ineficaz, a justiça privilegia a elite e persistem as violações dos direitos humanos. Caldeira (2000) ainda afirma que a dor e o abuso são vistos pela sociedade brasileira como instrumentos de desenvolvimento moral, conhecimento e dor, e uma sociedade com essa cultura de corpos incircunscritos tem poucas chances de fortalecimento de seus direitos civis.

Sobre a proposta de combate a esse genocídio ofertado aos jovens, Vicentin (2005) trabalhou com os intensos *modos de viver* dos adolescentes autores de atos infracionais e pesquisou sobre as rebeliões produzidas na FEBEM. Na análise tratou do contexto da desobediência civil para salientar a dimensão de resistência e percebê-la como forma de luta por direitos, além de denunciar que os jovens estão deserdados de seus direitos básicos. Nas considerações sobre sua pesquisa assinala que pesquisar possibilitando novas delimitações e fronteiras entre aquilo que é considerado legítimo ou ilegítimo, possibilita uma recusa do intolerável (genocídio dos jovens) em que se torna estratégico lutar pelo direito à vida.

A contribuição de Vicentin (2004) situa a discussão da dupla face da moeda do fenômeno violência-juventude e propondo que:

“Sabemos que uma das condições para combater a exclusão e o lugar de dejetos, lixo e de subcidadania que esses jovens são levados a ocupar é não desconectar seus modos de produção e suas lutas específicas daquelas que também constroem as outras juventudes e as outras tantas exclusões do nosso mundo. Não se pode desconectar as políticas dirigidas aos jovens infratores da educação ou das políticas dirigidas a quaisquer adolescentes” (p. 46).

O estudo sobre o jovem autor de ato infracional insere-se nas discussões e contribuições dos autores apresentados, os quais me permitem percebê-lo também em seu processo de luta.

## **2.2 A juventude e o jovem**

O sujeito desse estudo é o jovem autor de ato infracional e como viso compreender esse sujeito por meios de seus sentidos subjetivos na contemporaneidade em suas relações subjetivas e objetivas, evidencio, que o objeto de estudo não é o ato infracional, nem a juventude em si, nem a marginalidade e nem a criminalidade.

Porém, para tratar tal problemática questões precisam ser elucidadas e enunciadas para assim ser possível refletir na construção da aproximação da realidade, foco da pesquisa. Ou seja, os elementos citados são fenômenos que atravessam a dinâmica da figura a ser pesquisada e funcionam como contexto do fenômeno delimitado.

Uma chamada de atenção de Abramo (2005) traz que a juventude nunca esteve tão presente nos discursos e pautas políticas, e para singularizar a juventude frente a outras camadas da população situa historicamente que, até meados dos anos sessenta a visibilidade da juventude era dada pelos jovens escolarizados de classe média, o debate era dirigido ao papel dos jovens frente aos sistemas culturais e políticos. Porém, já a partir da década de 70 o foco voltou-se para as crianças e os adolescentes em situação de risco, que geravam pânico social produzindo mobilizações sociais intensas em torno da defesa desses segmentos da juventude. Mais recentemente, amplia-se a percepção da juventude para além da adolescência em risco e para além dos jovens da classe média. A explicação da autora é de que atualmente o segmento da juventude vivencia vários debates que buscam espaços nas agendas governamentais e nos planos políticos e apresenta alguns pontos de partida: o foco nas condições e possibilidades de participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade, como na década de 60.

Outra pauta política atual sobre a juventude, ponto de discussão travado por Abramo (2005), é a juventude como contingente demográfico, em que a autora busca verificar o perfil dos subgrupos de jovens vulneráveis, visando propor políticas sociais específicas para esse segmento. O discurso elaborado sobre a juventude atual é construído no pressuposto do jovem como sujeito de direitos, no contexto do qual essa autora se propõe a entender a singularidade da condição juvenil, seguindo as questões de quais são os direitos que dela emergem e que devem ser garantidos pelas políticas públicas.

Um exemplo desses debates traçados sobre a juventude contemporânea brasileira, situa-se no relatório de desenvolvimento juvenil da UNESCO de 2003 em que Waiselfisz (2004), mapeia a situação dos jovens nas áreas de educação, renda e saúde, e elabora um índice sintético a partir dessas dimensões – o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ)<sup>27</sup>. O relatório destaca a continuidade e reprodução entre os jovens, de velhos padrões de desigualdade já amplamente discutidos no Brasil. A concentração de renda persiste e é claramente influenciada pela cor, pelo sexo e por fatores regionais. Estreitamente ligada a esses asp

longa e saudável, muitos dos quais percebidos nos déficits educacionais, nas formas de inserção no mercado de trabalho e nos padrões de mortalidade.

Como o estudo trabalha com a conceituação de jovem, cabe aqui situar a compreensão adotada sobre esse sujeito, sabendo que a análise da problemática delimitada a ser pesquisada não pode ser realizada pela compreensão dos fenômenos que os constitui isoladamente. Mas tal postura de situar as definições separadamente se faz com intuito de clarificar as visões e concepções praticadas no estudo; com isso esclareço que adoto como referência de adolescência a visão da Psicologia Sócio-Histórica, fundamentada a partir de um olhar sobre as condições sociais e individuais do sujeito. Tal escolha se dá por uma concepção de homem a ser explicada mais amplamente no capítulo seguinte.

Observo que a adolescência vem sendo tratada pela Psicologia em uma perspectiva carregada por estereótipos e estigmas, no dizer de Ozella (2002), é a visão tradicional dessa ciência que traz uma ênfase naturalizante da visão da juventude, entendida como uma fase inerente ao desenvolvimento do homem. Validando tal pensamento, Campos (2006) afirma, o jovem não é algo pré-fabricado da natureza humana ou mesmo uma fase da vida pré-definida. Portanto, compreender a adolescência como um estágio do desenvolvimento biológico normal do homem situa-a em um quadro naturalizante de desenvolvimento humano.

Ao contrário dessa visão biológica da adolescência, Clímaco (1990) aponta, a vertente da Psicologia filiada ao materialismo dialético explica as funções psíquicas do homem a partir da história social da humanidade, integrando fatores psicológicos e sociais do homem.

Faço essa referência à visão tradicional da Psicologia para reafirmar a minha leitura sobre a categoria adolescência/juventude através da Psicologia Sócio-Histórica. O propósito na pesquisa advém do olhar sobre o jovem em suas relações sociais, como um fenômeno construído a partir de condições sociais, políticas, econômicas e históricas. Logo, ao pesquisar sobre a adolescência, como denotou Ozella (2003a), apreendo como a sociedade enfrenta esse fenômeno. Essa argumentação defende que para construir conhecimento sobre o jovem, o caminho deve se dar a partir dele mesmo, ouvindo sua voz, buscando compreendê-lo em um contínuo histórico.

Com a afirmação de que a prática da pesquisa sobre a adolescência se sustenta nesses pressupostos teóricos da Sócio-Histórica, busco um olhar que visa despatologizar o desenvolvimento humano, percebendo-o como histórico: “a adolescência, na forma como se constitui, deve ser entendida no seu movimento e suas características devem ser compreendidas no processo histórico de sua constituição” (Aguiar, Bock & Ozella, 2001, p. 167).

Nesta concepção a adolescência não é uma etapa natural do desenvolvimento do homem, identificado por suas marcas biológicas da puberdade, não são traços pré-determinados sem significações prontas, mas um momento significado socialmente, interpretado e construído pelos homens. Ou seja, não existe uma adolescência por si só devido a mudanças biológicas aparentemente manifestas.

Conforme Áriès (1986), em seu estudo sobre a história social da criança e da família, que ao abordar as mudanças históricas e sociais sobre a adolescência, relata essa etapa da vida do desenvolvimento humano é uma construção sócio-histórica inventada. Segundo a sua tese, até o Século XVIII o ser humano passava da infância para a vida adulta sem vivenciar as características atualmente apontadas como constitutiva da fase da adolescência. As crianças simplesmente se misturavam aos adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das avós. Assim, as crianças “ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias” (p. 275). Essa elucidação chama a atenção para o entendimento de que historicamente o fenômeno é construído, e em cada época a adolescência se constrói a partir de interesses sóciopolíticos-históricos.

Situando a adolescência na contemporaneidade, Aguiar, Bock & Ozella (2001) pontuam: “A adolescência se refere, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico”. (p. 170).

Fortalecendo tal compreensão, Ozella (2002) considera a adolescência um fenômeno criado historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico. Para esse pesquisador, a adolescência “é constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais. Fatos sociais surgem nas relações e os homens atribuem significados a esses fatos” (p. 21).

Seguindo essa lógica de atribuição de significado a fatos sociais, na seção seguinte abordo as construções analíticas oferecidas historicamente sobre o jovem autor de ato infracional e finalizando o capítulo apresento novas categorias analíticas que iluminam o fenômeno com intuito de revelar novos ângulos e facetas do sujeito.

### **2.3 Os significados e sentidos atribuídos ao jovem autor de transgressões sociais-legais**

Para entender os processos sociais em que os jovens com história de transgressão social-legal se envolvem, faz-se necessário recorrer às nomeações dirigidas a eles na história e em seguida transitar por outras categorias analíticas que possam iluminar o fenômeno da transgressão social-legal.

Até o Século XIX, o termo ‘menor’ era utilizado para assinalar os limites etários com uma ênfase meramente cronológica da pessoa, era um sinônimo de criança ou adolescente. O termo surge a partir do fim do Século XIX e início do XX no vocabulário jurídico brasileiro, como registra Londoño (1991):

“A partir de 1920 até hoje em dia, a palavra passou a referir e indicar criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem” (p.129).

Por conseguinte, a menoridade surge primeiramente arrolada à idade de responsabilidade penal com referências a faixas etárias destoantes da idade civil. O menor é aquela criança ou adolescente abandonado material e moralmente, excluindo dessa categoria os menores de idade que possuíam família. É, enfim, a criança pobre e infratora, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, pelo Estado e pela sociedade, vista como um perigo para a sociedade, um caso de polícia e de repressão.

Passetti (1991), neste contexto de análise do termo ‘menor’, aponta a fórmula utilizada pelos juristas, pelo Estado e sociedade como uma soma de ‘menor’ carente, abandonado e infrator que tem como resultado o ‘menor’ marginalizado, colocando

nesse significativo ‘menor’ a relação direta de pobreza que leva ao crime, permitindo ao Estado suspeitar continuamente desse ‘menor’ pobre e carente, tornando o ‘menor’ uma forma jurídico-social do controle estatal, produzindo estigma.

Para o autor, a mudança de nomenclatura no ECA, de ‘menor’ para adolescente em conflito com a lei, pode representar apenas um alívio aos técnicos, juristas e políticos, não produzindo de fato mudanças significativas que visam transformar a relação com esse ‘adolescente infrator’.

Já para Volpi (2005), o ECA inova ao considerar o adolescente infrator como uma categoria jurídica, colocando o antes denominado ‘menor’ como sujeito de direitos, seguindo a Doutrina da Proteção Integral. Volpi defende que o ECA dilacera a concepção sociológica anterior que estava implícita no Código de Menores de 1979. Nesse último código antes do ECA tínhamos que todo aquele que estava em situação irregular<sup>28</sup> deveria ser amparado e tratado. Todavia usava-se disso para condenar todo aquele que era pobre. O autor defende que o Código de Menores e a Política de Bem-Estar do Menor visavam tratar um delinqüente e não atender um adolescente que transgrediu uma norma, já que todo aquele que fosse considerado em situação irregular necessitava ser tratado.

Oliveira (1996) aborda as significações dadas socialmente e legalmente ao adolescente autor de ato infracional em uma perspectiva que ancora a discussão da estigmatização desse sujeito (problematizada por Passeti e os diversos autores contemporâneos, situados na seção anterior no levantamento das pesquisas nacionais sobre as produções subjetivas desse jovem) e o tratamento agora proposto pelo ECA para um adolescente infrator (como discute Volpi), ao entender que o adolescente que comete um ato infracional como referido na lei precisa ser concebido em uma situação-problema, ou seja, o ato não pode ser visto como um ato em si, isoladamente, em um instante. Chama atenção para o fato de que, se o ato é visto suspenso do contexto, acontece a construção da personalidade criminosa, como antes preconizadas pelos Códigos de Menores, localizando no indivíduo uma questão que é sócio-histórica. A

---

<sup>28</sup> Situação irregular seria aquela criança: privada de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; privada de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária e autor de infração penal.

autora julga ser fundamental um deslocamento no pensamento em si das leis e nas atuações relacionadas ao adolescente considerado infrator e afirma que não adianta obter apenas mudanças de mentalidade de código de ‘menor’ para código para Estatuto. Tal compreensão confirma-se nas pesquisas contemporâneas elucidadas na seção anterior, que trouxeram o foco de debate dos sentidos e significados dados ao jovem em conflito com a lei ampliando o campo mais tutelar e de proteção ao jovem de uma perspectiva mais disciplinadora para um campo novo de estratégias mais genocidas oferecidas ao jovem autor de ato infracional (Vicentin, 2005; Teixeira, 2002; Oliveira, 2001; Zaluar, 2004; Caldeira, 2000; Peralva, 2000). Violante (1981), antes da promulgação do ECA, já assinalava a existência da criação de um personagem marginal que, na figura de ‘delinqüente’, definia o seu lugar social diagnosticado como portador de desvios psicológicos, os quais seriam responsáveis pela sua condição de sujeito marginal. Defendia ainda que esse *modus operandis* seria a condição de sobrevivência que lhe restava socialmente. A criação desse estigma<sup>29</sup> era um mecanismo discriminatório e de controle social que impedia o sujeito de ser aceito socialmente.

Portanto, como conclui Passeti (1998), a terminologia ‘menor’ incluiria toda criança ou jovem que vive na marginalidade social, em situação irregular, como se referia o Código de Menores de 1979. Fundamentado nessa percepção desse código, toda criança ou adolescente em situação irregular deve ser cuidado, já que sua condição econômica-social pressupõe que ele é um sujeito passível de transgressões sociais. Sabemos que juridicamente esse significado de ‘menor’ atribuído ao jovem em conflito com a lei foi alterado com o ECA. No entanto, a mídia e as dinâmicas das relações sociais privadas, principalmente, aquelas edificadas na ressegregação frente ao temor da violência eminente e atribuída ao jovem, não resignificaram seus sentidos sobre esse sujeito, mesmo confrontados com os dados estatísticos alarmantes dos homicídios de jovens, principalmente dos pobres e dos negros. Temos debates a travar, a ‘situação irregular’ tomou amplitude generalizada de violência dirigida principalmente à juventude brasileira.

---

<sup>29</sup> O conceito de estigma é entendido, segundo Goffman (1988), como um atributo negativo, ele é depositado sobre as pessoas, que por sua vez e em virtude de sua diferença entendem-se como negativamente valoradas na sociedade. Quando conhecemos alguém, logo prevemos a sua categoria e seus atributos, ou seja, sua “identidade social”. Criam-se expectativas e exigências são feitas de que a pessoa corresponda ao esperado.

Para aprofundar a análise do fenômeno da violência e juventude com seus significados e sentidos, envolvo novas categorias analíticas para iluminar o fenômeno problematizado até o momento com dados estatísticos, reflexões teóricas e políticas, contextualizações históricas. Para isso, apresento as categorias de estranho, refugo humano e população redundante, ensaiadas por Bauman.

Bauman (1998; 1999; 2001; 2005) evidencia sobre o sujeito contemporâneo, pensando no lugar dele e discute sobre a concepção de sujeito contemporâneo, focando sua análise do locus contemporâneo em que o sujeito se constrói social e historicamente. Por isso, o autor torna-se fundamental como referência nesse processo de análise e produção de conhecimento.

A terminologia de ‘estranho’ introduzida por Bauman (1998) em seu ensaio, é um termo que se refere a aquele que causa o impacto no comum da realidade. A realidade referida é a do aparentemente solidificado em que se compõe o mundo do real e onde estão as construções de significados flutuantes nas relações sociais.

No entanto, o ‘estranho’ age de tal forma que contrasta esse mundo aparentemente pré-fabricado. O ‘estranho’ seria uma categoria referente a coisas e pessoas que não possuem um status no grupo dominante onde emerge; ele é algo novo, um outro marginal, assim tem o papel de desafiar a ordem da organização: “É por isso que a chegada de um estranho tem o impacto de um terremoto... O estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária” (Bauman, 1998, p. 19). Assim situado, infere que, como a sujeira, e o impuro, desafia o propósito dos esforços de organização. Logo, o estranho sintetiza o ensejo e provoca nas pessoas do ‘lugar’ os esforços para o seu confinamento, separação e destruição.

“Os estranhos já não são rotina e, desse modo, os meios rotineiros de conservar as coisas puras não são suficientes. Num mundo constantemente em movimento, a angústia que se condensou no medo dos estranhos impregna a totalidade da vida diária – preenche todo fragmento e toda ranhura da condição humana” (Bauman, 1998, p. 21).

Da noção conceitual de Lévi-Strauss, Bauman (1998) apresenta duas estratégias de busca da ordem: uma antropofágica que aniquila os estranhos, devorando-os e tornando-os semelhantes pelo abafamento das diferenças; e outra, denominada

antropoêmica, que vomita os estranhos, expulsando-os do mundo da ordem, ficando esses sem comunicação com o lado de dentro. Na estratégia antropofágica compreende-se que todos são diferentes, sendo a diversidade atribuída às particularidades da cultura e com isso passíveis de reeducação; já na estratégia antropoêmica ocorre a versão racista-nacionalista, a qual entende que certas pessoas nunca serão convertidas para além do que são e que ficam assim fora do alcance do conserto.

E Bauman (2004), quando discute a sua abordagem sobre as cidades afirma que essas “são espaços em que estranhos permanecem e se movimentam em íntima e recíproca proximidade” (p.129). E prosseguindo na problematização observa que na vida urbana os estranhos são vítimas dos moradores das cidades que vivem com intenso medo do desconhecido e sofrem com essas ansiedades, mesmo que os estranhos não se tornem objetos de agressão ostensiva e nem sejam ofendidos diretamente, a sua presença permanece desconfortável. Mostra seu entendimento na análise da Cidade de São Paulo, em sua nova estética de segurança privada com os cidadãos vivenciando um isolamento que significa a separação daqueles considerados socialmente inferiores. E cita os condomínios que separam e confinam: “a cerca separa o ‘gueto voluntário’ dos ricos e poderosos dos muitos guetos forçados que os despossuídos habitam” (p.131).

Nesse contexto de mudanças profundas de paradigmas, emerge o estranho que já não é mais pré-selecionado, definido e separado com nome e cor. Agora a ordem se dá em um funcionamento em que as posições mudam de lugar continuamente, então a separação entre o ‘nós’ e os ‘eles’ não é mais clara (‘nós’ e ‘eles’ denota essa separação entre os dominantes e os dominados, respectivamente).

Ampliando a análise da categoria de estranho, Bauman (1999) clarifica o lócus do sujeito quando elabora a nomeação para compreensão da categoria analítica, propondo três grupos de sujeitos no mundo: os amigos, os inimigos e os estranhos. A construção é baseada na lógica entre as oposições que ordenam o mundo, como algo de dentro e outro de fora. Então “os inimigos são a negatividade da positividade dos amigos. Os inimigos são o que os amigos não são. Os inimigos são amigos falhados.” (p. 62). Essa oposição diferencia entre o próprio/impróprio, entre o fazer/sofrer, entre ser sujeito ou objeto da ação, é uma oposição entre dominar e ser dominado. Logo, “contra essa colisão conflituosa de amigos e inimigos, rebela-se o estranho” (p. 64).

O estranho desmascara a oposição amigos/inimigos. E como a oposição é o fundamento no qual se assenta a vida social, com suas diferenças que constroem essa vida, esse estranho vem minar a vida social. O estranho pertence à família dos indefiníveis.

“Os indefiníveis são todos, nem uma coisa nem outra, o que equivale a dizer que eles militam contra uma coisa ou outra. Sua subdeterminação é sua força: porque nada são, podem ser tudo. Eles põem fim ao poder ordenador da posição e, assim, ao poder ordenador dos narradores da posição. As oposições possibilitam o conhecimento e a ação: as indefinições os paralisam. Os indefiníveis expõem brutalmente o artifício, a fragilidade, a impostura da separação mais vital. Eles colocam o exterior dentro e envenenam o conforto da ordem com a suspeita do caos” (Bauman, 1999, p. 65).

Bauman (1999) afirma que eles são problemas hermenêuticos que estão ligados à busca da interpretação para poder prosseguir na resolução dos problemas advindos da desordem. Então, eles precisam ser resolvidos para que se possa continuar com a organização social, caso contrário paira a incerteza sobre os resultados desejados. É uma “área cinzenta” que cerca o mundo da vida cotidiana. Então, os estranhos são esses ainda não categorizados. Existem estranhos de vários tipos. Para tanto, buscam-se meios de isolamento desses estranhos, sendo provocados de duas maneiras: funcional ou territorial. Essas duas formas de separação institucional protegem e reforçam a estranheza dos estranhos. “O fenômeno da estranheza não pode, porém, ser reduzido à geração de problemas hermenêuticos, por mais exasperantes que sejam. A insolvência da classificação aprendida é bastante perturbadora” (Bauman, 1999, p. 67).

Os estranhos pertencem ao indefinível: “esses são os verdadeiros híbridos, os monstros – não apenas não classificados, mas inclassificáveis” (p. 68).

Em *Vidas desperdiçadas*, Bauman (2005) reapresenta esse problema dos estranhos e se propõe a explicar porque eles são um problema e o que mais eles são além de um problema. Começa de antemão, afirmando que o refugio humano é um inescapável efeito colateral da construção da ordem, do progresso econômico e outra linha de produção do refugio humano mais nova, é a globalização.

Diante do foco da pesquisa estar situada em torno da problematização do refugio humano, trazido à tona, por sua ‘fala’, com um perceber de si sobre si, a fim de

compreender os sentidos subjetivos do jovem com história de autoria de ato infracional nas contradições da sociedade contemporânea; a abordagem proposta por Bauman apóia a elucidar novas facetas do mundo contemporâneo, contribuindo para um outro olhar sobre o mundo onde emergem novos sentidos, antes ocultos dos estilos de vida contemporâneos.

No prosseguir, apresento os refugos humanos apontados por Bauman, e o primeiro analisado advém da construção da ordem que produziu a anomalia desemprego. Esse refugio seria de natureza transitória e se dispõe nesse quadro das condições do sujeito contemporâneo. Natureza construída e manifesta no contexto da classificação das pessoas como produtoras. No contexto, o desempregado vivia um momento transitório não permanente, em que logo retornaria à atividade. No entanto, ao longo da história, a batalha foi sendo perdida, e o “redundante” foi ganhando espaço enquanto refugio:

“Ser ‘redundante’ significa ser extranumérico, desnecessário, sem uso (...). Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência” (Bauman, 2005, p. 20).

Nesse caso, o estranho redundante se coloca em uma condição de “sem teto social”, com sua perda da auto-estima e do propósito de vida. Ele cai no lugar de depósito de dejetos, o destino do refugio. Logo, a sociedade contemporânea tem poucos motivos para sentir-se em um lugar digno de lealdade e respeito, com um lugar social próprio e garantido. Pressupõe-se que as qualidades de refugio não são intrínsecas às pessoas. O refugio é pré-programado.

Como segundo refugio do progresso econômico tem-se a superpopulação. Mas claro que eles, os estranhos que são os demais, o ‘nós’ não é colocado nesse parâmetro. “Sempre há um número demasiado *deles*. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são as pessoas das quais devia haver mais”. (Bauman, 2005, p. 47). Antes, ser grande, ter mais população significava ter mais poder, a superpopulação do mercado de trabalho era culpada. Depois, a salvação eram as empresas, também entra nesse parâmetro da superpopulação a emigração que deportava seus ‘redundantes’; e ainda tiveram as faxinas étnicas, por exemplo, o nazismo. Na sociedade de consumo, eles são os

‘consumidores falhos’, eles são caros e irritantes. Se eles tentam se aproximar da forma de vida são arrogantes e de falsas aparências e quem sabe de intenções criminosas. São supérfluos, corroem o tecido social saudável.

“A ‘população excedente’ é mais uma variedade do refugo humano (...) Ao contrário das vidas indignas de serem vividas, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são ‘alvos legítimos’ excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso, ‘baixas colaterais’ não intencionais e não planejadas do progresso econômico” (p. 53).

A última linha de refugo humano pensada por Bauman, se enquadra na globalização em que aqueles que circulam pelo mundo se tornam alvo para a descarga das ansiedades provocadas no calor da redundância social, e são usados pelo Estado que visa se reafirmar como autoridade e também ganham lugar na criminalização. Essa ameaça latente ganha força no discurso das políticas segregacionistas e os problemas sociais são cada vez mais criminalizados. E com isso, o refugo possui um lugar de despejo, o sistema penal.

Situo o sujeito do estudo como parte dessa totalidade dos refugos humanos, ele perpassa os refugos humanos elaborados por Bauman. Vivencia ao mesmo tempo o lugar do destino do refugo no sentido de que não possui um lugar social próprio e garantido, é como se não existisse uma justificativa para o direito à vida. É um excedente da população, excluído da proteção da lei e alvo de descarga das ansiedades sociais. Ele é um problema social criminalizado. Assim o percebo diante a narrativa histórica do cuidado ao adolescente na assistência brasileira, ou mesmo quando na leitura da legislação referente ao adolescente.

Acompanhando as taxas de homicídios contra a juventude (apresentadas na seção 2.1), identifico a categoria analítica de refugo humano, sendo a juventude estigmatizada e aniquilada. Esse refugo antes tinha um tratamento de tutela e cuidado em que a assistência foi sendo transformada em uma prática genocida. Primeiro na Roda dos Expostos e agora no homicídio declarado contra a população jovem em uma lógica de uma população excedente em números e redundante em significado. E se olho para a execução da legislação essa se situa no paradoxo da democracia brasileira, que anuncia uma democracia disjuntiva (Caldeira, 2000) que vive um desrespeito aos direitos civis.

Esse sujeito localiza-se mais diretamente ao último refugio humano, o encarceramento da população da classe baixa: “ela (classe pobre) não é mais o exército de reserva da mão-de-obra (aquela mão-de-obra preocupante no Século XX), mas verdadeiramente a “população redundante”. Para que serve? Para o fornecimento de peças sobressalentes para consertar outros corpos humanos?” (Bauman, 1998, p. 59).

Bauman (1998) afirma que, esvaziada da confiança e saturada da suspeita, a vida é assaltada por antinomias e ambigüidades que ela não pode resolver. Ganha a cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento. Busca-se, atualmente, soluções locais para resolver problemas globais. O mundo hoje se encontra em uma crise aguda da indústria de remoção do refugio humano, tendo que localizar novos locais de despejo para o lixo fabricado e fabricar ferramentas de reciclagem do lixo. A sociedade do consumo é a sociedade do mercado em que ora são consumidores, ora são mercadorias. Os valores são valores se estão ajustados ao consumo instantâneo.

Na reprodução do modus desse mundo, a busca da pureza se expressa pela ação punitiva a moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, e o grupo mais perseguido, o dos ladrões, representantes, nesse caso, de um coletivo no destino individual, ou seja, portadores de uma privada indiferença que atuam segundo suas próprias mãos.

Na concepção de que o contrário do limpo é o sujo, o antônimo da pureza é impureza, aquilo que se encontra contaminado é o imundo e chama-se de “fora do lugar”. Essa análise traz importantes ressalvas, pois compreendendo o sujo como algo construído, ele é historicamente determinado, algo ou alguém que em um lugar pode ser entendido como portador das impurezas, enquanto que em outro pode ser visto como algo puro.

“Não são as características das coisas que as transformam em ‘sujas’, mas tão somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza” (Bauman, 1998, p. 14).

Por outro lado, chama atenção para dizer que nem todas as coisas possuem um lugar correto e ficam ‘fora do lugar’. Continuando refere que a tolerância se encaixa no contexto das pluri-possibilidades em que os padrões e estilos de vida são livremente concorrentes em um severo teste de pureza. Porém,

“(aquele que visa ser admitido e reconhecido) tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidade, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência” (Bauman, 1998, p. 23).

Mas nem todos conseguem atingir essas exigências. Por exemplo, no caso do consumo, aqueles que não conseguem consumir são removidos do sistema, são os ‘consumidores falhos’<sup>30</sup>. Bauman (1998) explicita o sistema organizado de separação e eliminação no refúgio do consumismo. Por exemplo, o *shopping center* que impede a entrada de consumidores falhos com câmeras de vigilância, alarmes eletrônicos e guardas armados.

Nesse processo visto por Bauman, o consumo se estabelece como fator base para realização dos projetos de vida, incluso o da dignidade humana. Os incapazes de consumir entram no jogo da sedução. “A precariedade da existência social inspira uma percepção do mundo em sua volta como um agregado de produtos para consumo imediato” (Bauman, 2001, p. 188).

E em relação ao Estado este localiza-se ainda como grande responsável pelas mudanças devido ao abandono, renúncia ou adiamento de suas responsabilidades de provedor de segurança, certeza e garantias. Porém, Caldeira (2000) reflete que, com essa sociedade com uma cultura de corpos incircunscritos poucas chances se apresentam de fortalecimento de direitos civis.

---

<sup>30</sup> Os consumidores falhos são os novos impuros que não se ajustam no novo esquema de pureza, os ‘fora do lugar’.

### **CAPÍTULO 3: O Desenvolvimento humano e os sentidos subjetivos na Psicologia Sócio-Histórica**

No terceiro capítulo objetivo pautar o sujeito na Psicologia Sócio-Histórica, assim a marca do texto é o do sujeito. E para compreender essa linha da Psicologia, elaboro uma caracterização histórica com conceituações teóricas-metodológicas.

A Psicologia Sócio-Histórica parte da teoria elaborada por Vygotski (1896-1934) que apreende o psicológico a partir da concepção de homem em sua totalidade. Segundo Molon (2003), Vygotski fundamenta sua teoria no marxismo, não reducionista e não mecanicista. Porém, a autora esclarece que Vygotski jamais buscou a psicologia no marxismo, mas postulou uma Psicologia dialética e criticava posições metodológicas reducionistas. Segundo Bock (2001), a Psicologia Sócio-Histórica “fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico dialético como filosofia, teoria e método” (p.17).

Nesse âmbito, Vygotski vivenciou a ascensão da Rússia no período pós Revolução de 1917. Nos anos 30, essa psicologia social russa sofreu críticas e foi proibida por três décadas durante o período stalinista, que não permitia o desenvolvimento do conhecimento social, o que obrigou a psicologia russa a romper com a filosofia e a sociologia. Em seguida, nesse período, a Psicologia Social russa foi excluída do campo científico.

No Brasil, a partir da década de 70, essa abordagem da Psicologia começa a surgir como alternativa para estudos do sujeito com o qual se deparava, que era diferente daquele trabalhado pelas teorias que os psicólogos sociais brasileiros importavam e, nesse sentido buscou uma psicologia contextualizada, histórica, preocupada com a cultura, valores e mitos (Bernardes, 1998). Como discorre Lane (2004), a Psicologia Social naquele momento oscilava entre o pragmatismo americano - o positivismo - e a visão abrangente, fundamentada em uma concepção de homem abstrato que era entendido meramente por uma perspectiva filosófica ou sociológica. Nessa conjuntura, novos rumos foram procurados para atender a realidade brasileira que culminaram na elaboração de uma Psicologia de base materialista-histórica que traz a

concepção de homem em sua condição social e histórica, apreendendo o sujeito como um ser concreto. Essa autora traz à tona o objetivo da pesquisa de fundamentação sócio-histórica: conhecer esse sujeito no conjunto de suas relações sociais por meio de sua característica singular.

Trigo (2001) por sua vez entende que Vygotski elaborou uma Psicologia do homem, fundamentando seus processos psíquicos a partir das condições concretas de vida, no qual o estudo do ser humano se dá pela vida material com uma compreensão dos processos psicológicos como mediados, dialéticos, sociais e históricos.

Considerando a abordagem de Vygotski e por meio da análise da linguagem realizei o estudo problematizado da pesquisa, os sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão social-legal, em seu processo de construção e desenvolvimento cultural, trabalhando com o processo e não com a análise dos elementos isolados da vida do sujeito.

### **3.1 A Concepção de homem e o desenvolvimento na Psicologia Sócio-Histórica**

Na discussão da concepção de homem, Vygotski (2000), confronta-se com uma Psicologia marcada pelo biológico e que abandonava a perspectiva histórica do homem. Contrapondo-se a essa perspectiva dominante, realiza investigações e construções de novos modelos teóricos por meio do estudo do desenvolvimento psíquico da criança. Na investigação do desenvolvimento psíquico, inaugura uma nova construção teórica de processo psíquico. O método de análise era mecânico, pois trabalhava com a soma de elementos isolados do processo psíquico e, para Vygotski, a constituição do processo psíquico é uma unidade. Partindo dessa noção de totalidade do fenômeno psíquico, o pensamento dialético emerge com a tese de que o todo não se origina mecanicamente por uma soma das partes isoladas, pois suas propriedades e qualidades peculiares não podem ser deduzidas por um simples agrupamento de qualidades particulares.

No decurso da lógica dialética, defende a tese da construção do desenvolvimento humano por meio da estruturação das funções psíquicas no desenvolvimento do comportamento humano e as apresenta: as primeiras estruturas tratam do todo psicológico natural, determinado fundamentalmente por peculiaridades biológicas da psique. Já as segundas estruturas surgem durante o processo do desenvolvimento cultural, denominadas de funções psíquicas superiores.

No quadro das funções psíquicas enquanto estruturas do desenvolvimento humano, apresentam-se as etapas de seus processos: a primeira etapa são os instintos que é de fundo inato e hereditário; a segunda etapa que é a dos hábitos, que são reações condicionadas apreendidas e adquiridas na experiência pessoal; a terceira etapa é a que separa o homem do animal, que seria a adaptação a novas condições pelo processo de aprendizagem; e a última etapa é o processo de humanização que se coloca como a mudança do biológico para o histórico-cultural. Enfatiza que as relações entre as estruturas psíquicas são de complementação e negação, em que uma se diferencia da outra pela sua continuidade, seu fim e seu começo. As funções psíquicas inferiores não se aniquilam, mas se incluem nas funções psicológicas superiores, tornando-se constitutivas uma da outra.

Trago o processo do desenvolvimento das funções psíquicas para situar o objeto de estudo da pesquisa no campo: a quarta etapa das funções psíquicas. Essa etapa se enquadra no processo do desenvolvimento cultural da estruturação das funções psíquicas superiores produzindo a humanização do homem. Esse é marcado em seu processo de desenvolvimento pelo histórico-cultural sobreposto sobre o biológico, mas constitutivos um do outro com estruturas semelhantes e processos diferentes.

Vygotski (2000) explica que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores trata dos processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento, como a linguagem, a escrita, o cálculo e o desenho, bem como dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas especiais que não foram nem delimitadas nem determinadas com exatidão pela Psicologia dominante na época: a atenção voluntária, a memória lógica, a formação de conceitos. Todo esse conjunto dos meios externos apresentados forma os processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta.

Segundo Bock (2001), a Psicologia Sócio-Histórica fundamentada na teoria de Vygotski, afirma que:

“O fenômeno psicológico não pertence à natureza humana, não é preexistente ao homem e reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens. Portanto, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade” (p.22).

E esse fenômeno psicológico, como qualquer fenômeno, não possui uma força própria que produz movimento e se constrói na relação com o mundo, material e social, no qual as possibilidades humanas são desenvolvidas. Portanto, essa Psicologia considera os processos psicológicos como mediados nesse mundo material e social de forma dialética e sócio-histórica. Logo, a partir de Vygotski, a Psicologia Sócio-Histórica vai propor que os fenômenos psicológicos sejam estudados como resultado de um processo de constituição social do sujeito, em que o intersubjetivo é convertido em intrasubjetivo no processo de desenvolvimento.

Na perspectiva do materialismo histórico e dialético, o homem só se constitui sujeito porque é social e histórico e, nessa compreensão, o homem constrói-se historicamente enquanto homem em sociedade por meio da transformação da natureza, produzindo, desta forma, sua existência. (Gonçalves, 2001). Esse homem sócio-histórico é constituído, em seu movimento ao longo do seu tempo, por meio das relações sociais, pelas condições sociais e culturais (Aguar, Bock & Ozella, 2001). Gonçalves (2005) situa que o sujeito da Sócio-Histórica é o sujeito da ação sobre o objeto, uma ação transformadora tanto do objeto quanto do sujeito à medida que é concebido com um sujeito ativo em uma visão dialética.

Para Molon (2003), Vygotski produziu teoricamente a idéia de que: “Só existe o reconhecimento do eu no reconhecimento do outro. O outro determina o eu, ambos mediados socialmente” (p. 84). Molon (2003) enfatiza que Vygotski concebe o homem como uma pessoa social, ou seja, um agregado de relações sociais, corporificado num indivíduo em que as funções sociais são construídas segundo a estrutura social. Esse entendimento suscita a compreensão de Zanella (2005) de que cada pessoa reúne aspectos da realidade, mas a partir do que a emociona e mobiliza, assumindo um modo de ser social e singular. Portanto, o sujeito se constrói na relação eu-outro com atravessamento dos sentidos subjetivos.

### **3.2 O processo de apropriação como instrumento psicológico de constituição do sujeito**

A partir da concepção de homem da Psicologia Sócio-Histórica concebe-se que, para conhecer o sujeito, deve-se conhecer as relações, pois por essas relações acontecem a apropriação dos processos da dimensão social em dimensão individual, permitindo o acesso aos seus sentidos subjetivos, já que o fenômeno psicológico só existe pelas mediações sociais, ele é mediado e não imediato.

“Modificando la conocida tesis de Marx, podríamos decir que la naturaleza psíquica del hombre viene a ser un conjunto de relaciones sociales trasladadas al interior y convertidas en funciones de la personalidad y en formas de su estructura” (Vygotski, 2000, p. 151).

Leontiev (1978), ao debater sobre o processo de desenvolvimento, da formação e das funções psíquicas próprias do homem enquanto ser social, defende que esses são produzidos em um processo de formação de um plano interno e de aquisição, no qual a criança ao nascer deve aprender a ser homem na relação com os outros homens. Afirma que as propriedades biologicamente herdadas pela criança ao nascer constituem apenas uma das condições da formação das suas funções psíquicas. O mundo que fornece ao homem o que ele tem de verdadeiramente humano é o mundo de fenômenos e objetos que circundam o homem.

Assim, nesse momento interpõe-se o processo de internalização/apropriação<sup>31</sup> que Smolka (1992) apresenta como processo a partir de sua etimologia em que a internalização envolve um movimento ‘para dentro’, para o interno. A seguir Smolka

---

<sup>31</sup> O termo adotado para o processo de reconstrução da atividade psicológica, baseada na operação com signos, será o de apropriação (Smolka, 2000). Esclarece-se que os termos: formação de um plano interno, conversão das relações sociais em funções mentais, incorporação, internalização e interiorização, serão utilizados como sinônimos do processo de apropriação visando a compreensão/padronização do mesmo.

(2000) entende o construto internalização que, considerando a etimologia, firma a imagem de dentro/fora do organismo, podendo gerar uma oposição entre o individual e o social, mas que, como construto psicológico considera o ‘lá fora’, a cultura, por exemplo, e supõe que o indivíduo toma ‘de fora’ e de alguém, implicando a ação sobre algo e se coloca como propriedade individual desse ‘fora’ que é constitutivo do dentro. Assim, o termo internalização poderia ser sinônimo do termo apropriação, utilizado por outros autores para evitar essa possível distância entre o individual e o social.

Duarte (2005) discute o processo de apropriação, caracterizando-o primeiramente como um processo ativo em que o indivíduo se apropria de um produto da história humana. A apropriação da cultura para ele é o processo mediador entre o processo histórico de formação da humanidade e o processo de formação de cada indivíduo. Considera a formação do indivíduo pela apropriação dos resultados da história social e pela objetivação no interior dessa história. Portanto, a sua formação se dá por meio da relação entre objetivação e apropriação e se efetiva no interior de relações concretas com outros indivíduos.

Smolka (2000) analisa que Vygotski explicou o conceito de apropriação como a reconstrução da atividade psicológica baseada nas operações dos signos. Essa autora identifica o processo de apropriação como um construto teórico que trata do processo de desenvolvimento humano como “incorporação da cultura, como domínio dos modos culturais de agir, de pensar, de se relacionar com outros, consigo mesmo” (p. 27). Essa autora questiona como se concebe o processo de constituição do sujeito no contexto cultural, seguindo o pressuposto das relações sociais como lócus que dimensiona a constituição interna do sujeito.

Especificamente sobre a introdução da noção de cultura na constituição da psique humana, Pino (2005) declara que essa introdução representa uma verdadeira mudança de paradigma, uma passagem do plano biológico para o plano da cultura. Esse autor salienta que no trabalho de Vygotski não há uma discussão específica do conceito de cultura. Esse conceito emerge em sua obra no contexto da elaboração sobre o problema do desenvolvimento das crianças, afirmando que o desenvolvimento é de natureza cultural, tendo as funções psicológicas sua origem no social e não no plano biológico. Esse processo complexo é o processo de apropriação.

Sobre essa discussão do conceito de cultura em Vygotski, Luria (2001) exemplifica que a criança está em constante interação com os adultos e esses procuram incorporá-las à sua cultura e ao modo de fazer as coisas que se acumulam historicamente e são envolvidas pelos significados construídos. Com essa mediação dos adultos, processos psicológicos mais complexos se formam na criança, sabendo que no início esses processos funcionam na interação apenas, são os processos intersíquicos partilhados. Mas em seu desenvolvimento as crianças constroem e elaboram seus processos, tornando-se intrapsíquicos, sendo que essa apropriação dos meios de operações das informações ocorre pelos meios historicamente determinados e culturalmente organizados.

Em outras palavras, Pino (2002) afirma que é a significação que tem o poder de converter o fato natural em fato cultural, permitindo a passagem do plano social para o pessoal. Isso é fundamental para entender o processo de constituição cultural do ser humano. Pino (2005) explana que Vygotski em sua produção preocupa-se em clarificar que:

“No ser humano existe, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura entre o biológico e o cultural. Continuidade porque o cultural supõe o biológico para poder constituir-se; ruptura porque o biológico é transformado sob a ação do cultural” (p. 19).

Para Pino (2005), a constituição do ser biológico num ser cultural acontece pela apropriação das significações culturais em significações pessoais, definidoras da subjetividade de cada sujeito.

Smolka e Laplane (2005) explicam que a significação (criação e uso de signos) é a atividade mais fundamental do homem, pois é aquela que o diferencia dos animais, permitindo a transformação do mundo e a recriação contínua das condições de existência humana. Na atuação do homem sobre o mundo e sobre sua existência, este cria instrumentos psicológicos, como os signos e a linguagem, que trabalham como meio de comunicação e de operação mental, possibilitando a vivência humana significada no nível tanto social quanto individual. Define-se assim o sujeito único: social e ao mesmo tempo histórico.

A partir de investigações sobre o desenvolvimento cultural pela observação da criança, Vygotski (2000) aponta a lei geral sobre o desenvolvimento cultural:

“toda función en el desarrollo cultural del niño aparece en escena dos veces, en dos planos; primero en el plano social y después en el psicológico, al principio entre los hombres como categoría intersíquica y luego en el interior del niño como categoría intrapsíquica” (p.150).

Pino (1992), seguindo o modelo teórico de Vygotski que tem com pressuposto a origem social das funções psíquicas, foca no processo de apropriação a possibilidade da reconstrução no plano pessoal dessas funções de origem social e destaca o signo como instrumento que permitiu ao homem dar existência cultural à natureza e a si mesmo em que o homem é o mediador da natureza e da cultura.

As funções psíquicas superiores se colocam nesse parâmetro da reconstrução do plano pessoal como sendo produzidas por meio das relações apropriadas da ordem social, e as reconstrói nesse plano intrapsíquico: “toda función psíquica superior pasa ineludiblemente por una etapa externa de desarrollo porque la función, al principio, es social” (Vygotski, 2000, p. 150). Precisa-se entender essa condição externa na história do desenvolvimento humano do sujeito para apreender os sentidos apropriados pelo sujeito em sua vida, pois:

“Toda función psíquica superior fue externa por haber sido social antes que interna; la función psíquica propriamente dicha era antes una relación social de dos personas. El medio de influencia sobre si mismo es inicialmente el medio de influencia sobre otros, o el medio de influencia de otros sobre el individuo” (p.150).

Dialogando com essa questão do plano externo, Góes (1991) aponta que o funcionamento interno é resultado da apropriação das formas de ação e depende das estratégias e dos conhecimentos dominados pelo sujeito, mas também das ocorrências registradas no contexto interativo. Compreende-se que o plano intrasubjetivo de ação é formado pela apropriação de capacidades originadas no plano intersubjetivo, e que esse último é o plano da relação do sujeito com o outro. Conclui-se, esse plano intersubjetivo não se coloca por si só como responsável por influenciar os processos subjetivos, na medida em que a atividade do sujeito é ativa nesse processo: “o conhecimento do sujeito não é dado de fora para dentro, suas ações não são linearmente determinadas pelo meio, nem seu conhecimento é cópia do objeto. Não se trata, pois, de um sujeito passivamente moldado pelo meio” (p. 21).

Vygotski (2000) entende que o processo de fixação/interiorização se dá em um processo de desenvolvimento que inclui mudanças evolutivas e revolucionárias, com retrocessos e falhas, em um movimento de zig-zag e de conflitos e contradições, em um choque entre o natural e o histórico, o primitivo e o cultural e o biológico e o social. Ele elucida que o processo do desenvolvimento cultural do homem é vivo, de formação e de luta:

“el desarrollo no se prouce por lá vía de cambios graduales, lentos, por una acumulación de pequeñas peculiaridades que producen en su conjunto y al final alguna modificación importante. Ya desde el mismo principio el desarrollo observado es de tipo revolucionario. Dicho de otro modo, observamos la existencia de cambios bruscos y esenciales en el propio tipo de desarrollo, en las propias fuerzas motrices del proceso. Y es bien sabido que la coexistencia de cambios revolucionarios con los evolutivos no es indicio que excluya la posibilidad de aplicar a ese proceso el concepto de desarrollo” (p. 156).

O processo de apropriação, ao revolucionar a estrutura do psiquismo, possibilita a superação do estabelecido e constitui algo novo, interno e externamente, por meio das ações realizadas na cultura. Smolka (2000) defende que assim não se pode compreender o processo de formação do funcionamento mental meramente pelas relações humanas em si. As relações sociais devem ser analisadas conjuntamente a produção de signos e sentidos. Apropriar-se é o ato do sujeito em seu desenvolvimento que ao pertencer e participar das práticas sociais se constitui nessas relações significativas, dando-lhe sentido a elas.

### **3.3 A constituição do Pensamento e da Linguagem**

A compreensão da relação entre pensamento e linguagem é fundamental na Psicologia Sócio-Histórica para a apreensão do modo como o ser humano se constitui psicologicamente. Segundo Vygotski (2000) a linguagem é um dos meios do desenvolvimento cultural do homem, é a função central das relações sociais, é um importante instrumento de mediação na constituição do ser humano. Vygotski (2001)

considera que a relação entre pensamento e linguagem é um processo vivo do pensamento na palavra: “la palabra desprovista de pensamiento es ante todo una palabra muerta” (p. 345).

“la palabra representa la fase superior del desarrollo humano, por encima de la más elevada forma de acción... En el inicio no fue la palabra. Primero fue la acción. La palabra está más cerca del final que del inicio del desarrollo. La palabra es el final que culmina la acción” (p. 346).

Na elaboração da relação entre o pensamento e a linguagem, Smolka (1993), considera que a linguagem emerge nos contextos das práticas sociais como instrumental constitutivo do psiquismo. Luria (1986) conclui que “a palavra não é somente o instrumento do conhecimento, é também o meio de regulação dos processos psíquicos” (p. 92). Assim, entende que, do ponto de vista psicológico, é de suma importância estudar os caminhos do significado externo ao sentido interno.

Mota (1989), com a perspectiva de discutir as relações entre o pensamento e linguagem recorda que a importância psicológica da linguagem é questão central nos estudos de Vygotski. A autora aborda que a linguagem se destaca no contexto da compreensão dos processos psíquicos superiores, já que exerce influência sobre a estruturação do pensamento e assim atua nas transformações dos seres humanos. A autora indica que os sistemas de signos foram criados pela sociedade ao longo de sua história e proporcionaram às formações sociais, outro nível de desenvolvimento cultural, em que o processo de apropriação pelo domínio do sistema de signos reestrutura a totalidade do processo psíquico gerando novas formas de comportamentos e, por conseguinte, produz uma nova organização estrutural do sujeito na realização das atividades práticas.

Vygotski (2000) nos esclarece que o estudo do desenvolvimento cultural se baseia no emprego dos signos e que a sua consideração no sistema geral do comportamento transcorre inicialmente de forma externa e social. O signo é um meio de relação social e um meio de mediação dos demais e de si consigo mesmo. O signo para Smolka & Laplane (2005) atua como elemento mediador, operador e conversor das relações sociais em funções mentais.

Vygotski (1997) assegura que no comportamento do homem surge uma série de dispositivos artificiais dirigidos ao domínio dos próprios processos psíquicos, vistos como ferramentas ou instrumentos psicológicos. Esses instrumentos não são dispositivos biológicos ou individuais, mas sociais. Como exemplo dos instrumentos psicológicos e de seus sistemas complexos destaca a linguagem. O instrumento psicológico tem a capacidade de modificar globalmente a evolução e a estrutura das funções psíquicas. Vygotski afirma que o signo é um instrumento interno psicológico por excelência. Ele é um instrumento que afeta o psicológico, é um instrumento internamente dirigido.

Entende-se que a noção de signo apresenta-se para permitir a compreensão da constituição do sujeito que opera com signos. Smolka e Laplane (2005) defendem que o sujeito alcança o salto qualitativo em seu desenvolvimento por meio desses instrumentos semióticos, transformando o biológico em cultural. Os signos relacionam o sujeito e a sociedade (Zanella, 2005).

Por meio da mediação dos signos o sujeito se incorpora à comunidade humana, apropriando sua cultura, assumindo o lugar de sujeito social, sujeito humano (Pino, 1991). É com esse signo que se opera o pensamento. Pensamento que na sua expressão vai permitir significar o mundo. O pensamento é um processo psicológico e segundo Mota (1989):

“o pensamento não pode existir à margem da linguagem... A linguagem existe devido à sua relação com o pensamento, que por sua vez se realiza por meio dela. E a linguagem não é simples instrumento através do qual o pensamento tem lugar, mas participa da construção deste nos níveis mais profundo” (p.16).

Góes e Cruz (2006) defendem que Vygotski ao enfatizar a polissemia da palavra, enfatiza a constituição do homem a partir das condições concretas de vida e da história da vida social. Tal fato permite conceber o signo em sua materialidade, já que o processo de significação do sujeito ocorre em um processo de produção e interpretação do sujeito imerso na cultura.

Seguindo a idéia de que os signos atuam como ferramenta psicológica, distinguem-se essas ferramentas como responsáveis pela reorganização da operação

psíquica, regulando o sujeito em suas inserções sociais e culturais. A linguagem é um dos sistemas de signos mediatizadores das funções psíquicas.

Bock (2001) discorre sobre o processo de linguagem em que: “A linguagem é mediação para a apropriação da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social” (p. 23). Namura (2003) considera que o sentido não é um sentimento vago, pelo contrário, o sentido perpassa a ação dos indivíduos, alimenta e re-atoalimenta a configuração do sentido conferido pelo sujeito às situações que vivem nas relações sociais. O sujeito comparece como portador de um sentido. Zanella (2004) marca esse momento em que o sujeito é ativo ao atribuir sentido ao socialmente estabelecido, seguindo movimentos de: aceitação, oposição confrontação e indiferença. Dessa forma, para essa autora, a análise do psiquismo humano, de sua origem e de seu processo de desenvolvimento, se dá pela análise da produção social da cultura e da produção cultural dos sujeitos.

A partir da investigação sobre a apropriação da fala, que Vygotski trabalha por meio de experimentos discutindo a fala interior, esse pesquisador, no estudo sobre o desenvolvimento da fala na criança, apreende que essa fala não é um aspecto interior da fala exterior, é uma função em si própria (Vigotski, 1998). Na fala exterior o pensamento se dá por palavras, já na fala interior as palavras morrem quando vão gerando o pensamento. O pensamento internamente está presente em sua totalidade num só momento, mas quando é expresso na fala exterior desenvolve-se em um processo seqüencial, já que um pensamento não se equivale imediatamente em palavras: “Um pensamento pode ser comparado a uma nuvem descarregando uma chuva de palavras” (p.186). A passagem do pensamento para a palavra passa pelo significado: “Na nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto” (p. 186). Vigotski (1998) ressalta que o pensamento é gerado pela motivação, por desejos e necessidades, nele tem-se uma base afetivo-volitiva.

Como resultado de suas pesquisas acerca da fala interior, Vygotski (2001) conclui que o processo de expressão do pensamento na palavra, passa pelo sentido e significado. Definindo sentido e significado como:

“el sentido de la palabra es la suma de todos los sucesos psicológicos evocados en nuestra conciencia gracias a la palabra. Por consiguiente, el sentido de la palabra es

siempre una formación dinámica, variable y compleja que tiene varias zonas de estabilidad diferente” (p. 333).

“el significado es sólo una de esas zonas del sentido, la más estable, coherente y precisa...permanece invariable y estable en todos los cambios de sentido de la palabra en los distintos contexto... este significado es tan sólo una piedra en el edificio del sentido” (p. 333)

Seguindo esse estudo sobre o desenvolvimento na fala, Vygotski (2001) atribui ao pensamento e à linguagem, a chave da consciência humana, pois esses dois processos humanos refletem a realidade de uma forma diferente da percepção. Afirma que: “La palabra es el microcosmos de la conciencia humana” (p. 347).

González Rey (2001) amplia esses estudos de Vygotski e foca-se na categoria de sentido, pois entende que essa categoria atua na construção de modelos de pensamento complexos que objetivam a compreensão da psique humana. O sentido é uma organização de aspectos psicológicos que emergem da consciência e constitui o processo de subjetivação. “El sentido articula de forma específica el mundo psicológico históricamente configurado del sujeto, con la experiencia de un evento actual” (p. 16). O sentido é um elemento central de integração dialética entre o histórico e o atual.

### **3.3.1 Subjetividade**

Devido a importância de compreender as funções psíquicas no âmbito da atualidade da psicologia traçada por Vygotski, ressalto autores formadores da Psicologia Sócio-Histórica em relação as categorias, sentido e significado, como são entendidas em uma trama da subjetividade e da linguagem. Pois, a produção de sentido é constitutiva da subjetividade.

González Rey (2001) explana que o sentido representa um sistema subjetivo que expressa de forma singular o valor subjetivo do sujeito acerca de uma experiência vivenciada por ele. Mas esse sentido singular é emitido considerando a constituição do

valor subjetivo do sujeito cercada pelas subjetivações do espaço social onde o sujeito está inserido. Por isso, os sentidos subjetivos são formas de gerar visibilidade sobre processos complexos. É uma categoria de análise dos processos de subjetivação do sujeito e da sociedade.

O sentido define o que o sujeito experimenta psicologicamente. A categoria de sentido, faz parte da qualidade do psíquico e rompe a dicotomia individual-social, porque ela favorece uma representação da subjetividade que permite entender a psique como uma produção do sujeito que se organiza em suas condições de vida social concreta e histórica. Assim, o sentido subjetivo é definido como:

“a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (p.127).

Para González Rey (2001), o sujeito é um produtor contínuo de sentidos e, no momento de produção consciente de sentidos, o subjetivo assume uma postura de confronto dos sentidos dominantes que caracterizam o momento atual, caracterizando-se como unidade constitutiva da subjetividade:

“Nuestra definición de la categoría de sentido subjetivo se orienta a presentar el sentido como momento constituyente y constituido de la subjetividad, como aspecto definitorio de ésta, en tanto es capaz de integrar formas diferentes de registro (social, biológico, ecológico, semiótico etc) en una configuración subjetiva que se define por una articulación compleja de emociones, procesos simbólicos y significados, que toma formas variables y que es susceptible de aparecer en cada momento con una determinada forma de organización dominante” (González Rey, 2001, p. 18).

Seguindo a concepção sócio-histórica, Bock & Gonçalves (2005) conceituam subjetividade:

“Subjetividade é constituída em relação dialética com a objetividade e tem caráter histórico. Isso quer dizer que é na materialidade social que se encontra a gênese das experiências humanas que se convertem em aspectos psicológicos; quer dizer ainda que as experiências individuais e subjetivas são possíveis apenas a partir das relações sociais e do espaço da intersubjetividade, e que estes têm existência e determinação material e histórica” (p.113 e 114).

Vygotski (1997) apesar de não nomear a subjetividade em seus estudos, como atualmente é identificado pelos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica, refere-se a esse processo de constituição do sujeito:

“El comportamiento del hombre se devela em toda su complejidad real, em su potente significado, como um proceso dinâmico y dialéctico de lucha entre el hombre y el mundo y dentro del propio hombre” (p. 157).

Na Psicologia Sócio-Histórica percebe-se que o sujeito constrói-se num processo de significação com sentidos pessoais. Os sentidos são processuais e sociais, ou seja, na relação social o sujeito relaciona-se com os significados construídos sócio-historicamente; e a linguagem funciona como mediador entre o sujeito e o outro, atuando na mediação da relação desse outro para o sujeito em uma lógica dialética. Desta forma, está posto o surgimento do sujeito na intersubjetividade, em que o intrapsíquico constitui-se nesse âmbito. Esses dois processos, intrapsíquicos e interpsíquico, são constitutivos um do outro.

Ainda baseando-se em González Rey (2004), a subjetividade representa um sistema aberto que se expressa permanentemente pela ação, é uma categoria que define o desenvolvimento psicológico de maneira inseparável da cultura. A subjetividade é uma expressão da cultura, pois nela surge e é parte constitutiva dela (González Rey, 2002).

“A psique existe em uma dimensão subjetiva só dentro da vida cultural, a qual surge constituída no nível psicológico, por configurações de sentido e significação, que não são reguladas de forma direta pela ação de nenhum sistema externo, nem sequer pela mesma cultura em que aparecem” (González Rey, 2002, p. 12).

A subjetividade não é resultado subjetivo de processos objetivos externos a ela, é uma expressão objetiva de uma realidade subjetivada, assim, pressupõe superar dicotomias entre o social-individual, o interno-externo, o afetivo-cognitivo, o intrapsíquico-interpsíquico.

Aplicando essa compreensão de que a subjetividade pressupõe superar as dicotomias citadas anteriormente, à medida que a dimensão de sentido subjetivo rompe com a relação linear entre evento objetivo e significação psicológica, segundo González Rey (2005b), emerge o sentido como dimensão subjetiva. Elucida-se que a dimensão

subjetiva está implicada tanto nos sentidos anteriores quanto na produção subjetiva atual do sujeito e o sentido subjetivo se coloca como produção histórica constitutiva do sujeito que se dá em momentos internos e externos continuamente.

Fundamentado nessa definição de sentido subjetivo, González Rey (2005a) considera que o conceito de sentidos subjetivos, fundamenta uma concepção histórico-social da subjetividade.

A subjetividade é um sistema processual, plurideterminado e contraditório em constante desenvolvimento e não se caracteriza por estruturas constantes que permitam construções universais sobre a natureza humana. Partindo desse pressuposto, González Rey (2002) aponta que:

“a flexibilidade, versatilidade e complexidade da subjetividade permitem que o homem seja capaz de gerar permanentemente processos culturais que, bruscamente, modificam seu modo de vida, o que por sua vez, leva à reconstituição da subjetividade” (p. 37).

Esse autor retoma a concepção de sujeito histórico explanando que a constituição subjetiva atual representa a síntese subjetivada de sua história pessoal. No plano social o sujeito produz sentidos e significações, que, ao constituir-se subjetivamente, se convertem em constituintes de novos momentos do desenvolvimento subjetivo, ou seja, o sentido subjetivo localiza-se na base da subversão de qualquer ordem que se impõe ao sujeito (González Rey, 2005b).

Logo, o sujeito, por meio da elaboração de seus sentidos subjetivos, tenciona-se frente ao plano social em que está inserido. Por meio de suas significações se constrói enquanto sujeito singular que se atualiza permanentemente nos dois contextos, interno e externo respectivamente, o das configurações subjetivas individuais e o dos sentidos subjetivos produzidos nos espaços sociais nos quais percorre.

González Rey (2002) posiciona-se frente ao processo de apropriação, afirmando que a subjetividade não é simplesmente a apropriação do externo no interno. Constitui-se frente a um processo em que o plano social atua como instância subjetiva. Defende que o plano social é uma instância perpassada pela subjetividade. Conclui que toda situação social objetiva se expressa com sentido subjetivo nas emoções e processos significativos que se produzem nos atores dessas situações sociais.

Seguindo a idéia de que o sistema subjetivo é aberto, abrangente e irregular, González Rey (2005a) defende que não existem formas universais de subjetivação de uma atividade concreta, cada atividade inclui sentidos subjetivos diferentes, pois cada um origina-se da história do sujeito em particular e do seu contexto atual de vida. Logo, o sujeito é uma categoria central no estudo da subjetividade.

### **3.4 Pressupostos metodológicos na Psicologia Sócio-Histórica**

Pesquisar na Psicologia Sócio-Histórica significa, considerando Ozella (2003b), investigar com a finalidade de produzir algo novo. Para ele, deve-se superar a constatação, contribuindo com a reflexão do conhecimento produzido, comprometido com uma Psicologia crítica e alternativa.

Parto do pressuposto que a escolha de um método envolve uma concepção de mundo, de homem e de conhecimento. Entendo que esse homem é racional e sensível, mas também intuitivo, imaginativo, criativo e intencional. Entretanto, todas essas características do sujeito constituem-se no processo material de ação, como afirma Gonçalves (2001c). No nosso caso, esse método é:

“o método materialista histórico e dialético que se caracteriza por: uma concepção materialista, segundo a qual a realidade material tem existência independente em relação à idéia, ao pensamento, à razão; uma concepção dialética, segundo a qual a contradição e a superação são a base do movimento de transformação constante da realidade; uma concepção histórica, segundo a qual a história deve ser analisada a partir da realidade concreta e não a partir das idéias, buscando-se as leis que a governam” (Bock, 2001, p. 34).

Os objetos de estudo devem ser entendidos na sua totalidade concreta (Bock, 2001, e Cole & Scribner, 1998). O ponto central do método do materialismo histórico e dialético é que os fenômenos sejam estudados como processos em movimento e em mudança, em que as partes estão em interação.

Como a tarefa é a apreensão dos sentidos expressos pelo sujeito, para alcançar o objeto de estudo, a subjetividade, Aguiar (2001) orienta para apreender o seu processo de produção, e começar pela linguagem, o ponto de partida para compreender a constituição da subjetividade. E afirma, que:

“a linguagem é instrumento fundamental no processo de mediação das relações sociais, por meio do qual o homem se individualiza, se humaniza, apreende e materializa o mundo das significações que é construído no processo social e histórico” (p. 130).

Situo de Vygotski (2000), os três princípios determinantes da análise psicológica que apresentam-se como nova interpretação das funções psicológicas superiores que não trabalha com uma estrutura puramente psíquica, nem com uma análise descritiva meramente e nem com uma soma de processos elementares:

- o primeiro momento é a análise do processo, se diferenciando de uma análise do objeto. Na análise do objeto, a perspectiva da formação psíquica é compreendida como estável e invariável, limitando-se a decompor as partes isoladas do objeto investigado. A análise do processo propõe investigar os momentos do desenvolvimento do objeto, e para tanto, é necessário converter o objeto em processo:

“El análisis del objeto debe contraponerse al análisis del proceso el cual, de hecho, se reduce al despliegue dinámico de los momentos importantes que constituyen la tendencia histórica del proceso dado” (Vygotski, 2000, p. 101).

- Outro momento da análise psicológica é realização de uma análise explicativa e não descritiva do fenômeno, possibilitando revelar ou explicitar as relações dinâmico-causais existentes na realidade deste.

- O terceiro momento trata da questão da fossilização e propõe uma análise dinâmica do objeto, buscando a origem do fenômeno e não os seus resultados acabados nem os seus produtos do desenvolvimento do objeto, ou seja, é uma análise que volta ao ponto de partida do objeto e restabelece todos os processos do seu desenvolvimento de uma forma que o estado atual dele seria um ‘fóssil psicológico’ (Vygotski, 2000).

Entendo que explicar um fenômeno significa esclarecer sua verdadeira origem, seus nexos dinâmicos causais e sua relação com outros processos que determinam seu desenvolvimento mediante uma investigação objetiva e subjetiva de um processo vivo

que converte o objeto ao movimento do seu surgimento. Logo, pesquisar a origem de um fenômeno significa descobrir a origem e a história de seu desenvolvimento até o momento atual, enfim sua gênese.

### **3.4.1 A pesquisa qualitativa e sua legitimação**

A fim de trabalhar com o empírico em um lugar diferente na compreensão da ciência, González Rey (2002) adota uma postura de construção de representações teóricas que permitam o desenvolvimento de novas zonas de sentido sobre o processo estudado. Conceitua zona de sentido como zona do real, que encontra significado na produção teórica e que não é passível de esgotamento quando tratada dentro de teorias científicas. Esse autor afirma que, na pesquisa psicológica, a definição do qualitativo se dá pelos processos implicados na forma de construção desse conhecimento; evoca-se pelo resgate do individual e da dimensão construtiva do conhecimento, à medida que entende a ciência como subjetividade, emoção, individualização e contradição, e assim necessita compreendê-la em uma produção de pesquisadores pensantes.

A compreensão das entrevistas e análise do conteúdo produzido no estudo, busco apoio na Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (2002) que considera a existência de três princípios: a postura de produção de um conhecimento construtivo-interpretativo, o caráter interativo e a significação da singularidade.

O autor esclarece que a postura construtivo-interpretativa, envolve primeiramente que conhecimento não é soma de fatos definidos por constatações imediatas do momento empírico. A interpretação é utilizada a fim de dar sentido a expressões do sujeito pesquisado e, ao interpretar, o pesquisador elabora construções interpretativas que, vistas isoladamente, não tem qualquer sentido e importância. A interpretação se desenvolve por meio da atribuição de significado a formas do objeto estudado, isto é, não se dá por meio de categorias pré-estabelecidas.

A teoria é um instrumento a serviço do pesquisador em todo o processo interpretativo. O pesquisador é ativo nesse processo e produz idéias ao longo de toda a

pesquisa. Pesquisador e sujeito pesquisado são produtores de pensamento. González Rey (2005a) enfatiza que o conhecimento é uma construção, não um conjunto de categorias universais que se disponibilizam para conhecer uma realidade. E assim, o conhecimento ocorre por meio de sua capacidade de gerar zonas de compreensões.

O segundo princípio destaca o caráter interativo do processo de produção de conhecimento, referindo-se à relação pesquisador-pesquisado. O pesquisador, além de ser um sujeito participante, é um sujeito intelectual ativo no processo da pesquisa, pois acompanha todo o processo empírico em todo momento e não se limita às respostas advindas dos instrumentos. O pesquisador e suas relações com o sujeito são os principais protagonistas da pesquisa, tanto que o vínculo entre o pesquisador e o pesquisado é responsável pela qualidade da expressão do sujeito.

O terceiro princípio da Epistemologia Qualitativa é o da significação da singularidade como nível legítimo da produção de conhecimento. A legitimidade se define pela abertura e pelo seguimento de novas zonas de sentido, as quais ampliam a significação do modelo teórico em processo de construção. A informação expressa por um sujeito não precisa ser repetido por outro sujeito, ela em si converte-se em um aspecto significativo para a produção de conhecimento.

No estudo da subjetividade, a abordagem qualitativa foca o conhecimento dos complexos processos que a constituem. Os objetivos dessa abordagem não são de predição, controle e descrição, pois estudar a subjetividade denota considerar a plasticidade do fenômeno subjetivo.

### **3.4.2 O processo de construção da informação e do conhecimento**

Nesse processo, González Rey (2002) defende que o pesquisador produz idéias no cenário da pesquisa e as confronta com o sujeito da pesquisa, gerando assim novos níveis de produção teórica, não se limitando apenas às informações geradas pelo instrumento.

González Rey (2002) atribui à teoria, o lugar de uma ferramenta a ser questionada e salienta que a teoria não apresenta uma dimensão supra-individual e que não pode ser uma camisa de força, tanto que compreende o conhecimento como uma

produção teórica, mas que nunca se expressa como um reflexo acabado do estudado. A teoria deve ser apenas um facilitador para perceber os fenômenos psíquicos. Na pesquisa qualitativa, pretende-se teorizar e apresentar propostas de modelos teóricos e não meramente generalizar os resultados obtidos para populações pretensamente semelhantes:

A pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa por estar orientada à produção de idéias, ao desenvolvimento da teoria. Os resultados nela obtidos são momentos parciais que geram novas perguntas. Desse modo:

“A teoria, como produção orgânica do pensamento, gera necessidades, que conduzem a categorias e construções que têm sentido só em relação ao corpo teórico em seu conjunto. A relação dessas categorias e construções com o objeto é só indireta; no entanto, é condição para o avanço da teoria em direção a novas zonas de sentido sobre a realidade estudada” (p. 61).

Sabendo que a análise dos processos da subjetividade não pode ser construída a partir de entidades homogêneas, definidas a priori, pois são irreduzíveis a fórmulas universais que preconizam a comparação de elementos definíveis, tem-se que a generalização dos conhecimentos desses processos complexos terá um caráter teórico construtivo, deixando de ser um mero ato de constatação. Para González Rey (2002), a generalização é: “um processo teórico que permite integrar em um mesmo espaço de significação, elementos que antes não tinham relação entre si em termos de conhecimento” (p.164). O potencial de generalização de um conhecimento nessa perspectiva ocorre, portanto, por sua capacidade de ampliar o potencial explicativo de uma teoria. Ela não é um ato de significação estatística desconectado do processo de construção teórica do pesquisador, e assim, não está baseada em critérios de correlações, padronização ou repetição, mas na lógica do alcance das construções teóricas produzidos pelo pesquisador.

De acordo com esse enfoque, a aproximação da realidade é um processo interpretativo que conduz à construção de indicadores. Assim, os indicadores são elementos que adquirem significado por meio da interpretação do investigador, que no processo conduzirá ao surgimento de novos indicadores através de novas idéias do investigador associadas com a construção dos indicadores anteriores (González Rey, 2002). O indicador é um momento hipotético no processo de produção da informação.

Ele explicita elementos presentes na informação pesquisada que justifiquem a hipótese elaborada (González Rey, 2005a).

“O processo de definição dos indicadores é um processo de construção teórica de complexidade crescente, em que o indicador se torna elemento de relação entre os diferentes níveis da produção teórica e as zonas de sentido do objeto a que os ditos níveis dão acesso”. (González Rey, 2002, p.114)

Essas zonas de sentido serão criadas a partir do que o investigador entende como tendo sentido no estudo, ou seja, se constroem os indicadores e, a partir dessas construções, emergem as zonas de sentido. Partindo dessa perspectiva, a “análise dos dados” passa pela construção de indicadores que farão emergir as zonas de sentido. Segundo González Rey (2005a), os núcleos de significação são construções usadas para a organização e concretização do processo construtivo-interpretativo.

Segundo Aguiar & Ozella (2006), a análise frente a uma perspectiva de compreender o sujeito, se inicia pelos significados, pois se sabe que os significados possuem mais do que aparentam significar, são caminhos para o alcance das ‘zonas de sentido’. Lembrando que o sentido é mais amplo do que o significado, à medida que articula os eventos psicológicos que o sujeito produz frente a uma realidade.

A partir de Aguiar & Ozella (2006), entende-se que o processo de apreensão construtivo-interpretativo dos sentidos se dá por meio das construções dos indicadores das formas de ser do sujeito, que são processos vividos por ele. Esses autores apresentam três etapas da apreensão da constituição dos sentidos:

A primeira etapa se dá pela leitura flutuante e organização do material. As leituras são feitas do texto transcrito da entrevista, possibilitando que o pesquisador aproxime-se do material, apropriando-se dele; e nesse processo organiza e enumera os pré-indicadores. Os pré-indicadores são temas que se destacam por parecerem ter importância para o sujeito da pesquisa, por estarem carregados de carga emocional, ou também pelas ambivalências ou contradições do que é expresso pelas falas, sempre relacionando esses pré-indicadores com o problema de pesquisa proposto. O produto dessa etapa é uma lista de pré-indicadores que irão constituir em possibilidades de construções dos núcleos de significação.

A segunda etapa se dá com o processo de aglutinação dos pré-indicadores levantados pelos critérios de similaridade, complementaridade ou de contraposição. Neste momento o pesquisador atua em uma análise do empírico atravessado fortemente pelo teórico, porém não é em si uma construção teórica em sua completude. Identifica-se nesse momento os indicadores que emergem do processo de aglutinação dos pré-indicadores. Ressalta-se que os indicadores podem ter significados diferentes em contexto específicos.

A terceira etapa refere-se a dois momentos fundamentais para a elaboração de conhecimento a partir do empírico realizado. Como primeira fase, tem-se a construção dos núcleos de significação pelo entrelaçamento da articulação dos indicadores, oferecendo uma nomeação a eles. Esse processo ocorre seguindo os critérios de articulação dos conteúdos dos indicadores por semelhança, complementaridade e contradição. Dessa forma, acessam-se as transformações e as contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e significados, objeto esses da análise da subjetividade.

Por meio do alcance, possibilitado por esse trajeto seguido até o momento da análise, o pesquisador consegue ir além do que é aparente, coloca-se em uma postura interpretativa do conhecimento construído a partir das falas do sujeito.

Para atingir o objetivo de analisar os sentidos subjetivos, é necessário apreender as mediações constitutivas, indo além da aparência visando o não dito por meio da análise do processo do sentido para esse sujeito ao: “analisar seu processo, que se expressa na palavra com significado e, ao apreender o significado da palavra, vou entendendo o movimento do pensamento” (Aguiar & Ozella, 2006, p. 225).

Os núcleos de significação elaborados são os pontos centrais e fundamentais que confluem as determinações constitutivas do sujeito com o problema proposto para a pesquisa. Inclusive, as nomeações dos núcleos de significação, baseiam-se em expressões retiradas das falas do sujeito que representam a articulação feita no desenvolvimento das emersões dos núcleos de significação com o processo do sujeito atravessado pelos objetivos do estudo.

O último momento é a análise dos núcleos, que passa de um processo de intranúcleo e segue para uma articulação internúcleos. Essa análise compõe o

movimento dos sentidos do sujeito com suas contradições. Nesse processo o pesquisador, por meio de uma postura construtivo-interpretativa, articula a fala do sujeito com o contexto sócio-histórico ao qual está imerso, a fim de possibilitar compreender o sujeito informante em sua totalidade. Para atingir a apreensão dos sentidos, os pesquisadores Aguiar & Ozella (2006) clarificam a importância de investigar as necessidades expressas pelos sujeitos para atingir as determinações constitutivas desses.

“Entendemos que tais necessidades são determinantes/constitutivas dos modos de agir/sentir/pensar dos sujeitos. São elas que, na sua dinamicidade emocional mobilizam os processos de construção de sentido e, é claro, as atividades do sujeito” (p. 13).

Conclui-se que a análise é um momento em que as falas e emoções dos sujeitos são organizadas em núcleos de significação e que precisam ser articuladas com o contexto histórico no qual o sujeito se constrói e se constitui. A base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade explicita como o sujeito transformou o social em psicológico, construindo os seus sentidos subjetivos (Aguiar, 2001).

O instrumento de pesquisa adotado no estudo é a entrevista que González Rey adota no campo de discussão sobre usos de instrumentos sob o conceito de ‘conversação’, definido (González-Rey 2005a), como “um processo cujo objetivo é conduzir a pessoa estudada a campos significativos de sua experiência pessoal, os quais são capazes de envolvê-la no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual” (p. 126). Acredita que por meio da conversação o pesquisador chega à trama dos sentidos subjetivos, que expressam o mundo do pesquisado com suas reflexões e conflitos, que envolvem emoção, e que proporcionam o surgimento de novos processos simbólicos. Aguiar & Ozella (2006) concordam que a entrevista é um dos instrumentos mais ricos, a qual permite acesso aos processos psíquicos, o sentido e o significado.

O uso de instrumentos segundo González Rey (2005a) significa um momento em que: “o espaço social da pesquisa se converte em espaço portador de sentido subjetivo” (p. 45). Durante a ‘conversação’, o pesquisador e pesquisado confluem suas experiências, suas questões e problematizações em um processo que proporciona a

elucidação dos sentidos subjetivos. Esse instrumento propicia a expressão de argumentações e emoções na inter-relação entre pesquisador e pesquisado.

González Rey (2002) destaca que a expressão do sujeito frente aos instrumentos se dá no clima dialógico da pesquisa, sendo esse constituído do valor que o sujeito concede à pesquisa, de suas necessidades e conflitos e de suas relações com o pesquisador. Na conversação, ao dialogar, o sujeito da pesquisa confronta-se com a produção expressa e, desta forma, sua postura é de compromisso com o que fala. A partir desse compromisso e envolvimento espontâneo durante a conversação, González Rey (2005a) explica que, por isso, os trechos de informação são inacabados, tensos e muitas vezes contraditórios. Nesse contexto, o pesquisador, em sua postura ativa, posiciona-se e questiona os sentidos subjetivos expostos pelo sujeito.

### **3.4.3 Aproximação da realidade pesquisada: primeiros contatos com o campo e a escolha do sujeito**

González Rey (2002) distingue que a pesquisa de campo se constrói como um processo permanente de estabelecimento de relações e de construções de eixos relevantes de conhecimento no cenário em que se pesquisa o problema indagado. Ela é uma via de estímulo e de desenvolvimento intelectual do pesquisador.

Para tanto, como pesquisa de campo neste estudo, antes da realização do momento específico da ‘conversação’ com o sujeito do estudo, realizei visitas à instituição em que o sujeito havia cumprido a medida sócio-educativa de semiliberdade, a fim de construir a aproximação das zonas de sentido que permeava o contexto concreto do sujeito, o jovem em conflito com a lei, para possibilitar a construção da legitimação da informação pela escolha dos sujeitos.

Elucida-se que em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, o número de sujeitos depende de critérios que vão sendo definidos ao longo do processo da pesquisa de acordo com o problema proposto e com as necessidades que emergirem no processo empírico;

como por exemplo, a problematização de determinado fenômeno que possibilita construir novos conhecimentos. González Rey (2005a) indica o informante-chave como aquele capaz de prover informações relevantes e singulares em relação ao problema de pesquisa estudado legitimando o estudo pelo desenvolvimento progressivo das inter-relações das ‘zonas de sentido’ em relação ao problema estudado.

Esse autor introduz o conceito de amostra propositiva, definida pela natureza do problema de pesquisa e não por uma mera natureza estatístico-populacional. A escolha do sujeito também não é feita ao acaso, mas pela implicação que o sujeito tem aos objetivos da pesquisa. Logo, a escolha do sujeito envolve tanto a possibilidade da vivência da ‘conversação’ entre o pesquisador e o pesquisado, quanto o entendimento de que o sujeito escolhido é percebido como ‘informante-chave’, um informante singular.

Parto da postura de González Rey (2002), visando descobrir formas de subjetivação da vida social constituída na história diferenciada dos sujeitos, assumindo esse estudo como um estudo de caso. O autor define o estudo de caso como:

“uma ferramenta privilegiada para o acesso a uma fonte diferenciada que, de forma única, nos apresenta simultaneamente a constituição subjetiva da história própria (subjetividade individual) e uma forma não-repetível de subjetivação da realidade social que ao sujeito coube viver” (p. 156).

Argumento que o estudo do caso é um caso singular e legitima o valor da generalização pelo que é capaz de elaborar na qualidade do processo de construção teórica, não em termos de uma definição quantitativa do individual, mas como uma compreensão da condição qualitativa de singularidade. Frente ao estudo da subjetividade, compreendo a singularidade como via de acesso aos processos de construção teórica de generalização, fundamentando-se que:

“A dimensão de sentido dos processos psíquicos requer chegar ao geral a partir da compreensão de processos e de formas de organização que apresentam características singulares de expressão. É o estudo da singularidade que nos permite acompanhar um modelo de valor heurístico para chegar a conclusões que estão além do singular e que são inexecutáveis sem o estudo das diferenças que o caracterizam” (González Rey, 2005a, p. 113).

A história de vida do sujeito escolhido para o estudo é enunciada como significativa e paradigmática, à medida que sua trajetória perpassa sentidos subjetivos dinâmicos em um movimento de desenvolvimento da subjetividade de contradições e de mudanças no plano social que possibilitam a iluminação tanto de sua história de vida pessoal quanto da subjetivação da realidade social. Acredito que este caso produz um momento de sentido no curso da produção teórica do fenômeno da juventude em conflito com a lei na contemporaneidade. Por meio de sua história de vida, deparei com questões específicas pontuadas nos estudos e nas construções teóricas realizados sobre essa temática. Logo, a legitimidade ocorre pelo que esse caso provoca no curso da produção teórica desse fenômeno.

Meu primeiro contato com o sujeito da pesquisa aconteceu no contexto de minha atuação profissional como psicóloga em uma Casa de Semiliberdade em Brasília no 2º Semestre de 2004, onde o jovem cumpria medida. Durante o período, o jovem recebeu progressão de medida sócio-educativa e, em seguida, deixei de atuar como psicóloga da instituição devido à inserção no Programa de Pós-graduação de Psicologia Social.

Assim, meu contato com Paulo<sup>32</sup> foi interrompido durante um ano e retomado em 2006, quando apresentei ao jovem a proposta da pesquisa, pressupondo a possibilidade deste ser protagonista de seu fenômeno, um informante-chave do problema de pesquisa a ser estudado.

Como já citado anteriormente durante a pesquisa de campo, mantive contato por meio de visitas à Casa de Semiliberdade, a fim de refletir sobre o problema de pesquisa. Mas antes de explicitá-los, exponho os primeiros procedimentos da pesquisa: a vivência durante seis meses de atuação dentro de uma instituição de cumprimento da Medida Sócio-Educativa de Semiliberdade em Brasília no ano de 2004.

A primeira versão da pesquisa foi elaborada no momento em que atuava na Casa. No contexto, acessei a dinâmica de funcionamento das instituições de ‘contenção, reeducação e reintegração’ desses jovens. É uma dinâmica que se organiza e desorganiza-se no cotidiano das relações entre equipe do quadro burocrático de cuidadores desses jovens (coordenador da casa, assistente da coordenação, assistente social, psicóloga, professor, professor de educação física, técnico de horticultura e

monitores - denominados na teoria como educadores - e faxineiras) e os jovens que cumpriam a medida sócio-educativa de semiliberdade. As funções dos integrantes da Casa eram mutáveis e indefinidas, algumas vezes pela emergência de necessidades jurídicas, sociais, biológicas, emocionais dos membros da Casa, outras por incompreensões diversas.

A Casa estava vinculada à rede de apoio de Saúde Pública, Educacional, da Justiça, da Ação Social e do Trabalho (com os cursos profissionalizantes, que incluíram as primeiras inserções nos programas específicos de emprego para a juventude). Também permeavam aquele contexto as relações com as Universidades, que ofereciam parcerias para realizar trabalho de Psicologia Social-Comunitária no espaço físico da Casa, e também ofertavam atendimentos psicológicos, em sua maioria para casos de uso indevido de drogas. A irmandade dos Narcóticos Anônimos era outra rede de apoio dessa Casa. Nos seis meses que estive nessa Casa trabalhando, a instituição religiosa era outro participante do lugar. Estiveram presentes nesse semestre, membros de uma ONG que executaram uma parceria por meio de um projeto social-político de formação do sujeito pela atividade geradora de renda. A instituição Família era uma presença permanente tanto por solicitações dos cuidadores da Casa quanto por demandas espontâneas diversas.

A Casa tinha espaço físico amplo, mas com condições precárias em termos de necessidades básicas de alimentação e de moradia, localizava-se em uma região urbana povoada, situada em rua sem saída e possuindo ao lado uma invasão de terra pública com poucas casas. A seu lado existia uma escola pública de ensino fundamental, onde nenhum dos adolescentes estudava, pois, devido às repetências escolares, eram inseridos em cursos noturnos e na sua esquina da rua havia um posto de saúde pouco usado pela Casa.

Este foi o contexto do meu encontro inicial com o Paulo. Algumas vezes, as relações entre a minha prática de psicóloga e o Paulo se deram por meio do contato dos familiares deste que foram à Casa resolver, por exemplo, sobre a autorização de Paulo para trabalhar com seu cunhado em uma pizzaria próxima a sua casa familiar; outra em

---

<sup>32</sup> Paulo é nome fictício dado ao sujeito desta pesquisa, a fim de garantir o seu sigilo. Acrescento que todos os nomes referidos não são reais.

um momento de tensão extrema, quando a irmã de Paulo foi à Casa saber da sua situação, assim que foi avisada de um incêndio ocorrido na Casa.

Vários encontros foram vividos nos corredores e quartos da Casa. Relações foram estabelecidas em conversas sobre conflitos ocorridos entre Paulo e outros jovens da Casa. Acompanhei Paulo em atividades externas a Casa. Ocorreram conversas sobre questões emocionais elucidadas por outros cuidadores da Casa, escritas em seu prontuário e concebidas no cotidiano de Paulo na Casa. Reencontrávamos todas as segundas-feiras no retorno dele dos finais de semana, quando permanecia em companhia de sua família. Outras conversas minhas com Paulo foram sobre as conquistas e fracassos escolares. Houve idas à Vara da Infância e da Juventude para tratar do relatório do seu andamento na medida sócio-educativa. Mas o momento que marcou nossos encontros foi a visita domiciliar realizada a sua família com a participação: minha, dele, de sua mãe e de mais três irmãs na porta de sua casa.

Após esses encontros intensos durante cerca de quatro meses em 2004, tentou-se, após mais de um ano, em 2006, re-localizar Paulo, sabendo que nessa nova etapa nossa relação dar-se-ia fora da estrutura física da Casa de Semiliberdade, já que, ainda em 2005, ele vivenciou uma progressão de medida sócio-educativa, a Liberdade Assistida, que permitia a permanência dele com sua família. No entanto, antes de sair da Casa da Semiliberdade, Paulo já projetava cumprir o Serviço Militar.

Assim, a partir das visitas à Casa, como primeiros passos do campo tive informações de que Paulo estava no Exército em 2005. Em 2006, após re-elaborações, construções e reconstruções do projeto de pesquisa feitas durante essas visitas à 'Semi', escolhi Paulo como o sujeito da pesquisa. Ao sair da Casa, em janeiro de 2006, levei comigo uma lista de jovens que possuíam histórias de vida problematizadoras das minhas questões sobre o sujeito jovem com história de transgressão social-legal na contemporaneidade.

Os reencontros com Paulo para convidá-lo para participar do estudo deram-se primeiramente por intermédio de sua família. O primeiro contato foi por telefone e, em seguida, fui pessoalmente tentar reencontrar Paulo, pois a sua mãe me informou o endereço da nova casa de Paulo, visto que se encontrava casado. Até conseguir achar Paulo, falei algumas vezes com sua mãe, outras com suas irmãs, pois à medida que

encontrava um membro de sua família, este me passavam o contato de outros para poderem me ajudar a encontrar Paulo. As casas dos familiares são muitas próximas: Paulo reside a três ruas de sua mãe e as irmãs e o irmão, com os quais me comuniquei, moram um nos fundos da casa da mãe e os outros em um único terreno na esquina da rua da mãe.

Após algumas tentativas telefônicas e visitas às casas de seus familiares, Paulo reencontrou-me por telefone. Na época não tinha telefone em sua residência o que dificultou a sua localização. Porém, quando Paulo telefonou, conversei sobre a proposta da pesquisa e, especialmente, sobre os últimos acontecimentos de sua vida, destacando ele informou que iria ser pai. Como eu já estava retornando no dia seguinte para São Paulo, planejei com ele que, quando retornasse a Brasília, iria reencontrá-lo.

Na época planejada, em outubro de 2006, fui pessoalmente à nova casa de Paulo e não o encontrei, nem sua mãe que estava viajando e nem seus irmãos. Retomei os contatos telefônicos e, por intermédio de uma irmã que marcou hora para o nosso segundo encontro também por telefone, agendamos as ‘conversações’ a serem feitas no espaço da Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Brasília, onde fiz minha graduação em Psicologia e consegui uma parceria para realizar esse outro campo desta pesquisa.

Especificamente para realizar o levantamento do material de análise do estudo ocorreram duas ‘conversações’ entre a pesquisadora e Paulo. As entrevistas foram registradas por gravador e transcritas posteriormente. Na seção de anexo (anexo 4) consta a transcrição dessas conversações.

A primeira conversação teve como temática:

1. a história de vida de Paulo antes e depois da vivência do ato infracional;
2. os sentidos do jovem sobre seu lugar social;
3. os sentidos subjetivos de Paulo de sua história e
4. as significações impressas nele em seu contexto com uma perspectiva de problematização de seu momento atual face a face com seu passado e futuro.

Já a segunda entrevista ocorreu em uma postura de entrevista recorrente, ou seja, como uma consulta objetivando eliminar dúvidas, aprofundar colocações e reflexões a partir da análise primária sobre o conteúdo expresso na primeira conversação e, assim permitir uma quase análise conjunta do processo utilizado por ele na primeira entrevista para a produção de sentidos subjetivos.

Tendo o pressuposto de uma pesquisa dentro de uma postura de Epistemologia Qualitativa (González Rey, 2002), as análises dos sentidos subjetivos desse sujeito ocorreram considerando todo o processo de pesquisa de campo.

A visão a respeito do sujeito se constituiu a partir da relação narrada entre e o jovem e esta pessoa da psicóloga quando no cumprimento da medida sócio-educativa, tendo-o como um sujeito que permite um acesso aos campos de sua história de vida<sup>33</sup> para alcance dos seus sentidos subjetivos.

Ressalto a afirmação ao sujeito, da garantia de retirada do consentimento de participação do estudo a qualquer momento sem justificar a decisão, sem que isto levasse a qualquer penalidade ou interrupção de seu acompanhamento/assistência/tratamento. Informei da garantia de sigilo de sua identificação/nome, assegurando-lhe que todos os dados a seu respeito seriam sigilosos, conforme a determinação do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Também o informei de que não teria despesas e não receberia dinheiro por participar do estudo. Durante o trabalho de campo, o Paulo consentiu a sua participação com a assinatura do termo de consentimento de pesquisa.

Na seção de anexos (anexo 3) consta o modelo apresentado ao sujeito; o termo de consentimento original assinado por Paulo está de posse da pesquisadora. E a fim de contextualizar a situação legal do jovem deste estudo, na época que cumpria a medida sócio-educativa de semiliberdade, constam na seção de anexos as especificações dessa medida do Estatuto da Criança e do Adolescente (2000) no anexo 1 e as diretrizes que regiam a aplicação dessa medida em Brasília naquele momento no anexo 2.

---

<sup>33</sup>A história de vida é aqui utilizada como um processo de conhecimento das perspectivas biográficas da vida, dando uma legitimidade à mobilização da subjetividade como processo de produção de saber para construção de sentidos para o autor do relato e para a 'narradora'.

## **CAPÍTULO 4: Construção das zonas de sentidos do jovem com história de transgressão social-legal**

Neste capítulo, elaboro a aproximação às zonas de inteligibilidade do real constitutivas das zonas de sentido do sujeito, tendo em vista apreender, discutir e analisar os modos de inserção do sujeito em suas condições de vida históricas e concretas e de suas formas de apropriação dessas condições com suas repercussões subjetivas contextualizadas na contemporaneidade. Neste exercício adentro a problemática dos sentidos subjetivos do sujeito jovem com história de transgressão social-legal na contemporaneidade.

Sigo pela construção da investigação de Oliveira, Rego & Aquino (2006) sobre as relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades com base na abordagem histórico-cultural em que mostra-se que os eventos psicológicos não se dão progressivamente, mas em um processo de avanços e retrocessos, com ambigüidades, rupturas e descontinuidades. Seguindo essa indicação, apresento uma narrativa breve, visando a contextualização e caracterização do sujeito do estudo, a fim de obter uma primeira organização das informações advindas na ‘conversação’ com Paulo.

O sujeito entrevistado – aqui nomeado Paulo – é um jovem de 20 anos de idade, situado na categoria econômica de baixa renda, com escolaridade alcançada ao nível do Ensino Médio incompleto. Na época em que realizei ‘conversação’, Paulo trabalhava como garçom e cursava o Supletivo com planos de finalizar o Ensino Médio e prestar concurso público para bombeiro ou vigilante. Estava há um ano vivendo com a companheira Alessandra de 29 anos de idade, que estava trabalhando como empregada doméstica. Com o casal residia as duas enteadas do Paulo, a Mariana de 8 anos e Marina de 5 anos, estudantes; filhas de Alessandra dos seus dois relacionamentos anteriores. E no momento o casal vivenciava uma gravidez interrompida por um aborto espontâneo.

Paulo nascido em 1986, foi criado em Ceilândia, bairro periférico de Brasília, onde vive até hoje, em casa situada a duas ruas da sua residência de infância.

Paulo conta que aos nove meses foi adotado pela Sra. Joana. A mãe biológica, a Sra. Iêda, era conhecida de Joana, e segundo Paulo, ele foi doado a ela. Paulo em sua família adotiva é o filho caçula de uma família de oito irmãos. A Sra. Joana é viúva de seu primeiro marido, com quem teve seis filhos: Manoela, Gustavo, Wagner, Rute, Ana e Eduardo, e atualmente está separada da sua segunda união conjugal, da qual teve a sétima filha, Cláudia. Descreve sua mãe adotiva como sua cuidadora:

*“A minha mãe. Foi a que me deu educação que me ensinou tudo. Me ensinou a fazer as coisas, tudo. Aprendi a fazer as coisas. Aprendi a lavar banheiro. Fazer comida. Puxão de orelha também. Ir pro colégio e estudar. Porque se não fosse isso eu não estaria hoje, né?!”*

Paulo é o único filho da relação entre seus pais biológicos, o Sr. José e a Sra. Iêda. Ele relatou-me que quando do seu nascimento, seus pais não eram casados e que o Sr. José concordou com a sua adoção. Sobre a Sra. Iêda, Paulo relata: ela morava na quadra ao lado da quadra da Sra. Joana e lembra que teve poucos contatos com ela. Narrou que quando sua mãe biológica vinha buscá-lo para visita, se escondia debaixo da cama, mas Paulo não sabe explicar o que acontecia, mas recorda-se das cenas em que não queria ir. Quando Paulo tinha 8 anos de idade, a Sra. Iêda faleceu e sobre o motivo da sua morte, Paulo revelou que conhece o motivo, porém frisa que não gosta de falar sobre o assunto, justifica que isso não irá alterar a sua visão sobre ela e ressalta que esse assunto não cabe em sua vida.

Acerca do Sr. José, Paulo o conhece como também os outros cinco irmãos do casamento de seu pai biológico: a Paulinha, o Juliano, o Leandro, o Naldo e a Kellen. E assim afirma que: *“... eu conheço é esses cinco por parte de pai. Só esses. Ainda acho que tem mais (riso)”*. Esses familiares residem no mesmo bairro de Paulo, mas em uma região mais distante. Esclarece que não conhece a relação dos seus pais biológicos: *“Não lembro. Não sei a história toda... Ué conta que ela (a mãe biológica) me deu pra ela (a mãe adotiva)... Os dois (pais biológicos) já eram separados. E até hoje eu tô aí”*. Paulo define o Sr. José como uma ‘pessoa comum’: *“Eu considero pai que fez, mas eu não tenho, como é que fala assim, amor. Pra mim é uma pessoa comum”*. Por outro lado, afirma ter informações de que o pai mora mais tempo em Minas Gerais do que em Planaltina, outro bairro de Brasília, distante de onde Paulo mora.

Paulo marca a sua história de vida a partir dos 10/12 anos de idade, quando suas atividades envolviam: jogar bola, nadar e estudar. Faz uma referência a esse período

como época em que ele tinha condições favoráveis frente às outras crianças do seu bairro, pois participava das atividades extra-curriculares da escola, como passeios. Para seus irmãos Paulo era considerado privilegiado, pois tinha material escolar e uniforme garantidos, circunstâncias diferentes das que viveram quando eram crianças. Expressa que: *“E eu que vim que não era nem filho tinha tudo”*.

Paulo destaca a etapa dos 13 aos 18 anos, período em que perdeu muitas coisas em sua vida e indica o estudo como perda principal: *“Era pra mim ter terminado. Já tá trabalhando tranqüilo. Agora que eu tô correndo atrás.”*

Paulo iniciou a sua trajetória de transgressões sociais-legais aos 13 anos, com o uso indevido de drogas e atos infracionais. Esse período apontado por Paulo, os 15 anos de idade foi o momento em que começou a trabalhar no CESAM (Centro Salesiano do Menor), saiu da casa de sua mãe e foi morar sozinho. Alugou um lote onde inicialmente morou sozinho, depois tentou dividir as contas com amigos, mas até ser preso pela primeira vez estava residindo sozinho.

Paulo apresenta sua trajetória infracional com informações confusas em que não se recorda quantas vezes exatamente foi preso (em torno de quatro a cinco vezes). Como medida sócio-educativa recebia a Liberdade Assistida, medida em que permanecia fora dos espaços de contenção institucional. Aos 17 anos, em sua última apreensão, sofreu a aplicação da medida sócio-educativa de Semiliberdade. Na Casa de Semiliberdade e permaneceu cerca de dois anos. Ressalta que nessa época, no início da medida, a pessoa judicialmente responsável por ele era a Sra. Maria, mãe de seu amigo com o qual cometia os atos infracionais.

Paulo relata que a sua mãe, a Sra. Joana não aceitava suas transgressões sociais, tanto assim que não levava para sua casa os ganhos conquistados em seus atos infracionais. Afirma que ela reagia firmemente frente às suas transgressões, inclusive com contenções físicas, caso constatasse tal fato.

Quando Paulo foi preso pela última vez nomeou a Sra. Maria como sua responsável, tanto que, no período em que esteve aguardando no Centro de Atendimento Juvenil Especializado a análise judicial do seu caso, era ela quem ia visitá-lo, ocasião em que também visitava o seu filho biológico, amigo de Paulo. Os dois tinham sido presos juntos.

Durante a vivência da medida sócio-educativa de Semiliberdade, Paulo retomou paulatinamente os contatos familiares, legalmente a irmã Ana assumiu a responsabilidade, e assim Paulo nos finais de semana, permanecia em sua companhia em Brazlândia, bairro distante da região de sua infância. Nos últimos meses da medida Paulo voltou a residir com sua mãe.

Após a sua progressão de medida, em que Paulo saiu da Casa de Semiliberdade e voltou a morar com sua mãe, prestou serviço militar durante um ano e três meses, onde aprendeu a profissão de cozinheiro. Foi nessa fase que conheceu a sua atual esposa e, após o seu desligamento do serviço militar, deu continuidade ao trabalho de cozinheiro e garçom, função que exerce até hoje.

Paulo participou das entrevistas com envolvimento, apresentando interesse no trabalho que se referia a sua vida, tanto que, desde o convite, concordou com a pesquisa e, em seu trâmite, solicitou esclarecimentos sobre a necessidade de discutir certos assuntos, mostrando-se comprometido com a proposta, inclusive a questionado para compreendê-la. Expressou-se com espontaneidade nos dois encontros, explicitando suas emoções em suas falas e gestos.

A seguir, objetivo a análise dos sentidos subjetivos construídos por Paulo acerca de sua constituição subjetiva. Para tanto, fundamentei o processo na Epistemologia Qualitativa (González Rey, 2002) e em Aguiar & Ozella (2006), a apreensão construtivo-interpretativo dos sentidos que se dá por meio das construções dos indicadores das formas de ser do sujeito, que são processos vividos por ele.

E para explicitar tal processo da apreensão da constituição dos sentidos, primeiramente exponho detalhadamente a sistematização feita das informações construídas na ‘conversação’ com Paulo e, em seguida, realizo a análise propriamente dita das entrevistas realizadas com ele que possibilitaram as construções dos núcleos de significação.

#### **4.1 O Processo de construção dos núcleos de significação**

Cumpro a primeira etapa da construção dos núcleos de significação com a realização de leituras flutuantes e repetidas do material transcrito produzido nos dois encontros realizados com Paulo, em que se destacaram os pré-indicadores. Estes indicadores, como já explicitado anteriormente, são temas que emergem por parecerem ter importância para Paulo, por estarem carregados de carga emocional ou ainda pelas ambivalências ou contradições do que foi expresso em falas, estando esses pré-indicadores inter-relacionados com o problema de pesquisa proposto (Aguiar & Ozella, 2006). Como produto dessa etapa, obtive uma lista de pré-indicadores que constituíram caminhos para a construção dos núcleos de significação.

Após essa elaboração de caminhos possíveis, a segunda etapa, realizei no processo de aglutinação dos pré-indicadores levantados pelos critérios de similaridade, complementaridade ou de contraposição. Paralelamente e/ou subsequentemente a essa aglutinação dos pré-indicadores, inferi os indicadores. Ressalto que os indicadores podem ter significados diferentes em contexto específicos.

Na terceira etapa sistematizei e interpretei os indicadores e a partir deste exercício construí os núcleos de significação. Segui os critérios de articulação dos conteúdos por semelhança, complementaridade e contradição dos conteúdos expressos nas falas de Paulo, representativas da articulação feita no desenvolvimento das emergências dos núcleos de significação com o processo do sujeito atravessado pelos objetivos do estudo.

Defini nove indicadores (Estratégias de isolamento da guerra; O processo de desenvolvimento da transgressão social-legal; A realidade multifacetada violência: riscos e proteção; O uso de drogas como efeito tranquilizador; Apropriação do processo de cumprimento de medida sócio-educativa; A elaboração das necessidades da transgressão; Uma nova concepção do modo de viver; A construção do processo de superação do jovem transgressor e As relações afetivas no processo de ressignificações), que resultaram em três núcleos de significação:

1. A transgressão social impregnada na sua história de vida;
2. As estratégias de reconstrução subjetiva e

### 3. O processo de apropriação das superações vividas.

Prossigo apresentando os pré-indicadores aglutinados a partir da fala de Paulo, fundamentando-os por meios de trechos da fala dele que produziram a nomeação dos indicadores. Esclareço que os pré-indicadores sublinhados são temas que se repetem na fundamentação dos indicadores, mas que podem ter sentidos diferentes em cada indicador.

#### **INDICADOR 1:** Estratégias de isolamento da guerra.

O primeiro indicador aglutina pré-indicadores cujo conteúdo temático trata do afastamento da transgressão social.

<b>PRÉ-INDICADORES:</b>
Envolvimento; Relações; <u>Afastamento</u> ; Continuidade; <u>Sozinho</u> ; <u>Passado</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; <u>Mudança</u> ; <u>Isolamento</u> .
Meus amigos lá eu não, <b>não se envolvo. Não ando assim.</b> Da rua da minha mãe todo mundo ali. <b>Conheço todo mundo. E todo mundo me conhece.</b> Todo mundo passa, os caras que conhece que continua. ... <b>Mas eu também não paro mais pra conversar...não mexo mais nada.</b>
<b>E vou levando a vida.</b> A gente sai, mas ela (esposa) não é de sair. E eu também <b>quase não saio.</b> A gente fica mais dentro de casa assistindo. Sai, sai para casa da mãe dela ou então pra casa da minha irmã.
Eu <b>me isolei</b> , mas eu ando tudo, vejo tudo, passo e <b>passou.</b> Mas eu não paro e fico ali junto muito com as pessoas. <b>Dou, ‘oi, tudo bom’</b> e passo converso com todo mundo, mas <b>sabem que eu mudei.</b>
Não eles deve agora, eles vê, mas fica calado. Devem pensar, eles devem comentar: <b>‘Mudou, o moleque mudou, tá tranquilo agora, não tá mais nas ruas, no meio da madrugada, roubando, mudou’,</b> deve pensar. <b>Mudei mesmo. Mudei no modo</b> assim da rua. Sair. <b>Me isolei mesmo.</b>

#### **INDICADOR 2:** A realidade multifacetada violência: riscos e proteção.

O segundo indicador aglutina pré-indicadores relacionados à vivência do risco da transgressão e às repercussões atuais desse risco na vida de Paulo que reage com movimentos de evitação para sua proteção desse contexto.

<b>PRÉ-INDICADORES:</b>
<u>Morte</u> ; Matar; Gangue; <u>Guerra</u> , Dívidas; <u>Escapar</u> ; Cadeira de Rodas; Muleta; <u>Arma</u> , Área limite; Esquivar; <u>Uso de Droga</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; Caminho certo, <u>Normal</u> , <u>Trabalho</u> ,

Sozinho, <u>Rumo</u> ; Limite; Tiro; Proteção; <u>Quietar</u> ; Voltar.
Aí ia ter troca de tiro. <b>ou eu ia morrer, ou o PM ia morrer.</b>
<b>No dia que ele morreu</b> (o amigo), <b>uns cinco minutos antes dele morrer, eu tava com ele.</b> Quase que, quase que ele, <b>quase que então ia morrer nós dois juntos... .. Mas antes dele morrer ele tentou matar três.</b> Ele tava armado, e <b>os caras que ele tinha guerra passou do lado dele... Morreu na hora.</b>
<b>Aqui não. Amigo não.</b> Esse aí (o amigo falecido) <b>eu considerava.</b> Esse aí eu achava que era amigo. <b>Acho que se ele tivesse vivo eu taria morto,</b> se não fosse ele, era eu que ia. Depois que ele morreu, <b>as guerras dele (amigo) veio pra mim.</b>
<b>Já invadi casa pra matar. Tava me devendo.</b> Essas pessoas. Pegou dinheiro e não me pagou. Mas <b>o menino, o escapou. Acertou,</b> mas não...
<b>Não sei se morreu, pra mim não morreu não.</b> Mas não sei se morria, não ficava esperando. <b>Chegava lá e... Uns fala que morreu, outros fala que tá na cadeira de rodas, não sei. Eu não ia ver se tava na cadeira de rodas.</b> Eu não ia ver. Uns caras falaram.
<b>Eu quase morri numa festa</b> na QNQ (quadra residencial) por causa dele (amigo). Falaram o nome do menino que eu andava, ‘conheço’, eu ando com ele e tudo. E eu não sabia que ele tinha guerra pra lá. <b>Porque guerra queria matar, arrancar as cabeças e os pedaços.</b>
<b>Lá na quebrada com os cabritos que tem guerra. Cabrito eles falam que é</b> (quem) <b>anda com cara que quer matar.</b> ‘Não Cabrito, não sei o que’, aí já comecei a ficar com medo, <b>não aqui não é a minha área. Tô sem arma, tô sem nada.</b>
<b>‘Mas se você entrar no meio, tu vai’.</b> Eles começaram a me esquivar de um lado do outro, chegou em mim, aí <b>me esquivei pra um lado pro outro,</b> e sumi. Aí eu cheguei no menino e falei: ‘Acabei de vim de uma festa, <b>os caras ia me matar por causa de tu’.</b>
<b>Eu acho que Deus tampa as vistas deles.</b> Um desses de <b>guerra...se ele tivesse me visto, ele tinha me matado... e pegaram outro.</b> Eles vieram atrás de outro, mas <b>se ele tivesse me visto também eu tinha ido junto...</b>
‘Fiquei com o dinheiro e quietei. Os chegava pra mim: ‘vamos roubar, não sei o que’. Eu não ia pra roubar de jeito nenhum. <b>Porque se eu soubesse que eu fosse eu ia morrer.</b> Que o <b>livramento</b> foi, mais um bocado de livramento que eu tive já falei, <b>se eu for agora eu vou (morrer)’.</b>
<b>Guerra entre quadras!</b> Sempre existiu... Eles vêm, porque no começo eles vinha na nossa quadra e roubava. E a gente não queria. Então aí começou essa guerra. Eles vinha na nossa quadra e roubava, aí a gente não aceitava. <b>Então a gente descia lá e dava tiro neles...</b>
(Hoje) Eu tô ali andando no caminho certo, vamos ver o que dá’. Mas se eu vê, eles vim... <b>Tem umas guerras, mas não tem,</b> não influi mais nada não. <b>Tem umas duas perto,</b> mas não. Eles <b>não mexem comigo mais não.</b>
<b>Tá resolvido</b> a partir do momento que eu <b>encontrar eles sã, eu acho.</b> A partir do momento que <b>ele tiver drogado aí ele já não é ele mesmo.</b> Vai não, quer nem saber. Acho que ele pensa, sei lá, <b>acho que não tem coragem de vim fazer.</b>
<b>Deram uns tiros, mas não acertou. Eles não me viram,</b> mas eu sei que era eles tudo... eu não penso em mudar não. Eu não tô fazendo mal pra ninguém. <b>Mas eu tô andando, tô tranquilo ali não mexo mais com ninguém, quietei.</b> Mas se eles vim tentar fazer e não conseguir. <b>Aí eu não sei que eu faço.</b>
<b>Pra se proteger acho que eu ando normal.</b> Vou pro serviço, vou <b>pro serviço trabalho, volto. Vou sozinho, não tem problema.</b> Vou tranquilo, eu sei, <b>só não</b>

<p><b>fico ali passando ali nas áreas deles ali.</b> Que aí eles, né. <b>Eu ando no meu rumo, ando no meu limite ali. No meu limite,</b> não passo para a área deles. <b>No meu limite tranqüilo ali.</b> Não devo nada pra eles, eles não devem nada pra mim. <b>Tranqüilo.</b></p>
<p>Não, os caras passam por mim e pensa que eu ainda tô, tem uns que <b>pensam que eu tô envolvido,</b> passa, ‘pó Barú, os caras quase me mata ali agora Então eu já fico sabendo, pois eles <b>pensam que eu tô no meio e já vai falando e eu não tô.</b>’</p>
<p>Eu ando pra cima e pra baixo, <b>mas o dia que vim, se quiser fazer o mal faz. Mas se não conseguir. Se não conseguir eu não sei nem o que eu faço não.</b> Ah Ave Maria. Eu saio, <b>saio doido no meio do mundo. Pra pegar o besta.</b> Não, eu penso assim. Mas <b>eu tô vivendo a minha normal, mas se eles vim fazer o mal comigo, eu vou ficar parado esperando?! Eu também, eu vou e vou no dobro que ele veio. Vou o dobro.</b></p>
<p><b>Eu tô quieto. Eu tô quieto no meu canto e eles vêm e tenta fazer alguma coisa,</b> aí eu vou ficar deixando toda vez vir tentar fazer alguma coisa comigo. <b>Nenhum deles tentou, eu não vou tentar...</b> eu fico pensando: ‘<b>eu não tô mexendo com eles</b>’, eu tô quieto no meu canto, <b>mas se eles tentarem e não conseguir.</b> Aí eles vai, aí eu não sei. <b>Nem eu sei o que que eu faço. Volta tudo não. Acho que eu volto pior...Eu não gosto nem de pensar porque é coisa que não deve nem pensar</b> que eu acho que não vai acontecer. Pode acontecer deles passar do meu lado, <b>mas não mexendo não dá nada não. Eu quietei, eu quietei, mas pra eles pensa que eu não quietei.</b> Mas se eles tentar, eu não sei o que eu faço.</p>

**INDICADOR 3:** O uso de drogas como efeito tranqüilizador.

O terceiro indicador aglutina pré-indicadores relacionados ao uso indevido de drogas e suas interferências e efeitos na vida de Paulo.

<p><b>PRÉ-INDICADORES:</b></p>
<p><u>Uso de Droga;</u> <u>O ato infracional;</u> <u>Tranqüilidade;</u> <u>Briga;</u> <u>Descontrole x Controle;</u> <u>Sanidade;</u> <u>Quietar;</u> <u>Família.</u></p>
<p><b>Com maconha eu comecei cedo.</b> A primeira vez que eu usei maconha foi a primeira vez que eu roubei. Primeira vez que o menino me chamou vamo ali, vamo ali. A gente fez um assalto nós dois, <b>a primeira vez que eu roubei. Aí foi nesse dia que eu fumei maconha.</b></p>
<p><b>Cocaína</b> quando eu usava, ixi eu <b>fico calmo</b></p>
<p><b>Se usar só uma, não tem problema nenhum.</b> Se eu misturar com outra coisa. Aí já descontrola, a mente já fica embaralha tudo.</p>
<p>Aí quando a gente foi andando que eu olho pra trás vinha duas viaturas. <b>A viatura já tava vindo, a gente demorou nós ficou ali enrolando na droga.</b> O efeito da droga porque <b>se a gente tivesse sã, a gente tinha feito a gente já tava em casa.</b></p>
<p><b>Eu fico normal, mas se alguém vim falar alguma coisa que não tem nada a ver aí eu já quero brigar.</b></p>
<p>Ela (esposa) parou. <b>Parou porque ela disse que não ia beber mais que não tava dando certo... Eu também não quero mais isso não. Acabei com isso.</b></p>
<p>Isso aconteceu uma vez só, porque tava brabo e por culpa dela também... <b>Me deixou</b></p>

<p>nervoso aí eu não agüentei, pra mim, pra eu não partir pra cima de, eu falei que pra eu não bater nela, eu ia bater em outra coisa, aí bati no vidro. Quebrei o vidro. Aí ela viu, ela viu que ela tava errada mesmo, quietou...Era ela que tava errada, como eu já tivesse errado também, a mesma coisa. Vice e versa.</p>
<p><b>Lá no Exército eu trabalhava tranqüilo</b>, meu serviço era certinho. Certinho. Era na cozinha certinho, <b>mas tinha os frevo, droga. Rolava droga do mesmo jeito. Só não roubava.</b> Lá dentro não rola solto.</p>
<p>Cheirar lá dentro do quartel <b>Aquí é a mesma coisa.</b> Aí que eu fui, <b>fui me afastando devagarzinho, fui vendo que não tava dando certo, né. Me afastei, usei três vezes, usava, mas me controlava, não...Tinha meu dinheiro todo mês tranqüilo.</b></p>

**INDICADOR 4:** Apropriação do processo de cumprimento de medida sócio-educativa.

O quarto indicador trata das compreensões e incompreensões de Paulo do seu próprio processo de cumprimento de medida sócio-educativa e a análise dele sobre os benefícios e perdas sofridos nas medidas sócio-educativas que vivenciou.

<p><b>PRÉ-INDICADORES:</b></p>
<p>O ato infracional; <u>Arma</u>; LA; Semiliberdade; <u>Estudo</u>; Reeducação; Erro; Agradecimento; Ajuda; Contenção; <u>Quietar</u>; <u>Aprendizado</u>; <u>Experiência</u>; <u>Diálogo</u>; <u>Reflexão</u>; <u>Uso de Drogas</u>; Atrapalhar.</p>
<p><b>Roubo, porte de arma, tem tudo. É roubo, porte de arma, lesão, tem tudo. Só não tem homicídio.</b></p>
<p><b>LA, LA na segunda, LA na terceira, na quarta eu ia pegar LA</b> só que eu não peguei porque o promotor, foi a promotora... Parou tudo... Aí o juiz voltou e falou: ‘Paulo Semi e Ricardo LA’... Aí, eu fiquei meio besta aí falei, mas ué: <b>‘Eu ia embora pra casa, agora vou ter que ir pra Semi. Ixi o pessoal falou: ‘Ixi, Semi vai ter que puxar Semi, não sei o que’.</b> Aí eu fui pra Semi.</p>
<p><b>Eu acho que me davam LA porque eu estudava também. Eu roubava, mas estudava.</b> Sempre estudava. Aí eles sabiam que eu estudava tudo, aí eles dava chance... ‘Eu estudo, mas eu roubo’...</p>
<p><b>Falava, ouvia o, lia lá tudo o artigo, os artigos todos. Falava tudo lá. O laudo todinho lá do roubo. E dava no final dava LA. Dava a medida LA. Aí eu ia embora.</b> Aí na Semi que eu vim descobri que eu peguei, eu peguei LA na última, aí alterou tudo lá e deram Semi pra mim... <b>me deram Semi por causa que eu tava morando com ela (D. Maria), mas não era minha mãe. Eles achou melhor me dar Semi que era pra mim reeducar melhor.</b> Eles pensaram assim.</p>
<p><b>Acho que até agradeço esse promotor ter parado, promotora sei lá, que parou esse julgamento. Agradeço. Porque a LA, mas a Semi me ajudou. Eu acho que a Semi me ajudou mais. Me reeducou melhor que e LA porque a LA já ia ficar mais solto, não ia ter muita coisa. Já a Semi levava pro curso, pra você ter que sair lá da Semi, você tinha que fazer curso, ir pro colégio, tirar nota boa porque senão o juiz não liberava. E eu pensava se eu sair da Semi, eles vão ficar me perseguindo, a polícia, ia direto para a DCA. Na Semi. Se não for pra Semi, eles não ia atrás com mandato. Aí eu ficava pensando: ‘Então vou preso’.</b> Foi a hora que eu quietei mesmo.</p>
<p><b>Aprende (na Semi) também, mas só que, aprende a mesma coisa só que a mesma</b></p>

coisa, a diferença do CAJE você tá preso mesmo, a Semi você pode sair pra fora. Na Semi você pode dar uma saidinha, vai pro curso, vai pro colégio e final de semana vai pra casa. **Pode fazer o que quiser também. Mas aquilo não é pra mim não. Já vi que não era mais pra mim. Tem gente que não pensa, mas eu já tava começando a pensar: ‘Que que os pessoal conversa comigo até monitor’.** Os pessoal tudinho conversava comigo lá, nunca vi o pessoal chegar com as pessoas pra conversar... **Os monitores ficavam lá, os agentes, eles ficavam nos cantos deles, aquele negócio todinho. Mas eu de vez em quando eles me chamavam no canto, conversava, dava conselho.** Eu não via eles fazendo aquilo com ninguém.

Eu também pensava: **‘O que que eu tô fazendo ainda aqui’.** Só tô me atrapalhando mais. **Porque os caras entram drogado, entra drogado, eles me viam junto, aí dorme junto com eles, aí pronto. Eu só pensava assim... mas acho que era porque eu estudava mesmo e ia pros cursos. Não pegava nenhum, não entrava na sala, sentava e saia não. Igual os meninos fazia. Eu ficava quieto lá na minha, ia pro curso, voltava pra Semi tranquilo.**

**INDICADOR 5:** O processo de desenvolvimento da transgressão social-legal.

O quinto indicador aborda os conteúdos temáticos relacionados à experiência da transgressão social-legal com relatos de situações atrativas desse mundo e ao mesmo tempo de cenas de suplício.

#### **PRÉ-INDICADORES:**

Infância; Trabalho; Sozinho; Amigos; Uso de Droga, Ato infracional; Tráfico; Quietar; Intrigas; Mulheres; Todo tipo de gente; Trabalho para a família; o primeiro assalto; vício; Dinheiro; Farra; Roubo; Prisão; Arma; Arrastão; Tortura.

**Eu lembro quando era menor mais. Fazia curso, jogava bola...** Eu tinha o que uns 12... 12, 10. Jogava futebol no Sesi, fazia natação tudo. **Aí dos 14...com 15 foi o ano que eu entrei no CESAM. Comecei a trabalhar no CESAM... Aí depois dos 15 foi que eu comecei e saí. Fiquei. Comecei as outras coisas tudinho. Saí de casa, fui morar só... Morava sozinho, mas com um monte de amigo que não é, que não era amigo.**

<p><b>noite todinha.</b> Aí os pessoal já sabia. Chegava em mim: ‘Tem cocaína? Tem’. Me dá tanto. Aí eu ia lá pegava e... Eu deixava já lá perto de casa.</p>
<p>Aí eu já conheci um monte de mulher. Aquela coisa. <b>Um monte de mulher lá dentro de casa. Um monte de colega.</b> Aí já comecei a andar. Roubava. Andava com pichador, andava com traficante, com grafiteiro, um monte de gente. <b>Lá em casa andava todo tipo de gente.</b></p>
<p><b>Foi trabalho demais</b> (para a família). <b>Chegava bêbado, chegava drogado, com arma. Dava tiro.</b> Chegava no outro dia e ia ver se eu tinha chegado. Mas eu não brigava. <b>Eu não falava nada.</b></p>
<p>Tranqüilo. Nós fez normal (o primeiro roubo)... <b>Até hoje eu lembro... Aí nós tava descendo,</b> isso nós dois descendo de bicicleta e ia descendo mais dois meninos com óculos, todo, óculos, relógio, celular. <b>‘Vai ser aqueles dois ali’.</b> Ele falou o que nós vê nós leva. <b>Ele anunciou o assalto.</b> Eu fui pegando o óculos, boné, dinheiro, tudo. <b>O menino tava armado... eu não tava não. Eu só fui pegar as coisas.</b> Aí pegamo e voltamos. Chegamos os meninos já tava esperando nós. Sabia que a gente ia roubar. Os outros lá da roda do que ele já tava, já praticava muito tempo. <b>Eu fui a primeira vez que eu fui. Compramos um pouco droga, cerveja, maconha. E pra comprar bebida... Sobrou nada homi. Lanchamo.</b> Todo mundo já sabe que nós tinha roubado todo mundo fica atrás. Até acabar o dinheiro. <b>Aí foi o primeiro. Aí depois do primeiro eu já acostumei, viciiei e pronto.</b></p>
<p><b>Aí depois do primeiro eu já acostumei, viciiei e pronto. Tava indo até sozinho.</b> Não gostava nem de roubar com os outros. Ia eu só. Preferia ir só. Ia ali e volta. <b>O dinheiro era só meu, eu pensava... roubava mais era de manhã. Ixi de manhã cedo eu gostava de roubar. Acordava cedo. Quando dava de noite eu já tava cheio de dinheiro...</b> A manhã. Eu saía. Eu já planejava. Aí eu já saía fazendo arrastão já. Sabia que a polícia não rodava de manhã cedo. <b>Tudo que vinha pela frente eu ia pegando depois já fui conhecendo mais gente, mais gente, já foi aparecendo gente de carro, gente de moto.</b> Aí eu já tava indo de carro. Já tava saindo mais de perto de lá. Não queria parar mais também. <b>Era só de farra.</b></p>
<p>Sete assaltos. Um atrás do outro. Pedestre. Bicicleta. Tudo. <b>Mas aí já comecei, aí foi esse de sete. Vendemos já ficar com dinheiro. Aí fui que eu comecei a pensar mais alto querendo roubar mais coisa alta. Planejando já assalto de pegar esses caras de empresa, essas coisas assim.</b></p>
<p>155. Roubo de carro. É furto. Roubo de carro. Carro parado ali, eu chego, abro e tiro o som e vou embora... 157. <b>Roubo, assalto a mão armada... roubava o que: celular, relógio, roupa. Loja, loja também. Padaria. Roubo de moto, roubo de carro eu fazia. Direto.</b> Roubo de carro eu fazia. Dependendo do como, de como que tá o local. Teve um que eu levei. Foi no ano novo.</p>
<p><b>O que eu fui pego, foi quatro... foi quatro 157 só.</b> Quatro assalto a mão armada. Quatro 157. Acho que mais dois 155. <b>Foi tanta passagem que eu nem. Acho que foi cinco.</b> Eu acho que deve ter até mais porque tantos que eu ia e saía que eu nem me lembro qual que eu puxava. <b>Fui pego com meio quilo de maconha.</b> Eu tava trazendo pra casa. Pra vender. Pra traficar. Fui pego. <b>Eles me liberou.</b> Eles queriam saber aonde é que eu arrumei. Falei: ‘Rapaz, eu não sei’. Aí eu inventei uma história pra não cair lá pro lado do cara.</p>
<p><b>A primeira vez que eu fui preso foi no mesmo dia que eu fiz esse arrastão de sete... Foi assim. Eu fiz sete. Vendi tudo.</b> Deu dois mil. Mil pro menino, mil pra mim. Aí eu mandei fechar o bar... <b>A pessoa sentir com poder naquela hora lá.</b> Mas poder, não tem poder nenhum. Na hora você sente que tá com poder. <b>Moral</b></p>

<p><b>ali, mas não depois que acaba o dinheiro. Tinha muita mulher, ixi.</b> Muita, um bocado. A gente fechava tudo. Era mulher... <b>Cheirava. Drogava.</b> Quando o dinheiro acabou. Aí o menino virou pra mim, o de maior, e falou: ‘Não sei o que, eu queria roubar’. Aí eu falei: ‘Oxi, roubar pra que, moço’. <b>Aí eu falei, roubar pra que. Mas o meu dinheiro já tava acabando, eu também já tava pensando já, já tava drogado também, já passado. Falei: ‘Não, eu tô com arma lá em casa’.</b> A gente andando lá todo mundo doido e eu com a arma na mão pra cima e pra baixo. E eles (a polícia) vindo atrás... Aí tava assim três rapazes subindo perto do posto de gasolina. Aí eu peguei e falei: ‘Eu vou, eu vou anunciar o assalto agora’. Aí eles: ‘Demorou, demorou’.</p>
<p>Aí eu joguei a arma em cima da parada de ônibus, ele (policial) não achou não. <b>Aí começou a descer lenha.</b> E bateram mais em mim... <b>Mandava ficar em pé e batia só aqui. Na veia. Só na veia. Caia e manda levantar.</b> Era só na veia aqui. Atrás do joelho. <b>E batendo, e batendo, batendo, batendo, batendo. E o de maior que tava do meu lado, falando: ‘Assume logo, assume logo isso aí’. ‘Mas oh eu já tô assumindo não tá vendo não’.</b> Aí caía.</p>
<p>A primeira vez eu fui preso com dois de maior. Só que quem apanhou mais fui eu porque os PMs pensava que eu que era de maior. Sendo que os outros dois que eram de maior. E eu era o de menor e eu apanhando. Cheguei no...<b>Primeira vez que eu fui preso. Cheguei com as pernas toda inchada.</b></p>
<p><b>Acho que eles (policiais) tem medo de bater no menor porque tem processo, dá processo. De menor dá porque não pode. E de maior pode, não dá nada!</b> Eu acho que não dá nada. De maior não dá nada. <b>Igual eu apanhei várias vezes achando que eu era de maior. Já fui preso com um de maior, hum quase me mata porque eu assumi...Eu? (denúncia) Não, pra eles me matar?! (risos) Ele me matam. É errado né. Mas. É errado, mas fazer o quê.</b></p>
<p>Aí eu assumindo (a transgressão), eles (policiais na delegacia) me levaram lá pra sala e oh (gesto de bater com as mãos) e quase me mata também. <b>Me desmaiei duas vezes de sacola na cabeça. Amarra assim algemado. Aí eu desmaiei umas duas vezes aí viram que não tinha jeito mesmo que eu não ia entregar, eu não falar que foi ele que roubou o carro, aí no outro dia 7 horas liberou nós bem cedinho.</b></p>

**INDICADOR 6:** Nova elaboração das necessidades da transgressão.

O sexto indicador diz respeito ao processo de elaboração dos motivos materiais e subjetivos do ato de transgredir.

<p><b>PRÉ-INDICADORES:</b></p>
<p><u>Dinheiro</u>; Comprar; Roupas novas; Revolta da adoção; Eu quis mesmo; Inveja; <u>Tinha tudo</u>; Diversão; Aventura; <u>Amigos</u>; Curtição; Herói; Poder; <u>Consumo</u>.</p>
<p>Eu roubava mais o dinheiro, cheque, essas coisas e comprava. Nunca fui de pegar. Óculos eu já peguei. <b>Num assalto só que eu trouxe óculos e um boné. Eu nem gostava. Eu ia logo no dinheiro</b> porque eu mesmo com o dinheiro que eu pegava, eu comprava pra mim. <b>Ia na feira e comprava pra mim...</b> Não sei acho que eu não queria usar roupa dos outros usada. <b>Querida roupa nova.</b></p>
<p>Eu só sei que <b>quando eu entrei, eu sei que eles pensavam</b> bem assim quando eu</p>

<p>entrei nesse mundão.... Quando eu entrei eu acho, eles falava, <b>eles pensavam: ‘olha lá o outro deve, acho que eles falava que eu tava revoltado, mas não, eu entrei por entrar mesmo.</b> Entrei quando pensei que não eu já tava já lá dentro. Foi <b>porque eu quis mesmo.</b> Não tinha nada a ver. Nada a ver.</p>
<p><b>Acho que também tem muita pessoa que sente inveja dos outros também. Porque o que eu tinha lá dentro não era o que os filhos deles tinha... Eu tinha coisas diferentes dos outros lá, até dos próprios filhos dos outros lá que era de sangue mesmo.</b> Fazia aula de futebol na escolinha paga, fazia tudo, natação, tinha tudo, escola. <b>Tinha tudo.</b></p>
<p>Porque eu <b>lembro das coisas que eu tinha tudinho e larguei por causa de besteira que não tinha nada a ver...</b> No começo quando eu fui eu entrei no mundo, no mundo eu nem pensava em nada não. Acho que era, acho que tudo era diversão. <b>Tudo era diversão... Tudo era festa</b></p>
<p>Eu pensava que <b>toda vez que eu tava cheio de dinheiro aparecia todo mundo.</b> Aparecia <b>um monte de amigo,</b> todo mundo ficava alegre, eu também ficava <b>alegre</b> e essa <b>curtição</b> toda. <b>Quando acabava o meu dinheiro todo mundo sumia,</b> ninguém aparecia.... <b>Aí eu comecei a pensar, pensar, pensar: ‘Não, isso não é pra mim’.</b> E um monte de gente dando conselho também. Na minha família, gente <b>de fora também já.</b></p>
<p>Ele <b>sente o forte, o herói. O Herói Beiramar. Parecendo o Fernandinho Beiramar.</b> Mas depois que acaba o dinheiro não tem mais nada. <b>Aí ele não é ninguém mais. Eu mandei fechar o bar...</b> A pessoa <b>sentir com poder naquela hora lá.</b> Mas poder, não tem poder nenhum. Na hora você sente que tá com poder. <b>Moral ali, mas não depois que acaba o dinheiro.</b> Tinha <b>muita mulher,</b> ixi. Muita, um bocado. A gente fechava tudo. Era mulher... Cheirava. Drogava.</p>
<p>O roubo era <b>mais dinheiro...</b> No começo dá é <b>aventura.</b> Acho que é aventura. Aventura. <b>Tem gente que já rouba por precisão, eu já roubava por, pra andar com dinheiro no bolso e roupa bonita e aventura. Pra mostrar que eu tinha.</b></p>
<p>Aí foi que eu fui ver: ‘Não, eu saí de uma Semi, entrei no Exército se eu não melhorar aí e aqui no <b>Exército tá a mesma coisa’.</b> <b>Quase a mesma coisa só não tava roubando... Porque eu tinha dinheiro todo mês tranquilo!</b></p>
<p><b>Eu não me importo ter tênis de marca não. Pra mim eu fico sem, tranquilo...</b> Ixi eu ligava muito. <b>O meu negócio agora é vou trabalho, agora a roupa que eu tiver dentro de casa é a mais nova que eu tenho e uso. Quando tiver uma condição melhor aí eu compro.</b> De tênis de marca, qualquer coisa. <b>E eu vou querer ainda. Aí eu compro mesmo...</b> Olho. Olho, ixi, hoje mesmo eu olhei, falei pra tu que eu fiquei olhando um tênis trezentos e pouco. <b>Não posso comprar agora, não vou roubar. Não vou fazer nada pra comprar um tênis e ir parar na cadeia ou morto. Então eu tenho que ralar mesmo.</b></p>
<p>(salário atual) <b>350, ainda vem os descontos, aí que fica nada. Mas não tinha não. Esse pouco dinheiro dá pra mim pagar minhas dívidas quase todas, quase todas,</b> aí minha mulher ela paga um pouco, dá pra fazer compra. E ainda sobre um pouquinho... Compra comida de casa, compra as coisas e guarda um pouquinho, ainda <b>sobra um pouquinho e eu fico tranquilo ali. Eu posso ficar onde quiser. Porque com 1.000 reais não, eu corro o risco de morrer, ser preso e não vou poder gastar.</b> Posso gastar, mas só que não, o dinheiro, <b>você não vê o dinheiro. Esse dinheiro eu vejo.</b></p>

**INDICADOR 7:** Uma nova concepção do modo de viver.

O sétimo indicador refere-se aos conteúdos temáticos que abordam os novos sentidos subjetivos elaborados por Paulo sobre o seu modo de viver com novas metas e projetos de vida a partir da análise sobre seus valores e necessidades.

<b>PRÉ-INDICADORES:</b>
Exemplo, Missão; Vida; <u>Escapar</u> ; <u>Estudo</u> ; <u>Trabalho</u> ; Carro; <u>Família</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; <u>Superação</u> ; <u>Pesado</u> ; <u>Alívio</u> ; <u>Arrependimento</u> , O outro, <u>Normal</u> ; <u>Quietar</u> ; <u>Responsabilidade</u> ; <u>Consumo</u> .
Ah eu acho que é pra <b>dar exemplo pros outros</b> , eu acho. Pra dar exemplo e alguma coisa ... eu vim fazer. Não sei o que é. <b>Todo mundo vem fazer alguma coisa... eu ainda não encontrei ainda não. Eu acho que eu tô chegando perto...</b> Eu acho que é isso, <b>tem pessoa que veio pra mostrar muita coisa, tem gente que veio pra vim, fazer e morrer, seco.</b> Eu acho que <b>já tem outros que veio fazer, andar no mundo e se escapar e conseguir, não sei o que mais pra frente vai acontecer.</b>
Porque toda droga é vício, é viciado, mas diz que a <b>merla é a que acaba com a vida de todo mundo, disse que é. Aí eu não quis não.</b> Fiquei com medo. Falei: ‘Se eu usar isso eu não, aí eu acabo com tudo’.
<b>Eu vou tá trabalhando normal.</b> (no futuro). <b>Vou tá trabalhando em um Ministério desse daí.</b> Câmara alguma coisa, eu <b>tenho que estudar.</b> Eu sei que é <b>difícil.</b> Mas eu consegui. Espero que eu esteja com a minha mulher... A gente também já vai ter mais filhos. <b>Família vai aumentar</b> e pronto.
(no futuro) um lugar do mesmo jeito só que <b>mais aliviado. Tá um pouco pesado.</b> Ainda tá pesado porque ainda não tô. <b>Eu não consegui o que eu quero. Tá pesando as dívidas.</b> Dívida, aluguel. <b>O bicho pega. Eu não sabia que era assim não.</b> Mas é assim mesmo. <b>Tem que superar.</b> Tô querendo terminar os estudos e arrumar um serviço melhor pra mim ficar tranquilo e não ter problema com dinheiro nenhum. <b>Ganhar dinheiro, comprar um carro, uma casa. E ficar tranquilo e viver tranquilo.</b> (Hoje) um monte de coisa pra quem ganha pouco e já começa vim o pensamento assim, mas não pode. <b>Vem um pensamentozinho, mas não, né.</b>
<b>Tenho é marca de arrependimento</b> do que eu fiz. De ter roubado. <b>Eu se ponho no lugar,</b> eu se ponho no lugar das pessoas que eu roubei tudinho. <b>Hoje eu se ponho no lugar da pessoas como que elas ficaram quando eu apontei a arma: ‘Isso é um assalto’.</b> <b>Eu fico pensando se fosse comigo. Deve ser ruim.</b> A pessoa chegar e apontar a arma pra você, safado, levar tudo, eu não sei não gostar, o salário que eu tenho do mês pouquinho, e a pessoa chegar e me roubar.
A grande (enteada) <b>já traz dever do colégio, aí eu ensino, a mãe dela também ensina.</b> A pequenininha também começou a estudar. Colocou ela pra estudar também. <b>É desse jeito normal.</b>
<b>Não tem mais com que se preocupar</b> com as coisas assim não. Porque <b>eles (família) sabem que eu não tô mais do jeito que eu tava antes. Tranquilo.</b> Sabe que eu tô trabalhando normal.
<b>Foi pra quietar mesmo. Pra levar a vida normal. Trabalhar e viver nossa vida.</b> (casamento) <b>Tranquilo.</b> É isso.... <b>Ela (esposa) disse que não visita homem em</b>

**cadeia.** Ninguém. Eu também não quero mais isso pra mim. Já pegou foi uma fase boa que a gente se encontrou: eu quietando e ela também parando de festa (a esposa traficou)... Ela até pergunta: 'Mas o pessoal falava que tu é brabo, que tu era isso e aquilo? Eu era, ainda bem que tu fala que eu era'. Eu sou calmo.

**INDICADOR 8:** A construção do processo de superação do jovem transgressor

O oitavo indicador aglutina os pré-indicadores relacionados às mobilizações reflexivas de Paulo em seu processo de superação do sujeito sem lugar, buscando a 'estabilidade' e 'normalidade' pela atuação do pape

<p><b>sentindo. Não era, eu sentia e Deus também falava de vez em quando...</b> Acredito (em Deus). Se eu não acreditasse, eu não sei, já tava morto. eu acho.</p>
<p>Eu pensei entrar (no Exército) e vê que que ia acontecendo, o que ia acontecer mais pra frente com a minha vida. <b>Melhorou 100%...</b> Eu falei, eu pensei: Eu vou pro Exército pra mim <b>melhorar mais ainda a minha mente, né. Se eu não fosse forte eu tinha piorado lá. Porque lá é a mesma coisa que eu tá no meio da rua. Tem bandido, tem tudo lá. Tem droga...</b> Eu entrei tranqüilo aí <b>fui conhecendo devagarzinho.</b> Pedaco por pedaco. Fui conhecendo, fui vendo as amizades, saía pra festa, pra boate e fui conhecendo quem era quem. Fui descobrindo... Também já <b>peguei outras experiências também diferentes. Vi outro mundo... se eu não tivesse passado por essas coisas tudinho de Semi, esses negócio tudinho. Lá no Exército acho que eu tinha sofrido mais um pouco ainda.</b> Não soufri porque eu já sabia que eles...<b>Lá dentro é bom tem conhecimento, você aprende muita coisa...</b> É uma Semi pode se dizer. <b>O Exército é uma Semi. Lá no Exército eu trabalhava tranqüilo,</b> meu serviço era certinho. Certinho. Era na cozinha certinho, mas <b>tinha os frevo, droga. Rolava droga do mesmo jeito... Fui me afastando devagarzinho,</b> fui vendo que não tava dando certo, né. Me afastei, <b>usei (droga) três vezes, usava, mas me controlava...Tinha meu dinheiro todo mês tranqüilo. Aprendi muito. A profissão que eu tenho aprendi lá. Trabalhei, ralei pra caramba. E deixei, deixei minha imagem boa lá.</b></p>
<p>O que eu quero mostrar é que <b>eu sou outra pessoa e quero me levantar</b> e mostrar pra eles que <b>eu fui mais capaz que de reverter</b> do que os próprios filhos deles lá que é de sangue que tá do mesmo jeito... <b>E eu pelo menos estudo e tô fazendo alguma coisa pra mim reverter.</b></p>
<p><b>Agora eu sou alguém.</b> Agora eu sou. Agora eu <b>posso falar que eu sou um cidadão que trabalha, que anda, agora posso sentar no bar beber.</b> Porque antes eu não podia sentar no bar e beber. Poder podia, mas era assim, olhando pros lados, com medo de chegar alguém e atirar em mim. Com alguém chegar e me reconhecer de algum assalto, alguma coisa. Hoje me dia não. <b>Hoje eu sou livre.</b></p>
<p><b>No passado não tinha lugar nenhum, tinha lugar, mas era lugar pra gente ruim.</b> Pros pessoal ruim que fazia coisa ruim, eu tinha lugar pra mim. Agora pra gente que é tranqüila do bem não tinha lugar. Os pessoal já olha assim: <b>‘Chegou o ladrão chegou’.</b> Já falava assim. <b>Não tinha lugar, não tinha liberdade.</b> De andar nos lugares, de chegar e entrar e pronto. <b>O pessoal tinha medo, chegava e o pessoal ficava com medo.</b></p>
<p><b>Vou dar a volta por cima. E não vou ficar parado no tempo não.</b> Igual fiquei também. É a mesma coisa de ficar parado no tempo você ir roubar, fazer alguma coisa... <b>Perdi 3 anos. Se eu tivesse aproveitado esses 3 anos você acha, hã. Seria outra pessoa, ixi.</b></p>
<p><b>Tô estudando pra mim terminar, quero terminar, e eu tô procurando um concurso,</b> alguma coisa. <b>Quero passar num concurso e ganhar dinheiro...</b> o que aparecer e eu passar. E eu conseguir passar eu vou lá. Mas eu não sei qual. Tava pensando em bombeiro, mas... Tava pensando em <b>bombeiro</b> ou então <b>vigilante.</b></p>

**INDICADOR 9:** As relações afetivas no processo de ressignificações.

O nono indicador aborda questões das relações afetivas de Paulo que tanto apoiaram seu processo de reversão da transgressão, propiciando um amadurecimento, como de cuidadores ausentes em sua vida.

<b>PRÉ-INDICADORES:</b>
Amadurecimento; <u>Casamento</u> ; <u>Diálogo</u> ; Cuidadores; Mãe; <u>Reverter</u> ; Mãe biológica; <u>Aprendizado</u> ; <u>Família</u> ; Apoio; Filho da mãe; <u>Reflexão</u> ; <u>Tinha tudo</u> ; Adoção; <u>Tranquilidade</u> ; Pai comum.
(a esposa) <b>A mesma coisa da minha mãe... Ela fica me enchendo o saco. Brigando comigo...</b> Briga comigo. Toda hora tá falando. Toda hora. Toda hora... <b>Ela fala as coisas que eu faço de errado.</b>
...(a D.Maria) <b>Sabia. Que eu guardava (a arma) sabia, mas não falava... Mas ela sabia que a gente roubava... Ela sabia que a gente roubava assim, mas não, ela brigava assim, mas não falava nada... Hum! Ela (a mãe) nem sabia que eu roubava. Veio descobrir depois...</b> (se desse entregasse na época da transgressão dinheiro para mãe) <b>Ela ia perguntar da onde que era... Se não trabalha aí o pau ia quebrar lá. Ia me bater até... Hum. Nem aparecia não com dinheiro lá. Ela (a mãe) falou que não aceitava essas coisas lá não. Polícia na porta não. Porque ela disse que coisa errada minha eu que tinha que se virar... eu tava errado mesmo. Não tinha que pensar nada. Tava errado. Né?! Eu tinha que reverter.</b>
(A D. Maria ir visitar no CAJE). <b>Ficar lá dentro lá e ninguém vim olhar, visitar, tirar tu de dentro do quarto. Ficar lá dentro do quarto. Ela que visitava. Ia visitar o filho dela e aproveitava e me visitava também.</b>
<b>Mas eu não considero ela (D. Iêda – Mãe biológica) como minha mãe não. Minha mãe é aquela que me teve na origem. Foi que me criou. A Minha mãe foi a que me deu educação que me ensinou tudo. Me ensinou a fazer as coisas tudo. Aprendi a fazer as coisas. Aprendi a lavar banheiro. Fazer comida. Puxão de orelha também. Ir pro colégio e estudar. Porque se não fosse isso eu não estaria hoje, né?!.</b>
<b>Mas sou filho... Filho da minha mãe!... eu não sou filho de sangue da minha família que eu moro, mas eu me considero.</b>
Oxi, é tudo (a família) né. <b>Se não fosse ela (família) eu não tava hoje do jeito que eu tô. Taria preso ou já taria morto aí...</b> eu não tô morto se não fosse eles pra ficar me enchendo o saco, <b>dando conselhos, conversando e falando e falando dando conselho pra eu parar e pensar.</b> Se não tivesse ninguém pra falar eu taria longe, por isso.
Ué <b>um ajudando o outro... Reunião normal, vai todo mundo. Ninguém briga com o outro, ninguém pode discutir com o outro. Ver o que tá certo o que tá errado. O que tá fora do controle. É isso.</b>
Era o mais novo (dos irmãos). Eles ficavam bravos. Era bom... Tem mais privilégio (o caçula). Acho que tem. As coisas... Tem coisas que eles não tiveram, eles falam. Eles falam, meus irmãos tudinho... Uma coisa que tive, tinha leite todo dia, comida boa. Tinha vez que disse que não tinha sandália (os irmãos adotivos), tem vez que não tinha sandália pra um, o outro. <b>Eu ia pro colégio de tênis. Roupinha nova. E eles não teve isso, eles falam. Tinha caderno, tinha tudo. Passeio.</b> Eles não tinham no tempo deles que eles falam. <b>E eu que vim que não era nem filho, tinha tudo.</b>

<p><b>Quando eu tinha 8 anos. Ela (mãe biológica) morreu e eu fiquei com essa família... Eles falaram pra mim (motivo da morte). Mas eu não gosto de falar não... Eu também nem pergunto por que eu acho que não tem necessidade. Se eu ficar sabendo da história não vai influenciar em nada mais... ela me deu pra ela pra dona Joana. E morreu depois... Eu não gosto. Não acho que não cabe.</b></p>
<p><b>A minha mãe mesmo morava na cinco, do lado. Na outra quadra... Ai ela ia me...de vez e quando me pegava pra ir pra lá que eu lembro. Ia eu e minha irmã... Ela ia lá pra me pegar. Eu não queria ir... Acho que quando ela vinha lá eu já...eu lembro quando eu era pequeno quando ela vinha eu me escondia. Ficava debaixo da cama pra não ir. Mas eu não sei o porquê.</b></p>
<p><b>Eu ficava tranquilo. Eu não me considerava não ser filho. Eu me considerava filho. Os outros pensava, mas eu não tinha, não tava nem aí.</b></p>
<p><b>Oh, gosto mais deles (irmãos adotivos) do que dos meus irmãos de sangue. Porque quando apare...aparece igual eu sei se eu quiser ter contato eu tenho contato com meus irmãos de sangue que mora aqui em Brasília, em São Paulo, anda aí pelo mundo afora porque tudo mexe com música, né?!.. Mas não tinha contato mesmo. Uma coisa que eles viviam a vida deles lá e eu vivia a minha do lado de cá... Os meninos já levam o rumo deles pra lá. Já eu aqui desde pequeno. Eles sabiam que eles tinham irmão, eu. Mas eu não ficava atrás não... Que eu deveria ter considerado eles muito mais, né?! Mas eu não considero muito eles... Que eu não tenho intimidade com eles. Não convivi com eles.</b></p>
<p><b>Tem muito tempo que eu não vejo meu pai. Não sei nem se tá vivo ainda... Pai é a mesma coisa. É pai que fez. É o pai que fez. Eu considero pai que fez, mas eu não tenho como é que fala assim, amor. Pra mim é uma pessoa comum. Comum, uma pessoa assim... Eu pra mim eu nem lembro. Só se tocar no assunto que eu lembro que eu tenho pai, tenho irmãos pra lá. Eu não lembro não. Eu lembrei aqui.</b></p>
<p><b>Se a pessoa lembrar e falar assim, tocar no assunto eu lembro que eu tenho pai que eu tenho irmão, mas não foi os irmãos que eu convivi. Não foi os irmãos que tavam comigo. Não me ajudou, não fez nada. Só dava conselho de vez em quando e oh olhe lá eles aparecia e conversava comigo: 'Não, não sei o que não vai pro lado errado não'. E sumia, sumia. Com um ano aparecia. Eles também tem os problemas deles pra lá.</b></p>

Após a nomeação dos indicadores baseados na aglutinação dos pré-indicadores, construí de fato os núcleos de significação por meio de um processo de articulação dos indicadores.

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
Envolvimento; Relações; <u>Afastamento</u> ; Continuidade; <u>Sozinho</u> ; <u>Passado</u> ; <u>Tranqüilidade</u> ; <u>Mudança</u> ; <u>Isolamento</u> .	1. Estratégias de isolamento da guerra	

1. A transgressão social impregnada na sua história de vida

<u>Morte</u> ; Matar; Gang; <u>Guerra</u> , Dívidas; <u>Escapar</u> ; Cadeira de Rodas; Muleta; <u>Arma</u> , Área limite; Esquivar; <u>Uso de Droga</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; Caminho certo, <u>Normal</u> , <u>Trabalho</u> , Sozinho, <u>Rumo</u> ; Limite; Tiro; Proteção; <u>Quietar</u> ; Voltar.	2. A realidade multifacetada da violência: riscos e proteção		
<u>Uso de Droga</u> ; <u>O ato infracional</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; Briga; Descontrole x Controle; Sanidade; <u>Quietar</u> ; <u>Família</u> .	3. O uso de drogas como efeito tranquilizador		
Infância; <u>Trabalho</u> ; <u>Sozinho</u> ; <u>Amigos</u> ; <u>Uso de Droga</u> , <u>Ato infracional</u> ; <u>Tráfico</u> ; <u>Quietar</u> ; Intrigas; Mulheres; Todo tipo de gente; Trabalho para a família; o primeiro assalto; vício; <u>Dinheiro</u> ; Farra; Roubo; <u>Prisão</u> ; <u>Arma</u> ; Arrastão; Tortura.	5. O processo de desenvolvimento da transgressão social-legal		
Envolvimento; Relações; <u>Afastamento</u> ; Continuidade; <u>Sozinho</u> ; <u>Passado</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; <u>Mudança</u> ; <u>Isolamento</u> .	1. Estratégias de isolamento da guerra	2. As estratégias de reconstrução subjetiva	
<u>Morte</u> ; Matar; Gang; <u>Guerra</u> , Dívidas; <u>Escapar</u> ; Cadeira de Rodas; Muleta; <u>Arma</u> , Área limite; Esquivar; <u>Uso de Droga</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; Caminho certo, <u>Normal</u> , <u>Trabalho</u> , Sozinho, <u>Rumo</u> ; Limite; Tiro; Proteção; <u>Quietar</u> ; Voltar.	2. A realidade multifacetada da violência: riscos e proteção		
<u>Uso de Droga</u> ; <u>O ato infracional</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; Briga; Descontrole x Controle; Sanidade; <u>Quietar</u> ; <u>Família</u> .	3. O uso de drogas como efeito tranquilizador		
<u>Dinheiro</u> ; Comprar; Roupas novas; Revolta da adoção; Eu quis mesmo; Inveja; <u>Tinha tudo</u> ; Diversão; Aventura; <u>Amigos</u> ; Curtição; Herói; Poder; Consumo.	6. A elaboração das necessidades da transgressão		
Exemplo, Missão; Vida; <u>Escapar</u> ; <u>Estudo</u> ; <u>Trabalho</u> ; Carro; <u>Família</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; Superação; Pesado; Alívio; Arrependimento, O outro, <u>Normal</u> ; <u>Quietar</u> ; <u>Responsabilidade</u> ; Consumo.	7. Uma nova concepção do modo de viver		
<u>Diálogo</u> ; <u>Quietar</u> ; Fracasso; <u>Mudança</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; <u>Trabalho</u> ; Estabilidade; <u>Casamento</u> ; Diferente; <u>Responsabilidade</u> ; <u>Normal</u> ; <u>Estudo</u> ; Perdas; Correr atrás; <u>Escapar</u> ; <u>Prisão</u> ; <u>Morte</u> ; <u>Rumo</u> ; <u>Reflexão</u> ; <u>Amigos</u> ; <u>Sozinho</u> ; <u>Família</u> ; <u>Normal</u> ; <u>Experiência</u> ; <u>Aprendizado</u> ; Profissão; <u>Afastamento</u> ; Imagem boa; Cidadão; Liberdade; <u>Reverter</u> ; <u>Isolamento</u> ; <u>Passado</u> ; Sem lugar.	8. A construção do processo de superação do jovem transgressor		
Amadurecimento; <u>Casamento</u> ; <u>Diálogo</u> ; Cuidadores; Mãe; <u>Reverter</u> ; Mãe biológica; <u>Aprendizado</u> ; <u>Família</u> ; Apoio; Filho da mãe; <u>Reflexão</u> ; <u>Tinha tudo</u> ; Adoção; <u>Tranquilidade</u> ; Pai comum.	9. As relações afetivas no processo de resignificações		
<u>O ato infracional</u> ; <u>Arma</u> ; LA; Semiliberdade; <u>Estudo</u> ; Reeducação; Erro; Agradecimento; Ajuda; Contenção; <u>Quietar</u> ; <u>Aprendizado</u> ; <u>Experiência</u> ; <u>Diálogo</u> ; <u>Reflexão</u> ; <u>Uso de Drogas</u> ; Atrapalhar.	4. Apropriação do processo de cumprimento de medida sócio-educativa		3. O processo de apropriação das superações vividas
Infância; <u>Trabalho</u> ; <u>Sozinho</u> ; <u>Amigos</u> ; <u>Uso de Droga</u> , <u>Ato infracional</u> ; <u>Tráfico</u> ; <u>Quietar</u> ; Intrigas; Mulheres; Todo tipo de gente; Trabalho para a família; o primeiro assalto; vício; <u>Dinheiro</u> ; Farra; Roubo; <u>Prisão</u> ; <u>Arma</u> ; Arrastão; Tortura.	5. O processo de desenvolvimento da transgressão social-legal		
<u>Dinheiro</u> ; Comprar; Roupas novas; Revolta da adoção; Eu quis mesmo; Inveja; <u>Tinha tudo</u> ; Diversão; Aventura; <u>Amigos</u> ; Curtição; Herói; Poder; Consumo.	6. A elaboração das necessidades da transgressão		
<u>Diálogo</u> ; <u>Quietar</u> ; Fracasso; <u>Mudança</u> ; <u>Tranquilidade</u> ; <u>Trabalho</u> ; Estabilidade; <u>Casamento</u> ; Diferente; <u>Responsabilidade</u> ; <u>Normal</u> ; <u>Estudo</u> ; Perdas; Correr atrás; <u>Escapar</u> ; <u>Prisão</u> ; <u>Morte</u> ; <u>Rumo</u> ; <u>Reflexão</u> ; <u>Amigos</u> ; <u>Sozinho</u> ; <u>Família</u> ; <u>Normal</u> ; <u>Experiência</u> ; <u>Aprendizado</u> ; Profissão; <u>Afastamento</u> ; Imagem boa; Cidadão; Liberdade; <u>Reverter</u> ; <u>Isolamento</u> ; <u>Passado</u> ; Sem lugar.	8. A construção do processo de superação do jovem transgressor		
Amadurecimento; <u>Casamento</u> ; <u>Diálogo</u> ; Cuidadores; Mãe; <u>Reverter</u> ; Mãe biológica; <u>Aprendizado</u> ; <u>Família</u> ; Apoio; Filho da mãe; <u>Reflexão</u> ; <u>Tinha tudo</u> ; Adoção; <u>Tranquilidade</u> ; Pai comum.	9. As relações afetivas no processo de resignificações		

## 4.2 Análise dos núcleos de significação

Na análise dos núcleos transpus o processo de intranúcleo e seguiu para uma articulação internúcleos (Aguiar & Ozella, 2006). Na análise compus o movimento dos sentidos do sujeito, com suas contradições e semelhanças.

No momento da análise organizei as falas e emoções do sujeito (Paulo) articuladas em seu processo histórico, em núcleos de significação. Fundamentada na base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade, explicitarei como o sujeito (Paulo) transformou o social em psicológico, apropriando-se dos seus sentidos subjetivos (Aguiar, 2001).

Segundo Luria (1986), na análise do processo psíquico da compreensão da linguagem passa-se da análise da compreensão do sistema de significações externas da comunicação verbal do sujeito para a compreensão de seu sentido interno. Esse caminho do ponto de vista psicológico é a passagem da compreensão da fala, da frase e do significado externo do texto, para a compreensão do subtexto, do sentido interno, e para atingir a compreensão do motivo existente além do aparente expresso no texto. Concluo que a compreensão do texto não se limita à análise dos significados, pois existe um sentido interno, o subtexto, que é o sentido dado pelo sujeito ao texto.

#### **4.2.1 A transgressão social impregnada na sua história de vida**

*Música: Recanto Obscuro De Uma Existência*  
*Compositores: Consciência X Atual*

“Esteja em paz aonde estiver  
Esteja em Paz Esteja em Paz  
O palco de guerra, miséria, o medo impera  
O resumo submisso onde não existem regras  
Habitado por um povo que tira de letra  
Com muito orgulho sou um filho da periferia não se esqueça  
Aqui os privilégios sempre foram limitados  
Simplicidade é o dilema a que fui educado  
Aos poucos vou compreendendo a ideologia, incentivo ocultado  
Aprendizado escasso  
...Esteja em paz aonde estiver  
Esteja em Paz”

*Música: Ceilândia - Revanche do Gueto*  
*Compositores: Câmbio Negro*

“Assim é a minha quebrada pontos bons e ruins enfim  
Aqui é assim gosto mesmo assim  
Nasci pra ela e ela pra mim  
Ceilândia  
Mesmo que muitos considerem parada indigesta  
Pra quem sobrevive na bocada véi todo dia é festa”.

Analiso a transgressão social que emerge na fala de Paulo como atividade que permeia a sua produção de sentidos. Essa zona de sentido, a problemática da transgressão social, apresenta-se como algo impregnado em sua vida sendo constitutiva de sua configuração subjetiva. A transgressão marca sua história de vida atravessada por construções culturalmente estabelecidas, provocadoras de transformações profundas, subjetivas e objetivas na sua apreensão de si mesmo.

Observo no vivido por Paulo, um contexto desmedido sem regras e normas em suas atividades cotidianas, mas que lhe geravam reconhecimento e pertencimento a grupos sociais com sentidos subjetivos de intenso poder:

*“Aí eu já conheci um monte de mulher. Aquela coisa. Um monte de mulher lá dentro de casa. Um monte de colega. Aí já comecei a andar. Roubava. Andava com pichador, andava com traficante, com grafiteiro, um monte de gente. Lá em casa andava todo tipo de gente”.*

Ao mesmo tempo, percebo que na narrativa da transgressão estava a geração de conflitos com e em suas relações afetivas próximas:

*“Foi trabalho demais (para a família). Chegava bêbado, chegava drogado, com arma. Dava tiro. Chegava no outro dia e ia ver se eu tinha chegado. Mas eu não brigava. Eu não falava nada”.*

De tal modo, que no cotidiano da transgressão relatado por Paulo são vistos os benefícios da transgressão, os quais ele adere como atividade elaborada de sua constituição subjetiva naquele momento:

*“Aí depois do primeiro (roubo) eu já acostumei, viciiei e pronto. Tava indo até sozinho. Não gostava nem de roubar com os outros. Ia eu só. Preferia ir só. Ia ali e volta. O dinheiro era só meu, eu pensava... roubava mais era de manhã. Ixi de*

*manhã cedo eu gostava de roubar. Acordava cedo. Quando dava de noite eu já tava cheio de dinheiro...”.*

Seguindo a compreensão de desenvolvimento traçado por Vygotski (2000), Paulo em seu desenvolvimento subjetivo vivencia mudanças bruscas em que a elaboração de seus sentidos subjetivos se deu em um sistema complexo que integra emoções e significados, gerando novas formações psicológicas. A organização de sentido de Paulo, a partir da vivência da transgressão social-legal, foi um momento concreto de sua vida que influenciou outros elementos associados a ela.

Para González Rey (2001), a produção de novos sentidos se produz em um processo que integra sentidos anteriores. O sujeito produz continuamente sentido no decorrer de suas atividades, sendo que não necessariamente essa produção de sentido ocorrerá de acordo com a intenção inicial, pelo contrário, esse autor afirma que os sentidos estão mais distantes da consciência do sujeito:

“A través de su actividad consciente el sujeto genera momentos de tensión y ruptura con los sistemas dominantes de sentido que caracterizan su momento actual, produciendo nuevos sentidos” (p. 20).

Paulo, em sua fala, busca constantemente fortalecer o seu afastamento do contexto que produziu sentidos subjetivos na sua adolescência. Adota estratégias de isolamento do contexto da transgressão. Percebo que o afastamento é vivenciado por ele processualmente em sua história. Noto que Paulo no decorrer do agir pela transgressão, preferia realizar os atos infracionais sozinho, tanto porque lucrava mais com seus roubos, mas ao mesmo tempo porque foi percebendo que o agir sozinho lhe oferecia mais segurança, pois ele não realizava, por exemplo, consumo de drogas. O ato era em si uma ação que tinha como motivo o acesso ao consumo. No entanto, nas contradições vividas na transgressão o sentido do transgredir por dinheiro se misturava com outros sentidos como o poder, ou o pertencer. Na fala quando Paulo analisa a sua primeira prisão aponta que se tivesse agido afastado do fenômeno dinâmico da transgressão social acredita que não teria sido contido:

*“Aí quando a gente foi andando que eu olho pra trás vinha duas viaturas. A viatura já tava vindo, a gente demorou nós ficou ali enrolando na droga. O efeito da droga porque se a gente tivesse sã a gente tinha feito a gente já tava em casa. Mas a droga*

*foi tomando ali o tempo e gente ficou ali, ficou se enrolando e a polícia já tava vindo”.*

No entanto, a transgressão social impregna-se em Paulo pela história das guerras entre gangues. Guerra intrínseca nos conflitos entre gangues por disputas de poder e de espaço nos territórios próximos à vida de Paulo.

*“Guerra entre quadras! Sempre existiu... Eles vêm, porque no começo eles vinha na nossa quadra e roubava. E a gente não queria. Então aí começou essa guerra... Então a gente descia lá e dava tiro neles...”.*

*“Lá na quebrada com os cabritos que tem guerra. Cabrito eles falam que é (quem) anda com cara que quer matar. ‘Não Cabrito, não sei o que’, aí já comecei a ficar com medo, não aqui não é a minha área. Tô sem arma, tô sem nada”.*

Afirmo que a transgressão está impregnada a vida de Paulo, pois no presente ele precisa se separar estrategicamente de sua própria territorialidade para se proteger da realidade da transgressão que acontece no campo geográfico de sua vida. Assim narra essa busca do isolamento:

*“Eu me isolei, mas eu ando tudo, vejo tudo, passo e passou. Mas eu não paro e fico ali junto muito com as pessoas. Dou, ‘oi, tudo bom’ e passo converso com todo mundo, mas sabem que eu mudei”.*

Paulo aponta a necessidade de isolamento do grupo social a que pertencia, no qual suas relações sociais estavam estabelecidas na transgressão social, e com isso, com essa nova configuração subjetiva de um jovem trabalhador e casado, vive um descolamento dessa realidade que lhe é tão próxima. Ele precisa afastar-se dessa atividade que era concebida socialmente como negativa, mas que de certa forma lhe colocava nas trincheiras da contemporaneidade. Vicentin (2005) chama de Hiper-realismo, como uma estratégia de resistência de um modo de ser, um vetor da existencialização. A autora explana que seria uma operação da realidade, como um acontecimento, por exemplo: as rebeliões feitas pelos jovens na FEBEM. Paulo operava a realidade pelas suas vivências cotidianas da transgressão com a violência em que ou se é autor ou se é vítima, atuando na vida com comportamento de risco inerente às suas atividades. Paulo realizava na transgressão um agir que produzia acontecimentos na sua realidade.

*“A primeira vez que eu fui preso foi no mesmo dia que eu fiz esse arrastão de sete... Foi assim. Eu fiz sete. Vendi tudo. Deu dois mil. Mil pro menino, mil pra mim. Aí eu*

*mandei fechar o bar... A pessoa sentir com poder naquela hora lá. Mas poder, não tem poder nenhum. Na hora você sente que tá com poder. Moral ali, mas não depois que acaba o dinheiro”.*

*“Mas aí já comecei (a roubar), aí foi esse de sete. Vendemos para já ficar com dinheiro. Aí fui que eu comecei a pensar mais alto querendo roubar mais coisa alta. Planejando já assalto de pegar esses caras de empresa, essas coisas assim”.*

O termo ‘arrastão’ citado por Paulo, por exemplo, é uma expressão simbólica de um agir que produziu ao mesmo tempo dessegregação na vida dele e aumento de integração social. A perspectiva do acontecimento da transgressão social coloca Paulo em conflito de imagem, alcançando integrações sociais de pertencimentos, mas que o situava no seu lugar de ‘estranho’ no viver contemporâneo (Peralva, 2000).

Ao mesmo tempo, que Paulo relata a vivência da transgressão nos acontecimentos do passado, e se denomina ‘tranqüilo’ com as novas significações de si e as dadas pelo social, a impregnação da transgressão ainda perdura em sua vida. Como ilustrado nas suas falas com as possibilidades do risco que o atravessa, mesmo sendo um jovem que atualmente está imerso em atividades e relações sociais socialmente aceitas.

Paulo reafirma a reconstrução subjetiva atual expressando a visão dos outros sobre a sua mudança de vida:

*“Mudou, o moleque mudou, tá tranqüilo agora, não tá mais nas ruas, no meio da madrugada, roubando, mudou’, deve pensar (os outros). Mudei mesmo. Mudei no modo assim da rua. Sair. Me isolei mesmo”.*

No entanto, sabendo que o sentido define o que o sujeito experimenta psicologicamente, considerando que essa categoria do sentido faz parte da qualidade do psíquico e que rompe a dicotomia individual-social, entendo que a representação da subjetividade de Paulo permite entender a sua psique como uma produção organizada por ele, em suas condições de vida social concreta e histórica. Assim a superação da dicotomia individual/social problematiza essa impregnação da transgressão social na vida de Paulo, o qual ao mesmo tempo que ele constrói sentidos subjetivos de sua nova configuração subjetiva frente às condições de vida atuais, ainda tem seus sentidos subjetivos marcados historicamente pelos acontecimentos da transgressão.

Se aplico essa compreensão, de que a subjetividade pressupõe superar as dicotomias citadas anteriormente, à medida que a dimensão de sentido subjetivo rompe com a relação linear entre evento objetivo (transgressão) e significação psicológica da realidade da transgressão, segundo González Rey (2005b), emerge então o sentido como dimensão subjetiva implicada, tanto nos sentidos anteriores (da transgressão), quanto na produção subjetiva atual do sujeito, a vida concreta de Paulo como jovem trabalhador, por exemplo.

Adorno, Bordini & Lima (1999) apontam que o fenômeno da transgressão vem sendo percebido como um problema social no Brasil, mas que, quando se depara com os números da transgressão social na juventude, nota segundo Soares (2004) que uma barbárie cotidiana está dirigida especificamente para um grupo da sociedade: os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos.

Paulo se enquadra nesse parâmetro: jovem, do sexo masculino com 20 anos e negro. É um jovem, identificado jurídico-socialmente, como algoz e vítima da violência. Algoz, pois era autor de atos infracionais e vítima como no caso dos abusos policiais de suas apreensões, que geram no sujeito o confronto de sentidos de aceitação e impunidade produzida nessas relações geradoras de sentidos paradoxais da violência:

*“Primeira vez que eu fui preso. Cheguei com as pernas toda inchada”.  
“(outra prisão) Me desmaiei duas vezes de sacola na cabeça. Amarra assim, algemado.”*

Caldeira (2003) discutindo a legitimação do uso da força policial do aparato legal brasileiro situa historicamente que de fato os direitos humanos no Brasil são vistos como ‘privilégios de bandidos’. As significações elaboradas sobre os transgressores sociais fundamentada na defesa da segurança pública têm permitido a impunidade dos policiais frente a esses jovens, como representado por Paulo em suas falas referentes aos registros das torturas vividas nas suas apreensões. Com a violação dos direitos individuais ou civis, a violência afeta a qualidade da cidadania brasileira. A história de Paulo protagoniza essas atuações violentas mesmo pertencendo a um país com normalidade institucional de um governo civil em plena consolidação democrática. A autora indica que essa permissividade à violação dos direitos humanos está fundamentada em um discurso do controle do crime a qualquer custo.

Discutir esse fenômeno da violência generalizada no contexto do sujeito jovem com história de transgressão social-legal se coloca como uma ação que produz sentidos sobre essa violência autodestruidora, como defende Peralva (2000), que precisa ser limitada reduzindo o patamar de riscos coletivamente aceitos, e com isso reafirmar quais são as regras do jogo no qual o direito à vida deve ser o princípio central. Mas essa autora considera que isso só será possível caso seja feita uma reforma profunda da polícia e da justiça.

Retomo a compreensão da transgressão impregnada nos sentidos subjetivos desse jovem quanto ao contexto específico das possibilidades de risco em que Paulo tem em sua constituição subjetiva a transgressão trespassada. Como explica González Rey (2001), as configurações subjetivas se alimentam de elementos de sentidos diferentes, não só procedentes do contexto e da produção conjuntural do sujeito, mas também de outras configurações que aparentemente estão distante do contexto atual de vida do sujeito. Paulo vivencia essa distância aparente da transgressão em sua vida. Ele está imerso em outros contextos sociais, como cita em sua fala que está trilhando o ‘caminho certo’. No entanto, Paulo ainda tem que se limitar a áreas específicas em seu cotidiano, no qual se sente mais protegido das possibilidades de riscos de vida que pode vir a sofrer, como por exemplo, reencontrar um ex-rival na rua ao retornar do trabalho.

*“Pra se proteger acho que eu ando normal. Vou pro serviço, vou pro serviço trabalho, volto. Vou sozinho, não tem problema. Vou tranquilo, eu sei, só não fico ali passando ali nas áreas deles ali. Que aí eles, né. Eu ando no meu rumo, ando no meu limite ali. No meu limite, não passo para a área deles. No meu limite tranquilo ali. Não devo nada pra eles, eles não devem nada pra mim. Tranquilo”.*

A re-vivência do risco está a todo o momento ameaçando retornar a sua vida, conforme interpõe sua fala, expressando a possibilidade de ações atravessadas pelos sentidos da transgressão:

*“Deram uns tiros (guerra atual), mas não acertou. Eles não me viram, mas eu sei que era eles tudo... eu não penso em mudar não. Eu não tô fazendo mal pra ninguém. Mas eu tô andando, tô tranquilo ali não mexo mais com ninguém, quietei. Mas se eles vim tentar fazer e não conseguir. Aí eu não sei que eu faço”.*  
*“Eu tô ali andando no caminho certo, vamos ver o que dá’. Mas se eu vê, eles vim... Tem umas guerras, mas não tem, não influi mais nada não. Tem umas duas perto, mas não. Eles não mexem comigo mais não.”*

Paulo expressa em suas falas a possibilidade de re-assumir a pessoa do jovem autor de ato infracional e ameaça o seu retorno “*em dobro*”. Assume a postura do matar ou morrer. Ele manifesta no verbal o contexto da transgressão registrado pelas marcas deixadas pela conjuntura dos conflitos das gangues.

*“Mas o dia que vim (o grupo que têm conflitos), se quiser fazer o mal faz. Mas se não conseguir. Se não conseguir eu não sei nem o que eu faço não. Ah Ave Maria. Eu saio, saio doido no meio do mundo. Pra pegar o besta. Não, eu penso assim. Mas eu tô vivendo a minha normal, mas se eles vim fazer o mal comigo, eu vou ficar parado esperando?! Eu também, eu vou e vou no dobro que ele veio. Vou o dobro”.  
“Mas não mexendo não dá nada não. Eu quietei, eu quietei, mas pra eles pensa que eu não quietei. Mas se eles tentar, eu não sei o que eu faço”.*

Nas falas de Paulo, identifico a contradição entre o falar e a possibilidade do agir, pois a fala expressa que se for necessário retornará ao mundo da transgressão, no entanto, ele luta contra essa ação no processo de constituição de novos sentidos subjetivos. Constantemente na análise de sua experiência de vida, reafirma o seu processo de mudança de sua configuração subjetiva, quando atua no presente no processo de resignificação. Considerando o processo de produção de sentido de Paulo como constitutivo de suas ações, percebo no processo da vivência da transgressão social uma aparente separação entre o sentido e a ação, mas nesse momento se interpõe a contradição entre o pensar e agir do sujeito em desenvolvimento. Paulo começa a se confrontar com os sentidos que acompanhavam suas ações quando começa a ser imerso nos significados sociais dos seus atos e das repercussões na sua vida:

*“O que eu fui pego, foi quatro... foi quatro 157 só. Quatro assalto a mão armada. Quatro 157. Acho que mais dois 155. Foi tanta passagem que eu nem”.  
“Já invadi casa pra matar. Tava me devendo. Essas pessoas. Pegou dinheiro e não me pagou. Mas o menino, o escapou. Acertou, mas não...”.  
“Á ia ter troca de tiro. ou eu ia morrer, ou o PM ia morrer”.*

Zaluar (2004) ao trabalhar essa questão, refere um modelo de sociabilidade sociável, em que a liberdade de um constrange a do outro, gerando um modelo impossível de liberdade irrestrita em que o sujeito está entrelaçado nessa teia de riscos que os colocam em circuitos intermináveis de vingança. Neste entendimento, o Paulo vive a questão da luta da liberdade conquistada, pós libertação legal, término do cumprimento da medida sócio-educativa.

*“Tá resolvido a partir do momento que eu encontrar eles sã, eu acho. A partir do momento que ele tiver drogado aí ele já não é ele mesmo. Vai não, quer nem saber. Acho que ele pensa, sei lá, acho que não tem coragem de vim fazer”.*

*“Eu acho que Deus tampa as vistas deles. Um desses de guerra...se ele tivesse me visto, ele tinha me matado... e pegaram outro. Eles vieram atrás de outro, mas se ele tivesse me visto também eu tinha ido junto...”.*

Nessa construção de sentidos subjetivos em seu processo de constituição subjetiva atual de atuação no mundo de fora dos atos infracionais, Paulo se afasta da vivência do refugio humano, não é mais o estranho redundante que se coloca em uma condição de “sem teto social”, com sua perda da auto-estima e do propósito de vida. Paulo não aceita o lugar de depósito de dejetos, o destino de todo refugio, mesmo sendo ainda efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico. Paradoxalmente, ele ainda causa impacto no comum da realidade (Bauman, 1998). Sua trajetória infracional marca significados e sua existência ainda permanece desconfortável para aqueles que ainda o significam socialmente como estranho, mesmo ele não produzindo novos sentidos com o agir pela autoria do ato infracional:

*“... eles (os outros) deve agora, eles vê (a sua mudança), mas fica calado”.*

*“Não, os caras passam por mim e pensa que eu ainda tô, tem uns que pensam que eu tô envolvido, passa, ‘pó Barú, os caras quase me mata ali agora’. Aí eu pó: ‘Esse cara é doido, não pode dar mole não’. Aí eles saem. Então eu já fico sabendo, pois eles pensam que eu tô no meio e já vai falando e eu não tô. Pode, vem conversar comigo, eu converso normal, mas não tô”.*

Paulo emergiu como ‘estranho’, gerando desconforto e tornando-se visível mesmo sendo estatisticamente ainda invisível, pois os delitos dos jovens em conflito com a lei representam apenas 8% dos crimes praticados. Sabendo que a juventude é significativa no total da população brasileira, em torno de 40%, conclui-se que os adolescentes são pela constatação percentual vítimas privilegiadas da violência. A pesquisadora Oliveira (2001), ao cartografar a juventude da periferia na contemporaneidade, nos chama a atenção para essa invisibilidade dada a esses jovens, que como Paulo emergiu do invisível ao ser tido como ameaça à ordem pública e ao atingir os registros policiais.

Em sua construção de sentidos subjetivos, Paulo subverte as determinações dadas aos sujeitos transgressores sociais, desnaturalizando as classificações de estranho

e transgressor. Clarifico que os sentidos subjetivos são atos subversivos frente à naturalização dos sentidos dados ao jovem com história de transgressão social-legal (González-Rey, 2001).

No núcleo de significação da transgressão social, emergem novos fenômenos da criminalidade e da violência, dos quais o crime organizado e o tráfico de drogas e de armas estruturam uma nova dimensão da criminalidade, (Zaluar, Noronha & Albuquerque, 1994 e Zaluar, 2004) conforme a fala do Paulo, que expressa:

*“O tráfico um colega meu chegou em mim e perguntou se eu queria vender. Era metade minha e metade dele. Aí peguei: ‘Não, agora’. Aí eu peguei, pegava 200, 100 gramas. Cocaína. Pra vender. Aí vendia pro bar. Ficava no bar. Sentado à noite todinha. Aí os pessoal já sabia. Chegava em mim: ‘Tem cocaína? Tem’. Me dá tanto. Aí eu ia lá pegava e... Eu deixava já lá perto de casa”.*

O contexto das drogas na vivência da transgressão social de Paulo, tanto no tráfico quanto no uso, possui um sentido de tranquilizador de seus sofrimentos ou mesmo de possibilidade de conflito de seus sentidos subjetivos; ela é ao mesmo tempo concreta em sua vida, mas já distante na dimensão que tomava de suas atividades, como o uso da droga para conseguir realizar o roubo, o uso da droga para comemorar, o uso da droga para acalmar a adrenalina vivida na transgressão e a transgressão pelo tráfico de drogas em si.

*“Com maconha eu comecei cedo. A primeira vez que eu usei maconha foi a primeira vez que eu roubei. Primeira vez que o menino me chamou vamo ali, vamo ali. A gente fez um assalto nós dois, a primeira vez que eu roubei. Aí foi nesse dia que eu fumei maconha”.*

*“Isso (recaída) aconteceu uma vez só, porque tava brabo e por culpa dela (esposa) também... Deixou bravo, nervoso. Me deixou nervoso aí eu não agüentei, pra mim, pra eu não partir pra cima de, eu falei que pra eu não bater nela, eu ia bater em outra coisa, aí bati no vidro. Quebrei o vidro”.*

Teixeira (2002) defende que a violência é um elemento indicador da configuração subjetiva dos membros da sociedade. Pela análise desse fenômeno se colocam os processos intersíquicos e intrapsíquicos do sujeito em com história de transgressão social-legal. Esses sentidos subjetivos elaborados no contexto do espaço social da transgressão se davam com regras e valores estáticos em que o ato de transgredir com seus significados entrelaçavam a construção subjetiva de Paulo. Quanto

à vivência do uso de drogas, esse conflito da temporalidade da transgressão em sua vida

de constituição do sujeito acontece intersubjetiva e dialeticamente no funcionamento interpsicológico. A produção de sentidos se dá nesse âmbito das construções dos sentidos pessoais, em que emerge a marca do sujeito, ou seja, as condições materiais objetivas não são determinantes da constituição do sujeito, são constitutivas desse processo juntamente com as condições subjetivas de cada um.

Soares (2004) compreende que para ocorrer mudanças no drama da juventude brasileira depende de um mutirão educativo e protetor para os jovens, apontados retoricamente como o futuro da nação pelos políticos e pela mídia. Que futuro é esse? Que jovens são esses? Paulo, no seu processo de reconstrução subjetiva, se constitui: *“Agora eu sou alguém. Agora eu sou. Agora eu posso falar que eu sou um cidadão que trabalha, que anda, agora posso sentar no bar, beber”*.

Paulo analisa as perdas vividas no contexto da transgressão social, no qual, segundo ele, perdeu oportunidades as quais no presente necessita resgatar reconstruindo os seus sentidos subjetivos construídos na experiência da transgressão social. A via de acesso de Paulo é o estudo, caminho intensamente reafirmado por ele e por seus familiares que estão investindo no processo de mudanças revolucionárias em sua vida. Ressalta-se que o caminho da formação educacional tem como objetivo final o acesso econômico almejado por ele.

*“Vou dar a volta por cima. E não vou ficar parado no tempo não... Perdi 3 anos. Se eu tivesse aproveitado esses 3 anos você acha, hã. Seria outra pessoa, ixi”*.  
*“Eu pelo menos estudo e tô fazendo alguma coisa pra mim reverter”*.  
*“...tô estudando pra mim terminar, quero terminar, e eu tô procurando um concurso, alguma coisa. Quero passar num concurso e ganhar dinheiro”*.  
*“Eu vou tá trabalhando normal. (no futuro). Vou tá trabalhando em um Ministério desse daí. Câmara alguma coisa, eu tenho que estudar. Eu sei que é difícil”*.

Nesse processo de retomada de seu desenvolvimento Paulo reafirma a importância do afastamento protetivo da realidade da transgressão social antes vivida como condição para a reconstrução de sua trajetória de vida.

*“Meus amigos lá eu não, não se envolvo. Não ando assim. Da rua da minha mãe todo mundo ali. Conheço todo mundo. E todo mundo me conhece. Todo mundo passa, os caras que conhece que continua ...Mas eu também não paro mais pra conversar...não mexo mais nada”*.

Outro ponto para análise de Paulo sobre suas relações estabelecidas no contexto da transgressão é que a afetividade era associada à presença de dinheiro na relação:

*“Toda vez que eu tava cheio de dinheiro aparecia todo mundo. Aparecia um monte de amigo, todo mundo ficava alegre, eu também ficava alegre e essa curtidão toda. Quando acabava o meu dinheiro todo mundo sumia, ninguém aparecia”.*

O conteúdo temático da morte está presente intensamente na vida de Paulo, desde quando ele estava imerso na lei do matar ou morrer até o presente em que vivencia a morte iminente, frente às possibilidades de vinganças decorrentes das atuações dele na transgressão. Este fato mantém-se impregnado nos seus processos de reconstruções subjetivas.

*“Já invadi casa pra matar. Tava me devendo. Essas pessoas. Pegou dinheiro e não me pagou. Mas o menino, o escapou. Acertou, mas não...”.*

*“Não sei se morreu, pra mim não morreu não. Mas não sei se morria, não ficava esperando. Chegava lá e... Uns fala que morreu, outros fala que tá na cadeira de rodas, não sei. Eu não ia ver se tava na cadeira de rodas. Eu não ia ver. Uns caras falaram”.*

*“No dia que ele morreu (o amigo), uns cinco minutos antes dele morrer, eu tava com ele. Quase que, quase que ele, quase que então ia morrer nós dois juntos...”.*

*“Acho que se ele tivesse vivo eu taria morto, se não fosse ele, era eu que ia. Depois que ele morreu, as guerras dele (amigo) veio pra mim”.*

*“Mas se você entrar no meio, tu vai”.*

*“Eu quase morri numa festa... Porque guerra queria matar, arrancar as cabeças e os pedaços”.*

Em pesquisa feita pelo Observatório de Favelas (2006) no Rio de Janeiro com jovens envolvidos na rede do tráfico de drogas constatou-se que quando os jovens são questionados sobre os motivos que os levariam a sair do tráfico, tem-se como principais fatores: o nível de riscos, o medo da morte, o desejo de mudar de vida, a morte dos colegas, a pressão da família e o cansaço relacionado ao tipo de vida do tráfico. O estudo chama a atenção para a possibilidade de investir em construção de alternativas, para no caso daqueles jovens, sair do tráfico.

Nesse estudo de caso, Paulo emite ações mesmo na vivência da transgressão que escolhe a vida no lugar da morte. Quando é contido pelas prisões, ou ainda pelas recorrências de perseguições policiais com a possibilidade do fim da sua vida.

*“Fiquei com o dinheiro e quietei. Os chegava pra mim: ‘vamos roubar, não sei o que’. Eu não ia pra roubar de jeito nenhum. Porque se eu soubesse que eu fosse eu*

*ia morrer. Que o livramento foi, mais um bocado de livramento que eu tive já falei,*

cursos de capacitação e no Exército, aos seus 19 anos de idade, profissionaliza-se como cozinheiro.

Nesse processo de mudança dos sentidos subjetivos do ato de transgredir, Paulo elaborou novas necessidades em sua vida, apropriando-se de sua responsabilização frente aos seus atos e aos sentidos ofertados pela sua comunidade de que ele teria se envolvido com a criminalidade por ser adotado e não filho legítimo.

*“Eles (os vizinhos) pensavam: ‘olha lá o outro deve, acho que eles falava que eu tava revoltado, mas não, eu entrei por entrar mesmo. Entrei quando pensei que não eu já tava já lá dentro. Foi porque eu quis mesmo”.*

Frente a esse processo de produção de sentidos, Paulo coloca a família de origem e a atual no lugar de importância da estruturação da vida pessoal. O casamento para Paulo está situado na configuração subjetiva desse novo modo de viver, em que sua esposa assume o lugar dialógico na relação com ele o que provoca reflexões e reconstruções de novos sentidos, posicionando-se negativamente contrária ao crime.

*“Foi pra quietar mesmo. Pra levar a vida normal. Trabalhar e viver nossa vida (casamento). Tranquilo...Ela (a esposa) disse que não visita homem em cadeia”.*

*“(a esposa) A mesma coisa da minha mãe... Ela fica me enchendo o saco. Brigando comigo... Briga comigo. Toda hora tá falando. Toda hora. Toda hora... Ela fala as coisas que eu faço de errado”.*

*“Se não fosse ela (família) eu não tava hoje do jeito que eu tô. Taria preso ou já taria morto aí”.*

Paulo vivencia na relação com sua família adotiva, representada por sua mãe e suas irmãs, e com sua esposa mediações que promovem um processo permanente nele de produção de novos sentidos, nessa relação eu-outro (Zanella, 2005). Paulo assume a sua singularidade na relação com o outro, que se mobiliza emocionalmente no processo de mediação social e sente-se reconhecido no reconhecimento do outro.

Como exemplo desse processo de mediação, Paulo narrou que seus irmãos fazem reuniões de família, nas quais um auxilia o outro na resolução de problemas, explica que nessa reunião: *“Ninguém briga com o outro, ninguém pode discutir com o outro”.* A reunião tem o objetivo de: *“Ver o que tá certo, o que tá errado. O que tá fora do controle”.*

Essa reconstrução subjetiva vivida na relação dialógica com sua esposa era antes já propiciada por sua família de origem adotiva.

A adoção na história de Paulo muitas vezes, foi significado socialmente como motivo de Paulo transgredir socialmente. No entanto esse significado é negado por Paulo em sua fala constantemente.

*“Mas sou filho... Filho da minha mãe!... eu não sou filho de sangue da minha família que eu moro, mas eu me considero”.*

*“... eu não tô morto se não fosse eles (família) pra ficar me enchendo o saco, dando conselhos, conversando e falando e falando dando conselho pra eu parar e pensar”.*

A vivência da adoção está contida em sua constituição subjetiva com conteúdos emocionais significativos, em que Paulo elabora os sentidos desse acontecimento da adoção não entrando em contato com a questão, bloqueando, e colocando o pai no lugar do ‘comum’ ao atribuir a figura de cuidadora à sua mãe adotiva. O processo de adoção foi construído subjetivamente por Paulo em suas relações familiares atuais como circunstância em que adentrou a sua nova família, na qual ele se sente reconhecido como filho, “*sou filho da mãe*” e como irmão. Mas ao elaborar sentidos subjetivos sobre a família biológica, Paulo bloqueia essa apropriação e lembra apenas que, quando a sua mãe biológica ia visitá-lo, ele se escondia debaixo da cama.

*“Quando eu tinha 8 anos. Ela (mãe biológica) morreu e eu fiquei com essa família... Eles falaram pra mim (motivo da morte). Mas eu não gosto de falar não... Eu também nem pergunto por que eu acho que não tem necessidade. Se eu ficar sabendo da história não vai influenciar em nada mais... ela me deu pra ela pra dona Joana. E morreu depois... Eu não gosto. Não acho que não cabe”.*

Paulo sente-se pertencendo a sua família adotiva e não nega a sua família biológica, mas encontra dificuldades na identificação com os irmãos biológicos e com o pai ainda vivo. A solução aparentemente encontrada por ele é de recusar aproximações que leva a qualquer semelhança, como por exemplo, quando foi estudar música com seus irmãos biológicos, já que todos são envolvidos com música, afirma que não gosta.

Paulo busca na família adotiva, as pessoas com as quais possa se reconhecer. Ele vive sua vida afastada do pai e dos irmãos biológicos, não tendo intimidade com eles. Percebo que o processo de reconhecimento do outro é executado principalmente pela família adotiva dele, esses são os mediadores fundamentais no processo de reconstrução subjetiva desse jovem.

*“Oh, gosto mais deles (irmãos adotivos) do que dos meus irmãos de sangue... Mas não tinha contato mesmo. Uma coisa que eles viviam a vida deles lá e eu vivia a minha do lado de cá... Que eu deveria ter considerado eles muito mais, né?! Mas eu não considero muito eles... Que eu não tenho intimidade com eles. Não convivi com eles”.*

*“Tem muito tempo que eu não vejo meu pai. Não sei nem se tá vivo ainda... Pai é a mesma coisa. É pai que fez. É o pai que fez. Eu considero pai que fez, mas eu não tenho como é que fala assim, amor. Pra mim é uma pessoa comum”.*

*“Se a pessoa lembrar e falar assim, tocar no assunto eu lembro que eu tenho pai que eu tenho irmão, mas não foi os irmãos que eu convivi. Não foi os irmãos que tavam comigo. Não me ajudou, não fez nada”.*

O amor enunciado, Paulo deposita na sua relação com a família adotiva protagonizado pela mãe que o apóia antes da sua liberação da medida sócio-educativa com a permissão do seu retorno à sua casa, de onde ele tinha saído aos 15 anos para morar sozinho. Paulo deixa claro que sua mãe não permitia as suas vivências transgressoras.

*“Foi quando eu comecei a morar na casa da minha mãe de novo. Tranquilo. Trabalhando. De boa. Aí foi depois de muito tempo eu entrei no Exército aí fiquei tranquilo, estabilizei”.*

Em seu processo de reconstrução subjetiva frente à experiência da transgressão social, Paulo reconhece o outro nas suas relações, e transporta para os seus sentidos subjetivos a moralidade e a ética baseada em uma dignidade humana, que ele apreendeu ao pensar em seu momento atual caso agora fosse ele a vítima da transgressão e não seu autor. Paulo faz um processo de reconhecimento do outro na relação de mediação em que ele faz parte dessa relação, e não está fora desse contexto, ele pertence a esse meio.

*“Tenho é marca de arrependimento do que eu fiz. De ter roubado. Eu se ponho no lugar, eu se ponho no lugar das pessoas que eu roubei tudinho. Hoje eu se ponho no lugar da pessoas como que elas ficaram quando eu aponte a arma: ‘Isso é um assalto’. Eu fico pensando se fosse comigo. Deve ser ruim”.*

Paulo no seu processo de reconstrução subjetiva, com planos de ações de crescimento profissional, por exemplo, ainda sente-se imerso na realidade multifacetada da violência encontrando-se envolto por riscos, sejam dos conflitos ainda possíveis de serem vividos com os grupos rivais, precisando andar “no limite da área” ou no “caminho certo”, ou seja, pela subjetivação de sentidos e significados dados sobre ele a partir de sua história da transgressão.

Paulo realiza ações de isolamento em sua vida que geraram o descolamento de sua realidade próxima, resultando em restrições nas suas inserções sociais, não podendo

circular nos espaços públicos que antes pertencia. Por exemplo, quase não fica na rua, preferindo assistir televisão em casa na companhia da sua esposa. Seus pertencimentos perpassam a família, o casamento, o trabalho e o estudo.

*“E vou levando a vida. A gente sai, mas ela não é de sair. E eu também quase não saio. A gente fica mais dentro de casa assistindo (televisão). Sai, sai para casa da mãe dela ou então pra casa da minha irmã”.*

Na insegurança da violência/democracia (Peralva, 2000), Paulo vive uma estratégia adaptativa frente à violência, protegendo-se no espaço dos muros de sua casa, para não ser confundido como autor da violência nem viver situações como vítima da violência.

Pensando na juventude pobre brasileira a partir da história de vida de Paulo, concordo com Peralva (2000) que a juventude ainda sofre uma ausência de políticas públicas eficazes de redução da desigualdade de renda que, no caso de Paulo, se colocou como fator do acesso à transgressão para realização das necessidades ditas secundárias, como o consumo, mas que para esse sujeito se colocaram como primárias em suas construções subjetivas.

Situado em uma sociedade, na qual os valores mínimos de cooperação, o reconhecimento do outro e o direito à vida não são garantidos, Paulo atuou pela transgressão na negação do direito à vida e com essa ação não reconhecia o outro na relação eu-outro (Zanella, 2005). Os seus sentidos pessoais eram atravessados por suas necessidades intrapsíquicas e as relações de mediação ofertadas a ele não conseguiam na inserção do envolvimento com o ato infracional ser atravessada pelo campo intersíquicos da cooperação. Ele foi interpelado pelo processo de contenção da violência policial, do medo da morte, da prisão, da condensação dos riscos de vida e assim teve na sua família o principal mediador desse processo de reconstrução de si.

Como lembra Zanella (2005), os signos relacionam o sujeito e a sociedade; e nessa relação há mediação no desenvolvimento cultural de Paulo por objetividades de consumo e de visibilidade social de si através de um processo de constituição subjetiva não aceita socialmente. A linguagem internalizada por Paulo baseava-se nessa apropriação da objetividade da identidade masculina, associada à honra e à virilidade

(Zaluar, 2004) que antes era vivida pelo poder ofertado pela transgressão e atualmente se dá pelo trabalho:

*“Porque eu lembro das coisas que eu tinha tudinho e larguei por causa de besteira que não tinha nada a ver... No começo quando eu fui eu entrei no mundo, no mundo eu nem pensava em nada não. Acho que era, acho que tudo era diversão. Tudo era diversão... Tudo era festa”.*

*“... sente o forte, o herói... Mas depois que acaba o dinheiro não tem mais nada. Aí ele não é ninguém mais”.*

*“Agora eu sou alguém. Agora eu sou. Agora eu posso falar que eu sou um cidadão que trabalha”.*

Paulo, a partir de suas atividades, incluiu sentidos subjetivos diferentes em sua história particular e, no seu contexto atual de vida. Reconstrói-se subjetivamente, a partir dessas vivências decorrentes, como a prisão com experiências de tortura, ao mesmo tempo de ‘aventuras’ com momentos de ‘farra’, de pertencimentos sociais, que eram inclusos e depois se tornaram excluídos dos espaços sociais, e hoje continua em desenvolvimento com passos evolutivos e outros revolucionários.

Nesse processo de reconstrução subjetiva, Paulo já no período da vivência da transgressão escolhia a vida ao invés da morte, por exemplo, quando não se envolveu com a merla, uma droga que gera alto nível de comprometimento psíquico e físico. Em sua fala, expressa uma significação de si que vislumbrava uma superação em sua vida.

*“... mas diz que a merla é a que acaba com a vida de todo mundo, disse que é. Aí eu não quis não. Fiquei com medo. Falei: ‘Se eu usar isso eu não, aí eu acabo com tudo’”.*

*“Ah eu acho que (vim) é pra dar exemplo pros outros, eu acho. Pra dar exemplo e alguma coisa ... eu vim fazer. Não sei o que é. Todo mundo vem fazer alguma coisa... eu ainda não encontrei ainda não. Eu acho que eu tô chegando perto... Eu acho que é isso, tem pessoa que veio pra mostrar muita coisa, tem gente que veio pra vim, fazer e morrer, seco. Eu acho que já tem outros que veio fazer, andar no mundo e se escapar e conseguir, não sei o que mais pra frente vai acontecer”.*

*“Eu não consegui o que eu quero. Tá pesando as dívidas. Dívida, aluguel. O bicho pega. Eu não sabia que era assim não. Mas é assim mesmo. Tem que superar”.*

Paulo, como ‘estranho’ (Bauman, 2005), agiu pela transgressão, contrastando o mundo aparentemente pré-fabricado para quem tem direitos e deveres. Paulo é o estranho que não possui status no grupo dominante. Ele é algo novo, um outro marginal. Ele desafia a ordem da organização. Anteriormente com terremotos por suas atuações

transgressivas, hoje, por suas reconstruções subjetivas de um jovem que desafiou o sistema e aparentemente em sua nova forma de pertencer como homem trabalhador e pai de família, continua desafiando pela renovação de sentidos subjetivos com outras armas, as armas do estudo e do amor.

Esse estranho Paulo não é mais pré-selecionado, definido e separado com nome e cor, ‘bandido’, ‘pobre’ e ‘negro’. Apesar de assim ser identificado nos números estatísticos das pesquisas sobre as taxas de homicídios cometidos contra jovens. Qualitativamente, Paulo muda de posição e de lugar, transpondo a separação entre o ‘nós’ e os ‘eles’, sendo o “redundante” que ganhou espaço enquanto refugio humano, pertencente à ‘população excedente’ que ultrapassou a fronteira entre nós e eles (Bauman, 2004).

#### **4.2.3. O processo de apropriação das superações vividas**

*Música: Razão Para Viver  
Compositor: GOG*

“Mãe! escuta isso  
Em todo som que faço mando idéia pro seu filho  
Brasil pra frente nosso povo unido,digo  
Que atitude não é dedo no gatilho  
E ele insiste em praticar exatamente o contrário disso...  
Precisamos dele ao nosso lado reintegrado,  
Impressionante como as coisas tem dado errado  
Ele se ligou na lei da rua apagar para não ser apagado  
Se esqueceu que valor de mãe é indecifrável...  
Mãe, a partir daí ficou complicado  
Surra como corretivo não surtia o efeito esperado  
É com ele o papo fica aí comprovado  
Índole é algo transmitido claro  
Mas o toque final  
É decisão pessoal...  
Pratique o perdão  
Transmita a lição  
Talvez seja pedir muito mas vamos juntos eu e você  
Sem medo da reação”.

O processo de apropriação, segundo Vygotski (2000), inclui mudanças evolutivas e revolucionárias, com retrocessos e falhas, em um movimento de zig-zag e de conflitos e contradições, em um choque entre o natural e o histórico, o primitivo e o cultural e o biológico e o social. Ele elucida que o processo do desenvolvimento cultural do homem é vivo, de formação e de luta:

Nesse processo de apropriação com mudanças ao mesmo tempo ora evolutivas ora revolucionárias, Paulo percebe superações vividas na condição da transgressão social-legal com relatos de seu cotidiano atual.

*“(Hoje) 100%. Muito diferente... Diferente de antes. Não ando, não fico aí brigando, toca...tocando terror na rua, roubando. Droga... Bebo de vez em quando. Mas tenho minha casa, tenho minha mulher. Tenho minhas responsabilidades. Vou trabalhar. Volto do serviço. Não. Comum. Normal. Não fico mais fazendo as coisas de antes. Estudo de noite. Tranquilo”.*

*“No começo quando eu fui eu entrei no mundo, no mundo eu nem pensava em nada não. Acho que era, acho que tudo era diversão. Tudo era diversão. Depois que começa a fazer falta”.*

Paulo aborda as perdas vividas em sua trajetória infracional, condição, na qual, inclusive, muitos de seus amigos perderam a vida. Aponta o cumprimento do serviço militar como um marcador de mudança em seu processo de apropriação de novos sentidos subjetivos que o colocam em um novo lugar social. Sai do lugar de uma pessoa que é reconhecida pelo medo, e assume outra posição social na qual pode viver os espaços sociais comuns. No contexto da transgressão Paulo pelo medo provocado no outro se sentia reconhecido como ‘herói’ e detentor do ‘poder’ representado na figura do ‘Beiramar’, sentido re-significado com a nova apropriação de si.

*“Vi que eu escapei. E sai. Não continuei seguindo. No mesmo rumo que eles (os amigos) tavam. Porque eu sabia que ia acontecer. Uma hora eu ia morrer ou ia ficar preso. Porque eu sabia que era errado o rumo que eu tava... Comecei a pensar e vê tudinho. Ainda bem que eu consegui pensar e vê. Tem uns que nem consegue pensar, quando vai pensar já morreu”.*

*“Melhorou 100%... Eu falei, eu pensei: Eu vou pro Exército pra mim melhorar mais ainda a minha mente, né. Se eu não fosse forte eu tinha piorado lá. Porque lá é a mesma coisa que eu tá no meio da rua. Tem bandido, tem tudo lá. Tem droga... Eu entrei tranquilo aí fui conhecendo devagarzinho”.*

*“No passado não tinha lugar nenhum, tinha lugar, mas era lugar pra gente ruim... Não tinha lugar, não tinha liberdade. De andar nos lugares, de chegar e entrar e pronto. O pessoal tinha medo, chegava e o pessoal ficava com medo”.*

Logo, Paulo, por meio da elaboração de seus sentidos subjetivos tenciona-se frente ao plano social em que está inserido (Smolka, 2000). Por meio de suas significações se constrói enquanto sujeito singular que se atualiza permanentemente no contexto das configurações subjetivas e dos sentidos subjetivos produzidos nos espaços sociais nos quais percorre. Nesse contexto, Paulo fala do seu processo de significação do cumprimento da medida sócio-educativa que o atravessou nessa vivência da transgressão social em que produziu novos sentidos, a partir da realidade de contenção oferecida pela medida de Semiliberdade:

*“Aprende (na Semi) também, mas só que, aprende a mesma coisa só que a mesma coisa, a diferença do CAJE você tá preso mesmo, a Semi você pode sair pra fora. Na Semi você pode dar uma saidinha, vai pro curso, vai pro colégio e final de semana vai pra casa. Pode fazer o que quiser também. Mas aquilo não é pra mim não. Já vi que não era mais pra mim”.*

Paulo relembra a singularidade de sua trajetória no cumprimento da medida em que se percebia diferenciado dos outros jovens do grupo, com direito a conversas com os monitores da Casa.

*“Tem gente que não pensa, mas eu já tava começando a pensar: ‘Que que os pessoal conversa comigo até monitor’. Os pessoal tudinho conversava comigo lá, nunca vi o pessoal chegar com as pessoas pra conversar... Os monitores ficavam lá, os agentes, eles ficavam nos cantos deles, aquele negócio todinho. Mas eu de vez em quando eles me chamavam no canto, conversava, dava conselho. Eu não via eles fazendo aquilo com ninguém”.*

Segundo Marcílio (1998b), a história da assistência à criança é perpassada pela pobreza, marginalidade social e interposição da criança abandonada. Tal entendimento é expresso pela autora, no decorrer de sua análise, acerca de informações históricas e políticas sobre o cuidado dado à infância e à adolescência brasileira. Ela afirma que desde o início, houve omissão, negligência e falta de interesse ou de assistência à criança. Essas questões aconteceram na vida de Paulo, mas em outro contexto, onde ele, apesar de ter vivido o processo de adoção em sua infância e ter entrado no sistema da assistência pela Justiça, identificado como marginal social, a subjetivação de Paulo reapropriou de uma significação de um sujeito cidadão, que não passa pelo lócus social da criança abandonada.

*“... Agora eu posso falar que eu sou um cidadão que trabalha, que anda, agora posso sentar no bar beber. Porque antes eu não podia sentar no bar e beber. Poder,*

*podia, mas era assim, olhando pros lados, com medo de chegar alguém e atirar em mim. Com alguém chegar e me reconhecer de algum assalto, alguma coisa. Hoje me dia não. Hoje eu sou livre”.*

Apesar das omissões dirigidas a ele no cumprimento da medida com infra-estruturas restritas, em que a Casa de Semiliberdade oferecia serviços precários, Paulo apropriou-se de outras atividades da Casa, tais como: novas inserções sociais advindas dos cursos profissionalizantes e o acesso naquele momento obrigatório à escola que lhe produziram saltos em seu desenvolvimento cultural. Paulo, em sua história de vida, aponta sua relação com o estudo como fator propulsor de sua apropriação desse novo modo de viver. Ressalto que a formação educacional na vida de Paulo era identificada por ele como facilitador nas suas primeiras contenções judiciais com aplicações de medidas socio-educativas mais leves, como a Liberdade Assistida.

*“Eu acho que me davam LA (nas quatro primeiras apreensões) porque eu estudava também. Eu roubava, mas estudava”.*

*“(Paulo respondia para o promotor): ‘Eu estudo, mas eu roubo’”.*

*“Eu também pensava: ‘O que que eu tô fazendo ainda aqui’. Só tô me atrapalhando mais. Porque os caras entram drogado, entra drogado, eles me viam junto, aí dorme junto com eles, aí pronto. Eu só pensava assim... mas acho que era porque eu estudava mesmo e ia pros cursos... Eu ficava quieto lá na minha, ia pro curso, voltava pra Semi tranqüilo”.*

Paulo, em suas falas sobre os seus sentidos subjetivos do cumprimento da medida sócio-educativa que lhe foi aplicada, denuncia as incompreensões vividas frente ao Estado e a sociedade quando aborda as instituições responsáveis pela ordem pública. Ele viveu outras incompreensões pela violência usada contra ele impunemente, com seus relatos das torturas vividas nos espaços das delegacias ou mesmo nos espaços públicos, sem qualquer receio de esconder tal violência, esta atualmente tão tolerada pela sociedade brasileira.

Para Paulo, a medida sócio-educativa em si não possuía mediações claras; ele ia significando na prática dela uma forma de hipóteses que construía para si, e assim a apropriou, principalmente no dia em que teve sua liberdade limitada pela aplicação da medida sócio-educativa de Semiliberdade.

*“‘Eu ia embora pra casa, agora vou ter que ir pra Semi. Ixi o pessoal falou: ‘Ixi, Semi vai ter que puxar Semi, não sei o que’. Aí eu fui pra Semi”.*

*“Falava, ouvia o, lia lá tudo o artigo, os artigos todos. Falava tudo lá. O laudo todinho lá do roubo. E dava no final dava LA. Dava a medida LA. Aí eu ia embora. Aí na Semi que eu vim descobri que eu peguei, eu peguei LA na última, aí alterou tudo lá e deram Semi pra mim... me deram Semi por causa que eu tava morando com ela (D. Maria), mas não era minha mãe. Eles achou melhor me dar Semi que era pra mim reeducar melhor”.*

profissionalização como via de inclusão social dos mais desfavorecidos economicamente.

*“Eu lembro quando era menor mais. Fazia curso, jogava bola... Eu tinha o que uns 12... 12, 10. Jogava futebol no Sesi, fazia natação tudo. Aí dos 14...com 15 foi o ano que eu entrei no CESAM. Comecei a trabalhar no CESAM... Aí depois dos 15 foi que eu comecei e saí. Fiquei. Comecei as outras coisas tudinho”.*

A última fase que Paulo simboliza é a fase do Estado do Bem-Estar, marcada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, em que as instituições aparentemente consideradas inovações, são em sua maioria continuidades de estabelecimentos anteriores que funcionavam desde o Século XIX. A continuidade dos paradigmas que fundamentam o funcionamento das intervenções nessas instituições perduram como Paulo relata brevemente na sua relação com os ‘monitores’, em que os jovens não são percebidos como sujeitos de direitos como estabelecido no ECA. Os jovens, em sua maioria, no cumprimento da medida sócio-educativa de Semiliberdade como relatado por Paulo não são nem visivelmente reconhecidos na relação com o outro. Nota-se nessa fala desse jovem que os adolescentes em conflito com a lei ainda são vistos como ‘caso de polícia’, ‘problema social’ e refugio humano (Bauman, 1998), que precisam ser controlados, retirados dos espaços públicos para não produzirem estranhezas.

Paulo expressa falas em que foi submetido a cenas de tortura e quando questionado sobre a possibilidade de qualificação de seus direitos ao fazer denúncia desses abusos policiais, ri, pois é marcado pelo sentido subjetivo de que o transgressor não possui direitos humanos e pode ser punido em seu corpo nos espaços públicos da cidade a qualquer momento, ele é um sujeito não-humano. Paulo está apropriado desse significado sobre seus atos como algo errado, é atual pelo vivido por Paulo a democracia disjuntiva, com o desrespeito aos direitos civis (Caldeira, 2000).

*“Acho que eles (policiais) têm medo de bater no menor porque tem processo, dá processo. De menor dá porque não pode. E de maior pode, não dá nada! Eu acho que não dá nada. De maior não dá nada. Igual eu apanhei várias vezes achando que eu era de maior. Já fui preso com um de maior, hum quase me mata porque eu assumi...Eu? (denúncia) Não, pra eles me matar?! (risos) Ele me matam. É errado né. Mas. É errado, mas fazer o quê”.*

Vicentin (2005) ao denunciar que os jovens estão deserdados de seus direitos básicos nos chama a atenção para o fato de que o jovem em conflito com a lei não pode ser desconectado da compreensão das juventudes. Com isso, a autora problematiza que para combater a exclusão e a subcidadania desses jovens é necessário conectá-los aos modos de produção e às lutas específicas construídas pelas outras juventudes.

Nesse sentido a história de vida de Paulo (como membro desse fenômeno da juventude transgressora) precisa ser analisada por meio dos sentidos e significados construídos sobre o jovem em conflito com a lei, ampliando o campo tutelar e de proteção ao jovem sob uma perspectiva mais disciplinadora, para um campo novo de estratégias genocidas atualmente oferecidas ao jovem autor de ato infracional (Vicentin, 2005; Teixeira, 2002; Oliveira, 2001; Zaluar, 2004; Caldeira, 2000 & Peralva, 2000).

*“Aí eu assumindo (a transgressão), eles (policiais na delegacia) me levaram lá pra sala e oh (gesto de bater com as mãos) e quase me mata também. Me desmaiei duas vezes de sacola na cabeça. Amarra assim algemado. Aí eu desmaiei umas duas vezes aí viram que não tinha jeito mesmo que eu não ia entregar, eu não falar que foi ele que roubou o carro, aí no outro dia 7 horas liberou nós bem cedinho”.*

*“(O policial)... mandava ficar em pé e batia só aqui. Na veia. Só na veia. Caia e manda levantar. Era só na veia aqui. Atrás do joelho. E batendo, e batendo, batendo, batendo, batendo”.*

Apoiado em Lévi-Strauss, em sua apresentação de duas estratégias, antropofágica e antropeômica (Bauman, 1998), noto uma estratégia antropofágica para a juventude como o aniquilamento dos ‘estranhos’. Essa estratégia está exemplificada na fala de Paulo com o seu relato das torturas e violências vividas no campo da transgressão que se apropria de sentidos subjetivos a partir de uma juventude violentada, reafirmada com as altas taxas de homicídios contra ela (Waiselfisz, 2006), percebida claramente como refugio humano (Bauman, 1999), sendo a juventude estigmatizada e aniquilada.

Relembrando a sua entrada na transgressão Paulo traz explicações do envolvimento como uma ação que lhe trazia acesso a bens materiais de consumo. Apesar de não viver dificuldades financeiras para satisfazer necessidades básicas como alimentar-se, ter moradia, estudar e vestir-se, compreende que os sentidos apontados nessa sua inserção passam pelos desejos de possuir bens de consumo como roupas. Tanto que Paulo afirma que no roubo o que lhe interessava era o dinheiro:

*“Num assalto só que eu trouxe óculos e um boné. Eu nem gostava. Eu ia logo no dinheiro porque eu mesmo com o dinheiro que eu pegava, eu comprava pra mim. Ia na feira e comprava pra mim”.*

*“Tem gente que já rouba por precisão, eu já roubava por, pra andar com dinheiro no bolso e roupa bonita e aventura. Pra mostrar que eu tinha”.*

Paulo reafirma tal construção subjetiva do roubo quando justifica que, ao entrar no Exército, os roubos cessaram. Persistia o uso de drogas que lhe oferecia a experiência subjetiva do prazer antes tão marcado no contexto intenso do modo de viver do ‘mundão’ da ilegalidade. Paulo afirma que refletia: *“No Exército tá a mesma coisa’. Quase a mesma coisa só não tava roubando... Porque eu tinha dinheiro todo mês tranqüilo!”.*

A Sra. Joana se coloca nesse processo como mediadora que proporciona a Paulo, a interpolarização de aprendizado, a partir da troca de seus valores, nos quais está imersa uma cultura de respeito ao outro e de resistência ao sofrimento com uma postura de enfrentamento, por exemplo, pelo trabalho. O trabalho nessa família é construído como atividade em que o homem produz, age e, assim, se transforma nessa relação. Tanto que, atualmente, Paulo foca o trabalho como caminho de conquistas e de realizações de seus projetos, tendo sido o Exército a porta de entrada para essa nova construção subjetiva. Paulo afirma claramente que no Exército apropriou-se da sua profissão de cozinheiro e garçom.

Outros mediadores do processo de novas apropriações subjetivas de Paulo na saída da vivência da transgressão social-legal, quando reassume o controle de sua vida (antes delegado à Justiça e àqueles que executavam sua medida, como psicólogos e assistentes sociais), foram os seus familiares que na relação fundamentada no afeto e nas emoções propiciaram na vida de Paulo ressignificações em seu processo de elaboração de sentidos sobre si mesmo. Paulo relata que sua mãe, no início de seu envolvimento com o crime, não tinha conhecimento à inclusão dele nesse ‘mundão’ e, quando questionado qual seria a postura tomada por sua mãe frente às suas escolhas naquele momento, ele responde rapidamente que seria de uma postura rígida e de clara discordância de seus atos. A mãe de Paulo não assume em nenhum momento a compreensão da história infracional de Paulo de vitimização do processo vivido por questões econômicas, sócio-históricas e emocionais.

*“Hum! Ela (a mãe) nem sabia que eu roubava. Veio descobrir depois... (se desse entregasse na época da transgressão dinheiro para mãe) Ela ia perguntar da onde que era... Se não trabalha aí o pau ia quebrar lá. Ia me bater até... Hum. Nem aparecia não com dinheiro lá. Ela (a mãe) falou que não aceitava essas coisas lá não. Polícia na porta não. Porque ela disse que coisa errada minha eu que tinha que se virar... eu tava errado mesmo. Não tinha que pensar nada. Tava errado. Né?! Eu tinha que reverter”.*

Voltando à questão do roubo como via de acesso ao consumo, Paulo na figura do inimigo em confronto com o amigo, rebela-se como estranho que subverte a vida social e nomina tal como inclassificável e indefinível que toma o lugar do poder pelo impuro e se sente o herói, ou melhor, o anti-herói nesse processo da transgressão (Bauman, 1999):

*“Ele sente o forte, o herói. O Herói Beiramar. Parecendo o Fernandinho Beiramar. Mas depois que acaba o dinheiro não tem mais nada. Aí ele não é ninguém mais. Eu mandei fechar o bar... A pessoa sentir com poder naquela hora lá. A pessoa sentir com poder naquela hora lá. Mas poder, não tem poder nenhum. Na hora você sente que tá com poder. Moral ali, mas não depois que acaba o dinheiro. Tinha muita mulher, ixi. Muita, um bocado. A gente fechava tudo. Era mulher... Cheirava. Drogava”.*

No entanto, como um ser indefinível, essa figuração do ‘herói’ é dada na relação entre o puro e o impuro, e que frente aos valores sociais aceitos está ‘fora do lugar’, tem poder, mas não tem poder. E Paulo, como sujeito estranho, fora do lugar, inclassificável do mundo do consumo, não atinge as exigências mínimas para a sociedade de consumo e é removido do sistema, ganhando o lugar dos ‘consumidores falhos’. Voltando às análises teóricas de Bauman (1998) ele explicita o sistema organizado de separação e eliminação do refúgio do consumismo, tal como no caso dos *shopping centers* que impedem a entrada de consumidores falhos com câmeras de vigilância, alarmes eletrônicos e guardas armados. Em suas atuações transgressoras, Paulo, o estranho, transgredia esses sistemas de refúgio do consumismo, adentrando pela via da atuação infracional para acessar o consumo.

Paulo, pela transgressão, acessou a dignidade humana construída pelo acesso ao consumo. No entanto, ao mesmo tempo, no locus de estranho que deve ser aniquilado ou ao menos expulso para fora desse sistema dos amigos, Paulo foi restringido a seu

lugar de ‘estranho’, sendo que atualmente busca acessar o consumo pela via do estudo e do trabalho que, segundo acredita, lhe possibilitará viver a tal dignidade.

Com a reapropriação subjetiva de novos sentidos singulares fundamentados em sua constituição subjetiva de um sujeito com direitos produz um novo modo de viver que se realiza na relação afetiva com sua família e com o afastamento da transgressão social. A partir dos sentidos pessoais sobre suas vivências, Paulo assume que outras dignidades humanas são possíveis de serem vividas por meio das suas novas atuações frente à vida. Essas outras dignidades estão nos seus pensamentos e planos atuais, alguns deles são: a relação conjugal-afetiva (o casamento com Alessandra), a relação cotidiana com sua família, o planejamento de filhos, a realização profissional com reconhecimento econômico para que possa adquirir os consumos sonhados, como casa, carro, roupas e tênis.

Paulo antes pelo atuar por meio da execução de atos infracionais, tornava-se momentaneamente visível, mas ao estar imerso nos processos do ‘mundão’ da criminalidade com a vivência dos riscos, das prisões e do afastamento da família, tornava-se novamente um ser invisível e indefinível, que emergia apenas pelos registros policiais. Com essa apropriação subjetiva de uma nova visibilidade de si frente aos outros que antes tinham medo dele, aos quais não conseguia pertencer e viver seus projetos de consumo, Paulo assume o lugar de ‘estranho’ que é visível para si.

Pois a visibilidade da transgressão foi para ele invisível, tanto que o dinheiro que adquiria no roubo propiciava-lhe momentos instantâneos de dignidade humana com poder e pertencimentos sociais circunstanciais e os seus novos sentidos subjetivos elaboram-se na experiência de outros, seus amigos e inimigos do sistema de consumo. Outros estranhos que se tornaram de fato invisíveis com suas mortes, seja no lugar de vítimas ou de autores da violência.

*“Eu não me importo ter tênis de marca não. Ixi eu ligava muito. O meu negócio agora é vou trabalho, agora a roupa que eu tiver dentro de casa é a mais nova que eu tenho e uso. Quando tiver uma condição melhor aí eu compro. E eu vou querer ainda. Aí eu compro mesmo... Olho. Olho, ixi, hoje mesmo eu olhei, falei pra tu que eu fiquei olhando um tênis trezentos e pouco”.*

*“350 (reais, o salário), ainda vem os descontos, aí que fica nada... Esse pouco dinheiro dá pra mim pagar minhas dívidas quase todas... ainda sobra um pouquinho e eu fico tranqüilo ali. Eu posso ficar onde quiser. Porque com 1.000 reais não, eu corro o risco de morrer, ser preso e não vou poder gastar. Posso gastar, mas só que não, o dinheiro, você não vê o dinheiro. Esse dinheiro eu vejo”.*

## Considerações Finais

Considerando o que me propus no início do trabalho, isto é, da problematização do processo de apreensão dos sentidos subjetivos do sujeito jovem com história de transgressão social-legal na contemporaneidade ao desenvolvimento da produção de conhecimento a partir da história de vida de Paulo, impõe-se ressaltar o papel desempenhado do lugar deste informante-chave (González Rey, 2005a). Tal afirmação advém do processo construtivo-interpretativo alcançado a partir das falas singulares do sujeito em relação ao problema de pesquisa estudado, legitimando o estudo pelo desenvolvimento progressivo das inter-relações dos núcleos de significação em conexão com a problemática traçada.

Contemplando que Paulo foi um informante singular, construtor de uma trajetória de vida perpassada pelos sentidos subjetivos dinâmicos e com um movimento de desenvolvimento da subjetividade por meio de contradições e de mudanças intensas no plano social, proporcionou a produção de subjetivações a partir das apropriações vivenciadas em sua história pessoal. Isto quer dizer, o estudo de caso atravessa o fenômeno da juventude e da violência por caminhos entrelaçados na dinâmica de suas ações, pensamentos e emoções.

Acredito que este caso produziu um momento de sentido no curso da produção teórica do fenômeno da juventude em conflito com a lei na contemporaneidade, por meio de história de uma vida, com a qual me deparei, com questões específicas pontuadas nos estudos e nas construções teóricas realizados sobre a temática.

A análise dos processos da subjetividade não pode ser construída a partir de entidades homogêneas, definidas a priori, pois são irredutíveis a fórmulas universais que preconizam a comparação de elementos definíveis (González Rey, 2002). Desta forma, a generalização do conhecimento desses processos complexos se legitima pela capacidade de ampliação do potencial explicativo das teorias construídas, portanto considero que o estudo de caso escolhido e analisado sobressai pela sua condição qualitativa de singularidade, sendo essa a via de acesso aos processos de construção teórica de generalização.

Observando o desenvolvimento dos três núcleos de significação que me permitiram aplicação do método de análise sistematizado e interpretativo fundamentado em um rigor científico (Aguiar & Ozella, 2006). Permito-me afirmar o alcance de compreensões sobre o sujeito iniciado pelos significados e passados para a construção dos sentidos subjetivos do sujeito, articulando eventos psicológicos que o sujeito produz frente a uma realidade objetiva e subjetiva.

Levando em conta tal compreensão de homem postulada pela Psicologia Sócio Histórica, ressalto as possibilidades de construção de lentes com as historicidades do sujeito, permeado por questões ao mesmo tempo singulares inter-relacionado com uma perspectiva de análise macro, contextualizada sócio-econômica-politicamente do homem.

Focalizando o método de análise, afirmo que os meios da construção dos núcleos de significação teorizam sobre o fenômeno da juventude quanto as suas significações sócio-políticas, localizando-as no campo da prática de estratégias genocidas da juventude transgressora, discutindo os significados pré-estabelecidos historicamente pelas legislações referidas aos adolescentes em conflito com a lei e a assistência oferecida a esses sujeitos.

Assim cabe observar que a atualidade do paradoxo brasileiro, com a vivência da contradição da democracia e da violência, está além da proposta de um cuidado tutelar aos jovens sujeitos, confrontada a Roda dos Expostos (Leite, 1991) e ao homicídio declarado a população jovem (Waiselfisz, 2006) em u

Por fim, considerando a análise em que emerge as problemáticas constitutivas do jovem em conflito com a lei, como as mediações vivenciadas no seu âmbito familiar, comunitário, educacional, profissional, afetivo; cabe afirmar que o sujeito pesquisado rebelou-se como estranho e subverte a vida social, tomando o lugar do poder pelo impuro e sentindo-se o herói, ou melhor, o anti-herói no seu processo da transgressão, reapropriando-se subjetivamente de novos sentidos singulares fundamentados em sua constituição subjetiva de um sujeito com direitos que produz um novo modo de viver.

## Referências bibliográficas

Abramo, H. W. (2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. Em H. W. Abramo & P. P. M. Branco (Orgs.), Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional (pp. 37-72). São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Perseu Abramo.

Adorno, S. (2002). Ética e violência. Adolescentes, crime e violência. Em H. W. Abramo & M. V. Freitas & M. P. Spósito (Orgs.), Juventude em debate (pp. 97-110). São Paulo: Cortez.

Adorno, S. (1999). O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Adorno, S., Bordini, E. B. T. & Lima, R. S. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade brasileira. São Paulo em Perspectiva, 13 (4), 62-74.

Adorno, S. & Mesquita, M. (1999). Direitos Humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar?. Em A. A. Júnior & C. Perrone-Moisés (Orgs.), O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem (pp. 265-289). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Aguiar, W. M. J. (2001). A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (pp. 129-140). São Paulo: Cortez.

Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. B. & Ozella, S. (2001). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (pp. 163-178). São Paulo: Cortez.

Aguar, W. M. J & Ozella, S. (2006) Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Psicologia: Ciência e Profissão, 26, 222-245.

Ariès, P. (1986). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara.

Azevedo, M. S. T. (2000). Adolescência infratora: um rito de passagem. Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Bauman, Z. (1998). O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (1999). Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2004). Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2005). Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bernardes, J. S. (1998). História. Em M. N. Strey et al (orgs.), Psicologia social contemporânea: livro texto (pp. 19-35). Petrópolis: Vozes.

Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (pp. 15-35). São Paulo: Cortez.

Bock, A. M. B. & Gonçalves, M. G. M. (2005). Subjetividade e a dimensão subjetiva dos fatos. Em F. L. González Rey (Org.), Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia (pp. 109-125). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Caldeira, T. P. R. (2000). Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34.

Calil, M. I. A constituição da subjetividade em menino de rua: análise de um caso na cidade de Santos. Teixeira, M. L. T. (2001). Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Campos, G. F. V. A. (2006). Adolescência: de que crise estamos falando? Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Clímaco, A. A. S. (1990). Repensando as concepções de adolescência. Mestrado em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Código de menores Mello Mattos. (1978). Em A. Cavallieri. (Org.), Direito do Menor (pp. 281-323). Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Código de menores de 1979. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. (1989). São Paulo: Saraiva. Série legislação brasileira.

Código Criminal do Império do Brasil de 1830. (1980). Em J. H. Pierangelli, Códigos penais do Brasil: evolução histórica (pp. 165-265). Bauru, SP: Jalovi.

Código Penal de 1890. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. (1980). Em J. H. Pierangelli, Códigos penais do Brasil: evolução histórica (pp. 269-318). Bauru, SP: Jalovi.

Código Penal de 1940. Decreto de lei Nº. 2.848, de 07/12/1940. (1980). Em J. H. Pierangelli, Códigos penais do Brasil: evolução histórica (pp. 449-511). Bauru, SP: Jalovi.

Cole, M. & Scribner, S. (1998). Introdução. Em L. S. Vigotski, A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (pp. 3-19). São Paulo: Martins Fontes.

Constituição da República Federativa do Brasil. (2004). São Paulo: Saraiva.

Convenção da ONU sobre os direitos da criança. (1998). Em M. Volpi (org.), Adolescentes privados de liberdade. A normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal (pp. 35-38). São Paulo: Cortez.

Centro de Estudos e Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP). Projeto homicídios Brasil. Retirado em 27/02/07, [http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/estat\\_homicidios.htm](http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/estat_homicidios.htm)

Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959). Retirado em 27/02/07 da UNICEF Brasil (Fundo das Nações Unidas para a Infância), [http://www.unicef.org/brazil/decl\\_dir.htm](http://www.unicef.org/brazil/decl_dir.htm)

Duarte, N. (2005). O significado e o sentido. Em M. C. Pinto (org.) Coleção memória da pedagogia. Lev Semenovich Vygotsky. Uma educação dialética (pp. 30-37). São Paulo: Segmento-Duetto.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. (2000). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Série Fontes de referência. Legislação, n. 32.

Faleiros, V. P. (1995). Infância e Processo Político no Brasil. Em I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.), A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação

e da assistência à infância no Brasil (pp. 47-98). Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.

Góes, M. C. (1991). A natureza social do desenvolvimento psicológico. Caderno Cedes, 24, 17-24.

Góes, M. C. R. & Cruz, M. N. (2006). Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. Pro-Posições, 17 (50), 31-45.

Goffman, E. (1988). Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Gonçalves, M. G. M. (2001). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (pp. 53-73). São Paulo: Cortez.

Gonçalves, M. G. M. (2001c). Fundamentos metodológicos da psicologia sócio-histórica. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (pp. 113-127). São Paulo: Cortez.

Gonçalves, M. G. M. (2005). O método de pesquisa materialista histórico e dialético. Em A. A. Abrantes, N. R. Silva & S. T F. Martins (Orgs.), Método histórico-social na psicologia social (pp. 86-104). Petrópolis: Vozes.

González Rey, F. L. (2001). La categoría de sentido subjetivo y su significación en la construcción del pensamiento psicológico. Contrapontos, 1 (2), 13-27.

González Rey, F. L. (2002). Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2003). Sujeito e subjetividade. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2004). O social na psicologia e a psicologia no social. Petrópolis: Vozes.

González Rey, F. L. (2005a). Pesquisa Qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey (2005b). O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. Em F. L. González Rey (Org.), Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia (pp. 27-51). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Lane, S. T. M. (2004). A Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. Em S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), Psicologia Social: o homem em movimento (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

Leite, M. L. M. (1991). O óbvio e o contraditório da roda. Em M. Del Priore (org.), História da criança no Brasil (pp. 98-111). São Paulo: Contexto.

Leontiev, A. (1978). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte Universitário.

Lima, L. L. G. & Venâncio, R. P. (1991). O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. Em M. Del Priore (org.), História da criança no Brasil (pp. 61-75). São Paulo: Contexto.

Livro V das Ordenações do Reino – Código Filipino (1980). Em J. H. Pierangelli, Códigos penais do Brasil: evolução histórica (pp. 15-163). Bauru, SP: Jalovi.

Londoño, F. T. (1991). A origem do conceito menor. Em M. Del Priore (org.), História da criança no Brasil (pp. 129-145). São Paulo: Contexto.

Luria, A. R. (1986). Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas.

Luria, A. R. (2001). Vigotskii. Em L. S. Vigotskii, A. R. Luria & A. N. Leontiev (Orgs.), Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem (pp. 21-37). São Paulo: Ícone.

Marcílio, M. L. (1998a). A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. Revista USP, 37, 46-57.

Marcílio, M. L. (1998b). História social da criança abandonada. São Paulo: HUCITEC.

Molon, S. I. (2003). Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes.

Mota, S. B. V. (1989). O lugar da linguagem segundo Vygotsky. Inter-Ação, 13 (1-2), 1-18.

Namura, R. (2003). O sentido do sentido em Vygotsky. Uma aproximação com a estética e a ontologia do ser social de Luckács. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Observatório de Favelas. (2006). Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006. Retirado em 27/02/07, [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatório/arquivos\\_noticias/File/SUMARIO\\_PESQUISA\\_FINAL\\_23%20NOV%202006.pdf](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatório/arquivos_noticias/File/SUMARIO_PESQUISA_FINAL_23%20NOV%202006.pdf)

Oliveira, C. S. (2001). Sobrevivendo no inferno. Porto Alegre: Sulina.

Oliveira, M. K., Rego, T. C. & Aquino, J. G. (2006). Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. Pro-posições, 17 (2), 119-138.

Oliveira, S. M. (1996). Inventário de desvios: os direitos dos adolescentes entre a penalização e a liberdade. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Oliveira, S. M. (1999). A moral reformadora e a prisão de mentalidades: adolescentes sob o discurso penalizador. São Paulo em Perspectiva, 13 (4), 75-81.

Ozella, S. (2002). Adolescência: Uma perspectiva crítica. Em M. L. J. Contini, S. H Koller & M. N. S. Barros (Orgs.), Adolescência e Psicologia: concepções práticas e reflexões críticas (pp. 16-24). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Ozella, S. (2003a). A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. Em S. Ozella (Org.), Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica (pp. 17-40). São Paulo, Cortez.

Ozella, S. (2003b). Pesquisar ou construir conhecimento. O ensino da pesquisa na abordagem sócio-histórica. Em A. M. B. Bock (Org.), A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia (pp. 113-131). Petrópolis: Vozes.

Passetti, E. (1982). Política nacional do bem-estar do menor. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Passetti, E. (1991). O menor no Brasil Republicano. Em M. Del Priore (Org.), História da criança no Brasil (pp. 146-174). São Paulo: Contexto.

Passetti, E. (1995). Violentados: crianças, adolescentes e justiça. São Paulo: Editora Imaginário.

Passetti, E. (1998). O que é menor. São Paulo: Editora Brasiliense.

Peralva, A. (2000). Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra.

Peres, M. F. T., Cardia, N. & Santos, P. C. (2006). Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002. São Paulo: Núcleos de Estudos da Violência/USP.

Pino, A. (1987). A questão do menor e o significado da infância na sociedade burguesa. Educação e Sociedade, 28, 32-50.

Pino, A. (1990). Direitos e realidade social da criança no Brasil. A propósito do “Estatuto da Criança e do Adolescente”. Educação e Sociedade, 36, 61-79.

Pino, A. (1991). O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. Caderno Cedes, 24, 32-43.

Pino, A. (1992). As categorias de público e privado na análise do processo de internalização. Educação e Sociedade, 42, 315-327.

Pino, A. (2002). A psicologia concreta de Vigotski: implicações para a educação. Em V. M. N. S. Placco (Org.). Psicologia e educação: revendo contribuições (pp. 33-60). São Paulo: EDUC/FAPESP.

Pino, A. (2005). Cultura e desenvolvimento humano. Em M. C. Pinto (org.) Coleção memória da pedagogia. Lev Semenovich Vygotsky. Uma educação dialética (pp. 14-21). São Paulo: Segmento-Duetto.

Programas institucionais da Secretaria de Estado de Ação Social. (2002). Secretaria de Ação Social. Brasília. Diretoria de Assistência Social.

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e Juventude - Regras de Beijing. (1998). Em M. Volpi (org.), Adolescentes privados de liberdade. A normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal (pp. 39-52). São Paulo: Cortez.

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade. (1998). Em M. Volpi (org.), Adolescentes privados de liberdade. A normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal (pp. 53-78). São Paulo: Cortez.

Rizzini, I. (1995a). Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Em I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.), A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil (pp. 99-168). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula.

Rizzini, I. (1995b). Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da

Smolka, A. L. B. & Laplane, A. L. F. (2005). Processos de cultura e internalização. Em M. C. Pinto (org.) Coleção memória da pedagogia. Lev Semenovich Vygotsky. Uma educação dialética (pp. 76-83). São Paulo: Segmento-Duetto.

Soares, L. E. (2004). Juventude e violência no Brasil contemporâneo. Em R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.), Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação (pp. 130-159). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Teixeira, M. L. T. (2002). Adolescência-violência: uma ferida de nosso tempo. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Trigo, R. A. S. (2001). O sujeito histórico-cultural: um objeto da psicologia. Contrapontos, 1 (2), 29-36.

Vicentin, M. C. G. (2004). Violência-Resistência: o que as rebeliões dos adolescentes em conflito com a lei nos ensinam. Impulso, 15 (37), 35-48.

Vicentin, M. C. G. (2005). A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec/Fapesp.

Vygotski, L. S. (1998). Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

Violante, M. L. V. (1981). O dilema do decente malandro. Um estudo da identidade do menor institucionalizado. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Volpi, M. (2005). O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez.

Vygotski, L. S. (1997). Obras escogidas I. Madrid: Visor.

Vygotski, L. S. (2000). Obras escogidas III. Madrid: Visor.

Vygotski, L. S. (2001). Obras escogidas II. Madrid: Visor.

Waiselfisz, J. J. (2004). Relatório de desenvolvimento juvenil 2003. Brasília: UNESCO.

Waiselfisz, J. J. (2006). Sumário Executivo. Mapa da violência 2006. Os jovens do Brasil. Retirado em 27/02/07, <http://www.violenciasnascolas.org.br/download/Sum%C3%A1rio%20Executivo%20Mapa.pdf>

Zaluar, A, Noronha, J. C. & Albuquerque, C. (1994). Violência: pobreza ou fraqueza institucional? Cadernos de Saúde Pública, 10 (1), 213-217.

Zaluar, A. (2004). Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Zanella, A. V. (2005). Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. Psicologia & Sociedade, 17 (2), 99-104.

## **Anexos**

## **Anexo 1: Especificações da medida sócio-educativa de Semiliberdade do Estatuto da Criança e do Adolescente (2000)**

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias à escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Os artigos específicos e fundamentais do ECA (2000) que tratam do ato infracional e das medidas aplicáveis ao adolescente com autoria de transgressão social-legal se seguem:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I- advertência;
- II- obrigação de reparar o dano;
- III- prestação de serviços à comunidade;
- IV- liberdade assistida;
- V- inserção em regime de semi-liberdade;
- VI- internação em estabelecimento educacional

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

## **Anexo 2: Diretrizes do programa de execução de medida sócio-educativa de Semiliberdade de Brasília (DF) implementado pela Secretaria de Ação Social em 2004**

Segundo os Programas Institucionais da Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal (2002), o objetivo geral do projeto de execução da medida sócio-educativa de semiliberdade do DF é executar a medida de semiliberdade, prestando assistência integral aos adolescentes, em ambiente favorável à sua reeducação e reinserção sócio-familiar. Como objetivos específicos dispõem-se que visa:

- Realizar estudo apropriado das condições de vida do adolescente e família considerando não só os aspectos sócio-econômicos, como também os aspectos psicossociais, a história delinqüencial e a dinâmica familiar.
- Prestar assistência integral ao adolescente, zelando pela sua segurança e saúde física e mental.
- Acompanhar a convivência cotidiana dos adolescentes, engajando-os em grupos operativos, capazes de organizar e sustentar o funcionamento da unidade, referenciados em um conjunto de normas e regras estabelecidas coletivamente.
- Incentivar, acompanhar e assistir aos adolescentes em suas relações com a comunidade.
- Proceder a matrícula e realizar acompanhamento escolar dos adolescentes.
- Promover o engajamento dos adolescentes em atividades de iniciação

profissional, sócio-educativas, culturais e de lazer.

- Promover e acompanhar a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho.
- Desenvolver contatos e trabalho sistemático com as famílias, visando ao restabelecimento e ao fortalecimento dos vínculos familiares.
- Promover a participação dos moradores vizinhos à unidade no processo de ressocialização dos adolescentes, informando-os e sensibilizando-os.
- Informar, orientar e acompanhar o adolescente e sua família acerca dos procedimentos judiciais inerentes ao cumprimento da medida.
- Mobilizar e acompanhar os recursos comunitários para sua real implicação no atendimento a estes adolescentes e famílias.
- Prestar à Vara de Infância e da Juventude informações periódicas e em situações de intercorrências, acerca do acompanhamento do adolescente e da família.

## Anexo 3: Termo de Consentimento de Pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL



**End.:** Rua Monte Alegre, 984. Perdizes. 05014-901 - São Paulo-SP

**Fone:** (011) 3670 8520

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG n° \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do projeto de pesquisa intitulado - “*Do sujeito contemporâneo: os sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão social-legal*<sup>34</sup>”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora GABRIELA GRAMKOW sobre todos os procedimentos da pesquisa os quais serei submetido, e, que recebi, de forma clara e objetiva, todas as explicações pertinentes ao projeto, os objetivos e suas possíveis conseqüências nele envolvido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem justificar minha decisão, sem e que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento. Não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. A minha participação nessa pesquisa é voluntária. Sei que meu nome não será divulgado, assegurando que todos os dados a meu respeito serão sigilosos conforme a determinação do Código de Ética Profissional do Psicólogo e que as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa.

Receberei uma via deste documento.

Eu concordo em participar do estudo.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2006.

---

<sup>34</sup> O título pode sofrer alterações até o término da pesquisa.

## **Anexo 4: Conversação com Paulo**

### **Participantes da Conversação:**

**G – Gabriela (Pesquisadora)**

**P – Paulo (Sujeito)**

### **1ª Entrevista – 03/10/2006**

**(0 – 1:00:23)**

G: ... Então Paulo meu estudo é isso, conversar contigo sobre a sua vida. Saber de ti. Assumir contigo total compromisso de ética, de respeito a você. Nesse documento que eu trouxe vem dizendo, aonde que, onde eu to estudando. Lá na PUC. Fazendo mestrado na PUC de São Paulo. Tem lá o telefone, se você quiser ligar lá e perguntar: a Gabriela: é verdade?!. Você pode ligar que é verdade. Pra você ter toda a proteção da sua vida que vamos falar de coisas tuas. E a idéia, queria deixar Paulo que meu estudo não é para avaliar a medida sócio-educativa, não é pra avaliar se a semiliberdade é ou não é, o que ela é. É sobre você, sobre enquanto você jovem que tá com 19 ou já fez 20?

P: 20.

G: Fez 20. Quando fez 20?

P: Abril.

G: Abril. Eu pensei que...

P: Quase 21 já.

G: Calma, Paulo, já ta querendo 21.

(risos)

G: E aí a idéia é essa. A gente ir, você, conversando à medida que você for lembrando de você. A gente não teve nunca, nunca fiz um atendimento com você, assim de... porque você já tava saindo (da Casa da Semiliberdade) quando eu entrei. Eu entrei em julho, mas eu lembro que eu fiz um relatório seu de solicitação era em Setembro por aí. E Aparecida (assistente social) já tinha feito um outro que eles tinham negado (a liberação ou progressão da medida sócio-educativa de Semiliberdade), né?! Eu já peguei você no fim da medida (de Semiliberdade). Mas eu tinha o teu prontuário lá. Tenho um pouquinho de informações sobre você que tinha lá. Eu lia lá e eu achava que eu, muita gente fica perguntando de novo e lá na Semi, nossa, vocês vão passando por cada lugar e todo mundo pergunta a mesma coisa: 'pô, pô já falei. Porque eu tô falando de novo'. E vocês têm razão porque deveriam estar todo mundo conectado. Meu trabalho contigo foi de ti acompanhar na liberação da medida. Porque a gente já entendia que já era momento, por que você já tava, já tinha cumprido lá as exigências e tava indo embora, né Paulo?! Então o meu papel era esse. Era esse, lembra? Era ir lá na Vara da Infância, entregar documento, cobrar do promotor os prazos e tal, foi mais isso. Então eu queria, como você quer, você quer, queria ouvir de você, o que você sabe de você, o que você lembra de você?

P: (riso). Sei lá.

G: O que você lembra? A gente pode começar do presente do passado ou do futuro. Na sua, no seu ritmo.

(silêncio curto)

G: Você com seus pais, você bebê. O que você lembra?

P: O que eu lembro?! Eu lembro quando era menor mais. Fazia curso, jogava bola.

G: Isso você tem quantos anos?

P: Eu tinha o que uns 12.

G: Tinha uns 12?

P: 12, 10. Jogava futebol no Sesi, fazia natação tudo (fala com a voz bem baixa). Ai dos 14...

G: Isso você mora com quem com 12 anos?

P: 12 anos eu tava com a Dona Joana. Ainda eu tava morando com ela.

G: Você chama ela de mãe?

P: Chamo. Aí com 15, com 15 foi o ano que eu entrei no CESAM. Comecei a trabalhar no CESAM.

G: Quem foi atrás do CESAM?

P: Foi ela. Aí depois dos 15 foi que eu comecei e sai. Fiquei. Comecei as outras coisas tudinho. Sai de casa, fui morar só.

G: Com 15?

P: Com 15 anos fui morar só. Morava sozinho, mas com um monte de amigo que não é, que não era amigo. Aí que aconteceu esse monte de coisa (riso curto). Fui parar na Semi, no CAJE. Tudo. Todo lá aí. Essas coisas tudinho. Droga, assalto, tudo. Ah...

(silêncio)

G: É difícil falar dessa época?

P: É.

G: O que é difícil?

P: Não sei.

G: Tá nervoso? É triste?

P: Um pouco nervoso. (risos).

G: Por isso que eu te pedi pra gente fazer vários encontros porque a gente vai aos poucos no ritmo teu, no meu também. Tá, então, deixa eu pensar: Então a dona Joana é sua mãe. O teu pai?

P: Meu pai...vive mais em Minas Gerais, mas tá aqui em Planaltina.

G: Mas ele é o marido da dona Joana?

P: Não.

G: Me explica isso aí.

P: Porque quando eu era menor, ele achou melhor eu ficar com ela.

G: E ele conhece ela? Como que é?

P: Não. Quem conhecia era a minha mãe mesmo. Ai...

G: Quem era sua mãe mesmo?

P: Minha mãe mesmo já morreu, a Iêda.

G: Iêda.

P: Quando eu tinha 8 anos. Ela morreu e eu fiquei com essa família.

G: Você morava em Minas ou morava em Brasília?

P: Aqui. Morava em Brasília. Meu pai também é.

G: Você nasceu aqui?

P: Foi. Meu pai e minha mãe de verdade...verdadeira mesmo.

G: A dona Iêda e quem mais? Quem é teu pai?

P: O seu José.

G: Iêda e José. Eram casados?

P: Não lembro. Não sei a história toda. (voz baixa)

G: Não! O que te contam?

P: Ué conta que ela me deu pra ele. Ele já era separado. Pra ela. Os dois já eram separados. E até hoje eu tô aí.

G: Então a dona Iêda e o seu José eram separados. E ela que te deu para dona Joana?

P: Foi.

G: E o seu José concordou com isso que você ta falando?

P: (sim).

G: Hahã.

P: Até hoje eu tô lá com ela.

G: Você sempre diz que a tua mãe era a Iêda...Que o seu José era seu pai biológico? Assim que a gente fala: 'Pai que te fez, mãe que te fez'.

P: (sim)

G: Então com 8 anos que você vai morar com a dona Joana?

P: Não. Fui morar...com 8 anos que ela morreu, a minha mãe. Fui morar lá com 9 meses.

G: Ah, você foi bebezinho morar com a Joana.

P: 9 meses.

G: 9 meses. Então...

P: Com 8, ela morreu.

G: Com 8 anos, ah entendi. Peraí. 9 meses você foi morar lá.

P: Eu fui pra lá.

G: Com a Joana, certo. E só com 8 anos que a Iêda morreu?!

P (sim)

G: Morreu de que Paulo?

P hum.... (fala bem baixo) (silêncio)

G: Você sabe de que ela morreu?

P: Eles falaram lá ué (fala enrolado)

G: Hã?.

P: Eles falaram pra mim. (fala no tom padrão) Mas eu não gosto de falar não. (fala baixo novamente).

G: Não gosta. Hahã. Se você quiser falar pra frente.  
(silêncio)

G: Ela, dona Joana sempre morou na Ceilândia?

P: Hahã.

G: Sempre. E dona Iêda também morava na Ceilândia?

P: Hahã. (ainda fala baixo)

G: Pertinho Paulo?

P: Pertinho. Lá...(volta a falar em tom padrão)

G: Como era?

P: Ela morava na cinco e gente na oito naquela casa.

G: A casa é a mesma casa de sempre! Aquela que eu conheci (realizei uma visita domiciliar na casa da mãe dele antes de sua liberação da Semiliberdade).

P: Aquela. É aquela mesma.

G: Foi bebê pra lá e ficou até homem lá.

P: A minha mãe mesmo morava na cinco. Do lado. Na outra quadra.

G: É pertinho.

P: Ai ela ia me...de vez e quando me pegava pra ir pra lá que eu lembro. Ia eu e minha irmã.

G: Como que eram esses encontros?

P: Ela ia lá pra me pegar. Eu não queria ir.

G: Não?

P: Não sei pôr que (fala baixo)  
G: Você e sua irmã? Que irmã?  
P: A Cláudia. Filha da dona Joana. Porque sempre quando eu ia pra casa da minha mãe. Ela mandava a Cláudia também.  
G: Tinha que ir junto! Porque ela mandava a Cláudia junto?  
P: Acho que era pra vigiar se fazia alguma coisa comigo. (risos)  
G: A dona Joana é danada. Ela é ali. E ela permitia...a dona Joana deixa você ir?  
P: Hahã.  
G: Teve alguma vez que ela falou: ‘Não vai! Não vou deixar você ver meu filho!’  
P: Eu não lembro. Eu lembro que eu ia, mas que eu não queria ir.  
G: Não queria ir. Você consegue imaginar por quê?  
P: Não sei. Acho que quando ela vinha lá eu já...eu lembro quando eu era pequeno quando ela vinha eu me escondia. Ficava debaixo da cama pra não ir. Mas eu não sei o porquê.  
G: O que te contam da dona Iêda?  
P: Que ela me deu pra ela pra dona Joana. E morreu depois. (fala baixo).  
G: E você tem sete anos ali de vida?  
P: Foi.  
G: Sete anos é muita coisa, né?! A gente que...tu tem 20, eu tenho 25. Sete anos pra você são quase 10...metade da sua vida! Você já alguma vez conversou com alguém sobre isso Paulo?  
P: Nunca conversei não. (Fala bem baixo)  
G: Não conversou porque nunca te perguntaram? Ou porque nunca teve espaço ou porque...  
P: Eu não gosto. Não acho que não cabe.  
G: Não cabe. Essa é a palavra.  
P: Conversar sobre ela.  
G: Vou te respeitar. Vai me dando o...  
P: Não é mais porque...  
G: Vai me pondo o ponto final: ‘Oh, Gabriela, hoje não’. Tá bom. A gente vai mudando tá?  
P: Nunca conversei.  
G: Nunca conversou com ninguém. Nem com a sua esposa?  
P: Não.  
G: Nada. Ela não te pergunta?/  
P: Não. Ela sabe de tudo. Mas eu não considero ela como minha mãe não. Minha mãe é aquela que me teve na origem. Foi que me criou.  
G: Mãe fez o que por você?  
P: A Minha mãe. Foi a que me deu educação que me ensinou tudo. Me ensinou a fazer as coisas tudo. Aprendi a fazer as coisas. Aprendi a lavar banheiro. Fazer comida. Puxão de orelha também. Ir pro colégio e estudar. Porque se não fosse isso eu não estaria hoje, né?! Deixa eu ver...  
G: Vivo?  
P: Porque eu lembro das coisas que eu tinha tudinho e larguei por causa de besteira que não tinha nada a ver.  
G: Hoje você tá olhando assim!  
P: É.  
G: Sempre pensou assim?  
P: Não. No começo. No começo quando eu fui eu entrei no mundo, no mundo eu nem pensava em nada não. Acho que era, acho que tudo era diversão.

G: Tudo era diversão!  
P: Tudo era diversão. Depois que começa a fazer falta.  
G: O que faz falta?  
P: O que faz falta é tudo que eu perdi. (fala alto)  
G: O que você perdeu?  
P: Dos 15 até 18, 19, pode se dizer. Dos 12?! Não. Foi dos 13 até 18 pode se dizer. Perdi estudo, perdi um monte de coisa.  
G: Perdeu estudo...  
P: Era pra mim ter terminado. Já tá trabalhando tranquilo. Agora que eu tô correndo atrás.  
G: Correr atrás que é...  
P: Correr atrás do que eu não fiz.  
G: De algo que ficou pra trás. O que mais? Estudo! O que mais que você perdeu? Que você tá dizendo que perdeu.  
P: Acho que foi só estudo mesmo e só. Eu acho mais estudo.  
G: Mas hoje que nem você disse, você está correndo atrás.  
P: Tô correndo. Tranquilo.  
G: Me conta de hoje, como que você tá hoje Paulo? Me fala quem é o Paulo hoje.  
P: 100%. Muito diferente.  
G: Diferente?! Diferente do que?  
P: Diferente de antes. Não ando, não fico aí brigando, toca...tocando terror na rua, roubando. Droga. Essas coisas tudinho. Bebo de vez em quando. Mas tenho minha casa, tenho minha mulher. Tenho minhas responsabilidades. Vou trabalhar. Volto do serviço. Não. Comum. Normal. Não fico mais fazendo as coisas de antes. Estudo de noite. Tranquilo.  
G: Paulo de hoje é esse rapaz que casou. Tá casado há quanto tempo?  
P: Tem um ano. Dia 25 agora. (outubro de 2006).  
G: Dia 25 faz um ano já. 25 de outubro?  
P: (sim)  
G: E como é que foi? Você conheceu essa moça...Me conta dela.  
P: (sorriso – riso curto). Como é que eu conheci ela lá na rua.  
G: Paulo casando...  
P: Como é que foi. Foi quando eu tava passando...eu tava vindo do quartel. Cheguei do quartel. Aí eu me arrumei todinho. Aí sai.  
G: Vindo, mas você tava trabalhando lá ainda?  
P: Tava lá.  
G: Tava lá. Era só visitas de finais de semana, era isso?  
P: Finais de semana eu vinha pra casa. Ai cheguei em casa. Tomei um banho. Me arrumei. Ai falei: eu vou dar uma volta. Fui dar uma volta. Ai encontrei um colega meu. Ele tava com duas meninas...duas moças. Ai já...  
G: Encontrou na rua?  
P: Não. Tava na frente da casa dele sentado. E as duas tava lá. Ai eu cheguei. Conversei com ele e sai: ‘E ai, você tá no quartel?’. Falei: ‘Tô. Cheguei agora esse final de semana’. Passei segunda a sexta, cheguei sábado. Isso foi no sábado se eu não me engano. Conversei com ele muito lá e eu falei: ‘rapá, eu vou ali comprar um vinho’. Porque eu gosto de tomar vinho. Falei: ‘eu vou ali tomar um vinho’ ai ele falou: ‘ah, você vai tomar um vinho’. Aí falei: ‘vou, se você quiser eu tomo uma garrafinha pra nós tomar’. Aí comprei o vinho.  
G: Aí você já tava de olho?  
P: (riso). Não, eu vi ela lá meio triste.

G: Ah! Tava triste?!

P: Tava meio triste ela. Aí eu peguei o vinho. Comprei. Sentei. Aí me apresentei também. Ele apresentou as meninas. Aí eu já conhecia a irmã dela. Mas eu não sabia que ela era irmã da menina que eu já conhecia.

G: As duas eram irmãs então.

P: As duas. Ai eu fiquei lá conversando com eles. Conversa vai. Conversa vem. E contando piada. E ela que tava triste começou a rir. Quando penso que não pronto. (riso)

G: E aí você ficou com ela ali já?

P: Aí fiquei com ela já.

G: A primeira vez!

P: Foi. Aí a primeira vez foi esse dia. Nos outros finais de semana eu vinha, ia na casa dela. Pronto. (riso)

G: Ai foi assim!

P: Fui deixando a bermuda. Uma sandália. Quando pensa que não já tava morando.

G: Isso deu quanto tempo?

P: Acho que uns dois meses. Dois, três meses. Dois, três meses. No final de semana vinha, aí vinha. Aí mudei. Aí eu falei: 'Não'. Aí eu falei bem assim: 'Não. Aqui tá muito pequeno. Tem que alugar uma casa maior'. Que ela queria porque lá aonde ela morava era pequeno. Aí eu procurei uma casa grande. Aí eu achei uma casa grande. Aí eu falei pra ela: 'Pode ir que eu te ajudo no aluguel, nas coisas tudinho'. Aí alugamos Pronto. Já fui. Levei tudo. Já fui morar junto.

G: Então foi nessa hora que você mudou de vez quando você mudou pra casa nova com ela ou você já tava antes?

P: Não eu tava morando na casa dela. Eu dormia lá. (risadas). Mas não tava morando.

G: Dormia mas não tinha uma coisa de dividir as contas...

P: Não, mas eu ajudava.

G: Ajudava.

P: Ajudava. Chegava dava um jeito, fazia as compras, alguma coisinha. Mas não tinha, não era minha responsabilidade, mas eu tava indo lá! Aí foi que eu falei pra ela: 'vamo arrumar a casa'. Fomos morar junto. Pronto. Até agora.

G: Ela morava perto da sua mãe também?

P: Hahã.

G: Porque vocês agora tão morando na rua de baixo. Do outro lado!

P: Do outro lado, do mesmo jeito. Porque ela morava no (conjunto) 'L'.

G: Porque eu fui lá

P: E minha irmã mora no (conjunto) 'L' também na esquina. E minha mãe no (conjunto) 'K'.

G: Sua mãe o (conjunto) 'K' é aqui e sua irmã na esquina aqui.

P: E Ela morava bem aqui do lado.

G: E agora vocês tão morando na rua aqui.

P: Eu moro sem ser nessa de cá na outra no (conjunto) 'G'.

G: No (conjunto) 'G'.

P: Do lado da padaria. Então é isso. Nós juntamos e deu tudo certo.

G: Qual é o nome dela?

P: Alessandra.

G: E ela trabalhava? O que ela fazia da vida?

P: Trabalhava. Trabalha sim. Sete anos que ela trabalha na casa de família.

G: Casa de família. É na mesma casa?

P: Na mesma casa sete anos. Aí fomos conversando. No começo foi meio difícil porque ela é braba (risada).

G: Ela é brava?  
P: Braba, braba, braba. No começo foi meio difícil mais agora tá mais tranqüilo.  
G: Como que era?  
P: Anh...  
G: O que ela fazia? O que tu fazia pra ela ficar tão brava assim?  
P: Não, mas isso já é do instinto dela mesmo. Já era braba mesmo.  
G: Ah tá.  
P: Veio já tinha quando nasceu já. Nasceu já apimentada, eu acho.  
G: Apimentada?  
P: Foi. Aí nós fomos...  
(risos)  
G: Vocês brigavam bastante no início?  
P: Não no início tava tranqüilo. Aí depois no meio, começaram umas confusõezinhas besta. Mas a gente sempre pensava quando a gente parava, tava brigando por causa dos outros. A gente pensava tá errado. Aí quietava. Pronto. Aí eu fui amadurecendo, ela também foi amadurecendo. Mais, pronto, acabou.  
G: Tem quanto tempo que vocês estão tranqüilos?  
P: (risos). Eita ferro. Tá difícil. Quanto tempo? Igual nós falou a gente briga mais por causa dos outros.  
G: Que outros são esses?  
P: Todos esses que aparece que eu não gosto. Pessoa que aparece assim no momento que eu não gosto. Ai eu pego e falo pra ela.  
G: Me dá um exemplo disso.  
P: Uma pessoa que aparece assim na na... e quer ser seu amigo mas ele é aquele amigo que fica inventando historinha. Inventando estória quando pensa que não, acaba eu e mulher brigando por causa de uma estória que ele falou que não tem nada a ver. Uma coisa assim que se tu não pensar se enrola. Aí a gente briga mais, brigava, né. Eu não quero mais brigar por causa disso. Brigar ainda mais por causa disso. Amigo que chega e sai falando uma coisa pro outro e fulano de tal que chegou e tome cuidado, não sei o que. Não tem nada a ver.  
G: Cuidado é ciúmes?  
P: É.  
G: É ligado a ciúmes?  
P: Não, é porque a pessoa fica falando essas coisas já pra ver se eu sou fraco e caio na, já caio na onda deles, brigo com a mulher e quebro o pau pra ele ficar rindo.  
G: Então como se ela tivesse fazendo algo com outro homem?  
P: É de errado, alguma coisa de errado. Mas eu sei que não tem nada a ver isso. Não existe. Aí desses amigos que eu não gosto. Esse final de semana mesmo, esse mesmo que fez essas coisas tudinho foi que apareceu lá na casa da menina lá que eu não gostei. Aí eu fiquei brabo com ela por causa dele. Acabei brigando.  
G: Na sua casa?  
P: Na casa da colega minha. Ele né chegou, aí já peguei já fiquei bravo, falei: 'não, eu vou me embora'. Ela: 'não sei o q, que que foi?'. 'Você ainda tem coragem de ficar aqui olhando pra cara dele? Esse cara aí que já tentou fazer nos separar um monte de vez, e você ainda tem coragem de ficar aí'. Começamos a discutir nós dois que não tinha nada a ver por causa dos outros. Isso não acontecendo mais tá tudo certo.  
G: Aí vocês discutem. Como que é a discussão de vocês? Fala, grita...  
P: É.  
G: Bate, joga....  
P: Não.

G: Joga na parede.

P: Não. É de palavra mesmo. Briga de palavras. Mas tá tranquilo já. Tudo resolvido. É todo mundo tem sua fase ruim. Se não for forte não güenta.

G: Tem que ser forte...

P: Igual o...tem que ser fortíssimo.

G: Igual o que você ia dizendo? Igual?

P: Não nada não. (riso) Nada não.

G: Não?

P: Deixa pra lá!

G: Certo. Depois se você quiser lembrar. Você fala. E aí você me disse que ela tava grávida? (ele me disse isso no último contato que tivemos antes dessa entrevista - dois meses antes - quando ele me ligou e aceitou o convite para participar do estudo e tivemos um breve diálogo sobre como estava sua vida).

P: Tava. Perdeu.

G: Sua irmã me disse ontem. (O meu contato telefônico com Paulo era pela sua irmã já que ele não possui telefone. Como mediadora sempre repassava recados a ele, ou mesmo o chamava até sua casa para que pudéssemos combinar a pesquisa e nos comunicar).

P: Ela perdeu porque ela não pode ter gravidez e trabalhar. Não pode pegar peso. Por isso que eu estou estudando. Tenho que arrumar outro emprego pra ela ficar em casa. Porque senão não vai ter filho. (riso)

G: Ela tem filho, como que ela teve esse filho?

P: Tem duas. Ela teve porque ela tomava injeção. Tem que tomar injeção para segurar o filho. Ela é daquele tipo de mulher que perde filho fácil por qualquer coisinha ela perde.

G: Ela já perdeu outras crianças?

P: Já perdeu.

G: Quantas crianças ela já perdeu?

P: Foi duas que ela perdeu. Uma ela passou um susto e a outra ela disse que tava já com 7 meses. Perdeu também.

G: Então esse é o terceiro, seu filho, o bebezinho que tava agora foi o terceiro.

P: Foi.

G: Como que foi?

P: Ah, eu tava esperando, pensei que tava mas não tava aí pronto. Mas sei lá.

G: Ela tava ou não tava?

P: Tava. Tava grávida. Agora não tá que eu sei.

G: E quando ela perdeu você tava junto com ela?

P: Não, a menstruação dela desceu normal. Normal assim, mas...

G: Porque ele 'sai' né Paulo na menstruação?

P: Foi. Foi isso que eu pensei. Ela falou: 'perdi, acabei de perder'.

G: Você tava em casa?

P: Não eu tava no serviço. Quando eu cheguei do serviço ela já tava sentindo dor também. Ela disse que pegou uma caixa no serviço pesada. Aí sentiu a dor no pé da barriga. Perdeu. Por causa da força de uma caixa que ela subindo escada e descendo escada.

G: E qual foi seu sentimento quando soube?

P: Eu peguei e pensei assim se não era de vim, não sei. Não era pra vim. Alguma coisa. Pensei acho que não era pra vim. Alívio.

G: Alívio! E você teve raiva? Você ficou triste? Ficou feliz?

P: Não. Fiquei um pouco triste, mas depois eu fiquei feliz porque do jeito que a gente tá vivendo já tá meio difícil. Aí eu pensei mais um filho.

G: Você tá falando de dinheiro?

P: É. Aí já ia apertar mais ainda. Apesar que dava pra viver porque todo mundo vive. Mas ia apertar mais ainda. Ai eu comecei a pensar nisso. Foi até melhor ele não ter vindo porque até bom porque eu vejo, eu procuro outro serviço que eu ganho mais, aí pronto. Dá pra mim ficar tranquilo. Ter um filho. Não precisar faltar nada. Ficar pedindo coisas pros outros. Dependendo dos outros. Por causa de dinheiro. Essas coisas.

G: Você tá dependendo de alguém ou vocês tão vivendo por conta?

G: Então tinha isso.  
P: Não era não. Não era por causa disso não. Foi porque eu quis mesmo.  
G: E quem dizia?  
P: O pessoal da rua. Todo mundo.  
G: Os pais dos teus amigos? Os teus amigos?  
P: Os pais e, mais os pais.  
G: Mais os adultos.  
P: Os pais, os pais que ficavam só falando de mim porque quando e não sabiam nada dos filhos deles. (risos). Entendeu?!

G: Ah. Tinha isso também.  
P: Tem. Porque só falavam de mim. Porque eu fazia e todo mundo já sabia. (riso)  
G: Por quê?  
P: Não. Porque já sabia por que eu já passava doido no meio da rua. Então o pessoal já sabia: Ixi, já falava. Metia. Falando de mim. E não sabiam o que os filhos delas, deles faziam. Porque os filhos deles era mais quietinho. Aqueles que faziam bem quietinho e ninguém sabia. Roubava, fazia...  
G: Você não era quietinho?  
P: Eu não. Doido na rua. Aí o pessoal já sabia: 'Ixi tá aprontando, tá aprontando. Olha lá'. Já sabia já.  
G: O que você acha desse pessoal pensar que era porque você não era filho biológico? A Joana não tinha tido da barriga dela?  
P: Não tinha nada a ver. Nada a ver. Acho que também era, acho que sabe o que que era eu também acho que era acho que também tem muita pessoa que sente inveja dos outros também. Porque o que eu tinha lá dentro não era o que os filhos deles tinham. Acho que era mais inveja, olho grande, alguma coisa desse tipo.  
G: Você tinha coisas diferentes?  
P: Eu tinha coisas diferentes dos outros lá, até dos próprios filhos dos outros lá que era de sangue mesmo. Eu tinha coisa diferente. Fazia aula de futebol na escolinha paga, fazia tudo, natação, tinha tudo, escola. Tinha tudo.  
G: Colégio público?  
P: Era colégio público.  
G: Mas tinha...  
P: Mas tinha colégio, tinha tudo. Ia pra todos os passeios, quase todo eu ia. E coisa que mãe, mãe mesmo lá dos outros meninos de sangue não fazia. Ai ficava acho que com raiva: 'o outro não é filho dela e tem tudo'. Alguma coisa assim desse tipo.  
G: Você em algum momento já pensou nisso, você pequenininho: 'ah, filho de sangue. Não é filho de sangue'. Isso tinha o que passava na sua cabeça?  
P: Nada. Eu ficava tranqüilo. Eu não me considerava não ser filho. Eu me considerava filho. Os outros pensava, mas eu não tinha não tava nem aí. Era tranqüilo  
G: E pra tua mãe? Pra dona Joana?  
P: O que que?  
G: Esse papo. O que as pessoas diziam. O que ela falava pra você?  
P: Não quando o pessoal chegava falando lá. Tinha gente que ia lá falar: 'Não que seu filho tá roubando'. Ai ela falava bem assim: 'Você que fica se preocupando com os filhos dos outros, o seu tá fazendo o que?'. Só falava desse jeito, não perguntava nem aí. A mulher, a mãe do menino ia embora, quietava. Porque igual eu falei, eu fazia todo mundo já sabia. Mas tinha os outros filhos que ficava encubado. Achava que era santo e não era. Era pior até do que eu. Aí então, então o exemplo lá que eles pensavam era eu: 'oh lá virou ladrão, tá roubando, não sei o que'. Ai depois que eu comecei a mudar ai. Ai tranqüilo. Nem sinto...o que eu quero mostrar é que eu sou outra pessoa e quero me

levantar e mostrar pra eles que eu fui mais capaz que de reverter do que os próprios filhos deles lá que é de sangue que tá do mesmo jeito. Não estuda, anda pra cima e pra baixo. E eu pelo menos estudo e to fazendo alguma coisa pra mim reverter. É isso.

G: Eles vêem isso ou você acha que continua a falar?

P: Eles vêem. Não eles deve agora, eles vê, mas fica calado. Devem pensar, eles devem comentar: ‘Mudou, o moleque mudou, tá tranquilo agora, não tá mais nas ruas, no meio da madrugada, roubando, mudou’. Deve pensar. Mudei mesmo. Mudei no modo assim da rua. Sair. Me isolei mesmo. Mas conheço todo mundo. Passo. Cumprimento, mas não tenho mais coisa não em andar em fundo, conversar. Eu nem gosto de conversar. Se tiver conversando eu e minha mulher e chegar uma pessoa comentando sobre assunto que não tem nada a ver assim, vim falar assunto ruim na roda, eu não gosto.

G: O que você faz?

P: Eu fico no...eu saio, chamo minha mulher praí, eu não gosto. Eu fico tipo nervoso. Sobe minha pressão, sobe na hora. Eu não gosto de ouvir coisa ruim.

G: E coisa ruim fala do que?

P: É ficar falando ah quando a gente tá conversando sobre um assunto e chega uma pessoa a fulano de tal acabei de dar um tiro nele. Acabei de roubar. Ah, não sei o quem foi preso. Aí assunto que eu não suporto.

G: Eita Paulo. A luz acabou. Ah, voltou. (estava chovendo e faltou luz rapidamente)

P: Coisa que eu não suporto. A minha mulher sabe disso. Quando chega alguém lá ela pega e fala: ‘oh, meu marido não gosta de conversa de rua, essas coisas’. Não gosto. Agora, eu quero coisa nova pra mim. Ficar ouvindo de coisa de passado, coisa ruim.

G: Entendi.

P: Entendeu?! Aí fica só, a pessoa fica lembrando, lembrando, lembrando, a cabeça, a mente, começa a ficar meio desorientada, desregulada por causa dos outros que vai trazer problemas pra dentro da casa dos outros que não tem nada a ver.

G: Então falar do que é ruim...

P: De coisa que é ruim... quando começa a falar de coisa ruim

G: Acaba trazendo ruim pra gente.

P: Coisa ruim pra gente. Que eu não gosto.

G: Eu tô pensando aqui agora o que a gente tá fazendo aqui hoje. Porque a minha proposta pra você, eu queria te dizer uma coisa assim bem claro, que pedir pra você, te chamar aqui e falar Paulo, eu queria a tua participação no meu estudo. Tô querendo entender um pouco a história desses jovens como você passou esse sofrimento por essa vida que não é, é com intuito Paulo. de no fim a gente pensar sobre tudo isso pra pensar em coisa boa, não é pra pensar em coisa ruim não.

(riso de ambos)

G: Tá é pra pensar pra você e pros outros jovens. A idéia do estudo, porque eu vou escrever sobre isso, é de depois, os psicólogos, as outras pessoas que trabalham nessa área pra que a gente e pra sociedade mesmo, pra gente pensar sobre a história dessas pessoas. O que está acontecendo que tantos jovens tão envolvidos com isso. E é preciso ser feito alguma coisa. A idéia é pensar num resultado lá no final da história positiva. Sei que é difícil pra caramba. ...Não quero jamais, te procurar, voltar na sua vida e isso trazer coisa ruim pra você, por favor, pelo contrário. Inclusive fui atrás de você porque você pra mim é um exemplo Paulo, é um exemplo de um jovem que tá aí lutando. Que nem você falou: ‘eu tô correndo atrás, tô lutando, tô dizendo pra essas pessoas que quero coisa nova pra minha vida’. Então eu tô te procurando porque pra mim você representa essa pessoa. Eu acredito e vejo você assim claramente. Só que acaba que pra gente falar, pra você me contar tem todo um antes aí, um passado.

P: É.

G: E que vamos, a gente vai e vem nas nossas conversas. Pra que você saia bem daqui. Queria ficar assim. Paulo eu queria, aí voltando um pouco, vamos falar de hoje. De hoje assim. Então como que é você com as filhas de sua esposa, da Alessandra?

P: Ixi, tranqüilo demais.

G: É tranqüilo. Quanto anos tem as meninas?

P: Tem a de oito e a outra faz cinco.

G: São pequenininhas ainda.

P: Hahã. Tranqüilo. Eu ensino as coisas. Ensino pra elas.

G: Ensina, o que você ensina?

P: A grande já traz dever do colégio, aí eu ensino, a mãe dela também ensina. A pequenininha também começou a estudar. Colocou ela pra estudar também. É desse jeito normal.

G: Elas chamam você de que?

P: (riso). De tio.

G: Tio.

P: Acho que ...não tenho essa informação porque eu nunca perguntei.  
G: Não?!

P: Acho que ela veio grávida.  
G: Não sabe se a menininha é baiana ou brasiliense!  
P: Não sei. Não perguntei.  
G: Então ela mora com a mãe. Então veio a família inteira. Porque você falou que a mãe dela mora aí.  
P: Veio. Ela, a mãe dela, a irmã dela e o irmão dela.  
G: Ela, a mãe dela e o irmão dela. Só são dois na casa dela?  
P: Três. Mas só que a mãe dela mora numa casa. A Alessandra nunca morou, morou um tempinho, mas não mora, nunca morou junto com a mãe dela.  
G: Ah não.  
P: Sempre foi independente.  
G: Independente!  
P: Não mora junto não.  
G: E ela sempre morou, ela teve dois casamentos antes do seu casamento?  
P: Foi.  
G: Você conhece os pais?  
P: Os pais eu conheci mas não sabia que era. Depois que eu me envolvi que eu vim descobrir.  
G: Mas isso você nem conhecia a Alessandra?  
P: Não eu não sabia quem era ela.  
G: Mas aí quando você conheceu a Alessandra que ela já tinha 2 crianças?  
P: Eu não sabia de quem era. Eu sabia que era filha dela, mas não sabia.  
G: Não sabia quem era o pai.  
P: Não, eu conheço os dois.  
G: Você conhece os dois.  
P: Conheço os dois. Ixi.  
G: Mas o cara não mora lá na Bahia como que você conhece?  
P: Não, o da Bahia passou um tempo aqui. Antes deu saber quem é Alessandra. Mas ele já era separado da Alessandra já. Aí voltou pra Bahia. Aí depois de muito tempo ele voltou pra Bahia. Aí que aconteceu esse negócio tudinho que eu contei que eu encontrei com ela.  
G: E o outro? Esse último que foi preso.  
P: Tinha muito tempo que já tava separado.  
G: Já conhecia?  
P: Conhecia.  
G: Você chegou a ser envolvido com ele ou não?  
P: Não. Nada. Já sair uma vez com ele, mas foi pra uma festa, mas não fizemos nada. Eu nem sabia que era pai da menina.  
G: E a Alessandra já então ela chegou a conviver com o rapaz na época que tava envolvido já?!

P: Hahã.  
G: E ela sabia Paulo?  
P: De? Que ele...?  
G: Que o rapaz tava envolvido.  
P: Com negócio, roubo, esses negócios. Saber, ela sabia por que ele chegava com arma lá direto.  
G: Então a Alessandra viveu um pouco isso da sua forma de viver também naquela época. O que ela conta disso?

P: Ah só fala que um dia ela ia ver ele atrás das grades. Fala isso que ia ver preso e tá preso.

G: Foi a primeira vez que ele foi preso.

P: Não sei não. Ele foi preso num monte de artigo. Estourou tudo de uma vez.

G: Mas ele então, ele já é adulto?

P: Ixi ele já velho já. Quarenta, quarenta e pouco.

G: Então vai ficar preso por um bom tempo.

P: Ixi.

G: E a filha sabe?

P: A filha pra ela tudo é diversão, não sabe, não sabe distinguir as coisas ainda.

G: Mas ele sempre ia lá ver a menina?

P: Não. Nunca. Acho que ele não considerava, não sei. Nunca perguntei. Bom, acho que ele não considerava ela como filha não.

G: Mas esse ano que você tá morando com a Alessandra ele nunca apareceu.

P: Nunca apareceu lá não.

G: Nem o outro?

P: Ele só falava, ele aparecia nos bar lá perto e dizendo que ia matar ela.

G: Ia matar ela!

P: A Alessandra se ela não tirasse o nome dele do Fórum por causa da pensão que ela queria da menina (riso curto).

G: Ela entrou com um processo contra ele?

P: Entrou. Quando entrou o processo ele aparecia lá nos bar bravo dizendo que se não tirasse ele ia matar ela.

G: E ele chegou a ser chamado no Fórum? Esse processo teve algum andamento?

P: Tava em andamento. Aí parece que ele foi lá resolveu com o juiz ou juíza. Eu não sei como é que, é com quem que resolve. Tal dia que ele ia pagar. Já tava devendo um muito.

G: Então ele assumiu então.

P: Não ele foi lá.

G: Que ia pagar!

P: Ele falou que ia, mas não pagou. Mas também o dinheiro dele que ele ia dar também não faz falta não. Não faltava não. Ela só fez isso só porque, pela sem vergonhice dele. E num dá nada, não fazer nada. Não dá nada pra menina.

G: De não reconhecer como filho!

P: Não tá nem aí pra menina. Só por causa disso porque eu mesmo falei pra ela, 'botar na justiça pra que? Pra complicar.

G: Ela colocou quando ele? Você já tava com ela?

P: Tava. Aí eu até pensando se ela colocar na justiça ele vai pensar que até eu que tô botando coisa na cabeça dela pra botar, né?! Aí pronto vai dar uma guerra dele comigo e com ela e pronto não vai dar certo. Mas eu peguei e deixei ela: 'Você que vai resolver. Quando você for resolver esse negócio do fórum eu nem vou junto, tu vai, porque tu que tem que resolver não é eu'.

G: Você fez essa diferença. Essa é sua vida.

P: Ela resolve lá o lado dela e eu resolvo o meu. Não quero ter envolvimento nesse meio desse negócio, ficar aqui, entendeu?! É isso aí, pegou ele foi preso agora, pegaram ele agora.

G: Quando que ele foi preso, pouquinho tempo?

P: Dois meses, um mês. Dois ou é um mês.

G: Então agora que vai ficar mais difícil o contato com a menina.

P: Mais difícil, vai.

G: Ele nunca viu a menina?

P: Parece que já viu no começo antes de eu se envolver. Via, mas não dava nada. Depois ele não considera. Não vai ver.

G: E ela pergunta do pai dela?

P: Não.

G: A de oito anos pergunta porque já tá maiorzinha?

P: A de 8 pergunta. A de 8 sabe que o pai dela tá na Bahia.

G: Ela tem no registro da carteira dela o pai dela?

P: Tem. Liga de vez em quando, fala com ele.

G: Ah tá tem um contato.

P: Tem um contato a maior. A pequena não tem.

G: E tu com ele é na boa?

P: Não, tranquilo. Não tem problema não.

G: E na carteira de identidade da outra, certidão de nascimento da mais novinha só tem

P: Morreu, morreu já. Lá de Brazlândia. Tem tia lá.  
G: Tia também.  
P: Tia. Lá de Brazlândia.  
G: Tudo de Brazlândia?  
P: Alguns de Brazlândia. Misturado tudinho. Vai crescendo vai espalhando. Uns pra um lado, outros pro outro.  
G: Dona Joana morou em Brazlândia também?  
P: Hahã. Não. Morou não. Quem morava lá era a mãe do marido dela que morreu. O que é pai de seis.  
G: De seis ou de cinco. Seis. Porque sete e oito.  
P: Seis. Wagner, Gustavo, da Rute, da Ana, da Manoela, cinco, do Edu, seis.  
G: Eu conheço só a Manoela, a...  
P: Rute.  
G: o Gustavo eu falei pelo telefone e a Anita acho que já vi também.  
P: É a Ana. A Ana, aí tem o Eduardo, você não viu a...  
G: Tem o Eduardo também?  
P: Então o Gustavo. Dos homens é o Gustavo, o Wagner e o Eduardo.  
G: E você.  
P: É. Das mulheres: é a Manoela, a Rute, a Ana e a Cláudia.  
G: Não conheço a Cláudia.  
P: A Cláudia é a mais nova. Eu e ela.  
G: Quantos anos tem a Cláudia?  
P: Ela deve tá com...eu tô com 20, ela é 4... 24 é.  
G: É 4 anos de diferença.  
P: 23, 24. 3 pra 4 anos.  
G: E como que é você com seus irmãos por que é um monte! São 8.  
P: É um monte. Ixi tranqüilo demais. Agora eu não tô dando mais trabalho pra eles. Não tem mais, não tem mais com que se preocupar com as coisas assim não. Porque eles sabem que eu não tô mais do jeito que eu tava antes. Tranqüilo. Sabe que eu tô trabalhando normal.  
G: Eles se preocupavam Paulo?  
P: Muito.  
G: O que você acha dessa preocupação deles?  
P: Ah normal. Preocupação de. Preocupação que as pessoas têm porque gosta.  
G: Porque gosta. Se sempre com eles teve... você gosta deles também?  
P: Oh, gosto mais deles do que dos meus irmãos de sangue. Porque quando apare...aparece igual eu sei se eu quiser ter contato eu tenho contato com meus irmãos de sangue que mora aqui em Brasília, em São Paulo, anda aí pelo mundo afora porque tudo mexe com musica, né?!

G: Ah é!  
P: Tudo mexe com música. Eu tive contato com o, com o...  
G: Conta aí quem são os seus irmãos de sangue que você fala.  
P: (riso curto)  
G: É tudo filho da Iêda ou do José?  
P: Não, só da Iêda só eu com o José. Os outros é só de pai.  
G: Só de pai.  
P: Só de pai. Que eu deveria ter considerado eles muito mais, né?! Mas eu não considero muito eles.  
G: Quem disse que deveria?  
P: Que eu não tenho intimidade com eles. Não convivi com eles.

G: Quem que determinou que tem que ser?  
P: Não sei. (riso)  
G: Isso é uma coisa que dizem. Não necessariamente é. E eles, quem são eles? São quantos?  
P: Ixi é o Juliano. O Leandro.  
G: Juliano, Leandro. Só homem?  
P: a Paulinha. Não. O Juliano, o Leandro, o Naldo. Agnaldo. A Paulinha, a Kellen. Sei mais não (riso) que eu conheço.  
G: Que você conhece.  
P: Cinco que eu conheço.  
G: Já encontrou, já viu?  
P: Já encontrei, já sai com eles. Que eu conheço é esses cinco por parte de pai. Só esses. Ainda acho que tem mais. (riso)  
G: Esses cinco é da mesma esposa ou são de mulheres diferentes?  
P: Mesma esposa do meu pai.  
G: É da mesma esposa? E essa esposa mora aonde. É viva, morta?  
P: Um tempo que ela morava lá no P sul...Ao lado da Fundação Bradesco ali.  
G: Sei ali no P sul.  
P: Isso. Por ali. Mas não tinha contato mesmo. Uma coisa que eles viviam a vida deles lá e eu vivia a minha do lado de cá. Uma coisa que...  
G: Era uma outra mãe, né?!  
P: É.  
G: Não era da mesma mãe deles né.  
P: Os meninos já levam o rumo deles pra lá. Já eu aqui desde pequeno. Eles sabiam que eles tinham irmão, eu. Mas eu não ficava atrás não. Fiz aula também lá. Meu irmão era sócio da academia, lá na Beth Lili, na Fundação Bradesco. Eu fiz foi aula lá acho que foi um ano e pouco de teclado, mas nada haver porque não gostava. Sai. E ainda era tudo de graça, era tudo de graça. Meu irmão não cobrava nada.  
G: Fazia com seu irmão? Ele era o professor?  
P: Era ele e o Bené. Aí eles queriam...  
G: Esse irmão qual é?  
P: O Leandro. Eles queriam que eu fosse igual eles, né?! Mexer só com música. Professor de música.  
G: Todos eles mexem com música?  
P: Todos.  
G: O que eles fazem?  
P: Canta. Toca tudo. Violão. Tudo que você quiser eles toca. Canta. Tem Studio. Faz CD. Essas coisas.  
G: E que música eles cantam?  
P: Todo tipo de música. Mas agora o, o meu irmão ele fez um CD.  
G: O Leandro?  
P: O Juliano. Ele fez um CD lá em São Paulo no Programa de TV mesmo ele fez. Só que não deu certo lá.  
G: Ah é aquele Juliano. É aquele né que apareceu na televisão e tal de Brasília.  
P: Foi. Aí ele cantou lá. Fez contato tudo aí depois sumiu.  
G: Não deu certo?  
P: Não deu certo. Deu mole lá. Vacilou.  
G: Deu mole por quê?  
P: Ah disse, não sei, nunca cheguei e perguntei. Não sei diretamente. Mas disse que foi envolvimento com droga.

G: Quem da sua família se envolveu com droga?  
P: Da de lá ou da de cá? (riso curto)  
G: De todas, da que você quiser falar.  
P: Eu tenho meu irmão. Meu irmão que hoje ele é PM.  
G: O Gustavo?  
P: Não o Eduardo. Quando ele era mais novo, igual eu era novo. Ele teve um envolvimento, mas soube sair, sabia que não era aquilo. E hoje é PM. Tranquilo.  
G: Ele foi preso também?  
P: Não. Nunca foi preso. Só ele...  
G: Foi tempo curtinho ou ele?  
P: Foi tempo curtinho.  
G: Ou não foi pego?  
P: Não foi tempo curto. Pá, viu que não era aquilo, saiu. Saiu. Espirrou. Conseguiu.  
G: Dona Joana sabe que o Eduardo....Acompanhou tudo?  
P: Sabe. Deu um trabalhozinho, mas não foi aquele trabalho igual eu dei, né. Deu foi um pouquinho e quietou.  
G: Qual foi o teu trabalho?  
P: Ave Maria. O meu era...hã. O meu foi trabalho demais (riso). Chegava bêbado, chegava drogado, com arma. Dava tiro. Chegava no outro dia e ia ver se eu tinha chegado. Mas eu não brigava. Eu não falava nada.  
G: Com ela?  
P: Com ninguém.  
G: Em casa?  
P: Eles sabiam. Foi descobrindo devagarzinho que eu tava usando. Tinha usado.  
G: O que você usou?  
P: Ixi, eu usei roupinol, maconha...  
G: Começou com roupinol?  
P: Não, começou com maconha. Maconha, da maconha eu fui pra cocaína. Aí já misturou com roupinol. Com bebida.  
G: E merla?  
P: Não. Merla não. Nunca usei.  
G: Porque merla não?  
P: Não sei. Acho que porque o pessoal... acho que é porque era uma droga discriminada. Porque quem usa é viciado já. Dizem. Porque toda droga é vício, é viciado, mas diz que a merla é a que acaba com a vida de todo mundo, disse que é. Aí eu não quis não.  
G: Aí essa você...  
P: Fiquei com medo. Falei: 'Se eu usar isso eu não, aí eu acabo com tudo'. Porque disse que é a pior que tem. A pessoa vende tudo, faz tudo. Aí eu não cheguei a mexer com isso, merla não. Mais roupinol, maconha, pó, cocaína. Lá.  
G: Começou quando Paulo?  
P: Com maconha eu comecei cedo. A primeira vez que eu usei maconha foi a primeira vez que eu roubei. Primeira vez que o menino me chamou vamo ali, vamo ali. A gente fez um assalto nós dois, a primeira vez que eu roubei. Aí foi nesse dia que eu fumei maconha.  
G: Fumou antes ou depois, fumou durante?  
P: Depois do roubo.  
G: Depois. Antes foi?  
P: Tranquilo. Nós fez normal.  
G: Como que foi esse roubo? Você lembra do primeiro

G: Me conta.  
P: Ah eu tava descendo a M Norte. Ali atrás onde era a Semi antigamente. A Semi antigamente era ali em Taguatinga. Na M Norte ali. Aí eu nem pensava em Semi.  
G: Na altura do que da (Quadra) 36?  
P: Era ali. Pertinho. Aí nós tava descendo, isso nós dois descendo de bicicleta e ia descendo mais dois meninos com óculos, todo, óculos, relógio, celular. E descendo. 'Vai ser aqueles dois ali'.  
G: Então foi acaso.  
P: Ele...  
G: Vocês viram e falaram é esses que a gente vai roubar.  
P: É. Ele falou o que nós vê nós leva.  
G: Não foi planejado não?!  
P: Nós tava esperando alguém aparecer. Pra fazer o roubo. Aí foi esses dois apareceram, foram aqueles dois lá. Aí a gente chegou, ele anunciou o assalto. Eu fui pegando o óculos, boné, dinheiro, tudo.  
G: E tava como arma?  
P: Tava. O menino tava armado.  
G: Ele ou você?  
P: Não, eu não tava não. Eu só fui pegar as coisas. Aí pegamo e voltamos. Chegamos os meninos já tava esperando nós. Sabia que a gente ia roubar.  
G: Que meninos?  
P: Os outros lá da roda do que ele já tava, já praticava muito tempo. Eu fui a primeira vez que eu fui.  
G: Ele não era a primeira vez.  
P: Não. Aí eu fui. Chegamos, voltamos. Vendemos as coisas tudinho. Compramos um pouco droga, cerveja, maconha. E pra comprar bebida.  
G: Então a grana foi pra...  
P: Foi a primeira vez que eu fui.  
G: Gastou tudo na droga e na bebida?  
P: Foi.  
G: Ou sobrou algum?  
P: Sobrou nada homi. Lanchamo. Todo mundo já sabe que nós tinha roubado todo mundo fica atrás. Até acabar o dinheiro. Aí foi o primeiro. Aí depois do primeiro eu já acostumei, viciiei e pronto. Tava indo até sozinho. Não gostava nem de roubar com os outros. Ia eu só.  
G: Ia sozinho?  
P: Preferia ir só. Ia ali e volta. O dinheiro era só meu, eu pensava.  
G: E com que tu roubava? Como que era?  
P: Ixi Maria. Roubava mais...roubava mais era de manhã. Ixi de manhã cedo eu gostava de roubar.  
G: Era de manhã?  
P: Só gostava de roubar de manhã.  
G: Na hora que o pessoal tava saindo pro trabalho? De manhã cedo, oito horas assim. Ou não já era 10.  
P: sete e meia.  
G: Mais cedo ainda.  
P: (riso). Acordava cedo. Quando dava de noite eu já tava cheio de dinheiro.  
G: Passava o dia roubando ou?

P: Não. A manhã. Eu saía. Eu já planejava. Aí eu já saía fazendo arrastão já. Sabia que a polícia não rodava de manhã cedo. Eles rodam, mas não roda assim com intenção assim de prender alguém. Dava de manhã, eu já saía fazendo arrastão, tudo que eu via.

G: O que é fazer arrastão?

P: Arrastão. Tudo que vir pela frente.

G: Qualquer coisa.

P: Carteira, bolsa, celular, relógio, tudo. Documento. Tudo que vinha pela frente eu ia pegando. Parando.

G: Mas você tava a pé, você tava de carro?

P: Sempre de bicicleta. Depois que eu fui começando a ir de bicicleta, sempre eu era de bicicleta, aí depois que eu fui começando, depois já fui conhecendo mais gente, mais gente, já foi aparecendo gente de carro, gente de moto. Aí eu já tava indo de carro. Já tava saindo mais de perto de lá. Já tava roubando ali em M norte. Perto dali. Depois já comecei a vim pra Taguatinga.

G: Chegou a roubar no Plano?

P: No Plano eu ia, mas não deu pra ir não. No Plano ainda não fui não. Mas tinha, os caras ia direto, mas eu não fui não. Mas Taguatinga aqui, depois que eu comecei em Taguatinga não queria parar mais também.

G: Por quê?

P: Era só de farra. Era toda vez que vinha era dinheiro mesmo. A gente só pegava logo era de 500 pra cima, 600.

G: Aonde?

P: Por aqui. Era só tu andar. Eu mandava o cara ficar com o carro parado.

G: Como que é?

P: Vamos supor: 'me espera o carro bem aqui, não sai daí não.' Eu vou dar uma volta.

G: A pé?

P: Eu ia de pé. Com a arma na cintura e ia (fala bem baixo).

G: Com a arma?

P: É. 'Aí não sai daí não que eu vou, eu já volto. O que eu vê aqui, que dá valor mais que 500, eu roubo, venho e entro no carro e nós vamos embora'.

G: E o que era, era dinheiro? Você abordava e falava me dá o dinheiro.

P: Dinheiro. Eu tava olhando. Eu tava vendo quem dava uns vacilos. Puxava a carteira, mostrava mais dinheiro assim. Eu via quem tinha e quem não tinha. Pra mim não chegar em qualquer um e dar um bote errado. Ficava esperando aparecer o celular novo que saía na loja.

G: A pessoa que tava andando na rua falando.

P: É mais eu olhava se era o, o que eu sabia que ia dar dinheiro. Porque sempre sai né lançamento. Aí eu ficava vendo que eu sei porque a gente já tem uma segunda pessoa que compra já. Já pega o aqui já chega e vende.

G: Já se livra.

P: É. Já se livra. Era só, ia, o que eu ia, roubava, entrava dentro do carro e sumia.

G: Rouba um e ia pro carro, ou roubava em vários?

P: Não. De carro era só um. Roubava e ia embora. E vendia e quietava. Aí mas quando era de bicicleta que de vez em quando até em Taguatinga quando não tinha carro, os caras sumia. De bicicleta era arrastão.

G: E não pegavam? Como que era?

P: Eu já fiz sete roubos. Um atrás do outro.

G: Esse foi o máximo que você fez?

P: Sete. Eu e outro menino.

G: Aí dois. Os dois de bicicleta, cada um numa bicicleta.

P: A minha bicicleta até estourou o pneu aqui em Taguatinga. No meio do caminho a bicicleta estourou o pneu eu já tava vindo um rapaz já tava vindo em outra e de celular. Eu já peguei já joguei a minha no chão já peguei a dele e o celular dele e já subi, aí fui parando todo mundo que eu via, já ia parando quando chegou no final...

G: Parando pra que?

P: Parando pra roubar tudo. Tudo que eu via. Era eu andar, vamos supor eu andava uns 300, 400 metros, era um assalto. Subindo até chegar.

G: Então peraí eu tô aqui, você para e mostra a arma, eu te dou. Você pede, eu te dou.

P: É. Relógio. Monto na bicicleta e vou embora.

G: E ninguém falava: 'oh, pega ele'.

P: Hã, pela ele, mas tá armado o que vai.

G: Ele nem se mexe.

P: Ele nem. Tá armado. Vai fazer o que. A não ser que for um policial aparecer aí ia ter troca de tiro. ou eu ia morrer, ou o PM ia morrer. Mas eu não pensava que ia aparecer ninguém pra atrapalhar. Pensava que eu ia pegar, chegar em casa, tranquilo. E deu certo desse dia. Foi sete roubos que a gente fez.

G: Sete roubos.

P: Deu dois mil reais.

G: Dois mil reais.

P: Esses aparelhos de celular, carteira, cartão, documento, tudinho, cheque.

G: Tudo né vocês vendiam. Mil reais pra cada um.

P: Talão de cheque. Deu 1000 reais pra cada um. Sete assaltos. Um atrás do outro. Pedestre. Bicicleta. Tudo. Mas aí já comecei, aí foi esse de sete. Vendemos já ficar com dinheiro. Aí fui que eu comecei a pensar mais alto querendo roubar mais coisa alta. Planejando já assalto de pegar esses caras de empresa, essas coisas assim. Mais não dava...

G: Seqüestro?

P: Seqüestro eu pensava, mas eu não, acho que eu não, eu pensava em fazer, mas ao mesmo tempo não. Seqüestro não. Roubo de moto, roubo de carro eu fazia. Direto.

G: Roubo de carro, levava o carro ou levava o que tinha dentro do carro?

P: Roubo de carro eu fazia. Dependendo do como, de como que tá o local. Teve um que eu levei.

G: O carro.

P: O carro só que eu levei só as quatro rodas.

G: E largou o carro?

P: Larguei o carro lá. Até no ano novo. Foi no ano novo. Eu e outros meninos lá da mesma quadra do outro.

G: Pegou o carro aonde?

P: Lá no Setor O. De frente de uma casa de dois andares. Tinha uma festa assim. Eu cheguei entrei dentro do carro, liguei e fui embora.

G: Não precisou quebrar nada?

P: Não, não. Eu fiz a chave.

G: Ah, você tinha a chave.

P: Eu fiz. Eu sabia fazer a chave.

G: É super fácil?!

P: (riso). É, ué. Uma chavezinha pontuda assim.

G: Você entra e o alarme não dispara?

P: Não a gente olha, o alarme geralmente o carro tem aquele pontinho vermelho que pisca. Esse eu olhei e não tinha.

G: Não roubava o que tinha alarme não?

P: O que tinha alarme não. Porque eu ainda não tava com inteligência de desligar o alarme. Já os de hoje já rouba com alarme e tudo. Mas eu já descobri agora como que é. Mas eu já não mexo mais com isso mais. Mas já descobri já que é o fio que passa por cima. Se der o alarme, pega, puxa ali, tora o fio, pronto, acabou. Mas eu não sabia disso por isso que eu tinha medo de roubar carro de alarme. Só roubava sem alarme.

G: E Paulo quais foram todos os tipo de roubos que você já fez?

P: 157.

G: 157 é?

P: Roubo, assalto a mão armada.

G: O que você fazia era pedestre?

P: Pedestre.

G: Que roubava o que: celular, relógio, roupa.

P: Loja, loja também. Padaria.

G: Tênis. Roubava tênis?

P: Tênis eu nunca roubei não. Eu roubava mais o dinheiro, cheque, essas coisas e comprava.

G: Aí comprava.

P: Aí comprava. Nunca fui de pegar. Óculos eu já peguei. Num assalto só que eu trouxe óculos e um boné. Eu nem gostava. Eu ia logo no dinheiro porque eu mesmo com o dinheiro que eu pegava, eu comprava pra mim. Ia na feira e comprava pra mim.

G: Aquele você não...

P: Eu não gostava de pegar roupa dos outros.

G: Por quê?

P: Não sei acho que eu não queria usar roupa dos outros usada. Queria roupa nova.

G: Entendi.

P: Entendeu.

G: Porque queria novo.

P: 155. Roubo de carro.

G: 155 é o que?

P: É furto. Roubo de carro. Carro parado ali, eu chego, abro e tiro o som e vou embora. Não levo o carro.

**(continuação da primeira entrevista) – De 1:00:23 + 53:46**

G: Isso que você tá contando foi o que você fez. O que você foi pego é outra coisa, né?!

P: O que eu fui pego, foi quatro...

G: Você não foi pego por tudo que você fez, né?!

P: (riso) foi quatro 157 só.

G: 4 assalto a mão armada.

P: 4 assalto a mão armada.

G: Porque a gente sabe que é muito mais do que foi pego, né Paulo?

P: Vixi.

G: Chegou a roubar casa?

P: Casa, casa. Já invadi casa pra matar.

G: Por quê?

P: Tava me devendo. Essas pessoas. Pegou dinheiro e não me pagou.

G: Pegou dinheiro pra que?

P: Não. Tipo Dívida. A pessoa me pede dinheiro aqui e não me paga.

G: Empréstimo. Tipo: 'Ah, me dá 200 reais'.

P: É eu te pago e a pessoa não me pagar o dinheiro, aí que tem a me pagar.

G: E achou a pessoa no caso?

P: Achei. Mas o menino, o escapou.  
G: Não matou não?  
P: Acertou, mas não...  
G: Você já foi acertado?  
P: Quase.  
G: Quase. Não tem nenhuma bala no corpo não?  
P: Quase acertou.  
G: E já acertou muito?  
P: Duas. Só duas.  
G: E sabem que você acertou ou não sabem?  
P: Sabe não.  
G: Ninguém sabe. A família dele sabe?  
P: Sabe não que eu ia diferente. Não sabe por que eu ia diferente.  
G: Ia diferente?  
P: Eu ia. Eu não ia do jeito...a pessoa me vê aqui, eu não ia do mesmo jeito.  
G: Tu ia como?  
P: Eu dava um jeito de mudar. Eu ia de cabelo branco. Pintava. Eu tinha...porque aquele tempo tava moda. Eu só andava de cabelo preto, mas quando eu pintava o cabelo branco era pra matar. Que era pra pessoa não me reconhecer, eu pensava. Era o que eu pensava.  
G: Era a sua idéia.  
P: E não reconhecia mesmo não porque até hoje eu passo do lado não sabe que foi eu.  
G: Não sabe. Como que é isso dentro de você porque você sabe?  
P: Ah, é ruim demais. Eu fiquei pensando se fosse eu que tivesse levando. Aí é o pavor levar um tiro. Pavor.  
G: E os motivos do...  
P: Motivo besta. Que eu agora eu penso. Agora é besta, mas naquele tempo o motivo era grande. Tinha que matar porque tinha que matar.  
G: E quais eram os motivos daquele outro tempo?  
P: Mais foi no tempo que eu tava morando só. Aí eu já conheci um monte de mulher. Aquela coisa. Um monte de mulher lá dentro de casa. Um monte de colega. Aí já comecei a andar. Roubava. Andava com pichador, andava com traficante, com grafiteiro, um monte de gente. Lá em casa andava todo tipo de gente.  
G: Morava junto com um grupo? Todos na mesma casa?  
P: Não é viviam lá. Viviam lá, mas quem morava era eu. Chegou a morar...  
G: A casa era sua?  
P: A casa era minha, eu que aluguei. Mas chegou a morar mais gente lá comigo, mas eu não aceitei mais porque não tava me ajudando a pagar aluguel, as coisas. Só eu que pegava. Mas eu trabalhava no CESAM. Trabalhava no CESAM, quando eu voltava do CESAM e fazia as coisas tudinho.  
G: Mas o assalto não era de manhã Paulo?  
P: De manhã. Mas, eu sai do CESAM. Eu ia pro CESAM, mas eu roubava mais de noite e traficava de noite.  
G: Na época do CESAM era menos.  
P: Eu não gosto...Na época do CESAM eu só traficava.  
G: Só traficava.  
P: Aí quando eu sai do CESAM, aí eu comecei, entrei nos roubos, entrei em tudo. Foi tudo numa vez.  
G: E antes do CESAM?  
P: Não, antes do CESAM eu tava, antes do CESAM eu já tinha praticado o primeiro, aí fumei, fumava umas maconha mais quietava, quietei. Entrei no CESAM eu quietei. Mas

depois que eu sai de casa, que eu entrei no CESAM aí que eu virou. Roubava, fazia tudo, arrastão, era tudo. Traficava. Aí tráfico não ganhava, não tava dando certo aí eu...

G: E o tráfico como que foi a entrada no tráfico?

P: O tráfico um colega meu chegou em mim e perguntou se eu queria vender. Era metade minha e metade dele.

G: A grana.

P: Aí peguei: 'Não, agora'. Aí eu peguei, pegava, 200, 100 gramas.

G: De que?

P: Cocaína. Pra vender.

G: Você traficava cocaína. Maconha não?

P: Aí vendia pro bar. Ficava no bar. Sentado a noite todinha. Aí os pessoal já sabia. Chegava em mim: 'Tem cocaína? Tem'. Me dá tanto. Aí eu ia lá pegava e...

G: Já levava aqui ou ia buscar?

P: Não. Eu deixava já lá perto de casa.

G: Mocado assim?

P: Era.

G: Não era em casa não.

P: Eu deixava lá em casa no telhado assim. Dentro dos negócios do telhado. Aí eu pegava, já chegava fazendo tal, já voltava e pronto. Ficava sentado.

G: As pessoas que usavam eram o pessoal que era viciado mesmo ou era a galera da tua rua?

P: Não, era só viciado. Vinha de carro, de moto. Vinha de outro lugar que eu nem sabia, perguntando: 'Não, ele tem'. Tinha uns que eu não vendia que eu sabia que era polícia. 'Não, eu não tenho isso não'. Porque eu sabia já que vinha. Vinha com...

G: Como que você sabia?

P: Eu acho que eu conheço, eu tenho faro.

(risos)

P: Eu tenho faro. Já sei se é ou não é. Aí eu não vendia não. Eu olhava assim: 'Não, eu não tenho não. Não tenho. "Eu não mexo com isso". Não tenho e pronto.

G: Nunca foi pego quando tava traficando?

P: Fui pego uma vez. Só que não foi com cocaína. Foi pego com meio quilo de maconha.

G: Você tava usando ou tava vendendo?

P: Eu tava trazendo pra casa.

G: Pra vender?

P: Pra vender. Pra traficar. Fui pego. Na hora que eu comprei na mão do traficante que entrei num beco foi pego com meio quilo.

G: Mas aí você pagou pro cara ou foi preso?

P: Não, eu paguei o. Eu não fiquei preso não. Cheguei na delegacia. Fui solto.

G: Porque, pagou pro cara?

P: Não, não sei o que que foi, me liberaram. Mandaram eu embora. (riso)

G: Gostaram de você. E te liberaram.

(risos)

P: É.

G: Porque é estranho, meio quilo de maconha.

P: Era um 12.

G: Era um 12.

P: Era pra assinar um 12. Não sei o que aconteceu não. Eles me liberaram.

G: E ficaram com a droga?

P: Ficaram. Eles queriam saber aonde é que eu arrumei. Falei: 'Rapaz, eu não sei'. Aí eu inventei uma história pra não cair lá pro lado do cara. Porque se eles me pegaram aqui, vamos ver, se eles andam mais um pouco eles tinham pegado mais um quilo. Pra cá. Se eles andam e dobram pra esquerda eles pegavam o principal.

G: De quem?

P: Pegava o principal que eu comprei. Aí eles perguntaram: 'Aonde você arrumou isso? Não arrumei em tal lugar. Aí eles me levaram pro outro lado. Foram atrás de outro cara que eu já inventei. Que não existia.

G: E chegou lá não tinha!

P: Chegou e não tinha ninguém. 'E aonde é que ele guarda? Guarda por aí assim oh'. 'E é a primeira vez que vem? Quantas vezes você já veio comprar? Não é a primeira vez. Me indicaram aqui, eu vim comprei'. Aí me levou pra delegacia. Chegou lá, não me bateram, não me fizeram nada.

G: Não te bateram.

P: Viram que não ia descobrir. Eles ficaram pensando: 'Acho que ele deve tá mentindo'. Mas se eles andam assim uns 20 passos assim, eles tinham pegado ele. O principal, mas não. Só que eu pensei, né, na hora. Não, porque eu comprei lá em tal lugar, chego lá, ficou aquele negócio, não achou ninguém, não via ninguém, me levou pra delegacia e me liberou.

G: Você falou de bater, né, Paulo. Nesse tempo todinho que você viveu dos 13 aos 18, você marcou aí a data...

P: Dos 13 aos 18.

G: 19 por aí. Teve, quais foram, teve momentos que tu sofreu violência, que bateu em você?

P: É já. Mas de, quando eu era preso assim?

G: Isso.

P: Ixi. Apanhava. Quando no primeiro que eu fui preso. Foi eu e mais dois de maior.

G: Você tinha 5 né? Você falou que teve... quantos 157?

P: Quatro 157. Acho que mais dois 155. Foi tanta passagem que eu nem.

G: Então você teve 5 passagens, então.

P: Acho que foi cinco. Eu acho que deve ter até mais porque tantos que eu ia e saía que eu nem me lembro qual que eu puxava. Aí apanhava sim. A primeira vez eu fui preso com dois de maior. Só que quem apanhou mais fui eu porque os PMs pensava que eu que era de maior.

G: Ah é.

P: Sendo que os outros dois que eram de maior. E eu era o de menor e eu apanhando.

G: E como que eles não sabiam, eles não viram.

P: Não viram. Nós não tava com documento. E os dois, é porque eles pensou que eles era menor.

G: Era pequeno, era menor.

P: Era menor do que eu. Eles pensava que os dois era de menor. E eu apanhando ali aparecendo igual de maior ali apanhando. Cheguei no... Primeira vez que eu fui preso. Cheguei com as pernas toda inchada.

G: Como é que foi a primeira vez que você foi preso?

P: Ixi foi ruim. A primeira vez que eu fui preso foi no mesmo dia que eu fiz esse arrastão de sete.

G: Do dia do arrastão de sete. E eles pegaram dos sete?

P: Não. Foi assim. Eu fiz sete. Vendi tudo. Deu dois mil. Mil pro menino, mil pra mim. O menino sumiu com mil dele lá, vai estourar com os amigos dele. E eu fiquei com os meus mil. Só que esses mil reais na minha mão ele acabou bem...

G: Mil vivo?

P: Mil reais em dinheiro porque a gente vendeu tudo. Porque a gente sabia os pontos certos. Só que esses mil reais na minha mão, ele não durou nem cinco a oito horas na minha mão.

G: Onde eles foram parar?

P: Foi parar na cachaça, droga, tudo. Tudo. Mil reais.

G: Tudo é o que? Cachaça, droga...

P: Droga. Cocaína que eu tava pagando tudo.

G: Porque você pagava pra todo mundo.

P: Eu mandei fechar o bar. Eu cheguei no bar tava um monte de colega meu, inclusive esse de maior que rodou comigo. Aí eu mandei fechar o bar.

G: E pagou bebida e...

P: Tudo.

G: E droga pra todo mundo também.

P: Pra todo mundo. Aí quando acabou o dinheiro...

G: Como que era isso? Como que era chegar no bar e 'Fecha o bar'? Como que é?

P: Uai. A pessoa sentir com poder naquela hora lá. Mas poder, não tem poder nenhum.

G: Mas na hora...

P: Na hora você sente que tá com poder. Moral ali, mas não depois que acaba o dinheiro.

G: Tem mulher?

P: Tinha muita mulher, ixi. Muita, um bocado. A gente fechava tudo. Era mulher. Juntava mulher com...

G: Pagava mulher também.

P: Era um monte de mulher lá.

G: Mas tinha mulher que era prostituta ou pagava mulher pra tá junto ali?

P: Não, prostituta.

G: Prostituta que pagava...

P: Cheirava. Drogava. Que andava na rua pra cima e pra baixo na esquina. Aí entrava lá no meio da bagunça, pronto. Pronto todo mundo na bagunça. Mas nesse dia esses mil reais acabou rápido demais. Quando o dinheiro acabou. Aí o menino virou pra mim, o de maior, e falou: 'Não sei o que, eu queria roubar'. Aí eu falei: 'Oxi, roubar pra que, moço'. Aí eu falei, roubar pra que. Mas o meu dinheiro já tava acabando, eu também já tava pensando já, já tava drogado também, já passado. Falei: 'Não, eu tô com arma lá em casa'. Aí eu fui em casa, peguei a arma.

G: Você tinha uma arma que era sua? Não era emprestado?

P: Não, o cara o moleque que andava comigo, ele deixou a pistola com um. E o outro deixou a outra arma menor pra gente.

G: Era o que?

P: Era um 32, assim pequenininho. Ele deixou o 32. e a gente deixou a pistola com ele que ele ia fazer um roubo maior lá na Samambaia num cofre. Como o roubo dele era maior ele tinha que ir com a pistola. Menos risco pra ele de morrer porque é mais seguro levar a pistola e deixou a pequena com nós.

G: Você fala pistola, pistola é o que? É uma arma que...

P: 380 de 21 um tiros. Aí nesse mesmo dia e eu peguei e fui, peguei a arma. Eu tava morando na casa da dona Maria. Ela ainda falou: 'Não, não vai não. O que você quer não sei o que. Uma hora dessa de madrugada'. Falei: 'Não é só pra mim fazer um negócio'. Peguei a arma e fui, aí...

G: E ela sabia que tinha arma lá?

P: Sabia. Que eu guardava sabia, mas não falava.

G: Quem era dona Maria, Paulo?  
P: A dona Maria foi onde eu morei também um tempo.  
G: Eu lembro que você morou lá que lembro que tinha na ficha (D. Maria estava como responsável de Paulo no seu primeiro cadastro da Semiliberdade).  
P: Era a mãe do Ricardo.  
G: A que tinha...  
P: Do Ricardo que tá do mesmo jeito ainda lá em Santa Maria. Tá morando lá.  
G: Ricardo...  
P: O Ricardinho. É a mãe do Ricardo. Tá do mesmo jeito ele. Continua do mesmo jeito.  
G: E ela participava junto das coisas?  
P: De?  
G: De roubo, de usar droga.  
P: Não. Ela não. Mas ela sabia que a gente roubava.  
G: Ela era prostituta, não?  
P: Não. Ela sabia que a gente roubava assim, mas não, ela brigava assim, mas não falava nada.  
G: Vocês davam grana pra ela?  
P: Dava.  
G: E ela aceitava?  
P: Hahã.  
G: Dona Joana aceitava?  
P: Hum! Ela nem sabia que eu roubava. Veio descobrir depois.  
G: Se você chegasse com dinheiro pra Dona Joana o que ela faria?  
P: Ela ia perguntar da onde que era.  
G: E aí.  
P: Se não trabalha aí o pau ia quebrar lá. Ia me bater até.  
G: O pau lá quebra.  
P: Hum. Nem aparecia não com dinheiro lá.  
G: Certo, aí saíram vocês dois.  
P: Eu e o, saiu eu e o menino e já chegou outro de maior. No que chegou esse outro de maior a gente pegou e tava passando no posto de gasolina. Só que a gente tava tão drogado, tão drogado que a gente tava andando com a...  
G: De cocaína.  
P: Tudo Roupinol, misturou tudo, cerveja.  
G: Nossa Roupinol junto, cerveja. Roupinol, cocaína.  
P: Cocaína. Tudo.  
G: Maconha também?  
P: Eu não tô lembrando, mas acho que teve também. Aí foi o que aconteceu, a gente andando lá todo mundo doido e eu com a arma na mão pra cima e pra baixo. E eles vindo atrás.  
G: E andando a pé?  
P: Andando de pé.  
G: De pé pela rua, os três!  
P: De pé, parecendo que nós era polícia da rua. (riso). Pra cima e pra baixo, conversando e aí foi de madrugada. Aí tava assim três rapazes subindo perto do posto de gasolina. Aí eu peguei e falei: 'Eu vou, eu vou anunciar o assalto agora'. Aí eles: 'Demorou, demorou'. Aí os três tavam vindo. Aí eu anunciei o assalto, do que eu anunciei o assalto, dois correu, um ficou. No que os dois correu e o outro ficou que eu botei pra deitar. Os outros dois que tavam comigo já foram atrás dos outros dois e

trouxe. Trouxe e quando trouxe, eu já descontrolado comecei a bater no que ficou, aí batendo, batendo.

G: Batendo dizendo o que?

P: Batendo. Dando porque correu: 'Porque você correu'. Ele: 'Eu não corri'. Eu já tava já bebo já e batendo. Teve uma hora que eu bati que a arma voou foi longe da minha mão.

G: Aí tu foi pegar a arma.

P: Aí fui corri, peguei a arma do chão ainda. Se tivesse caísse do lado dele, ele tinha até me matado. Aí peguei. E tome logo a dar no cara. Aí quando, isso do lado do posto de gasolina e quando a gente pegou...

G: E o povo no posto lá! Aí os caras.

P: Não tinha pouca gente. Já era já de madrugada já uma, duas horas da manhã. Aí quando, quando a gente terminou que pegou bolsa, carteira. Os caras levantou. Que voltou. Aí a gente foi andando normal, não corremos não. Aí a gente tava andando. Aí quando a gente foi andando que eu olho pra trás vinha duas viaturas. A viatura já tava vindo, a gente demorou nós ficou ali enrolando na droga. O efeito da droga porque se a gente tivesse sã a gente tinha feito a gente já tava em casa. Mas a droga foi tomando ali o tempo e gente ficou ali, ficou se enrolando e a polícia já tava vindo. Aí quando eu vi a polícia. Pronto. Aí eu joguei a arma em cima da parada de ônibus, ele não achou não. Aí começou a descer lenha. E bateram mais em mim...

G: Ali mesmo?

P: Lá atrás da parada de ônibus.

G: Eles bateram em você?

P: Foi. Aí começou a bater em mim dizendo que eu que era de maior (de idade) que era eu. Aí as vitimas pegou e viu. Ia ver né. Apontando o dedo: 'Ah, foi os três'. Aí eles me batendo, me batendo. 'Cadê a arma?'. A vítima falou que tinha a arma.

G: Batia aonde?

P: Só aqui oh.

G: Aqui.

P: Só aqui.

G: Mandava ficar em pé?

P: Mandava ficar em pé e batia só aqui.

G: Batia e caia.

P: Na veia. Só na veia.

G: Porque quando bate aqui cai no chão?

P: Caia e manda levantar. Era só na veia aqui. Atrás do joelho. E batendo, e batendo, batendo, batendo, batendo. E o de maior que tava do meu lado, falando: 'Assume logo, assume logo isso aí'. 'Mas oh eu já tô assumindo não tá vendo não'. Aí caia.

G: Eles batendo e vocês se comunicando!

P: É.

G: Pra ver quem vai assumir.

P: Pra ver quem vai assumir. Mas foi os três que tava junto. Aí o PM: 'Cadê, cadê a arma, cadê a arma, cadê a arma?'. Aí eu falava pro outro: 'aí eu falo onde tá a arma'. Aí ele fala: 'Fala onde tu jogou, onde tu jogou?'. 'Tá em cima da parada'. (riso). E eles atrás batendo. Batendo.

G: E eles não escutam?!

P: Não escuta não que a gente ficava falando bem

G: Em código.

P: Falando bem, cochichando. Aí eles lá. Aí tinha hora que os três, os quatro PM se ajuntaram de um lado e nós três ficava conversando entre nós.

G: Vocês ali, ficavam assim?

P: E a gente conversando e comunicando. E eles de longe olhando. Tipo falando: 'Vamos ver o que eles vão falar, senão nós vem de novo'. Aí foi que eu peguei e falei: 'Não fui eu que assaltei tudo'. Mas a vítima falou que foi nós três.

G: Aí a vítima falou foi os três.

P: Não, foi os três. E eu falando que era eu. Já sabia já. Aí: 'E cadê a arma, cadê a arma?' Falei: 'Tá em cima da parada'. Aí o PM subiu e pegou.

G: Ah, você falou. O garoto, o outro que era maior falou pra falar.

P: Falou: 'Pega e acusa logo a arma'. Porque eles iam achar a arma de qualquer jeito e tava quase matando nós lá. Aí pegou a arma!

G: Então eles tavam batendo pra encontrar a arma.

P: Eles queriam a arma.

G: É porque os caras sabiam que você estava armado.

P: Sabiam.

G: As vítimas.

P: Tava batendo mais em mim porque eu que tava armado. Aí eu assumi tudo...o roubo, aí fomos pra delegacia. Chegou na Dele, na DCA os dois tavam quase de menor se passando de menor, quase que desce pro CAJE ainda comigo, os dois de maior. Quase, não sei como, mas eles tavam quase descendo.

G: Porque, mas eles eram de maior?

P: E quem vai saber. Preso os dois eram de maior, eles tavam. Aí deu um rolo na hora que chegou na DCA que descobriu que os dois eram de maior.

G: É porque aí tem as informações.

P: E descobriram. Mas eles iam junto comigo pro CAJE. Aí descobriu que os dois eram de maior, os dois foram pra PAPUDA direto.

G: E chegou lá na DCA como que foi, ficaram os três juntos?

P: Vixi, aí ficou nós três junto.

G: Na mesma cela.

P: Não na mesma cela não. Eu fiquei na celinha, eles dois lá. Aí foi chamando um por um, pegando a documentação porque eles passou lá em casa, deram minha identidade.

G: Ah, passou lá.

P: Passou lá na casa do com a viatura mas não tinha ninguém. Passa em casa.

G: Eles fizeram vocês dizerem onde vocês moravam. E vocês não mentiram não?!

P: Não. Fui lá pegou minha identidade tudinho. Pronto. Aí eu descí pro CAJE, fui lá.

G: Como que foi chegar em casa e a polícia ir lá?

P: Não, mas foi na casa da Dona Maria. Não foi lá na casa da minha mãe não.

G: Você já estava lá.

P: Ela falou que não aceitava essas coisas lá não. Polícia na porta não..

G: Quem?

P: A Joana. Foi lá na casa da Dona Maria. Ela chegou lá, ela já sabia que eu ia ser preso porque chegou de madrugada, ela já sabia.

G: Aí ela?

P: Aí deu! Ela pegou e foi lá. Ficou lá; foi na visita tranqüilo.

G: Ela que foi.

P: Ela que ia nas visitas.

G: Ela foi na DCA?

P: Foi. Aí eu descí. Descí e os meninos foram pra PAPUDA. Ficaram 2 anos e 4 meses.

G: E a Dona Joana não sabia que...?!

P: Sabia. Mas disse que não ia. Porque ela disse que coisa errada minha eu que tinha que se virar. (baixa o tom)

G: Na época o que você pensava? O que você sentia, pensava?  
P: Eu tava, eu tava errado mesmo. Não tinha que pensar nada. Tava errado. (riso baixo e curto). Né?! Eu tinha que reverter.  
G: E você gostava quando a Dona Maria ia lá?  
P: Era bom né. Ficar lá dentro lá e ninguém vim olhar, visitar, tirar tu de dentro do quarto. Ficar lá dentro do quarto. Ela que visitava. Ia visitar o filho dela e aproveitava e me visitava também.  
G: E a Dona Joana nunca foi?  
P: Nunca foi. E nunca vai também. Só...  
G: Ela nunca foi na DCA, nunca foi no CAJE?  
P: Nunca. Ela disse que vai, vai se eu tiver preso injusti...sendo que eu não fiz (riso curto).  
G: Injustiçado!  
P: É injustiçado. Ela disse que aí ela vai.  
G: Ela disse isso pra você?  
P: Ela sabendo ela vai. Mas...  
G: Na Semi ela nunca foi também?  
P: Não.  
G: Você quando foi pro CAJE dessas cinco vezes, quais foram as medidas que tu recebeu? A primeira medida...  
P: LA, LA na segunda, LA na terceira, na quarta eu ia pegar LA só que eu não peguei porque o promotor, foi a promotora...a promotora ela parou o julgamento.  
G: Parou o julgamento?!  
P: Ela parou na hora. Porque a última vez que eu fui preso. A penúltima vez que eu fui preso, ou foi a última....a última vez que eu fui preso foi com o filho dela lá na Santa Maria.  
G: Com o filho da Dona Maria?  
P: Filho dela, outro de maior e mais dois de menor, foi tudo de uma vez lá na Santa Maria.  
G: Três adolescentes e um adulto.  
P: Eu, Ricardinho...três de menor e um de maior que...Foi essa vez que aí, foi essa vez que eu fui preso, outro de maior (fala bem baixo).  
G: Aí você não ganhou LA?  
P: Não. Eu ia ganhar LA. Ela tava falando, o juiz tava falando: 'o Antônio, o Ricardinho. O Antônio...'. Não sei o que, deu pra ele LA, não sei o que, aí falou meu nome: 'W: não sei o que, não sei o que, medida LA'.  
G: Falou.  
P: Falou. Aí o Ricardo não sei o que Semi. Aí a promotora chegou, uma loira e parou tudo.  
G: E falou: 'não'.  
P: Não. Parou tudo. Aí o juiz falou: 'vamos ter uma pausa de cinco a dez minutos'. Parou o julgamento e saiu. Voltou. Aí o juiz voltou e falou: 'Paulo Semi e Ricardo LA'.  
G: E você?  
P: Aí, eu fiquei meio besta aí falei, mas ué: 'Eu ia embora pra casa, agora vou ter que ir pra Semi. Ixi o pessoal falou: 'Ixi, Semi vai ter que puxar Semi, não sei o que'. Aí eu fui pra Semi.  
G: Dali foi pro CAJE, do CAJE foi pra Semi.  
P: Foi.  
G: Então só na última vez que você foi pra Semi então.  
P: Foi.

G: Nas outras quatro vezes você pegou...  
P: LA.  
G: LA. E porque eles te davam LA?  
P: Não sei.  
G: Alguém, alguma vez, algum...  
P: Eu acho que me davam LA porque eu estudava também. Eu roubava, mas estudava. Sempre estudava. Aí eles sabiam que eu estudava tudo, aí eles dava chance, dava chance, foi me dando chance, quando chegou ali, falou: 'não, não vou dar mais chance não.'  
G: Alguém te disse ou você que acredita que era assim?  
P: Me deram LA. Eu falava. Não, eu falava: Se ele falava: 'O que você faz? Eu estudo, mas, eu roubo. Aí me liberavam. 'Eu estudo, mas eu roubo'.  
G: Algum juiz algum promotor, algum advogado disse pra você: 'Você tá recebendo LA porque você estuda'...  
P: Não. Dava LA! Porque ele pensou que tinha que dá LA, aí eles dava.  
G: Ele não explicava pra você?  
P: Não. Falava, ouvia o, lia lá tudo o artigo, os artigos todos. Falava tudo lá. O laudo todinho lá do roubo. E dava no final dava LA.  
G: Dava a medida.  
P: Dava a medida LA. Aí eu ia embora. Aí na Semi que eu vim descobri que eu peguei, eu peguei LA na última, aí alterou tudo lá e deram Semi pra mim. Eles me...  
G: Você já tava de Semi?  
P: Não. Não tava de Semi, tava de LA. Eles me deram Semi foi que a promotora parou e voltou que eu tava de LA, eu tinha, o juiz falou: 'LA' e voltou e mudou tudo. Deu LA pro Ricardo que era filho da Dona Maria.  
G: Que ia receber Semi.  
P: Que ia receber Semi e me deram Semi por causa que eu tava morando com ela, mas não era minha mãe. Eles achou melhor me dar Semi que era pra mim reeducar melhor. Eles pensaram assim.  
G: E você vai morar com...ai você vai pra Semi, você vai pra Semi com idade Paulo?  
P: Com...fiquei um ano e...fiquei quase dois anos na Semi. Então eu fui pra Semi com 17, 17, 17 e uns quebrados. Foi 17.  
G: Você vai e continua morando com a Dona Maria.  
P: Foi continuei, e ela explicando as coisas e eu quietando. Tava vendo que não tava dando certo. Quietando um pouco. E fui mudando. Aí depois fui pra casa da minha irmã em Brazlândia. Fiquei lá tranqüilo.  
G: Eu lembro. Qual foi a irmã que você morou em Brazlândia?  
P: A Ana. Fiquei lá em Brazlândia mô tempão. Aí lá de Brazlândia eu voltei a morar na minha mãe.  
G: Foi eu lembro. Lembra que a gente foi fazer aquela visita domiciliar?!  
P: Foi aí que eu...  
G: Fui contigo lá em Brazlândia. Aí a gente não achou sua irmã.  
P: Foi.  
G: Aí eu falei: 'Vamos lá na casa da sua mãe!'.  
P: Foi quando eu comecei a morar na casa da minha mãe de novo. Tranqüilo. Trabalhando. De boa. Aí foi depois de muito tempo eu entrei no Exército aí fiquei tranqüilo, estabilizei. Aí foi que agora eu sai porque eu casei, pronto. Tô morando junto.  
G: Mas e quando você tava na Semi você continuava?  
P: Quando eu tava na Semi eu continuava, mas não tava do mesmo jeito.  
G: Não fazia sete de uma vez!

P: Não, doido. Eu ia de vez em quando ainda ficava arrependido ainda de ter ido. Não tava mais doido querendo ir mais.

G: O que era isso?

P: Não sei o que era.

G: O que tava mudando?

P: É porque eu tava fazendo curso. Eu tava estudando lá. Só não tava trabalhando. Depois eu comecei a trabalhar. Aí eu comecei a ficar tranqüilo. Acho que tava faltando era isso.

G: O que faltava?

P: Faltava era isso mesmo. Foi meio curiosidade, eu entrei tudo, vi como que era. E Graças a Deus conseguir sair. E um monte de gente me ajudou também. Fazia curso, tinha meu lazer, trabalhava. Aí pronto fui saindo devagarzinho. Consegui.

G: E quando tu vai pro Exército, como que é ir?

P: Eu tava na Semi.

G: É. Tava, aí você foi pro Exército.

P: Foi.

G: Mas aí você saiu? Você saiu e depois você foi pro Exército.

P: Foi. Aí eu entrei no Exército e fiquei lá. Também já peguei outras experiências também diferentes. Vi outro mundo, outro mundo. Já vi outro mundo também diferente.

G: Que mundo era o Exército? É isso que eu tô te perguntando. Como foi viver no Exército esse um ano e meio é? G: Porque, foi uma mudança radical?

P: Da Semi.

G: Você sabe de uma Semiliberdade. Querendo ou não, você usou a palavra, bem o que eu imagino mesmo o mundo do Exército. Me conta um pouco desse mundo aí.

P: Ixi, eu acho que se eu não tivesse passado por essas coisas tudinho de Semi, esses negócio tudinho. Lá no Exército acho que eu tinha sofrido mais um pouco ainda. Não sofri porque eu já sabia que eles...Lá dentro é bom tem conhecimento, você aprende muita coisa, mas lá dentro é a mesma coisa que você tá no meio de um monte de...de traficante.

G: Jura, me explica isso.

P: É a mesma coisa. Lá tem muita gente boa, os pessoal ensina. Você entra, você se envolve se quiser. Lá dentro, lá dentro tem pessoa que rouba.

G: Tem de tudo.

P: Dentro do Exército. Tem traficante dentro do Exército. Tem tudo dentro do Exército.

G: Inclusive se unem lá pra fazer as coisas...

P: É uma Semi pode se dizer.

G: É uma Semi também.

P: O Exército é uma Semi.

G: O Exército é uma Semi (fala baixa)

P: É uma, uma boa, uma coisa que o adolescente tem que passar com 18 anos. Tem que ir lá mesmo, né. Mas tem outros que não consegue nem entrar. Já é dispensado. Eu já consegui entrar e vê como que é lá dentro tudo. Eu entrei...

G: Você queria entrar?

P: Eu queria entrar.

G: Qual que era o teu pensamento?

P: Ah, eu pensei entrar e vê que que ia acontecendo, o que ia acontecer mais pra frente com a minha vida. Melhorou 100%.

G: Mas você esperou o quê do Exército? Você falou: Eu vou lá fazer, a gente vai pra uma coisa pensando alguma coisa, né.

P: Eu fui, eu falei...

G: Porque isso foi uma escolha você ir.

P: Eu falei, eu pensei: Eu vou pro Exército pra mim melhorar mais ainda a minha mente, né. Se eu não fosse forte eu tinha piorado lá. Porque lá é a mesma coisa que eu tá no meio da rua.

G: É a mesma coisa.

P: Tem bandido, tem tudo lá. Tem droga. Tem tudo. Eles, quem...É que eles não sabem. Saber sabe, mas fica acobertando por dentro. Não mostra, né. Tem muita gente lá dentro, tem drogado, tem 157, tem gente que faz homicídio, tem tudo. Mas tem o outro lado se você não levar de conta esse lado, você ficar só ali quietinho no seu canto ali e não se envolvendo. É o Exército é tranqüilo. Uma vida tranqüila.

G: Você entrou tranqüilo, ou foi ficando tranqüilo?

P: Eu entrei tranqüilo aí fui conhecendo devagarzinho. Pedaco por pedaco.

G: Aí você foi conhecendo e foi fazendo o que com isso?

P: Fui conhecendo, fui vendo as amizades, saia pra festa, pra boate e fui conhecendo quem era quem. Fui descobrindo. Aí foi que eu fui ver: 'Não, eu sai de uma Semi, entrei no Exército se eu não melhorar aí e aqui no Exército tá a mesma coisa.

G: Então você tava fazendo a mesma coisa no Exército.

P: Quase a mesma coisa só não tava roubando.

G: Não!

P: Só não tava roubando.

G: Não roubou nada?

P: Porque eu tinha dinheiro todo mês tranqüilo!

G: Porque tinha dinheiro.

P: Aí eu não roubava não. Não rouba não mais.

G: O roubo então era pelo dinheiro?

P: Hahã. O roubo era mais dinheiro. Aí...

G: Tinha mais o que, roubar dá o que mais que o dinheiro?

P: Ah, sei lá. No começo dá é aventura. Acho que é aventura.

G: Aventura.

P: Aventura. Tem gente que já rouba por precisão, eu já roubava por, pra andar com dinheiro no bolso e roupa bonita e aventura. Pra mostrar que eu tinha.

G: Pra mostrar que tinha.

P: Essas coisas. Aí eu fui vendo que não tinha nada a ver.

G: E o que teve no Exército que você falou: 'Roubar eu não roubava'. O que você fazia lá?

P: Lá no Exército eu trabalhava tranqüilo, meu serviço era certinho. Certinho.

G: Que era na cozinha.

P: Era na cozinha certinho, mas tinha os frevo, droga. Rolava droga do mesmo jeito. Só não roubava.

G: Lá dentro ou no final de semana.

P: Lá dentro não rola solto porque sempre tem um, se a pessoa vê vai preso lá dentro. que lá é pior. Mas rola, tem, eles traz, mas não, ninguém acha.

G: Você usava lá dentro ou não?

P: Eu cheguei a usar três vezes lá dentro só.

G: Pouco assim...

P: Três vezes lá dentro isso em um ano e pouco. Eu usava era só. Porque sabia se falasse pra outro, esse outro ia falar pra outro, outro caia na boca do tenente, capitão e ia preso.

G: Você levava, lá as três vezes que você usou você levou ou era de alguém?

P: Levei. Não, eu levei.

G: Você levou teu!  
P: Levei meu.  
G: E usou sozinho ou usou em grupo?  
P: Usei sozinho. Mas aí teve, a pessoa sabe quando você usa. Teve outro lá que olhou pra mim e falou: 'Oxi o que que tu tem?! (riso)'. 'Tu você usou cocaína?' 'Eu usei'. Aí ele: 'Tu tem? Aí falei rapaz eu tenho aí'. Aí ele ficou doido. Ele também usa, mas ele também usava, mas não assumia. Aí eu peguei foi lá peguei pra ele quando penso que não já tava o Exército atrás de mim lá dentro, os caras da cocaína (riso). O Exército todo.  
G: Pedindo cocaína!  
P: É. Cocaína...  
G: Não é pra te prender não.  
P: ...querendo cheirar.  
G: Querendo cheirar.  
P: Cheirar lá dentro do quartel e eu: 'Meu Deus do céu, pronto'. Quando eu descobri aqui é a mesma coisa.  
G: Aí você se...  
P: Aqui é a mesma coisa. Aí que eu fui, fui me afastando devagarzinho, fui vendo que não tava dando certo, né. Me afastei, usei três vezes, usava, mas me controlava, não...Tinha meu dinheiro todo mês tranqüilo.  
G: Quando você usa cocaína o que acontece com você? Porque cada um é de um jeito né Paulo?!  
P: Cocaína quando eu usava, ixi eu fico calmo.  
G: Calmo.  
P: Calminho. Calmo. Mas...  
G: Você não falava que você ficava doido na rua?  
P: Mas é porque eu misturava tudo. Se usar só uma, não tem problema nenhum. Se eu misturar com outra coisa. Aí já descontrola, a mente já fica, embaralha tudo.  
G: E aí lá no Exército você foi?  
P: Não, eu aprendi muita coisa lá. Aprendi muito a profissão que eu tenho. Aprendi lá.  
G: Você tá trabalhando de garçom!  
P: Trabalhei, ralei pra caramba. E deixei, deixei minha imagem boa lá.  
G: Foi?  
P: Nunca, não tem nada contra eu, ninguém lá e nem a favor. Entrei cumpri meu ano certo e fui me embora.  
G: Você ficou inclusive mais do que um ano!  
P: Foi. Era pra mim ficar um ano. Eu fiquei um ano e três meses. Eles me seguraram ainda. Eles queriam me segurar pra mim ficar 6 anos.  
G: 6 anos!  
P: Só que não tinha vaga.  
G: Puxa Paulo.  
P: Aí eu fui embora.  
G: E você queria?  
P: Eu queria, mas só que depois que eu sai que eu arrumei esse serviço agora que eu vim pensar: 'Ainda bem que eu não fiquei'.  
G: Por quê?  
P: Porque lá não tem, todo mundo que eu conheço não estuda. Só naquele mundo ali parado.  
G: Lá só trabalha!  
P: Era só trabalho. A maioria que eu conheço só trabalha.  
G: E faz outras coisas?

P: É. Festa. Tudo festa.  
G: É muita festa!  
P: Todo final de semana.  
G: Durante...todo final de semana.  
P: Porque é mais fácil, militar pode fazer um empréstimo.  
G: Ah é!  
P: Militar rapidinho tu faz um empréstimo. Seu dinheiro já tá na conta do empréstimo.  
G: Tu fez empréstimo?  
P: Não. Cheguei ver, mas não quis não.  
G: Você ganhava, mas lá você ganhava quanto?  
P: Lá no começo eu tava ganhando trezentos e setenta. No começo, aí eu quando fez um ano aumentou pra setecentos e pouco.  
G: Puxa.  
P: Aí eu fiquei três meses recebendo setecentos e pouco, mas aí eu saí na terceira baixa e vim embora.  
G: E você no trabalho com garçom tá ganhando quanto?  
P: Tô ganhando um salário, trezentos e cinqüenta. Aí vem os descontos, quase nada (riso). Mas fazer o que?!  
G: E você tá procurando o que Paulo? Você falou: 'Tô estudando, Gabriela, porque'.  
P: Tô estudando, tô procurando um...  
G: O que você tá procurando?  
P: Tô estudando pra mim terminar, quero terminar, e eu tô procurando um concurso, alguma coisa.  
G: Concurso de que?  
P: Quero passar num concurso e ganhar dinheiro e...  
G: Concurso de que?  
P: Ixi.  
G: Já pensou? Tá sonhando, né!  
P: Tô sonhando, o que aparecer e eu passar. E eu conseguir passar eu vou lá. Mas eu não sei qual. Tava pensando em bombeiro, mas...  
G: Bombeiro.  
P: Tava pensando em bombeiro ou então vigilante. Disse que é bom vigilante também.  
G: Vigilante de, mas concursado.  
P: É.  
G: Público.  
P: É. Esse do brigadista.  
G: A tua, porque eu sei que a sua irmã a Manoela trabalha no Tribunal. Lá em Brazlândia?  
P: É. Não, ela trabalha na Ceilândia lá perto.  
G: Mudou?  
P: Hahã.  
G: Porque quando eu conheci era lá em Brazlândia.  
P: Era em Brazlândia, depois Sobradinho, veio pra Ceilândia.  
G: Agora tá pertinho de casa.  
P: Pertinho lá do lado.  
G: E o outro é PM. O Gustavo é PM. E o Eduardo faz o que?  
P: PM.  
G: PM também. Tem dois PMs na família.

P: É. Tem o Eduardo PM, o Gustavo. A Manu no Fórum, a Manoela. O Wagner é da Disbrave, ele trabalha na Disbrave. E o, e a Ana agora é do, trabalha no Paracatu senão me engano, mexe no Fórum também, ela passou.

G: Concursada também?

P: Ela passou agora no concurso.

G: E a Rute?

P: A Rute, ela tá fazendo, tá estudando esses concursos aí agora que abriu.

G: Também.

P: Mas o marido dela é sargento da PM.

G: Também então. Então tem três PMs na família.

P: Tem um bocado. Três lá dentro (riso).

G: Era o marido dela que tem a pizzaria que você começou a trabalhar?

P: É que eu trabalhava com ele (Paulo trabalhou nessa pizzaria quando ainda estava cumprindo a medida sócio-educativa de Semiliberdade. Ele era liberado para trabalhar durante três dias da semana nessa Pizzaria à noite).

G: Ah tá certo. Me lembro.

P: Era esse.

G: E PM você pensar em ser ou não?

P: Penso também.

G: Pode ser também.

P: Pode ué. Acho melhor bombeiro (riso).

G: Acha isso por quê?

P: Menos arriscado pra mim.

G: Menos arriscado. Risco em termos de que?

P: Ah, vou andar armado assim não, eu acho que não dá certo.

G: Você tem medo de andar armado de novo?

P: Não, eu não tenho medo de andar armado. É que eu fico pensando porque eu vou trabalhar de PM, vou prender um cara que eu conheço. Porque eu conheço mundo e fundo ali dentro ali. Vou viro PM e agora como é que faz.

G: Quem é...

P: Vou prender o cara?! E tem que prender.

G: E aí?

P: Aí vai virar uma guerra, eles vão vir querer me matar pronto. Minha cabeça vai ser caçada.

G: Entendi já.

P: Aí eu não quero. Bombeiro eu acho melhor não fico arriscado ou então outro tipo. Tem muitas coisas né.

G: Vigilante igual você falou.

P: É.

G: Entendi, você tá falando que o PM tem essa...

P: Pra mim não dá. Se eu fosse pra lá eu também ia querer trabalhar aqui. Se eu fosse trabalhar aqui eu ia. Hã!

G: Você falou de guerra. Agora você falando de policial, me lembrou guerra. Só uma ultima coisa pra gente terminar hoje. As guerras que tu tinha como é que tá hoje?

P: Eu passo do lado. Eu acho que Deus tampa as vistas deles.

G: Ah é.

P: Tampa porque, hoje é, terça. Foi ontem que eu tirei minha bicicleta do conserto. Ontem quando eu fui tirar a bicicleta do conserto, um desses de guerra, passou três, só que no meio desse três tinha um. Se ele tivesse me visto, ele tinha me matado.

G: Ele não viu?!

P: Só que ele passou direto. No que passou direto, eu reconheci ele, mas ele não me viu. Eles entraram e pegaram outro. Eles vieram atrás de outro, mas se ele tivesse me visto também eu tinha ido junto. Mas...

G: Você viu eles matando o cara?

P: Não, eu vi eles subindo. Quando eles entraram na rua. Já começou o tiroteio.

G: E tu pertinho.

P: Eu do lado olhando. Eu sabia que era o cara. Mas falei: 'calma, eu tô ali andando no caminho certo, vamos ver o que dá'. Mas se eu vê eles vim.

G: Tem outras guerras?

P: Tem umas guerras, mas não tem, não influi mais nada não.

G: Essas guerras são perto da sua casa. São longe da sua casa?

P: Tem umas duas perto, mas não. Eles não mexem comigo mais não.

G: Tá resolvido Paulo?

P: Tá resolvido a partir do momento que eu encontrar eles sã, eu acho.

G: Entendi.

P: A partir do momento que ele tiver drogado aí ele já não é ele mesmo. Vai não, quer nem saber.

G: E porque sã não tem guerra?

P: Não sei. Acho que ele pensa, sei lá, acho que não tem coragem de vim fazer.

G: As guerras são de que?

P: Guerra entre quadras! Sempre existiu.

G: Mas tem motivo né. Pode ser tráfico, pode ser que você matou o colega dele.

P: Eles vêm, porque no começo eles vinham na nossa quadra e roubava. E a gente não queria. Então aí começou essa guerra. Eles vinham na nossa quadra e roubava, aí a gente não aceitava. Então a gente descia lá e dava tiro neles.

G: Roubava na quadra deles também?

P: Eles...Não. A gente não, eles que ia roubar na nossa quadra. Que lá toda vez que começa essa guerra que começou de novo só que eu não...

G: Começou de novo!

P: Começou, começou ontem, não tô falando que eles passaram.

G: Ontem que começou.

P: Que pegaram o menino lá. Deram uns tiros, mas não acertou. Eles não me viram, mas eu sei que era eles tudo. Então é isso.

G: E você pensa em mudar dali ou não?

P: Não eu não penso em mudar não. Eu não tô fazendo mal pra ninguém. Mas eu tô andando, tô tranquilo ali não mexo mais com ninguém, quietei. Mas se eles vim tentar fazer e não conseguir.

G: E aí?

P: Aí eu não sei que eu faço.

G: O que você faz pra se proteger?

P: Eu ando...o que eu faço pra se proteger acho que eu ando normal. Vou pro serviço, vou pro serviço trabalho, volto.

G: Você vai de ônibus, vai de bicicleta?

P: Vou de bicicleta. Vou de ônibus.

G: Vai sozinho?

P: Vou sozinho, não tem problema, não tenho medo. Vou tranquilo, eu sei, só não fico ali passando ali nas áreas deles ali. Que aí eles, né. Eu ando no meu rumo, ando no meu limite ali.

G: No seu limite!

P: No meu limite, não passo para a área deles. Nem eles passam pra nossa. Porque se, se eles passar pra lá, já pensa que tá procurando alguma coisa né. Então eu rodo ali. No meu limite tranqüilo ali. Não devo nada pra eles, eles não devem nada pra mim. Tranqüilo.

G: As guerras, não tem nenhuma guerra por causa de dinheiro?

P: Não.

G: Então não tem do que te cobrarem.

P: Se tiver...Não, me cobrarem dinheiro não. Mas eu, se eu fosse cobrar era muito. Mas eu deixei de mão. Larguei de mão. Não tem nada a ver. Não tem mais nada a ver.

G: E a tua esposa, ela é, ela, você avisou dessas guerras ou não?

P: Não. Ela sabe! Porque quando era falavam

G: É né.

P: Ela já sabia.

G: Inclusive ela precisa saber. Tô perguntando isso porque assim como você anda no limite...

P: Ela até pergunta: 'Mas o pessoal falava que tu é brabo, que tu era isso e aquilo? Eu era, ainda bem que tu fala que eu era'. Eu sou calmo.

G: Ela acha bom o que você era?

P: Não.

G: Que você não é mais?!

P: Não, claro que não ela não ia querer ver toda...Ela disse que não visita homem em cadeia. Ninguém. Eu também não quero mais isso pra mim. Já pegou foi uma fase boa que a gente se encontrou: eu quietando e ela também parando de festa.

G: Ela era festeira.

P: Era. A gente já se encontrou no tempo já que foi um parando e outro parando.

G: Ela também usou droga Paulo?

P: Ela já usou. Normalmente não, mas já usou.

G: E já roubou também?

P: Roubar ela não.

G: E tráfico? Tem muita mulher que se envolve com o tráfico.

P: Ela já traficou. (riso). Ela era traficante.

G: É.

P: Ela era traficante.

G: Porque o tráfico tá crescendo com as mulheres.

P: Ela era traficante. Mas não é mais.

G: Parou também.

P: Parou também.

G: Então vocês se encontraram, num encontro de vocês dois.

P: Foi pra quietar mesmo. Pra levar a vida normal. Trabalhar e viver nossa vida, tranqüilo. É isso.

G: Então hoje vamos parando por aqui.

P: Já acabou?!

G: É. Segunda você tem escola, eu não vou atrapalhar. Eu não vim aqui trazer coisa ruim.

(risos)

P: Eu tô com medo dessa pista aí. Meus Deus é chão. Daqui pra lá. (Paulo foi de bicicleta para essa entrevista)

G: Pois é, mas você...é bastante ainda. E eu queria te perguntar você sabe seu horário de amanhã?

P: Não.

G: De quinta?

P: Eu tenho que olhar porque lá na parede (do supletivo) lá tem, mas eu não peguei. Eu só pego, tipo eu vou hoje, aí eu já pego de amanhã. Eu olho o de amanhã. Mas sempre tem o da semana toda, mas na semana pode inverter. Mas eu não sei.

G: Você acha que quinta-feira dá pra gente se encontrar de novo as quatro aqui?

P: Quinta! Tem que olha né. Se eu tenho a primeira ou a segunda aula.

G: Que horas você sai do seu trabalho?

P: Três e meia, três e quarenta.

G: Porque eu imaginei das quatro as seis porque daria tempo de você chegar lá sete e meia. Até sete e meia você chega lá?

P: Acho que dá tempo dá.

G: Você falou pra Alessandra?

P: Falei que eu vinha na Católica.

G: O que ela disse?

P: Nada. Ela falou: 'Então tá bom'. Falei pra menina pra pegar a Mariana no colégio porque não ia dá pra mim pegar hoje.

G: Você que busca?

P: Eu que pego todo dia.

G: Que é a menor ou a maior?

P: A menor. A maior estuda de manha. E a menina pega ela e traz e já leva a pequena de tarde.

G: Que menina?

P: A que nós paga pra olhar elas.

G: Ah, vocês pagam uma moça pra olhar.

P: Por causa que não pode ficar sozinha.

G: Claro vocês trabalhavam.

P: A gente trabalha.

G: Tem que dar comida né.

P: Também já deixo pronto.

G: Ela trabalha aonde a Alessandra?

P: Na M Norte.

G: Não é longe. Ela vai e volta, não dorme?

P: Vai e volta todo dia.

G: Aí vocês se encontram em casa.

P: Eu chego primeiro do que ela.

G: E ela tá estudando também?

P: Não, não quer estudar. Já falei já pra ela, mas ela disse que não tem mais cabeça isso, não sei o que. Eu chamo, mas ela não.

G: Ela parou em que série.

P: Senão me engano acho que foi na oitava. Sete ou oitava.

G: Mas ela te apóia nos seus estudos?

P: Apóia. No começo não.

G: Porque agora tá apertado.

P: No começo não. No começo ela não queria não.

G: Não queria que você estudasse. Porque ela não queria?

P: Com medo.

G: De que?

P: Ela pensava que eu ia pro colégio pra arrumar mulher. Tá as meninas novas. Sendo que eu falava pra ela que não. Que eu ia ir, estudar pra mim, ia pro colégio pra mim

estudar. Aproveitar o que eu não tinha aproveitado. Aí ela foi vendo que não era nada disso e pronto acalmou, pronto.

G: Agora vocês estão num momento de calma. Aí então eu queria te perguntar como que a gente pode resolver isso. Eu te ligo, você me liga?

P: Eu tenho que ver.

G: Porque aqui eu marquei, quinta-feira eu marquei.

P: Eu te ligo.

G: Marquei uma sala pra gente. Reservei uma sala (na Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Brasília).

P: Mas então eu tenho que ver. Então eu tenho que te ligar. Pra falar o horário se dar ou não dar.

G: É. Porque a idéia Paulo é eu vim pra ficar duas semanas aqui, eu imaginei que, fiz um planejamento, porque eu tenho que marcar a sala aqui. Então eu tinha que pensar algumas coisas. Antes de te encontrar. Tomei essa, dei essa solução. Aí eu marquei quatro dias, quatro vezes pra gente sentar pra bater, pra essa conversa que a gente tá tendo. Ouvir você falando da sua vida, como você tá, como foi, como é, como pode vir a ser. Daí eu marquei quinta de quatro as seis, e depois marquei semana que vem, segunda e quarta. No mesmo horário. Sempre no mesmo horário, de quatro as seis, porque eu falei, quando eu soube que você tava trabalhando e estudando. Trabalhando eu já sabia que você tava até as quatro, aí depois até as seis. Eu pensei você entra sete e meia, de repente pode dar tempo né. Daí você quer, você topa continuar essas outras conversas ou não?

P: É porque falar mais o que? (riso) Nós vamos falar mais o que?

G: Eu queria mais, eu amanhã e quinta-feira eu vou transcrever, vou lá escrever tudo que a gente conversou aqui e aí vou sempre continuando de algumas partes que a gente não falou ainda, ou ainda: 'Ah Paulo eu queria te perguntar você começou dizendo isso'. Quería fazer outras perguntas pra você. E aí eu te trago. Tudo que eu escrever eu vou imprimir, aí eu entrego pra você pra você ficar pra você. Pra você ter a segurança do que você falou e ter a tranquilidade que eu tenho que assumir esse compromisso de sigilo da sua vida e tal, do teu nome. Quando eu tiver fazendo o meu estudo, tiver escrevendo eu não vou identificar, inclusive depois eu quero que você me dê um nome pra você como você quer que eu te chame na escrita.

P: Hahã.

G: Você topa?

P: Hahã.

G: Eu gostaria muito eu acho que você cai me ajudar muito a pensar sobre os jovens que viveram o que você viveu assim. Essa é a minha proposta. Tô acreditando muito em você Paulo Enquanto...né, você já viveu bastante, você tem essa noção?

P: Já cansei. Aí aí.

G: Tá cansado. Você tem muita experiência de vida pra um rapaz de 20 anos e é uma riqueza pra mim a tua vida. E admiro todo o seu movimento de correr atrás e reconquistar, tá estudando né Paulo. Isso é raro.

P: Tem que estudar.

G: É por isso que tu me ajuda com a sua vida a pensar sobre a vida desses jovens, é pra isso que eu tô te procurando e te convidando pra participar desse estudo.

P: Hahã.

G: Eu vou só aqui esse termo eu vou ler pra você e você vai ficar com uma cópia pra ti. Tá. Então tem aqui: Consentimento de participação da pessoa como sujeito. Que a gente fala sujeito de pesquisa. Aí tem aqui, Eu, Paulo, o RG número tal, aí você põe seus dados. Abaixo assinado, concordo em participar do projeto de pesquisa intitulado, o

nome do projeto, deixa eu te contar qual que é: “Do sujeito contemporâneo: os sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão social-legal”. Então a idéia qual que é: pela sua história a gente comece a pensar os sentidos, seus subjetivos, dentro de você sobre a sua vida no mundo de hoje. Então assim: fui devidamente informado e esclarecido por mim, Gabriela, tem o meu nome aqui completo, sobre todos os procedimentos da pesquisa, que é isso gravar e os quais serei submetido, e, que recebi, de forma clara e todas as explicações que a gente faz que eu vá gravar, que tudo que for gravado é só pra fim de pesquisa, que eu não vou passar esse dado pra ninguém e ninguém vai saber o que a gente conversou em termos de formação de dados de Paulo, e foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, tá Paulo? Sem justificar minha decisão, inclusive. Sem e que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de nada da sua vida. A LA acabou né?

P: Ixi há muito tempo.

G: Quanto tempo tem? Quando você entrou no Exército acabou?

P: Não tinha acabado. Mas aí teve que mandar as cópias pra eles ver que eu tava no Exército. Eu tava liberado já da LA, eu só não tava, senão me engano, teve um erro lá. Não sei o que foi que aconteceu eu tava liberado da LA, o juiz me liberou da LA só que a, o CDS não tinha dado baixa lá. Aí eu tava de LA, mas eu não tava.

G: Aí te chamaram lá?

P: Eu fui, de vez em quando eu mesmo que ia lá. Vinha do quartel descia, já ia lá, os pessoal sabia que eu tava no Exército. Conversava com todo mundo. Aí foi que a mulher olhou: ‘Não, mas tu tá liberado da LA já tem é tempo’. Foi até um documento lá. Só olhando o documento lá. Aí pronto, aí nunca mais apareci lá. Apareci uma vez que foi pra pegar uma cópia do CPF meu pra me fichar. Porque faltava só a cópia do CPF e eu tinha perdido meu CPF. E eu fiz o pedido e eu não lembrava o número pra mandar pro contar. Contador pra fichar. Aí foi isso, aí fui lá apareci e peguei. Eles tinham uma cópia e me deram. CPF e fechei. Foi a última vez que eu fui.

G: Mas então a LA acabou quando você tava no Exército, durante o Exército.

P: Foi.

G: Aí por isso que eu coloquei aqui qualquer penalidade no teu trabalho, na tua vida, qualquer coisa. Aqui: ‘Não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. A minha participação nessa pesquisa é voluntária. Eu que te convidei e você topou porque quis assim. Sei que meu nome não será divulgado, assegurando que todos os dados a meu respeito serão sigilosos conforme a determinação do Código de Ética Profissional do Psicólogo e que as informações coletadas sobre a sua vida serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Receberei uma via deste documento. E eu concordo em participar’. Então tem aqui, você assina? Deixa eu por a data aqui pra você, hoje é dia 03 né. Eu tirei várias cópias pra você ficar com uma, eu com outra.

G: Paulo você tem notícias do pessoal da Semi?

P: Ixi, eu vejo, vejo alguns.

G: Quem você vê?

P: Vi o Paulo, o Paulo uma vez.

G: O Luis Paulo?

P: Hahã.

G: E ele como é que tá?

P: Do mesmo jeito. Tava com uma foto dele na mão, disse que a polícia tinha levado ele.

G: Tava com uma foto por quê?

P: Ele tava com uma foto, a polícia tava com um mandato de não sei de que. Mas eu também não paro mais pra conversar. Eu não paro mais pra conversar assim porque eu falo: ‘Tudo bom? Tudo bom!’. E saio né. Não tenho assunto não.  
(assina o Termo de Consentimento).

G: Isso aqui eu vou tirar. Faz dois Paulo porque aí você já leva um e eu já fico com um. Já fica teu aí.

P: Eu vi ele lá no centro.

G: Mas ele tava com uma foto dele?

P: Não tem quando a polícia tem a foto assim da pessoas.

G: Ah, foragido.

P: Foragido. Aí ele tava com uma.

G: Ele te mostrou?

P: Olha aqui eu. E eu tava indo no banco pra tirar meu dinheiro pra pagar o aluguel. Aí eu peguei: ‘Ixi é mesmo, é mesmo’. Querendo mudar o assunto e ele mesmo assunto. Mesma coisa. Não muda não.

G: Puxa, o Luis Paulo.

P: Vi o Carlos lá no centro.

G: Ali na M norte tinha também o Marcelo, você lembra?

P: Ah, o Marcelo foi aquele que pegou o negócio do menino que eu vi. Queria me matar ele.

G: Ele queria?

P: Ele que pegou o negócio lá do menino.

G: Que menino?

P: Foi o do que tinha uma bermuda da Cyclone, deixa eu ver de quem. Ele saiu pra trabalhar de manhã e ele pegou a bermuda dele que eu vi.

G: E você nunca mais viu ele?

P: Eu vi uma vez lá na praça. Até ele me avistou uma vez. Só que ele tava meio enrolado quando ele me viu, ele despistou porque eu tava com um monte de gente, ele não também não tava por baixo também. Não deu nada, ele foi pra um lado, eu fui pro outro. Ninguém fez nada com ninguém não.

G: Então você tá totalmente desligado!

P: Desligado, eu fico, eu ando pra cima e pra baixo, mas o dia que vim, se quiser fazer o mal faz. Mas se não conseguir. Se não conseguir eu não sei nem o que eu faço não.

G: Você já pensou o que que faz?

P: Ah Ave Maria. Eu saio, saio doido no meio do mundo.

G: Doido pra onde?

P: Pra pegar o besta. Não, eu penso assim. Mas eu tô vivendo a minha normal, mas se eles vim fazer o mal comigo, eu vou ficar parado esperando?! Eu também, eu vou e vou no dobro que ele veio. Vou o dobro.

G: Tá então como faz? Você me liga?

P: É eu te ligo pra falar.

G: Você tá com o...

P: É melhor pegar o número eu não sei se tá na carteira.

G: Posso anotar aí. Aí já fica junto né.

P: Se eu tiver a primeira aula não dá. A primeira aula é cedo.

G: Que horas?

P: Sete e meia.

G: Aí você tem que ir em casa ainda.

P: Eu tendo o segundo dá tempo deu ir.

G: Vê quarta, quinta ou sexta. Vê nessa semana qual dos três dias você tem algum horário. Que você começa as nove.

P: Acho que na sexta é duas. Um dia antes da prova.

G: Duas que você fala é sete e meia.

P: Tenho que olhar.

G: Aí vê quarta ou quinta. Sempre na semana você costuma ter duas ou tem um dia?

P: Eu vou ter, eu não sei por que agora é a última semana.

G: Semana que vem não tem mais?

P: Por causa da prova. Sábado é a prova. Eu passando nas duas provas eu vou pro segundo. Aí eu continuo no segundo, só que lá eu vou fazer todas as matérias. Todo dia eu vou ter que tá lá.

G: Ah tá.

P: De sete e meia até dez.

G: E quando você começa o segundo?

P: O segundo se eu não me engano é dia 29 agora.

G: De outubro.

P: É. Fazendo a prova e já começa.

G: Então semana que vem você tá livre então. Você não tem escola?

P: Acho que não. Tem que olhar lá porque lá eu vejo muda as coisas direto.

G: É eu lembro disso.

P: Colégio particular é doido. Muda tudo lá.  
(confirmo com ele os meus telefones)

G: Como é mais difícil ligar pro celular você pode deixar recado, qualquer coisa. O telefone que você tem?

P: É o da minha irmã só.

G: Só o da Manoela. Eu ligo pra ela. É fácil pra ela te achar né.

P: É do lado.

G: Qualquer coisa. Você me liga então?

P: Ligo.

G: Amanhã?

P: Ligo.

G: Aí eu ligo aqui pra ver o horário de uma sala pra gente. Então vai lá rapaz senão você vai complicar pra você e eu não quero isso. Boa aula pra você.

## **2ª Entrevista - 09/10/2006**

**(0- 1:00:23)**

G: ...hoje choveu?

P: Hoje cheguei, eu não sabia que. Quando chove...

G: Choveu que horas?

P: Não, sábado choveu, e lá quando chove no restaurante da minha patroa alaga tudo. Primeira vez que isso acontece comigo. Os meninos ainda me avisou: 'Você nunca viu esse restaurante alagar mesmo ainda não'. Foi o dito e certo. Aí quando eu chego.

G: Aí você teve...

P: Rapá quatro pessoas rapando. O salãozão enorme.

G: Qual o nome do restaurante?

P: Almoço & Cia. Ali perto do Alameda ali do lado. Perto do Shopping.

G: Eu já vi já. Hoje a gente tem que ir correndo Você tem aula as sete, né?

P: Tenho. Hoje começa o segundo.

G: Acaba às seis horas a gente, seis não, cinco.  
P: Hoje começa o segundo grau.  
G: Mas sem saber o resultado do primeiro?  
P: O professor falou que vai assistindo que quarta-feira sai o resultado se caso eu não tiver passado eu volto. Muda de sala. Vai pra outra sala. Mas eu acho que eu passei.  
G: É pra não perder tempo né Paulo.  
P: Mas eu acho que eu passei.  
G: Foi difícil a prova?  
P: Eu acho mas vamos ver o resultado. Mas a prova foi tranqüila não tava com muita dúvida não.  
G: Porque eram só três matérias né?  
P: Eram só três matérias, eram duas provas só que uma das provas tinha Química e Física e Biologia e a outra Matemática. Foi tranqüilo. Seis folhas.  
G: Essas você tava devendo do primeiro grau  
P: Só duas, eu termino essas, eu vou pro segundo. Eu já tô no segundo. Aí na primeira aula do segundo, eu tava perdidinho. Aí o professor: 'não vocês não precisam se preocupar não que a sala de vocês não é essa'. Aí ajeitou tudinho e colocou numa sala normal.  
G: Mas eu fiquei impressionada você vai fazer o segundo grau todinho em dois meses né...Outubro, novembro e acaba em dezembro já.  
P: Dois meses. Antes do Natal.  
G: Antes do Natal já faz a prova?  
P: Já faz a prova.  
G: Dos três anos?  
P: Não, eu vou fazer do segundo.  
G: O segundo grau que são três anos.  
P: É!  
G: Primeiro, segundo e terceiro ano.  
P: Esperar.  
G: Aí ano que vem você já começa a estudar pra concurso então.  
P: Se Deus quiser. Se eu passar no final do ano é 10 a 12 matérias. Eu acho que eu não, eu tenho certeza que eu não consigo passar em 10, 12 matérias de uma vez. Uma vez acho que não.  
G: Peraí, mas você já está indo derrotado rapaz.  
P: Mas como é que vou passar em 12 matérias?  
G: Antes de começa a jogar já diz que vai perder. (risos)  
P: Não, porque Matemática, Português, Português eu não gosto muito. Mas Matemática, Geografia e História, Inglês um pouco e Física um pouquinho também. Eu acho que eu passo, mas eu não gosto, se for pra fazer as provas tudo no mesmo dia eu não vou dar conta não. Vai embaralhar a cabeça na hora. Mas parece que é feita tudo no mesmo dia.  
G: Pensa também deve ser o dia inteiro fazendo a prova?  
P: É duas as cinco. É pouco tempo, eu entrei duas horas terminei as duas em três, três horas da tarde. No caso de...  
G: Fez em uma hora fez qual?  
P: Não, não foi. Duas, vamos supor que era duas provas que era só seis folhas. Uma matemática e as outras três misturadas. Entrei duas, sai três. As três, meia hora cada prova. Imagine seis provas, eu não vou dar conta não. Eu acho que não. Não sei se é diferente.  
G: Deve ser diferente. Tem que ser diferente.  
P: Acho difícil né. Deve fazer três, e tal dia faz mais três.

G: Pois pra você fazer duas matérias você tinha três horas, vai fazer sei lá.  
P: Seis.  
G: 10 matérias no mesmo tempo. Aí não dá né. É difícil, nenhum ser humano.  
P: Ano que vem até o meio do ano eu termino. Mesmo se eu não passar em todas agora. Faço de novo, acho que eu consigo.  
G: Legal, essa estória de estudar é ótimo pra você. Tá. Fiquei ontem, vamos começar de, uma das coisas que me chamou atenção ouvindo a primeira entrevista, fiquei, uma coisa que eu não te perguntei e como eu conheci a Alessandra ontem perguntando pra ti sobre como que é sua vida afetiva. Quantas namoradas você teve, como...você sabe disso. Não quantas, mas como que foi sua vida afetiva até chegar a Alessandra assim.  
(Informo que Paulo agendou a segunda entrevista e não compareceu devido à chuva, pois viria de bicicleta novamente, então como não conseguia contato com ele por telefone no final de semana inteiro, fui na casa dele junto com a sua irmã Manoela para agendar o segundo encontro, e Manoela deu para Paulo o dinheiro para passagem de ônibus para ele ir),  
P: Foi, tive um bocado. Ia pras festas. Aí não prestava. Começava a namorar, namorar, mas largava de lado.  
G: Era assim.  
P: Era. Não gostava muito de ficar assim apegado não. E só namora mulher de longe também. Não gostava de...  
G: Mulher de longe?  
P: De longe, não perto lá de casa, gostava de namorar longe. Eu morava lá em Taguatinga, eu moro lá na (Quadra) 03. Pra não ficar perto grudento.  
G: Ah pra não ficar grudento. O que que tinha se ficasse grudento?  
P: Sei lá acho que eu enjoava.  
G: Enjoava!  
P: (risos)  
G: Mas você já viveu alguma coisa que enjoou porque da onde você tirou isso que enjoava.  
P: Sai com uma menina lá da minha rua. Rapaz ela ficou besta comigo.  
G: Por quê?  
P: Porque eu tava namorando com ela, aí eu não falei nada com ela e parei de ir lá e sumi. Aí a mulher ficou doida, perguntando: 'ué, mas que que foi?'. A irmã dela até perguntou: 'Que foi que você terminou com a minha irmã? Sim. E ela disse que não terminou com você. E você nunca mais foi lá'. 'Ei, mas, rapaz: Sabe que eu nem sei o que tá acontecendo também'. Nem eu sabia. Ah deixa pra lá, pronto.  
G: Tranqüilo..  
P: Aí foi com... é que eu quietei agora.  
G: É que que quietou? Antes você sumia e agora com a Alessandra foi diferente pelo que eu tô vendo. É isso?  
P: Não sei. É.  
G: O que tem com a Alessandra que é diferente? Era isso que eu queria entender assim. Pra conhecer um pouco você e a Alessandra.  
P: A mesma coisa da minha mãe.  
G: Como?  
P: Ela fica me enchendo o saco. Brigando comigo.  
G: Ela enche o saco, ela briga.  
(risos)  
P: Briga comigo. Toda hora tá falando. Toda hora. Toda hora.  
G: Falando o que?

P: Ela fala as coisas que eu faço de errado. Alguma coisa, que eu deixo as coisas jogadas. Ela briga.

G: Mas, peraí, você tá me falando como se fosse algo ruim, mas dizendo que escolheu ela por isso.

P: Ahn. Não. Escolhi por causa disso que eu gosto por causa disso desse jeito dela.

G: Então entendi. Você gosta então.

P: É. Não gosto de gente calado não.

G: Então ficar falando não quer dizer que isso é ruim.

P: Não. Tem momento que é ruim, mas quando eu penso: 'Ela tá certa'. Ela tá falando isso porque tá certa.

G: Você tá falando de ficar falando, tem muita gente falando pra você na vida hoje?

P: Não.

G: Quem mais fala?

P: Só ela, minhas irmãs conversam comigo de vez em quando, mas tudo tranquilo.

G: Porque eu vi que sua família é muito junto, né Paulo? A Manoela disse que teve reunião de família entre irmãos.

P: Todo mundo. Só que eu pensei que era nesse domingo foi no passado. Pensava que era ontem, foi no outro.

G: O que vocês conversam nessas reuniões de família.

P: Ué um ajudando o outro. Só que eu não fui não. Porque me passou a informação errada. Aí foi na hora ainda me procurou lá em casa, mas eu não tava. Não tava em casa. Reunião normal, vai todo mundo. Ninguém briga com o outro, ninguém pode discutir com o outro. Ver o que tá certo o que tá errado. O que tá fora do controle. É isso.

G: Você acha que, você que conhece algumas famílias, você conhece as famílias das outras pessoas, é assim?

P: Não. Não é.

G: O que você acha dessa família?

P: Da que não é?

G: Da sua.

P: Oxi, é tudo né. Se não fosse ela eu não tava hoje do jeito que eu tô. Taria preso ou já taria morto aí.

G: Morto.

P: Não, eu não tô morto se não fosse eles pra ficar me enchendo o saco, dando conselhos, conversando e falando e falando dando conselho pra eu parar e pensar. Se não tivesse ninguém pra falar eu taria longe, por isso.

G: Você conhece alguns que já morreram?

P: Muitos.

G: Conhece alguns que tão preso?

P: Um bocado

G: Como você vê isso aí? O que sente que vem, o que vem?

P: Vi que eu escapei. E sai. Não continuei seguindo. No mesmo rumo que eles tavam. Porque eu sabia que ia acontecer.

G: Você sabia?

P: Uma hora eu ia morrer ou ia ficar preso.

G: Como é que você sabia disso?

P: Porque eu sabia que era errado o rumo que eu tava. E já não tava dando mais.

G: Quando você entrou você sabia?

P: Não, quando eu entrei, entrei pra mim era tudo era festa. Depois que eu comecei a ser preso, que começou acontecer essas coisas tudinho foi que eu comecei a pensar e vê

tudinho. Ainda bem que eu consegui pensar e vê. Tem uns que nem consegue pensar, quando vai pensar já morreu.

G: O que você teve? O que aconteceu que pra você foi diferente desses outros? É curioso, me deixa curiosa pensando.

P: Eu pensava que toda vez que eu tava cheio de dinheiro aparecia todo mundo. Aparecia um monte de amigo, todo mundo ficava alegre, eu também ficava alegre e essa curtidão toda. Quando acabava o meu dinheiro todo mundo sumia, ninguém aparecia. Aí que eu comecei a pensar. Ficava sozinho e ninguém aparecia. 'Oh, esse negócio'. Aí que eu comecei a pensar: 'Não, isso não tá certo. Quando eu tô com dinheiro aparece todo mundo, quando não tem dinheiro todo mundo some, aí fico sozinho'. Aí eu comecei a pensar, pensar, pensar: 'Não, isso não é pra mim'. E um monte de gente dando conselho também. Na minha família, gente de fora também já.

G: Quem dava conselho pra você?

P: Ixi, o seu Benedito, um senhor que já morreu, ixi direto dava conselho.

G: Ele morava lá?

P: Ele morava lá no lote da minha mãe. Ele morreu. Só que ele morreu, deixa eu contar. Me dava conselho direto, ele chegava em mim e falava bem assim: 'Não sai pra rua hoje'. Ele falava: 'Não sai pra rua hoje senão tu vai morrer'. E eu escutava e era certo mesmo. Eu não saía. Acontecia ou alguém levava tiro na rua e os tiros ia ser em mim. Ele falava, ele via mesmo assim as coisas que acontecia.

G: Quem falava mais além do seu Benedito?

P: O pessoal lá da rua, o pessoal mais velho tudo. Já tem uns 70.

G: Mas você disse que esse pessoal também falava mal de você!

P: Não, os outros. Os mais idosos não. Os mais idosos ficavam dando conselho. Porque já viam né. Já sabe os exemplos de todo mundo ficava falando: 'Rapaz, Não. Fica com a sua mãe, volta pra casa' aí eu: 'Não, tá bom' e saía. Eu nem ouvia.

G: E quem da família que mais...

P: Todo mundo. Todo mundo falava, todo mundo.

G: Paulo eu fiquei pensando, outra coisa que me chamou atenção ouvindo a primeira entrevista, falando da família, das mulheres, tem a Dona Joana, tem a Manoela, e tem agora a sua família. E tem o seu pai, o seu José. Quando eu fui na última vez te procurar lembra que depois você me ligou. Eu lembro que sua mãe, foi a Manoela disse que você tinha ido visitar seu pai no hospital.

P: Eu ia, mas não fui. Eu ia num domingo. Eu liguei. Uma das minhas sobrinhas que eu nem me lembro mais do rosto dela, falou: 'Quando tu vem? Amanhã'. Só que não deu, nesse domingo não deu pra mim ir. Tem muito tempo que eu não vejo meu pai. Não sei nem se tá vivo ainda.

G: O que é isso pai?

P: Pai é a mesma coisa. É pai que fez. É o pai que fez. Eu considero pai que fez, mas eu não tenho como é que fala assim, amor. Pra mim é uma pessoa comum. Comum, uma pessoa assim.

G: Com quem você tem esse amor que você falou, é amor?

P: Minha família, meus irmãos tudinho. Meus irmãos.

G: Que são quem?

P: Gustavo, o Edu, a Manu, a Cláudia, todo mundo, a Rute.

G: Que foi essa família...você fez essa diferença mesmo. Outra coisa que eu fiquei marcada na cabeça ouvindo a entrevista era filho de sangue, irmão sangue e irmão de não sangue. Você usava essa diferença. Então essa família que te criou você falou também pra mim. 'Mãe pra mim é mãe que me criou, é ela que eu considero, seu eu pudesse colocar ela, eu colocava na minha carteira de identidade'. Lembra que você

falou isso quando eu te perguntei?! Então é essa família. Essa família que você tá se referindo. Essa que é a família.

P: É. Eu pra mim eu nem lembro. Só se tocar no assunto que eu lembro que eu tenho pai, tenho irmãos pra lá. Eu não lembro não. Eu lembrei aqui.

G: Não lembra na cabeça e no coração?

P: Se a pessoa lembrar e falar assim, tocar no assunto eu lembro que eu tenho pai que eu tenho irmão, mas não foi os irmãos que eu convivi. Não foi os irmãos que tavam comigo. Não me ajudou, não fez nada. Só dava conselho de vez em quando e oh olhe lá eles aparecia e conversava comigo: ‘Não, não sei o que não vai pro lado errado não’. E Sumia, sumia. Com um ano aparecia. Eles também têm os problemas deles pra lá.

G: O seus pra cá.

P: É.

G: Outra coisa que eu fiquei, vou aqui olhando pra gente ir tentando cumprir o tempo, pra não te atrapalhar. Teve uma coisa que me chamou atenção quando você falava que é uma coisa que eu pensava quando eu ia na Vara da Infância com vocês. Você dizia assim pra mim: ‘Gabriela, nem, o povo chegava lá me dava à medida, eu ia pra Semi, ganhava LA e, mas você nem sabia nenhum dos processos ao mesmo tempo rolando pra você?’

P: É, eles pareciam que nem tava julgando o processo, era o outro de antes. Era outro processo.

G: Pra mim ficou uma confusão.

P: De?

G: Dos processos, pra você não tem uma...entendido o que aconteceu com você assim na... O que tem lá no seu prontuário da justiça, você nem sabe né?

P: Roubo, porte de arma, tem tudo. É roubo, porte de arma, lesão, tem tudo. Só não tem homicídio.

G: Tem, o que você não ficou e eu acho que tem haver, que por exemplo, você tá indo lá na Vara da Infância, o juiz tá dizendo: ‘oh, você tá aqui por causa do processo fulano de tal.

P: Lá eles falavam.

G: Eles falam. Você vai receber a medida fulana de tal.

P: LA sempre era LA.

G: Você entendia o que era dito que era uma medida sócio-educativa: ‘Vai pra Semiliberdade’.

P: Não, a última vez eles falaram Semi, que a promotora que entrou lá e deu, acho que até agradeço esse promotor ter parado, promotora sei lá, que parou esse julgamento.

G: Você agradece?

P: Agradeço. Porque a LA, mas a Semi me ajudou. Eu acho que a Semi me ajudou mais.

G: Mais do que a LA, comparando.

P: Me reeducou melhor que e LA porque a LA já ia ficar mais solto, não ia ter muita coisa. Já a Semi levava pro curso, pra você ter que sair lá da Semi, você tinha que fazer curso, ir pro colégio, tirar nota boa porque senão o juiz não liberava. E eu pensava se eu sair da Semi, eles vão ficar me perseguindo, a polícia, ia direto para a DCA.

G: Não é LA não?

P: Na Semi. Se não for pra Semi, eles não ia atrás com mandato. Aí eu ficava pensando: ‘Então vou preso’. Foi a hora que eu quietei mesmo.

G: E a internação no CAJE?

P: Ixi.

G: O que você acha?

P: Lá não é nada. Lá só aprende mais.

G: E na Semi não aprende?

P: Aprende também, mas só que, aprende a mesma coisa só que a mesma coisa, a diferença do CAJE você tá preso mesmo, a Semi você pode sair pra fora. Na Semi você pode dar uma saidinha, vai pro curso, vai pro colégio e final de semana vai pra casa. Pode fazer o que quiser também. Mas aquilo não é pra mim não. Já vi que não era mais pra mim. Tem gente que não pensa, mas eu já tava começando a pensar: 'Que que os pessoal conversa comigo até monitor'. Os pessoal tudinho conversava comigo lá, nunca vi o pessoal chegar com as pessoas pra conversar.

G: Aonde no CAJE você tá falando?

P: Não no CAJE não. Na Semi...

G: Não chegavam.

P: Os monitores ficavam lá, os agentes, eles ficavam nos cantos deles, aquele negócio todinho. Mas eu de vez em quando eles me chamavam no canto, conversava, dava conselho. Eu não via eles fazendo aquilo com ninguém.

G: Ah é você sentia que era diferente.

P: Eu achava que era diferente, achava que eles olhavam pra mim e pensava: 'Ele não era pra tá aqui não'. Acho que eles pensavam. Eu também pensava: 'O que que eu tô fazendo ainda aqui'. Só tô me atrapalhando mais. Porque os caras entram drogado, entra drogado, eles me viam junto, aí dorme junto com eles, aí pronto. Eu só pensava assim.

G: E Paulo, mas que, o que você tinha de diferente? A cor da blusa, a cor da...o que era?

P: Não, mas acho que era porque eu estudava mesmo e ia pros cursos. Não pegava nenhum, não entrava na sala, sentava e saia não. Igual os meninos fazia. Eu ficava quieto lá na minha, ia pro curso, voltava pra Semi, tranqüilo.

G: Você fala muito do estudo mesmo, inclusive você falou que ganhava LA porque você dizia, eu roubo, mas estudo.

(risos)

P: Falava isso mesmo. 'Roubo pra que? Pra comprar material e estudar'. Aí eu falava que era pra comprar material pra estudar.

G: E era pra isso?

P: Era. Eu estudava mesmo.

G: Mas o roubo era pra comprar material?

P: Eu comprava.

G: Comprava também.

P: Também. (risos)

G: Outra coisa que eu fiquei pensando é quando você tava me contando a primeira vez que tu roubou. E depois você me contou do arrastão, daqueles 7 vezes que você roubou. Aí você contou aquele dia do bar, lembra que você pagou pra todo mundo, que até esse dia você ficou com 1000 reais.

P: Em menos de três horas sumiu.

G: E eu fiquei pensando, aí eu lembrei que você começou a me contar que você roubava carro que não tinha alarme que era assim que você roubava, todo um conhecimento, né, sobre como roubar.

P: Eu tenho, mas...

G: E onde tá isso? Onde ficou isso em você?

P: Ah ficou longe. Eu penso, mas não falo mais nada, não comento isso não.

G: Porque era toda uma vida.

P: Era

G: Você vivia isso intensamente.

P: Era.

G: Você ia roubar aí de repente agora sabe passou uma tesoura. Aí eu fiquei pensando como assim a gente não é assim.

P: Era direto. Porque eu vi que meu caminho tava ficando curto. Tava. Eu mesmo tava sentindo. Não era, eu sentia e Deus também falava de vez em quando.

G: Você tem religião?

P: Sei lá, me considero Católico, mas não tô frequentando não.

G: Sua mãe...

P: Evangélica.

G: Evangélica.

P: Misturada com a Igreja Católica.

G: É a Manoela tava me contando metade dos filhos vai pra um, metade vai pra outra. E, mas você acredita em Deus então?

P: Claro. Acredito. Se eu não acreditasse eu não sei, já tava morto, eu acho. Que aquelas voz que eu escutava: 'Não vai, não faz isso'. É o que então?!

G: Você escutava vozes?

P: Tinha vez que eu escutava: 'Não faz isso, não faz isso senão tu vai morrer'. 'Tô te dando só mais essa chance'. Falava desse jeito comigo e eu escutando.

G: Você tava aonde?

P: Não eu acabava de meter, fazer um assalto aí ouvia. Aí falava: 'Eu tô te dando só essa chance'.

G: Você escutava na cabeça?

P: Era.

G: Ou você via alguém?

P: Não, escutava. Aí eu ficava pensando comigo mesmo. 'Vou ter que parar, vou ter que parar'. Eu já tava me sentindo mal já. Aí foi que teve, um dos assaltos que eu fui fazer, eu quase morri mesmo.

G: Quem tava?

P: Foi eu e outro menino. Eu quase morri mesmo. O cara começou a xingar lá depois que nós fizemos o assalto. Aí começou a chuva. E nós de bicicleta, chuva, chuva. Quando a gente, quem tava armado era o outro, eu tava sem arma, quando olhei pra trás tava vindo dois caras de moto e uma, não primeiro tava duas motos, aí vieram, vieram quando eu olhei, a gente ia era atrás pra fazer o cerco. Aí o menino pulou da bicicleta de bermuda e já. Porque correr era melhor que andar na bicicleta porque a água tava puxando. Aí ele jogou a bicicleta, eu também joguei. Eu tava de calça pesada não dava pra correr. E ele correndo, sumindo e ele com a arma e eu indo sozinho correndo, chegou nas QNL (Quadra) ali que tem uma rua que não entra moto, não entra carro, só quem entra é correndo. E o menino já tava longe e eu ficando pra trás. Quando eu olhei o cara pulou moto que tava na traseira e veio atrás. E chegou e me pegou, quase me mata.

G: Te pegou!

P: Oxi, quase me mata. Saiu me arrastando no chão de um lado pro outro e dando porrada e: 'Cadê, cadê o dinheiro, cadê o dinheiro'. Eu: 'Eu não tenho dinheiro'. Eles não acharam nada comigo. Aí quando eles não achou nada comigo. Montou na moto e foi atrás do outro. Quando ele montou na moto pra ir atrás do outro menino, já virou o Marea, um Marea quatro portas e foi junto. Aí acho que eles esqueceram: 'Não não tem nada com ele'. Aí foram atrás do outro. Foi na hora que eu peguei e me escondi dentro daqueles contenair de lixo. Aí fiquei no contenair. E só escutando os tiros comendo.

G: Ah, eles tavam com arma?

P: Eles e o menino também. O menino já tava longe também. Eles deu tiro e voltava, dava tiro e voltava. Aí ele conseguiu fugir. E eu fiquei lá. E eu escutei, escutava os

barulhos, durou uns 3 a 15 minutos. Eu escutava o barulho deles andando e procurando na pista. Só que eu tava dentro do contenair de lixo escondido. Eu falei, vou ficar aqui até escurecer. Fiquei lá até escurecer. Quando escureceu, levantei e sai. Já tinha quietado o movimento todinho. Mas foi antes deles, antes deles voltarem de novo. Eu peguei e falei: ‘Se eu sair de lá eu nunca mais ia roubar’.

G: Quem falou?

P: Eu falei.

G: Deus falou?

P: Não, dessa vez foi eu. Das outras vezes foi o que ele falava pra mim: ‘Quieta não sei o que, quieta não sei o que’. Vai acontecer isso. Aí eu me escondi, aí eu peguei e falei pra ele: ‘Se eu me livrasse daquela, porque se eles me pegasse ali dentro eles me matava’. De noite ele me levava pra baixo e me matava, que eles sabiam que ninguém ia saber. Aí essa vez me livrou né. Mas aí toda vez que alguém me chamava pra roubar dava uma coisa ruim em mim, eu não ia mais. Aí foi passando, dias, dias, dias, parei, quietei e parei.

G: Esse foi o último roubo?

P: Foi o último. Eu nem quis, pra tu ver o outro menino ficou com mais da metade do dinheiro, eu não quis nem ir lá cobrar o resto do dinheiro. Perdi a bicicleta do menino, do outro. De 1000 reais, eu perdi. Cheguei lá, ele disse: ‘Não, pode me dar 150 que tá bom’. Perdi 150. Peguei o celular e vendi. Fiquei com o dinheiro e quietei. Os chegava pra mim: ‘vamos roubar, não sei o que’. Eu não ia pra roubar de jeito nenhum. Porque se eu soubesse que eu fosse eu ia morrer. Que o livramento foi, mais um bocado de livramento que eu tive já falei, se eu for agora eu vou.

G: É meio que a história que tinha acabado suas sete vidas.

P: É acho que era. Acho que essa foi seis, a última era. Eu acho que chegou na hora. Acho que era a última. Se eu for, não volto.

G: E a droga.

P: Ixi a droga já...

G: Porque a droga é outro esquema.

P: A droga é só bebida. Que eu bebo. Bebo cerveja, às vezes misturo alguma coisa.

G: E a cerveja como?

P: Só cerveja não tem problema nenhum, só se misturar com bebida quente.

G: Você misturou?

P: Ixi tem vez que, eu não posso, mas eu misturo. Aí não dá certo.

G: E o que você tá usando?

P: Não, cerveja, de vez em quando bebo bebida quente.

G: Roupinol não?

P: Não, droga nenhuma.

G: Nem cocaína?

P: Não, quietei.

G: Não fica com vontade?

P: Dá vontade. Dá.

G: É por isso que eu tô falando.

P: Mas dá vontade, mas eu deixo quieto. Porque senão eu sei que vai...

G: O que te segura? Porque é fácil, você conhece tudo. Onde tem, quem tem.

P: O que segura é minha família e minha mulher também.

G: E se você mistura quente?

P: Com cerveja.

G: Bebida quente que você fala é o que?

P: Bebida quente, pinga.

G: Pinga.  
P: Se eu beber pinga, tenho que beber só pinga.  
G: Se você bebe cerveja como você fica?  
P: Aí, não. Eu fico normal, mas se alguém vim falar alguma coisa que não tem nada a ver aí eu já quero brigar.  
G: E briga (bater)  
P: É. Se tiver todo mundo bebendo tranqüilo e conversando coisa boa. Aí não tem problema nenhum. Aí se você começa a falar um assunto que não tem nada a ver com a gente ali eu já não gosto e eu já começo a discutir com você, aí pronto.  
G: Sua mulher bebe junto contigo?  
P: Não. Ela parou. Parou porque ela disse que não ia beber mais que não tava dando certo.  
G: Então eu fico pensando assim porque quando vocês ficam bebendo, os dois tão bebendo, quando uma tá e outra não tá, as pessoas ficam diferentes.  
P: Ela parou por causa disso.  
G: O que ela faz quando ela vê que você bebe assim?  
P: Não, ela só fala pra eu não misturar.  
G: E se você mistura o que ela fala?  
P: Não, ela não deixa eu misturar mais. Se eu misturar, aí ela vai querer, ela briga comigo, mas de resto não se eu não misturar. Eu também não quero mais isso não. Acabei com isso.  
G: Tem algumas recaídas ainda? Recaída que a gente fala é, por exemplo, beber quebrar tudo. Acontece ainda com você?  
P: Isso aconteceu uma vez só, porque tava brabo e por culpa dela também.  
G: Da Alessandra, o que ela fez?  
P: Deixou bravo, nervoso. Me deixou nervoso aí eu não agüentei, pra mim, pra eu não partir pra cima de, eu falei que pra eu não bater nela, eu ia bater em outra coisa, aí bati no vidro. Quebrei o vidro. Aí ela viu, ela viu que ela tava errada mesmo, quietou.  
G: Era ela que tava errada?  
P: Era ela que tava errada, como eu já tivesse errado também, a mesma coisa. Vice e versa.  
G: Era ciúme?  
P: Acho que foi. Parece. (riso)  
G: Você falou que tem muito ciúmes.  
P: Ela tem.  
G: Por isso que eu vou te perguntar isso. É por isso?  
P: Acho que, não foi por causa de .... Foi por causa de ....  
G: E o pessoal da rua quando viu vocês brigando porque o pessoal se mete.  
P: Não foi na rua. A gente não é de brigar na rua não.  
G: Outra coisa que eu fiquei pensando é a historia de você me falando sobre eu era ladrão. Virei ladrão. Com 15 anos fui morar sozinho. E depois fechei o bar e dei mulher e bebida e droga pra todo mundo ali. Como que é um rapaz de 15 anos vivendo assim?  
P: Ele sente o forte, o herói. O Herói Beiramar. Parecendo o Fernandinho Beiramar. Mas depois que acaba o dinheiro não tem mais nada. Aí ele não é ninguém mais.  
G: Não é mais ninguém.  
P: Não é ninguém com dinheiro nem sem. Por esse dinheiro errado fazendo coisa errada não é ninguém. Não é ninguém.  
G: Você é o que?  
P: Agora eu sou alguém.  
G: Você é alguém!

P: Agora eu sou.

G: Que alguém é esse? Me apresenta que alguém é esse.

P: Agora eu posso falar que eu sou um cidadão que trabalha, que anda, agora posso sentar no bar beber. Porque antes eu não podia sentar no bar e beber. Poder podia, mas era assim, olhando pros lados, com medo de chegar alguém e atirar em mim. Com alguém chegar e me reconhecer de algum assalto, alguma coisa. Hoje em dia não. Hoje eu sou livre.

G: Livre. O que é ser livre?

P: É sentar num lugar, onde você quiser. Pedir o que você quiser com o seu dinheiro. Ninguém ficar com a cara anormal pra tu. É isso.

G: Qual é a cara que as pessoas têm pra você?

P: Ué, tranquilo. As pessoas sabem, falam lá também: 'Nem parece, mas é ele. Não tá drogando, roubando, mudou pra caramba'. É isso.

G: Eu fiquei pensando, pensando agora se a gente fosse te dar um lugar. O que o Paulo tem? Que lugar que você teve? Que lugar você tem no mundo de hoje na sociedade? Que lugar o Paulo teve, tem e vai ter no futuro?

P: Teve, tem e vai ter.

G: No passado, que lugar você tinha?

P: No passado não tinha lugar nenhum, tinha lugar, mas era lugar pra gente ruim. Pros pessoal ruim que fazia coisa ruim, eu tinha lugar pra mim. Agora pra gente que é tranqüila do bem não tinha lugar. Não podia chegar numa festa de gente que não mexia

P: Mas não tinha não. Esse pouco dinheiro dá pra mim pagar minhas dívidas quase todas, quase todas, aí minha mulher ela paga um pouco, dá pra fazer compra. E ainda sobre um pouquinho.

G: Compra comida?

P: Compra comida de casa, compra as coisas e guarda um pouquinho, ainda sobra um pouquinho e eu fico tranquilo ali. Eu posso ficar onde quiser. Porque com 1000 reais não, eu corro o risco de morrer, ser preso e não vou poder gastar. Posso gastar, mas só que não, o dinheiro, você não vê o dinheiro. Esse dinheiro eu vejo. Vamos supor que eu pegue lá, mas o serviço é pouco, mas eu vejo com que eu gasto.

G: Você falou de, lembra quando eu te perguntei da merla, aí você falou que você não usava porque era uma droga que você sabia que ia trazer o fim.

P: É eu via.

G: E você não queria isso pra você?

P: Não. Eu já via o fim de todo mundo.

G: E o que você tem que você não colocava fim nela? Que vida é essa? Que você falou: eu não queria por fim na minha vida'. Porque você podia ter entrado na merla.

P: Ixi, aí eu ia entrar no meio da merla e ficar igual os outros noiados lá.

G: Qual a importância da sua vida? Pra que você existe Paulo?

P: Ah eu acho que é pra dar exemplo pros outros, eu acho. Pra dar exemplo e alguma coisa ... eu vim fazer. Não sei o que é. Todo mundo vem fazer alguma coisa. Eu acho é isso.

G: Você já encontrou o que você veio fazer aqui?

P: Eu acho que ainda não. Não eu ainda não encontrei ainda não. Eu acho que eu tô chegando perto. Mas não sei o que que é. Tô chegando perto. Eu acho que eu tô chegando perto.

G: É uma coisa boa ou ruim?

P: Boa.

G: É outra coisa Paulo sobre você falou bastante sobre essa coisa eu vim pra mostrar pra dar exemplo e ao mesmo tempo você falou do pessoal da rua, foi assim: 'Eu tinha que mostrar o que eu sou hoje, e veio essa diferença que 'eu sou melhor que os outros que são de sangue e ainda tão lá na mesma'. Que movimento é esse teu de querer mostrar?

P: Oh porque só vivia criticando e falando de mim, falando, falando. Acho que eles queria logo, é ver eu morrer logo. 'Oh tá vendo, morreu'. 'Falei que ia morrer, não sei o que'. Aí eles não conseguiram me vê do jeito que eles queriam, viu que eu dei a volta, tô melhor que os filhos deles, que é filhos deles mesmo atualmente. Tão do mesmo jeito que tava antes, tá lá. Até mais velho do que eu tão na mesma situação, não estuda, sai o dia todinho, só joga bola, às vezes sei lá nem sei se joga bola. E eu não, eu não joga bola, tenho minha casa, compro meus lo..., tenho tudo. Tenho pouco, mas tenho. Eu vou estudo e vou dar a volta por cima. E não vou ficar parado no tempo não. Igual fiquei também. É a mesma coisa de ficar parado no tempo você ir roubar, fazer alguma coisa. Você fica parado no tempo.

G: O que é ficar parado no tempo?

P: Parado no tempo é os que não rouba não faz nada, eles vão bem devagarzinho e vão indo. Aí o que rouba, que faz as coisas fica parado.

G: Os dois tão parados?!

P: Não é que rouba. A pessoa que não rouba que não apronta nada que fica ali não mexe com nada errado de tudo ali, fica ali isolado ali, fica ali lerdinho ali, quieto no canto dele, ele vai seguir devagarzinho a vida dele e a gente que pensa que tá tranquilo, que rouba que apronta é os que fica parado no tempo. O tempo para pra eles. E quando o tempo, quando ele for querer buscar o tempo já tá longe.

G: Buscar o tempo!

P: Busca o tempo que ele perdeu.

G: Que é isso de correr atrás.

P: Perdi 3 anos. Se eu tivesse aproveitado esses 3 anos você acha, hã. Seria outra pessoa, ixi.

G: Então ficar parado no tempo é algo ruim?

P: É algo ruim, ficar parado no tempo quem é que gosta. Ninguém.

G: Daí eu fiquei pensando essa coisa da grana, você falava eu tô bem, mas ao mesmo tempo você falava que roubava, você falou assim 'não era por precisão' porque eu tinha escolinha de futebol, eu tinha natação, lembra disso?! Mas ao mesmo tempo você falou assim pra mim 'eu roubava pra colocar tênis novo no pé', 'pra usar roupa nova'. Hoje você tá podendo fazer isso?

P: Não, isso não é. (riso). Engraçado isso é forte, hoje eu não posso colocar porque o meu dinheiro não dá.

G: E o porquê é legal fazer isso, pinta um prazer aí. Onde tá o prazer da sua vida? Porque não tá usando droga mais porque droga dá prazer

P: Prazer no que você faz e ficar tranquilo com a sua família. Ter uma família.

G: Ter uma família.

P: É tranquila. Só isso. Oh, ter tênis de marca demais. Eu não me importo ter tênis de marca não. Pra mim eu fico sem tranquilo, sem me importar com nada. Ixi eu ligava muito, eu ligava muito, minha mãe sabia disso, com esse negócio de roupa que tinha que andar com roupa de marca, tênis ela mesmo sabe, hoje não ligo mais. O meu negócio agora é vou trabalho, agora a roupa que eu tiver dentro de casa é a mais nova que eu tenho e uso. Quando tiver uma condição melhor aí eu compro. De tênis de marca, qualquer coisa. E eu vou querer ainda. Aí eu compro mesmo (riso).

G: Compra. Dá vontade de comprar?!

P: Dá, mas não compro não.

G: Você vai no shopping? Você olha

P: Olho. Olho, ixi, hoje mesmo eu olhei, falei pra tu que eu fiquei olhando um tênis trezentos e pouco. Eu olhando.

G: Aonde você tava?

P: Na Pollyelle perto do Alameda ali. Daqui uns 2 anos, um ano e meio quem sabe eu compro.

G: Você tá comprando daqui a dois anos!

P: Não posso comprar agora, não vou roubar. Não vou fazer nada pra comprar um tênis e ir parar na cadeia ou morto. Então eu tenho que ralar mesmo.

G: Outra coisa, você falando de apanhar. Até mesmo esse último roubo que você contou o cara foi e chegou, e eu fiquei pensando nisso. Depois que você me contou a primeira vez que você roubou também, o cara ficou te batendo aqui na veia que você falou que caia no chão. Você passou várias situações dessas. Primeira coisa: O que tá marcado em você? Você falou que tiro nenhum você não tem. Mas que outras marcas que não necessariamente físicas que é uma bala. Uma marca dentro de você tem?

P: Não sei. Marca que eu tenho é marca de arrependimento do que eu fiz. De ter roubado. Eu se ponho no lugar, eu se ponho no lugar das pessoas que eu roubei tudinho.

G: Se põe?

P: Eu se ponho. Hoje eu se ponho no lugar das pessoas como que elas ficaram quando eu aponte a arma: 'Isso é um assalto'. Eu fico pensando se fosse comigo. Deve ser ruim. A pessoa chegar e apontar a arma pra você, safado, levar tudo, eu não sei não gostar, o salário que eu tenho do mês pouquinho, e a pessoa chegar e me roubar. Eu não

vou gostar. Então é isso a marca que eu tenho é essa. Coisa que eu fiz que eu não gostei. Hoje eu não gosto, acho porque eu não faço mais também, acho errado.

G: Você já pediu perdão, desculpa pra alguém de algo que você fez Paulo?

P: (silêncio) de que de?

G: Você já pediu pra alguém?

P: Tipo qualquer coisa.

G: Pode ser.

P: Já. Já pedi. Já.

G: Pra quem?

P: Pra minha sogra. É melhor sogra eu tenho. E eu que errei com ela, mas depois fui lá, conversei, conversei, conversei. Normal. Pedi desculpa. Mas as coisas que eu faço errado eu reconheço e chego na pessoa e converso.

G: E pra essa família, pra sua família já pediu desculpa porque você falou que dava muita preocupação.

P: Não, já pedi.

G: Você já teve conversas sobre isso com eles?

P: Já, mas elas sabem que eu não tô mais aprontando.

G: Mas você já falou: 'oh mãe, eu queria te dizer'. Você já fez isso?

P: Não, mas eu já falei que amava ela. Uma vez só.

G: Uma vez!

P: Uma vez (riso).

G: Você lembra quando foi?

P: Eu falei pra ela amava. Foi a primeira vez que eu falei.

G: E como foi você chegou do nada e falou.

P: Foi (riso).

G: De repente, mas você tomou coragem e onde tu foi tomar coragem?

P: Não sei não.

G: Pra sua esposa você diz que ama?

P: Digo.

G: Como você chama ela?

P: Alessandra.

G: Mas você chama ela de que?

P: Amor.

G: Você chama quem mais carinhosamente assim? Com quem você é carinhoso assim? Porque com a Dona Joana é difícil, você falou uma vez.

P: Uma vez só.

G: Com a Alessandra você é.

P: Com a Alessandra.

G: Quem mais você consegue expressar seus sentir?

P: Só. Eu converso com os outros, mas não digo sobre sentimento não.

G: É difícil, mas é bom, né?!

P: Disse que é bom né, mas eu sou não.

G: Com a Alessandra é bom?

P: É.

G: Ela é com você também?

P: É.

G: Ela não é como Dona Joana nisso não?

P: Não.

G: Porque você disse que ela parece com a Dona Joana!

P: O jeito de falar, fala muito ela. Ave Maria.

(risos).

P: Acho que é por isso que as duas não dão certo.

G: Ela não dão certo?!

P: Minha mãe fica falando porque a Alessandra não vem aqui. Aí ela pega e fala pra minha irmã: 'Eu vou na casa da minha sogra quando ela vim primeiro na minha. Porque desde que eu nasci eu não sou criada na casa dos outros'. Ela não gosta de casa dos outros.

G: E sua mãe não vai na sua casa?

P: Também não vai. Ela só vai, ela pensa a mesma coisa: 'Eu só vou na casa da mulher do Paulo se ela for na minha'. Aí não vai.

G: Vocês precisam combinar isso aí porque senão ninguém nunca vai, se não for uma primeira vez nunca vão encontrar.

P: Por isso mesmo que eu acho que as duas é igual, mesma coisa.

G: Quando que, você disse que tá há um ano com a Alessandra. Como foi ano passado nessas datas comemorativas Natal, Ano Novo.

P: Natal eu passei no quartel trabalhando e folguei no Ano Novo, dia 25 eles me liberaram, aí eu ia voltar só dia 02.

G: E o Ano novo você passou com quem?

P: Em casa.

G: Em qual casa?

P: A virada eu passei no quartel, mas dia 25, não é o Natal, eu vim pra cá.

G: Na casa de quem?

P: Na casa da minha mãe mesmo.

G: E Alessandra?

P: Eu tava namorando com ela ainda, não tava morando junto ainda não. Aí eu cheguei até achei que ela tinha viajado, ela disse que ia pra Bahia. A gente não tava bem não, ela queria viajar pra Bahia. Aí eu voltei, quando eu cheguei, me arrumei, fui pras festas. Aí eu pensei que não tinha mais nada sério, aí tá lá eu bonitinho na festa, uma festa na minha rua, e a mulher me olhando, aí eu peguei e fui indo. Aí eu peguei e cheguei na menina, cantei. Aí quando eu cantei a menina chegou uma outra menina e falou, ela ia ficar comigo na festa, só que chegou outra menina e falou com ela: 'Você tá ficando com o Paulo, tá ficando doida', aí ela pegou e mudou totalmente e não queria mais ficar comigo. aí ela chegou em mim: 'Oxi, eu não vou ficar com você porque você tá namorando com a Alessandra. Aí eu: 'Que Alessandra, Alessandra tá na Bahia'. 'Ela não tá na Bahia ela porque ela não viajou, ela tá lá na casa dela'. Aí eu falei vixi agora, aí eu peguei e cheguei nela lá: 'Oxi, tu não viajou não?'. 'Eu não achei passagem não'. Aí eu peguei e falei com ela e falei.

G: Você falou que você cantou a menina?

P: Falei a verdade, nós não estávamos namorando sério. Falei: Oh tenho uma coisa pra te falar, nós não estávamos namorando sério, eu ia ficar com fulana de tal, teve outra fulana de tal que chegou e falou que você não 74244( )-70.1879(i)-2.16436(a)444.002]TJ 0.295585(r)2.8

P: Teve um, pra mim eu achava, mas pra ela não era. A mãe dela falava pra mim: ‘Paulo não fica com minha filha, eu conheço, ela não é mulher pra tu’. Eu pensava que a mãe que dizer pra filha que não era. E me afastei, e não era mesmo não. Andava de frevo. E se separou. Foi logo que eu comecei a trabalhar na pizzaria, não era a mulher que eu queria. Porque eu tava procurando uma mulher pra mim ficar quieto e ir me embora, quietar no meu canto. Depois eu achei.

G: Eu fiquei preocupada aquele dia que você saiu daqui falando que, lembra que o último assunto que a gente tocou foi sobre as guerras. Lembra?! E você disse assim, se eles vierem eu volto em dobro. Eu falei e aí, fiquei pensando como é que vai ser isso? O que acontece?

P: É. Mas eu vou ficar deixando, eu vou deixar, eu tô quieto.

G: Eu não sei a solução não, tô te perguntando pra pensar junto contigo. Pra pensar junto contigo.

P: Eu tô quieto no meu canto e eles vêm. E tenta fazer alguma coisa, aí eu vou ficar deixando toda vez vir tentar fazer alguma coisa comigo. Nenhum deles tentou, eu não vou tentar.

G: Nunca tentou?

P: Nunca tentou, eu fica pensando eu não tô mexendo com eles, eu tô quieto no meu canto, mas se eles tentarem e não conseguirem. Aí eles vai, aí eu não sei. Nem eu sei o que que eu faço.

G: Porque se você volta, volta tudo Paulo?

P: Não. Volta tudo não. Acho que eu volto pior. Acho que eu volto pior, porque eu não vou querer tentar, pra eles vim e me matar, se eu pegar eles, eu não fica pensando não, eu não gosto nem de pensar porque é coisa que não deve nem pensar que eu acho que não vai acontecer. Pode acontecer deles passar do meu lado, mas não mexendo não dá nada não. Eu quietei, eu quietei, mas pra eles pensa que eu não quietei. Mas se eles tentar, eu não sei o que eu faço.

G: Você falou que, lembra aqueles dois rapazes, você falou que matou duas pessoas. E você disse que você sempre se coloca no lugar das pessoas. Você já se colocou no lugar desses dois caras que você matou?

P: Não. Foi tentativa.

G: Tentativa.

P: Duas tentativas.

G: Você me disse que conseguiu duas vezes.

P: Não, foi tentativa.

G: Eu entendi errado então.

P: Não foi, duas tentativas.

G: Nunca matou ninguém Paulo?

P: Não nunca matei, eu falei que matei?! Sei lá. Acho que é duas tentativas.

G: Você não lembra se você matou alguém?

P: Não sei se morreu não. Mas eu já...

G: Você não sabe.

P: Não sei se morreu, pra mim não morreu não.

G: Você falou pra mim: ‘quando eu pintava minha cabeça de loiro era pra matar’

P: Mas não sei se morria, não ficava esperando. Chegava lá e...

G: Mas as notícias não chegam?

P: Uns fala que morreu, outros fala que tá na cadeira de rodas, não sei.

G: Na cadeira de rodas.

P: Eu não ia ver se tava na cadeira de rodas. Eu não ia ver. Uns caras falaram.

G: Tem algum que você atirou e que tá na cadeira de rodas que você sabe?

P: Teve um aí que ficou, mas eu pensava que tava morto. Não morreu porque não era o dia dele. Porque eu esqueci de rodar o tambor. Porque eu coloquei 6, coloquei 3 com o furinho, “role point” e três normal. E quando eu peguei ele, eu dei três, quando eu dei três, que ele correu pegou, ele conseguiu correr e sair, depois fiquei sabendo da notícia que ele tava no hospital quase morrendo. Mas quando eu tava em casa que abri o tambor eu vi que ainda sobrou três daquelas furadas se uma daquela tivesse pegado nele, ele tinha morrido, eu não botei no certo. Aí fosse que quase morreu, ficou uns 90 dias, quase morrendo, morre não morre, aí voltou. Aí tá ruim na cadeira de rodas. Aí passou um tempo, falou que ele já tava andando de muleta. Então não tá na cadeira de rodas. Ele disse que não sabe quem foi (riso).

G: Ele não sabe quem foi?

P: Disse que é um neguinho de cabelo loiro branco.

G: Entendi. E como você pintava exatamente o cabelo pra ninguém te reconhecer ele não sabe que foi você.

P: Cabelo branco.

G: E você como é que você fica dentro de você pensando que se tá no lugar dessa pessoa?

P: Ah aí eu penso né. Antes eu não pensava não. É ruim.

G: Antes você não pensava?

P: Antes eu não tinha dó.

G: Não tinha dó.

P: Mas hoje eu penso. Eu fico pensando o jeito que ele tava, quando eu puxei a arma o estado que ele ficou. Porque ele não conseguiu correr. Não conseguiu, depois que ele levou os tiros que ele conseguiu correr. O irmão dele correu. O irmão dele já sabia que eu ia dar uns tiros neles. Eu cheguei e parei. Quando cheguei, parei. O irmão dele se levantou e ainda saiu andando. E ele ficou agachado quando ele pegou levantou, eu já fui dando os tiros. O irmão dele correndo e ele correu depois dos tiros, aí eu peguei e sai.

G: Qual era o motivo?

P: Guerra também. Ele falou que ia matar um colega meu. E esse colega meu era o que andava comigo lá no Norte comigo. Era o único que era colado comigo, eu morava aqui e a casa dele era tipo de frente pra pista e minha era de frente pra rua. E a gente trabalhava junto no mesmo lugar.

G: Esse amigo seu que era colado com você, ele tá aonde?

P: Morreu.

G: E como fica?

P: Mais um. Mais um grande exemplo. No dia que ele morreu, uns cinco minutos antes dele morrer eu tava com ele. Quase que, quase que ele, quase que então ia morrer nós dois juntos. Nós, um dia antes, ele veio aqui, fez dois assaltos em Taguatinga e voltou. Aí vendemos dois celular, vendemos não, colocou o celular pra habilitar pra gente ficar usando, aí ele me chamou, vamos lá. Passou lá em casa, ‘vamos lá em casa pra eu pegar o celular, vamos lá. Aí eu falei: ‘vamos’. Nos fomos pegamos o celular. Aí nesse tempo a minha irmã tinha cachorro quente lá no meio da rua que ela tinha, aí quando foi subindo, aí eu peguei e falei: ‘não eu vou aqui na minha irmã’ na lanchonete faz tempo que eu não vejo ela, vou visitar minha irmã. Aí eu falei: ‘toma de conta lá da 10’. Quando eu morava sozinho. Aí ele pegou virou pra lá, eu virei pra cá. Aí eu visitei minha irmã peguei e subi. Só que eu invés de ir pra minha casa na 10, eu parei no bar. Onde se encontrava os meninos tudinho. Aí fiquei lá assistindo no bar do Dedé. Aí fiquei assistindo, aí escutei um tiro. Só um. Aí, pá bem alto. Eu nem tchum. Fiquei calado, quando penso que não o menino já vem ocorrendo pra me avisar. ‘Acabou de

matar o seu parceiro ali'. Oxi quem foi? Mas antes dele morrer ele tentou matar três. Tentou matar três caras aí, aí a munição dele acabou e ele não viu o policial que pegou e matou ele.

G: O policial matou ele? Era porque ele tava fazendo roubo ou?

P: Não. Ele tava armado, e os caras que ele tinha guerra passou do lado dele. Quando os caras passou do lado deles, ele pegou e atirou nos caras, aí os caras foi descendo, e ele botou a arma na cintura e foi subindo pra 10, a casa. Quando ele foi subindo tinha um PM no lava jato lavando o carro, da civil lavando o carro. Aí o PM viu a cena todinha dele guardando a arma e subindo, aí o PM chegou e mandou ele por a mão na cabeça, só que o PM tava assim normal, ele pensou que era um dos caras que tinha guerra com ele. Aí foi tentar puxar a arma, aí o PM deu um tiro nele.

G: Ele reagiu.

P: Deu na mão, atravessou e pegou na barriga.

G: Aí ele morreu ali?

P: Morreu na hora.

G: Você foi no enterro dele?

P: Fui. Fui lá.

G: E o que vocês tinham que era colado?

P: Nós morava junto, a gente saia pra festa tudo.

G: Trabalho, festa, roubo.

P: A gente nunca roubou junto. A gente saia pra festa, ixi. Saia tudo pra festa, era muito colado assim. A arma dele ficava lá em casa, ficava na minha. A arma dele era minha

vim, fazer e morrer, seco. Eu acho que já tem outros que veio fazer, andar no mundo e se escapar e conseguir, não sei o que mais pra frente vai acontecer.

G: Você tá falando como se fosse uma coisa de missão.

P: É uma missão.

G: Então quem dá essa missão?

P: Deus.

G: Deus, você vê assim então. Sobre voltando um pouquinho só rapidinho na Alessandra, você falou com as brigas com ela e uma hora você falou em ser forte, que tinha que ser forte, aí você falou, ah Gabriela deixa pra lá. Eu fiquei curiosa o que é isso que você tava falando.

P: Não sei. Não lembro.

G: Você falou assim: 'Igual domingo. Ah igual, deixa pra lá'.

P: Eu não lembro o deixa pra lá.

G: Você tava falando e igual domingo, tem que ser forte, 'ah deixa pra lá'

P: Não é nada não. Não é nada que não influi nada não.

G: Não influi, mas o que é?

P: (riso)

G: Me diga só uma palavra, não precisa explicar.

P: Não, igual, a mesma coisa que eu tô falando amigo que ninguém tem.

G: Você não tem amigos?

P: Aqui não. Amigo não.

G: Você inclusive usou uma palavra: 'eu isolei'. Você usou essa palavra: Eu me isolei do mundo.

P: Eu me isolei, mas eu ando tudo, vejo tudo, passo e passou. Mas eu não paro e fico ali junto muito com as pessoas. Dou, 'oi, tudo bom' e passo converso com todo mundo, mas sabem que eu mudei.

G: Porque eu fico pensando que é difícil pra caramba: 'Eu tinha amigo, parceiro'. Você tá falando de amigo, que inclusive você nem roubava com ele?

P: Esse aí eu considerava. Esse aí eu achava que era amigo.

G: Você achava que era?

P: Eu acho, né.

G: É difícil isolar isso! Se ele tivesse vivo.

P: Acho que se ele tivesse vivo eu taria morto, se não fosse ele, era eu que ia. Depois que ele morreu, as guerras dele veio pra mim.

G: Veio pra você.

P: Porque eu andava com ele.

G: O que você fez com as guerras?

P: Guerras que eu tinha dele eu..., eu quase morri numa festa na (Quadra) QNQ por causa dele. Eu fui numa festa com meu colega de serviço na QNQ e chegou na hora os caras: 'onde tu mora? Vamo lá em tal lugar. Ah você conhece o fulano, o fulano de tal', aí eu falei: Conheço. 'Eu conheço'. Falaram o nome do menino que eu andava, conheço, eu ando com ele e tudo. E eu não sabia que ele tinha guerra pra lá. Porque guerra queria matar, arrancar as cabeças e os pedaços. Com ele. Eles ficaram bravos na festa. Falaram: Não, anda lá na quebrada com os cabritos que tem guerra.

G: Cabrito é o que?

P: Cabrito eles falam que é anda com cara que quer matar. Não Cabrito, não sei o que, aí já comecei a ficar com medo, não aqui não é a minha área. Tô sem arma tô sem nada, e os caras já tão dominando a festa. Aí eu, o poderoso chefe, a cabeça chegou em mim: 'Não tu pode ficar de boa na festa aí que é o seguinte, o que nós tem é do teu colega, seu parceiro, você não tem nada a ver não'. 'Mas se você entrar no meio, tu vai'. Mas eles

falaram isso e eu não confiei. Aí eu peguei e fiquei quieto, quando eles começaram a me esquivar de um lado do outro, chegou em mim, aí me esquivei pra um lado pro outro, e sumi. Aí eu cheguei no menino e falei: ‘Acabei de vim de uma festa, os caras ia me matar por causa de tu’. Ele: ‘ah sei quem é’. Aí foi passando o tempo, foi passando o tempo aí foi o dia que ele morreu que ele pegou os três.

G: Que eram esses?

P: Eram. Eles subiam para meter bala nele, só que eles não achava né, aí a gente comemorava. Pra pista ele via, dava pra ver, foi nesse dia ele encontrou os três, que eu fui pra um lado e ele foi pra outro.

G: Porque agora você mora no mesmo lugar, mudou a rua e essas coisas que acontecem você percebe que esta acontecendo, tiro, fulano morreu..

W Como é que não...

G: Você percebe, você tá lá. Você conhece...

P: Não, os caras passam por mim e pensa que eu ainda tô, tem uns que pensam que eu tô envolvido, passa, ‘pó Barú, os caras quase me mata ali agora’. Aí eu pó: ‘Esse cara é doido, não pode dar mole não’. Aí eles saem. Então eu já fico sabendo, pois eles pensam que eu tô no meio e já vai falando e eu não tô. Pode, vem conversar comigo, eu converso normal, mas não tô.

G: Você me disse um apelido: ‘Baruzinho’. Que apelidos você tinha? De casa ou da rua.

P: Só Barú<sup>35</sup> mesmo.

G: Quem tem chama de Barú? Quem deu o apelido?

P: Todo mundo.

G: Onde você ganhou esse nome?

P: Disse que foi...

#### **(continuação da segunda entrevista) - De 1:00:23 +23:18**

P: Aí pegou e botou esse apelido em mim. Até hoje pegou.

G: E seus parceiros te chamavam de que?

P: Barú.

G: Lá na Semi te chamavam de que?

P: Barú.

G: Na escola te chamavam de que?

P: (risos) Barú.

G: Em casa te chama de que?

P: Em casa é Paulo. Se chamar de Barú o pessoal briga.

G: Não gosta.

P: Lá na porta se chegava me chamando de Barú, minha mãe brigava: ‘O nome dele não é Barú!’.

G: Por quê?

P: Por causa que ela não gostava. Hoje é Paulo Mas pra todo mundo lá ainda é Barú.

G: Não tem como chegar: ‘não é Paulo’. Você não tem problema não?

P: Não. Tranqüilo. Não se incomodo não.

G: A Alessandra te chama de que?

P: Paulo.

G: No trabalho te chama de que?

P: Paulo. Não, no trabalho não sabe quem é Barú.

G: No trabalho sabem da tua vida?

---

<sup>35</sup> O Apelido de Paulo está relacionado a um personagem popular negro da televisão.

P: Não, você acha que eles tinham aceitado. Eles sabem que eu tava no Exército, aí tive experiência e tô trabalhando lá.

G: Você sabe se as pessoas sabem da sua história...

P: Acho que eu não tinha trabalhado lá.

G: E no Exército,

P: Eles perguntaram quem tinha passagem, eu falei que eu não tinha não. Eles puxou uma ficha e não constava nada.

G: Você sabia que passagem de adolescente não consta. Você sabia ou não sabia?

P: Não depois que eu fui saber. Eles falavam isso só pra dar medo no pessoal, pra ficar com medo e falar.

G: Você não sabia que passagem de adolescente não fica registrado?

P: Não, eu pensava que ficava, depois que eu fui descobri. No Exército que eu vim descobrir porque só fica no Exército quem tem ficha limpa. Aí eu peguei e fiquei.

G: Nunca te falaram isso.

P: Depois que eu vim descobrir. Foi um ano e pouco, nada. Porque se tiver passagem, e eles tiver devendo, eles vão buscar lá. Porque aonde tá.

G: É uma coisa que me chamou atenção pra gente ir terminando já por causa do horário é as diferenças dos tratamentos, maior e menor que a sociedade dá, a polícia, o pessoal. Você falou, lembra que você falou 'Ah, acharam que eu era de maior no primeiro roubo batiam mais.

P: O maior apanha mais.

G: Qual a diferença, me apresenta quem é menor e quem é maior. E o que acontece?

P: Acho que eles tem medo de bater no menor porque tem processo, dá processo.

G: Dá processo?

P: De menor dá porque não pode. E de maior pode, não dá nada! Eu acho que não dá nada. De maior não dá nada. Igual eu apanhei várias vezes achando que eu era de maior. Já fui preso com um de maior, hum quase me mata porque eu assumi.

G: Fazendo o que?

P: Foi roubo de carro. Eu pensei eles vão me matar. Onze horas da noite.

G: E você não falava que era de menor.

P: Não eles tavam bravo comigo porque eu tava assumindo. Eles não queria. Mas o outro tava dentro junto comigo.

G: Não mas eles achavam que você era maior?

P: Não, eles sabiam que era de menor. Mas bateram. Bateram, colocaram saco na cabeça chute bem no quatinho da (Delegacia) 15<sup>a</sup>.

G: Você já denunciou isso pra alguém?

P: Eu? Não, pra eles me matar?! (risos) Ele me matam.

G: Esse é o motivo que você nunca denunciou?

P: Eles matam.

G: Já contou isso pra alguém.

P: Já, ixi, já.

G: Pra quem?

P: Pra todo mundo que pudesse falar. Não iria me ferir se o maior ficasse. Só que eu tava assumindo o roubo. Porque esse de maior, ele disse que falou, foi assim. Nós tava no carro roubado, aí chegamos paramos na festa e deixamos lá na frente da festa o carro roubado. Ali n frente da festa. Entramos na festa. Aí quando a gente entrou ali na festa. Eu senti uma coisa: 'vamos sair daqui, vamos sair daqui'. Eu achei: 'não vamos sair daqui, eu não confio em ninguém daqui não. Com o carro aqui e nós dois. Quando a gente entrou dentro do carro eu acho que já estava tudo esquematizado. Quando a gente entrou dentro do carro parece que tava tudo armado já. Quando entramos no carro, que

ele ligou o carro aí saiu a viatura dentro do beco, outra de dentro de outro beco, e mais duas nas esquinas. Só foi ligar o carro. Eles já estavam esperando nos entrar dentro do carro já. Tava com binóculo. ‘Vamos esperar os dois entrar, quando eles entrar, nós pega’. Só que quando, e embaixo dá pra ver pela porta do motorista, porque por essa outra porta não dava porque tinha outro na calçada e tinha um monza, a porta não abria totalmente. Essa porta aí. Ele tentou ligar o carro, baixou a polícia tudinho. Fechando. Aí ele abriu a porta dele e correu pra dentro da festa e a porta fechou. No que a porta dele fechou eu tava tentando abrir a minha. Só que a minha tava batendo no do Monza do lado. Aí chegou a viatura fechou e mandou botar mão na cabeça, mão na cabeça atrás e eu liguei o carro pra tirar a chave do carro que abre o carro e coloquei debaixo do Monza. ‘Sai dentro do carro, sai dentro do carro’. Como que sai dentro do carro (riso), se eu conseguisse sair, eu tinha corrido. Eu não conseguir sair. Aí ‘tem outro, tem outro, tem outro’. Entraram na festa. A polícia invadiu a festa e pegou ele lá dentro. aí prenderam ele e começaram a me bater, me bater, me bater, ‘cadê a chave, cadê a chave’. Eu falei: ‘Eu não tenho chave nenhuma não’. E a chave debaixo do carro e eles com a lanterna miando até que acharam a chave. E botaram no cubículo e levaram, quando chegou lá na delegacia que puxou a ficha dele, a ficha dele é pior que os bandidos que tem. Que era aquele do, não teve um assalto no aeroporto das barras de ouro, então era ele.

G: Você sabia que era?

P: Não tava bem na hora da delegacia quando puxou a ficha dele. Eu quase morri por causa disso.

G: E como que você conhecia ele?

P: Eu conhecia ele de lá. Aí quando nós foi preso e começou a puxar, o delegado perguntou: ‘tem apelido?’ aí ele não tem não. Aí ele falou pra mim: ‘tem apelido?’ tenho. Não menti não, falei a verdade, aí ele ficou quieto, ele não me bateu não. Aí pegou e falou: ‘oh, se você tiver apelido você vai ver o que você vai ganhar aqui dentro’. falou pro bicho lá. Aí: ‘como é que é seu nome?’ Aí ele Paulo, ou Pedro. Aí falou o nome dele tudinho e começou a puxar a ficha, aí era ficha que não parava mais. Que a maquininha vai puxando, aí puxa tudo, foi puxando folha, mais foi folha de processo dele. Aí o cara, olhou a folha, ‘você disse que não tinha apelido’. Você matou um policial, fez um latrocínio no aeroporto, aí puxando a ficha dele o seu apelido é Omar. E falei pra você se você mentisse pra mim que não tinha apelido você ia apanhar. Pegaram ele oh. E quase mata. Aí eles ficaram puto, puto comigo por causa que eu tava assumindo, eles não queriam que ele assumisse porque ele era já mais perigoso, alto perigoso. Aí eu assumindo, eles me levaram lá pra sala e oh (gesto de bater com as mãos) e quase me mata também. Me desmaie duas vezes de sacola na cabeça. Amarra assim algemado. Aí eu desmaiei umas duas vezes aí viram que não tinha jeito mesmo que eu não ia entregar, eu não falar que foi ele que roubou o carro, aí no outro dia 7 horas liberou nós bem cedinho. Mandou embora.

G: Mandou embora?

P: Mandou embora.

G: E você não tinha roubado o carro e ele não tinha uma ficha grande?

P: Foi e tem.

G: Mas ele foi responder processo?

P: Respondeu fora em liberdade.

G: E você não constou? Você não foi pra DCA?

P: Não. Constou no outro. Eu tava sendo liberado de um assalto a mão armada de lá. Tava preso no CAJE. Aí na minha segunda audiência do 157 que eu fiz, o juiz pegou e falou ‘oh’. Chegou esse processo na mão do juiz, desse roubo desse carro. Aí eu fiquei



P: Não, eu não sou filho de sangue da minha família que eu moro, mas eu me considero.  
G: Você se considera e eles te consideram?  
P: Hahã.  
G: E aí dentro da história da Dona Iêda, só te fazer uma pergunta. Você me disse que sabia de que ela morreu.  
P: Foi.  
G: Eu queria te perguntar de que ela morreu?  
P: Eu não quero falar.  
G: Você não consegue dizer a palavra sem explicar?  
P: Não eu não gosto não.  
G: Posso arriscar uma?  
P: Não.  
G: Ela trabalhava como que?  
P: Eu não sei.  
G: Você não sabe ou não quer falar?  
P: Não quero falar.  
G: Eu. Acabo. Eram porque eram coisas que te machucavam, te machuca ainda?  
P: Porque eu não gosto, eu não gosto. Eu não gosto de falar sobre ela nem de ninguém (fala muito baixo).  
G: O que você fala de falar é pra não falar mal dela?  
P: Eu não sei, eu não gosto de comentar sobre ela nem sobre minha mãe.  
G: Nenhuma das duas. Dona Joana você disse que ela não te contou muito sobre a vida dela. Mas você disse que também nunca perguntou.  
P: Eu também nem pergunto por que eu acho que não tem necessidade. Se eu ficar sabendo da história não vai influenciar em nada mais.  
G: Mas pode ser coisa boa.  
P: Não vai influenciar em nada.  
G: E a relação que a gente tem pelas pessoas é pelo que? A gente conhece as pessoas pelo que? Você falou não quero saber do passado dela.  
P: Sei lá.  
G: É porque lembra que eu te falei que de certa forma nunca te atendi como psicóloga, você era encaminhado, minha função era outra lá dentro da Semi. Mas eu tinha o teu prontuário, lembra disso. Posso falar uma palavra só.  
P: (sim)  
G: A Dona Iêda tinha relação com prostituição?  
P: Acho que era.  
G: Era isso. Acabou, porque eu queria ouvir de você. Porque tem muitas coisas lá (n prontuário da Semiliberdade) que não sei se é, o que me importa é o que você me fala. Tá bom. E não me importa se é verdade ou se é mentira, o que me importa é o que você me conta. O que você me conta é o que conta pra mim.  
G: Por fim, é falar de futuro. Você já me falou que você quer carro, quer casa. E aí eu vou fazer uma brincadeira, hoje tá com 20 anos, daqui a 10 anos, Paulo com 30 anos.  
P: Ixi, Eu quero tá no, eu com 30 anos eu queria muito um carro que vi hoje, eu quero.  
G: Você viu hoje?  
P: Lá no serviço ele tava de frente. Duas portas.  
G: O que é esse carro, o que ele tem?  
P: Grandão. Um S250.  
G: Ah você gosta de caminhonete?!  
P: Gosto de carro grande, igual esse carro que eu vi, gosto da frente grande.  
G: Dá pra caber muita gente dentro?

P: Dá. Carro bem altão. Bonitão. Prata.

G: Prata tem que ser prata?

P: Prata é bonito.

G: Então você vai ter esse carrão, com 30 anos você vai tá fazendo o que?

P: Deixa eu ver... Eu vou tá trabalhando normal.

G: De que?

P: Vou tá trabalhando em um Ministério desse daí. Câmara alguma coisa, eu tenho que estudar. Eu sei que é difícil. Mas eu consegui.

G: Você vai estar com quem com 30 anos?

P: Espero que eu esteja com a minha mulher.

G: Quem mais?

P: A minha mulher. A gente também já vai ter mais filhos. Família vai aumentar e pronto.

G: Você gosta de contar da sua história? Você bom contar da sua história pra mim ou não?

P: Foi. Foi.

G: Seja sincero.

(risos)

P: Foi bom e foi...

G: Foi bom e foi...

P: Foi bom e foi bom.

G: Foi pesado?

P: Foi um pouco pesado. Mas foi. Tá melhorando.

G: Então Paulo eu queria te agradecer pela tua disponibilidade, sabe mesmo de vir até aqui. Você não me deve nada. Você podia não vir, não aparecer, não dá notícia. Sei que tu tá ralando, você tá trabalhando, você tá estudando e você tá casado. Você tem mil coisas pra fazer lá fora. E te agradecer por ter vindo, por ter participado da minha pesquisa e te dizer que eu me comprometo assim que terminar as minhas coisas lá (em São Paulo), por exemplo, eu vou transcrever as nossas conversas. Aí em dezembro eu trago pra você. Trago as fitas pra você. E depois você quer depois ver o meu trabalho? O que eu escrever.

P: Depois hahã.

G: Tudo bem que vai tá numa linguagem diferente, mas eu vou te dar. Eu vou acabar até fevereiro, eu tenho que entregar um trabalho escrito. Então eu venho te entregar depois de fevereiro, eu venho te entregar o trabalho escrito pra você. Porque eu acho que é o meu compromisso. É a minha contrapartida da sua disponibilidade de vir até aqui. E outra coisa que eu queria te dizer. O contato meu com você é difícil porque eu vou pra São Paulo, você mora aqui, mas sempre que vier eu te ligo, falo com a Manoela, A Manoela é ótima. E conversamos e ela fala das coisas dela lá também.

P: (risos)

G: E se eu puder te ajudar eu como psicóloga algum apoio que você tiver, porque a tua vida vai acontecer muita coisa e sempre quando eu te ligar caso você quiser alguma coisa de ajuda, agora você tava falando eu tô só na bebida, aí eu fiquei preocupada um pouco com isso. Porque a gente sabe que a bebida...

P: É a mesma coisa.

G: E se isso se colocar como algo ruim e pesar quem sabe eu te dou algum contato de alguém de algum lugar pra você se ajudar. Gostei do que a Alessandra disse ontem: 'você entendeu qual é o meu trabalho?' Ela falou assim: 'É pra abrir a cabeça.' O papel do psicólogo trabalha com isso.....

## Anexo 5: Glossário

**155** – Artigo do Código Penal referente a furto.

**157** – Artigo do Código Penal referente a roubo (assalto à mão armada).

**12** – Artigo do Código Penal referente a transgressão por tráfico.

**32** – Arma calibre 32.

**Brazlândia** – É uma região administrativa (cidade-satélite) de Brasília, Distrito Federal, que tem como localidade vizinha Ceilândia. Possui mais de 70 mil habitantes e está a 49 quilômetros da Rodoviária do Plano Piloto.

**Ceilândia** - É uma cidade-satélite situada a 27 quilômetros de Brasília. É a Região Administrativa com a maior população do Distrito Federal e tem como cidades vizinhas: Taguatinga, Samambaia, Brazlândia e entorno do DF. Possui mais de 350 mil habitantes.

**Cabrito** – É o colega da pessoa rival que também deve ser morto.

**CAJE** – Centro de Atendimento Juvenil Especializado (local de cumprimento da medida sócio-educativa de Internação).

**CESAM** – Centro Salesiano do Menor.

**CDS** – Centro de Desenvolvimento Social.

**Cyclone** – Marca de roupas de surfistas estereotipadas em Brasília como roupas da ‘malandragem’.

**DCA** – Delegacia da Criança e do Adolescente.

**Guerra** – É a nomenclatura que indica o conflito entre grupos rivais.

**LA** – Liberdade Assistida.

**Merla** – Subproduto da cocaína, podendo ser fumada sozinha, ou junto aos cigarros de tabaco ou de maconha. Seus efeitos se assemelham com os da cocaína e sua capacidade de causar dependência física e psicológica é muito grande, e a abstinência costuma ser extremamente dificultosa. Está relacionada com um índice considerado elevado de tentativas de suicídio. Em sua formulação, é adicionado uma quantidade significativa de solvente, o como ácido sulfúrico (ácido de bateria), a querosene, a cal virgem, etc. Com o uso crônico surgem efeitos como a queda dos dentes, depressão, fibrose, alucinações, dificuldade de respiração, coma e óbito. Seu efeito começa muito rápido devido à forma de administração e a capacidade do pulmão de absorver a droga.

**M Norte** – É um bairro de Ceilândia no Distrito Federal.

**Mocado** – É o ato de ocultar algo proibido como guardar drogas para traficar.

**Noiado** – É o usuário de drogas em um estágio avançado de dependência química.

**PAPUDA** – Complexo penitenciário de Brasília.

**Plano** – Plano Piloto é a região central de Brasília.

**Planaltina** – É uma das regiões administrativas do Distrito Federal, com aproximadamente 234 mil habitantes.

**Semi** – É a Casa de cumprimento da medida sócio-educativa de Semiliberdade ou a própria medida sócio-educativa de Semiliberdade.

**Samambaia** – É uma região administrativa de Brasília no Distrito Federal. Possui como cidades vizinhas: Taguatinga, Ceilândia e Recanto das Emas.

**Taguatinga** – É uma região administrativa (ou cidade-satélite) do Distrito Federal brasileiro. Fica afastada 25km do Plano Piloto.

**P Sul** – É um bairro de Ceilândia, uma cidade do Distrito Federal.

**Roupinol** – É um remédio para induzir ao sono (hipnótico). Hipnóticos são basicamente tranquilizantes benzodiazepínicos. Os hipnóticos caracterizam-se pelo rápido início de ação e curto tempo para eliminação. O Roupinol em Brasília é consumido junto com bebida alcoólica e outras drogas, como cocaína e maconha provocando efeitos contrários a sua finalidade de tranquilizante. Provoca alucinações e estado de mania.

**Santa Maria** – É uma região administrativa de Brasília bem afastada do centro da cidade.

**Setor O** – É um bairro de Ceilândia no Distrito Federal.

**Sobradinho** – É uma região administrativa do Distrito Federal de 157.577 habitantes.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)